

*A Ilha de  
São Nicolau de Cabo Verde  
nos séculos XV a XVIII*

ANDRÉ PINTO DE SOUSA DIAS TEIXEIRA

T E S E S

Centro de História de Além-mar

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Universidade Nova de Lisboa

A ILHA DE SÃO NICOLAU  
DE CABO VERDE  
NOS SÉCULOS XV A XVIII

Colecção **TESES**

1. AS ILHAS DE SÃO TOMÉ NO SÉCULO XVII  
Cristina Maria Seuanes Serafim
2. A MISSIONAÇÃO NAS MOLUCAS NO SÉCULO XVI  
*Contributo para o estudo da acção dos Jesuítas no Oriente*  
Maria Odete Soares Martins
3. A ILHA DE SÃO NICOLAU DE CABO VERDE NOS SÉCULOS XV A XVIII  
André Pinto de Sousa Dias Teixeira

**APOIOS**

**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR Portugal  
Apoio do programa Operacional Ciência, Tecnologia,  
Inovação do Quadro Comunitário de Apoio III

**IPAD - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento**

94(665.8) "14/17"  
TEI/ELH<sub>B</sub>  
nr 1836  
André Pinto de Sousa Dias Teixeira

**A ILHA DE SÃO NICOLAU  
DE CABO VERDE  
NOS SÉCULOS XV A XVIII**

CENTRO DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

2004

Título A ILHA DE SÃO NICOLAU DE CABO VERDE  
nos séculos XV a XVIII

Autor ANDÉ PINTO DE SOUSA DIAS TEIXEIRA

Edição CENTRO DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
Av. de Berna, 26-C, 6.º andar  
1069-061 LISBOA  
cham@fcsh.unl.pt

Colecção TESES 3

Depósito Legal 206428/04

ISBN 972-98672-6-7

Data de saída Fevereiro de 2004

Tiragem: 1000 exemplares

Execução Gráfica BARBOSA & XAVIER, LDA. - Artes Gráficas  
Rua Gabriel Pereira de Castro 31-A e C  
Tel. 253 263 063 / 253 618 916 • Fax 253 615 350  
E-mail: barbosa.xavier@clix.pt  
4700-385 BRAGA

## ABREVIATURAS

- AHU – Arquivo Histórico Ultramarino  
CV – Cabo Verde (caixas)  
CU – Conselho Ultramarino (códices)
- AHN – Arquivo Histórico Nacional, Cabo Verde  
SGG – Secretaria Geral do Governo
- IAN/TT – Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo
- AGS – Arquivo Geral de Simancas
- APF – Arquivo de la Propaganda Fide
- BNL – Biblioteca Nacional, Lisboa
- BA – Biblioteca da Ajuda
- MMA – *Monumenta Missionária Africana*
- PMA – *Portugaliae Monumenta Africana*
- HGCV – *História Geral de Cabo Verde*
- HGCV-CD – *História Geral de Cabo Verde – Corpo Documental*
- SHCVG – *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*
- RHES – *Revista de História Económica e Social*

## PREFÁCIO

A historiografia insular atlântica conheceu no século XX um extraordinário desenvolvimento. E, se as Canárias levaram, durante anos a dianteira, mercê das oportunidades aí oferecidas, o certo é que no último quartel também as ilhas portuguesas foram objecto de valiosos estudos. Em alguns casos até estaremos em vésperas de ver surgir histórias de cada um dos arquipélagos, como já acontece com Cabo Verde, embora esta seja um caso especial.

Sempre defendemos, em relação à história insular, que a elaboração de monografias era o melhor caminho para se construir, com base sólida, a história de um arquipélago. É que, sobretudo nos constituídos por grupos de ilhas, a tendência para se dar relevo às de maior superfície e de mais relevância política e económica é grande. A abundância de informação sobre elas, o seu protagonismo político nos acontecimentos históricos e – diga-se, também – alguma despreocupação ou comodismo em buscar informação acerca das menores, ditaram tal atitude, certamente não deliberada, mas efectivamente ocorrida. E tal equívoco chegou, infelizmente aos nossos dias!

Daí o nosso esforço – nem sempre bem sucedido – em incentivar os alunos de pós-graduação em elaborarem monografias. Se

em relação a S. Tomé a nossa satisfação é enorme, já em relação a Cabo Verde, os resultados tardaram a aparecer. Quanto aos Açores e à Madeira, raramente desenvolvemos essas temáticas no seminário «As Ilhas do Atlântico», por acharmos que nessas regiões existiam instituições que podiam incentivar o seu estudo, o que não acontecia em relação aos dois arquipélagos tropicais.

Vem isto a propósito do presente livro *A Ilha de São Nicolau de Cabo Verde nos séculos XV a XVIII* de André Pinto de Sousa Dias Teixeira, que constituiu a sua dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (séculos XV-XVIII) na Universidade Nova de Lisboa. Partindo da análise do meio físico, certificada por um ilustre geógrafo que é o Prof. Ilídio do Amaral, o autor aborda a organização político-administrativa, a economia, a sociedade e a religião, juntando-lhe um apêndice documental e os indispensáveis índices.

Se é certo que existem outras obras sobre esta ilha do barlavento caboverdeano, o certo é que esta vem preencher um vazio historiográfico. É que o volume de fontes inéditas e editadas de que o autor se socorreu, a argúcia com que as interpretou e a metodologia a que foram sujeitas, conferem-lhes um valor e uma

singularidade na história de Cabo Verde dignos de menção. Se o passado deste país fica muito enriquecido com esta obra, também a história atlântica portuguesa dela beneficia. É que o Dr. André Pinto, analisando com pormenor e grande rigor a história local, insere-a na do arquipélago e até numa ou noutra perspectiva da história atlântica.

Para o bom povo de São Nicolau a edição deste livro será, naturalmente motivo de satisfação. Mas para os caboverdeanos em geral será também um testemunho inequívoco do seu passado laborioso, das suas adversidades, mas também da sua fé e da sua luta para um futuro melhor. É essa esperança, que nunca desvanece, que os faz trabalhar a terra como se as condições climáticas, anos a fio madrastras, lhes propiciassem as condições de uma colheita generosa o que infelizmente muitas vezes não acontece.

Que outras monografias surjam sobre este admirável país, são os nossos votos.

Lisboa, 21 de Fevereiro de 2004.

ARTUR TEODORO DE MATOS



## INTRODUÇÃO

O trabalho que aqui se apresenta constitui, no essencial, a dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em Março de 2002. Na verdade, a sua génese encontra-se no seminário sobre as Ilhas do Atlântico, que frequentámos no âmbito daquele mestrado dois anos antes, sob a direcção do Professor Artur Teodoro de Matos e que foi, então, subordinado ao tema arquipélago de Cabo Verde. Optou-se, a conselho do seu docente, por estudar a ilha de São Nicolau, uma das que têm merecido menor atenção por parte dos historiadores. A pesquisa para o seminário foi-se revelando cada vez mais aliciante e auspiciosa, acabando nós por verificar no final, sob orientação do mencionado professor, que tínhamos excedido claramente os objectivos e que pouco nos faltava para apresentar o estudo como dissertação de mestrado. Resolvemos, então, alterar os nossos planos iniciais e concluir este estudo monográfico sobre São Nicolau.

Na verdade, são já consideráveis os trabalhos realizados sobre a história de Cabo Verde, embora se possa dizer, numa análise geral, que ainda há muito para fazer e que o tema está longe de se esgotar. Para além de um razoável número de títulos antigos que, à excepção da obra de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, pouca luz nos fazem sobre o passado do arquipélago, podemos considerar que, o essencial da historiografia moderna sobre estas ilhas, tem passado pela *História Geral de Cabo Verde*, projecto levado a cabo pelo Instituto de Investigação Científica Tropical, em parceria com instituição similar cabo-verdiana. Nota-se, porém, a falta de estudos específicos sobre as diversas realidades do arquipélago, facto que tem obrigado os autores desta obra a recorrer a investigação directa nos arquivos; os poucos trabalhos parcelares existentes devem-se, aliás, a

alguns membros deste projecto. Cumpre também salientar o papel do mencionado mestrado em História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa, dinamizado pelos investigadores do Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa, que tem feito luz sobre a história das ilhas do Atlântico e donde têm partido alguns estudos sobre Cabo Verde. Para breve estará, também, uma abordagem global destas ilhas, no volume III da *Nova História da Expansão Portuguesa*, dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Destaquem-se, ainda, os numerosos e importantes artigos de António Carreira, citados na bibliografia, realizados entre as décadas de 60 e 80 do século passado, que procuraram colmatar a referida carência de estudos.

O trabalho realizado até agora tem mantido algumas lacunas historiográficas, das quais destacamos a pouca atenção aos séculos mais recentes de colonização, sobretudo o XVIII, e a escassez de referências às ilhas ditas periféricas. O labor tem-se centrado essencialmente em Santiago e Fogo, aquelas em que o povoamento se iniciou mais cedo, realidade que se justifica pelo menor volume de documentação sobre as restantes. O facto da fixação populacional destas se ter dado de forma mais lenta e tardia, e de aí se terem adoptado modelos político-económicos e formas de organização social distintas, não invalida que sejam objecto de investigação histórica, embora se possam colocar algumas dificuldades suplementares. O seu estudo revela-se, aliás, bastante necessário a uma completa compreensão do fenómeno expansionista português no Atlântico.

Neste trabalho procurou-se abarcar as diversas componentes da vida das comunidades que habitaram São Nicolau, desde a sua descoberta pelos navegadores portugueses em meados de quatrocentos até finais do séc. XVIII, período em que se forja, verdadeiramente, boa parte da identidade daquela ilha cabo-verdiana. Assim, iniciaremos por uma caracterização geográfica muito sumária, com incidência no clima, no tipo de solos, no relevo, nas características hidrográficas da ilha e nas condições de navegabilidade e acostagem da sua costa, realidades que, apesar de se afastarem da História, são determinantes para a sua compreensão. Estudaremos, de seguida, a sua organização política, isto é, as diversas formas de administração experimentadas e os agentes de poder a elas associados. Raras vezes nos debruçaremos sobre assuntos gerais, relativos ao Reino ou mesmo a todo o arquipélago, dado a que a nossa abordagem é estritamente monográfica; apenas focaremos estes temas, nomeadamente as divergências entre os vários poderes presentes em Cabo Verde, quando forem pertinentes, ou de alguma forma se reflectirem na vida de São Nicolau. Daremos particular destaque à acção levada a cabo pelos oficiais mais intervenientes, nomeadamente as obras legislativas e políticas empreendidas por José da Costa Ribeiro e Custódio Correia de Matos, além de atendermos particularmente aos diversos discursos

que defenderam a mudança da capital de Cabo Verde, de Santiago para São Nicolau. Aprofundaremos também o alcance e constituição do governo militar da ilha, avaliando a sua eficácia face aos perigos reais que enfrentou. Neste capítulo, finalizaremos com a análise da influência de São Nicolau sobre as ilhas circunvizinhas.

Descreveremos depois as realidades económicas, nomeadamente os modelos de exploração aplicados, os indivíduos e as entidades dinamizadoras, o tipo de actividades em que se apostou e a contribuição da ilha para o contexto do arquipélago. Interpretaremos primordialmente o Regimento da Fazenda Real, outorgado inicialmente em 1753, o qual definiu decisivamente a sua vida económica durante esta centúria e nos faz luz sobre a situação anterior. Por fim, procuraremos compreender a sua realidade social, o seu povoamento, a evolução demográfica, as características dos grupos que nela se constituíram, os locais preferenciais de fixação e as formas de assistência religiosa prestadas.

A elaboração deste estudo levantou-nos alguns problemas metodológicos, que gostaríamos também de partilhar brevemente, porque eles determinaram, em boa medida, algumas limitações de análise. Por um lado, queríamos sublinhar o carácter monográfico do trabalho, a escolha de uma abordagem de tempo longo, cingida a um espaço geográfico preciso, a ilha de São Nicolau e, quanto muito, as suas anexas. Esta opção implicou um cerceamento do âmbito da pesquisa, nomeadamente a exclusão de importantes realidades históricas cabo-verdianas (como o tráfico de escravos), por não estarem directamente relacionadas com a ilha em estudo, e a redução ao mínimo das referências a acontecimentos gerais, referentes à História de Portugal e do seu espaço além-mar, porque elas não se fizeram sentir directamente na sua vivência. As menções a estes factos foram limitadas à estrita necessidade de compreensão da evolução histórica de São Nicolau. No entanto parece-nos que, apesar de parcelar, este trabalho poderá dar alguma ajuda ao conhecimento da história de Cabo Verde e das suas ilhas ditas periféricas, uma base de trabalho para uma análise mais geral. É, ainda, um modesto contributo académico para o enriquecimento da memória colectiva dos sanicolaenses e dos seus laços com Portugal.

Para além de referir a falta dos sempre escassos auxiliares bibliográficos, guias de arquivo e colectâneas documentais, desejaríamos notar que esta narrativa ficará igualmente marcada pela descontinuidade de análise de cada período histórico. É que se são relativamente abundantes as fontes para o século XVIII, temos de constatar que, para épocas anteriores, as referências a São Nicolau são muito escassas e dispersas; só quando a ilha passou a ser administrada pela Coroa é que esta passou a produzir documentação sobre ela, antes disso a sua gestão far-se-ia no âmbito da casa senhorial a



que pertencia. Finalmente, diga-se que o Arquivo Histórico Ultramarino se revelou como a instituição mais rica em fontes sobre este assunto, embora tenha sido bastante frutuosa a deslocação ao Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde.

\*

Uma palavra ainda para fazer os agradecimentos devidos, a pessoas que muito contribuíram para a feitura deste trabalho. Desde logo ao Professor Artur Teodoro de Matos, docente do seminário As Ilhas do Atlântico e coordenador do mestrado, que para além de nos ter aconselhado na escolha do tema, incitado por diversas vezes à sua realização e orientado em todas as tarefas académicas, pôs à nossa disposição a sua própria investigação pessoal, a fim de nos auxiliar na obtenção de resultados mais satisfatórios. A ele devemos, também, muito do trabalho que temos realizado nos últimos anos, em outras áreas da História da Expansão Portuguesa, o qual nos tem proporcionado ampla satisfação pessoal.

Por outro lado, é justo focar a amizade e colaboração académica mantida com alguns colegas do mestrado: o Luís Pinheiro, que incansavelmente nos tem ajudado nas nossas investigações, fornecendo-nos pistas e elementos de pesquisa; a Isabel Santos, com quem realizámos uma parceria destinada a suprimir a grande quantidade de documentação não catalogada do Arquivo Histórico Ultramarino; a Isabel Pina, que também nos deu algumas orientações, aquando do início deste trabalho. Uma palavra também para os demais amigos que, apesar de não estudarem assuntos próximos, nos deram grande estímulo e auxílio e com quem trocámos impressões muito frutíferas, a Madalena Ribeiro, o André Murteira, a Andreia Martins, o Zoltán Biedermann e a Roopanjaly Roy.

É ainda devida uma palavra de gratidão com a Dr.<sup>a</sup> Maria Manuel Torrão, do Instituto de Investigação Científica Tropical, que nos cedeu algumas informações sobre São Nicolau, recolhidas aquando da sua investigação para a *História Geral de Cabo Verde*, em cuja equipa participou. A ela, ao meu orientador, ao Professor Avelino de Freitas de Meneses e à Professora Jill Dias devo igualmente agradecer todas as sugestões e comentários realizados durante as provas públicas de apresentação desta dissertação. Já após a sua aprovação beneficiámos ainda do apoio do Prof. Doutor Ilídio do Amaral, director do Centro de Geografia do Instituto de Investigação Científica Tropical, que reviu a introdução geográfica deste trabalho e partilhou connosco a sua experiência nas temáticas africanas, fornecendo proveitosas sugestões. Desejaria ainda referir o Professor João Paulo Oliveira Costa, nosso docente desde a licenciatura, com quem temos colaborado em vários projectos desde

essa data e que é o grande responsável pela nossa opção pela investigação em História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa. A ele, enquanto director do Centro de História de Além-Mar, devo igualmente a possibilidade de divulgar este meu trabalho.

Em termos institucionais, para além deste Centro universitário, que integro como investigador, devo referir o Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional, do Ministério da Ciência e Tecnologia que, no âmbito do Programa de Formação Avançada em Estudos Africanos, me concedeu um subsídio para a realização de uma viagem a Cabo Verde. Esta permitiu desenvolver, para além de uma muito proveitosa pesquisa no Arquivo Histórico Nacional, um interessante trabalho de campo na ilha em estudo, fundamental para a compreensão de muitas das suas realidades históricas.

Finalmente, cumpre salientar o apoio gráfico do primo Miguel Velez e, a todos os níveis, dos demais familiares, especialmente dos pais e da Sofia, que têm permitido a realização de todos os sonhos.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 2003.

## O MEIO FÍSICO

A ilha de São Nicolau é uma das dez que compõem o arquipélago de Cabo Verde. Está situada entre os paralelos 16.º 28' 32" e 16.º 40' 41" N e os meridianos 24.º 00' 47" e 24.º 25' 57" W, no centro do arquipélago, havendo a tradição de que é a única da qual se avistam todas as outras, numa situação atmosférica favorável (fig. 1) <sup>1</sup>. Integrando o grupo do Barlavento, tem como vizinhas, a Oeste, os ilhéus Branco e Raso, as ilhas de Santa Luzia, São Vicente e Santo Antão e, a Este, as do Sal e Boavista. Com 326,7 km<sup>2</sup>, é a quinta ilha do arquipélago em superfície, depois de Santiago, Santo Antão, Boavista e Fogo. O seu maior comprimento, que se desenvolve no sentido O-E é de 44,5 km, ao passo que a sua largura máxima é de 22 km, dispostos na direcção N-S <sup>2</sup>. Estas dimensões fazem com que tenha uma configuração geral alongada, a qual tem continuidade no pedestal submarino em que assenta e que se estende, na direcção ONO-ESE, até Santo Antão <sup>3</sup>.

Sendo uma das ilhas mais recentes de Cabo Verde, como o Fogo e Santo Antão, é também uma das mais montanhosas, com um relevo considerado «vigoroso» (fig. 2). O seu nó orográfico é formado por um maciço vulcânico culminado pelo Monte Gordo, o mais elevado (1.304 m), a partir do qual se estendem as duas cordilheiras montanhosas da ilha: uma orientada

---

<sup>1</sup> Cf. João Baptista Amâncio Gracias, *Monografia sobre a Província de Cabo Verde*, Cabo Verde, 1922, p. 25; A. Castanheira Diniz e G. Cardoso de Matos, «Carta de Zonagem Agro-Ecológica e da Vegetação de Cabo Verde, VIII, Ilha de São Nicolau», in *Garcia de Orta. Série Botânica*, Lisboa, 1999, vol. 14 (n.º 1), p. 2.

<sup>2</sup> Informações recolhidas nas seguintes obras: Mateus Nunes, *Os Solos da Ilha de São Nicolau (arquipélago de Cabo Verde)*, Lisboa, 1962, p. 19; Ilídio do Amaral, «Cabo Verde: Introdução Geográfica», in *HGCV*, vol. I, p. 2; A. Castanheira Diniz e G. Cardoso de Matos, «Carta de Zonagem Agro-Ecológica...», p. 2.

<sup>3</sup> Cf. António Mendes Correia, *Ultramar Português*, vol. II (*Ilhas de Cabo Verde*), Lisboa, 1954, pp. 18-19.



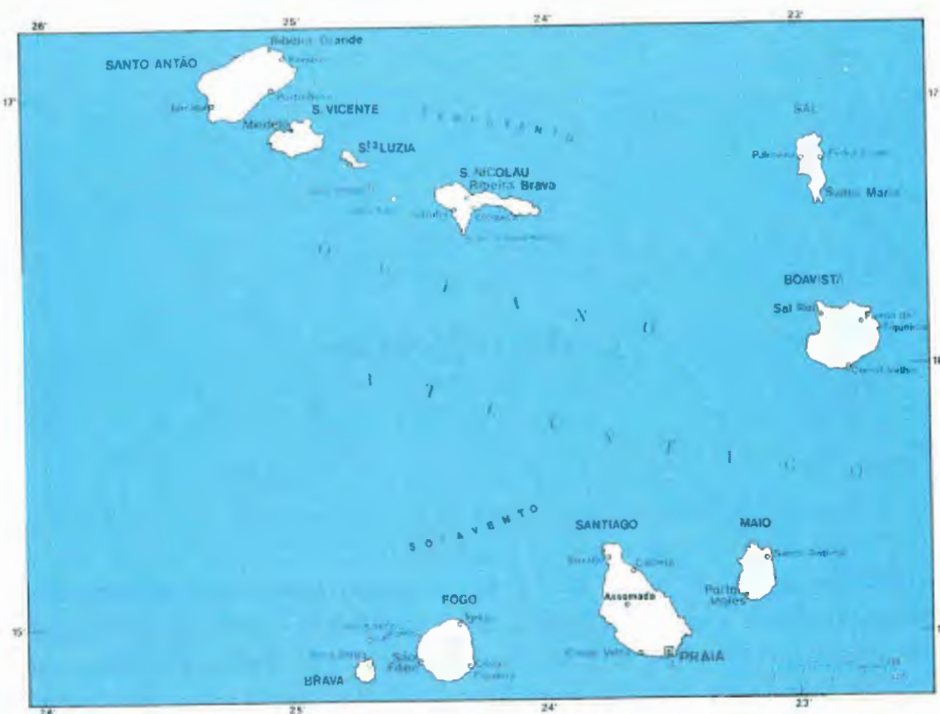


FIGURA 1 – Arquipélago de Cabo Verde

no sentido S-N, dominando a parte Oeste, que se estende desde a Ponta da Vermelha até ao Monte Gordo, indo terminar junto à costa, na região da Praia Branca; outra, orientada no sentido E-O, que se prolonga por toda a Ponta Leste<sup>4</sup>, desde a povoação de Castelhanos até ao Monte Matias (529 m)<sup>5</sup>. São Nicolau caracteriza-se, portanto, pela grande irregularidade do seu terreno, com numerosas elevações de dimensão média e vales profundos, que quase sempre terminam numa costa abrupta e rochosa. Acrescente-se que, do ponto de vista geológico, a ilha é formada principalmente por mantos basálticos, acompanhados de produtos piroclásticos, que dominam certas regiões do Sul e que lhe conferem um aspecto mais árido. Por outro lado, as condições do clima e do relevo determinaram que os materiais das últimas

<sup>4</sup> A Ponta Leste, a «cauda» que confere à ilha de São Nicolau um aspecto alongado, é designada localmente por Ponta Norte, por se situar a Norte da povoação da Lapa, tradicionalmente apontada como a mais antiga da ilha, e que referiremos adiante (cf. João Lopes Filho, *Ilha de S. Nicolau. Cabo Verde. Formação da Sociedade e Mudança Cultural*, vol. I, s.l., 1996, p. 12).

<sup>5</sup> Cf. Ernesto J. de C. E. Vasconcelos, *As Colónias Portuguesas, Geografia Física, Económica e Política*, 3.<sup>a</sup> edição, Lisboa, 1921, pp. 26-35; Mateus Nunes, *op. cit.*, p. 20.

manifestações vulcânicas fossem projectados também para Sul, diferenciando assim, os mantos geológicos que a cobrem<sup>6</sup>.

Quanto aos cursos de água, eles raramente são permanentes, encontrando-se secos na maior parte do ano; só quando a chuva cai em quantidades significativas é que os seus leitos se enchem, adquirindo por vezes um «carácter torrencial». É no sistema montanhoso Oeste que se encontram as principais nascentes e é dele que partem as ribeiras mais significativas da ilha: Cabeçalinho, Fragata, Prata, Camarões, Fajã, Queimadas e Brava. Desta forma, se exceptuarmos a primeira e última referidas, podemos concluir que é nos vales de NE, que se encontram os leitos fluviais mais significativos. Pode assim dizer-se que, genericamente, a ilha é parca em recursos de água, embora não esteja entre os casos mais carenciados de Cabo Verde<sup>7</sup>.

O clima de São Nicolau é semelhante ao do resto do arquipélago, sendo por isso bastante seco. Sofre a acção de três correntes de ventos principais: os alísios, que correm de NE e que determinam a estação seca (Novembro-Julho), apesar da sua humidade proporcionar, nas regiões altas voltadas a este quadrante, nevoeiros e orvalhadas particularmente benéficos para as culturas; os de SW, que por serem quentes e húmidos, provocam a chamada época das chuvas (Julho-Outubro); o harmatão ou lestada, que sopra de Este (do continente africano), uma corrente muito seca, quente e cheia de poeiras, que quando ocorre, acentua a aridez da ilha. Quanto à pluviosidade, é muito irregular, podendo seguir-se anos de chuvas torrenciais, a períodos de longa estiagem<sup>8</sup>. É, porém, muito claro que a chuva cai em muito maior quantidade na zona NO da ilha; por exemplo, na povoação da Ribeira Brava, ao centro, chove muito mais que no porto da Preguiça, a Sul<sup>9</sup>.

Torna-se então legítimo dizer que, sob diversos pontos de vista, a ilha de São Nicolau pode ser dividida, tendo em conta as suas características geográficas, em quatro partes diferenciadas<sup>10</sup>. Desde logo em Norte e Sul, considerando-se como linha divisória aquela que une as principais elevações

<sup>6</sup> Mateus Nunes, *op. cit.*, pp. 21-22; Mateus Nunes, *Problemas da Ilha de S. Nicolau (Cabo Verde)*, Lisboa, 1962, pp. 23 e 30.

<sup>7</sup> Cf. Ernesto J. de C. E. Vasconcelos, *op. cit.*, p. 42; Mateus Nunes, *Os Solos da Ilha de São Nicolau (arquipélago de Cabo Verde)*, pp. 20-21; *Problemas da Ilha de S. Nicolau (Cabo Verde)*, pp. 27-28.

<sup>8</sup> Segundo Mateus Nunes («Perspectivas agrícolas de São Nicolau», in Garcia de Orta, Lisboa, 1961, vol. 9 (n.º 2), p. 389), pode afirmar-se que, do ponto de vista da seca, esta «pertence às ilhas em que as crises mais se fazem sentir», embora se afirme que, quando chove, é a ilha «de melhor vida do arquipélago».

<sup>9</sup> Informações recolhidas na obra de Mateus Nunes, *Os Solos da Ilha de São Nicolau (arquipélago de Cabo Verde)*, pp. 22-25.

<sup>10</sup> Toda a teorização sobre esta divisão geográfica da ilha foi colhida na obra de Mateus Nunes, *Problemas da Ilha de S. Nicolau (Cabo Verde)*, pp. 21-23. Note-se, porém, que já António Mendes Correia falava desta diferenciação (cf. *op. cit.*, pp. 28-29).



da ilha, no sentido E-O. A primeira destas regiões, sendo a mais montanhosa, é também a historicamente mais povoada e aproveitada em termos agrícolas, caracterizando-se pelo seu clima fresco e solos de melhor qualidade. Pelo contrário, o Sul tem sido sempre menos habitado, pois o seu clima seco e a própria constituição geológica atrás referida originam solos mais pobres, geralmente utilizados para pasto; esta é também a zona mais plana e árida da ilha. A justificação para esta dualidade encontra-se, em parte, já dada: uma vez que os alísios são os ventos dominantes, que sopram de NE, quando atingem a ilha, chocam com as elevações viradas a esse quadrante, sendo obrigados a subir, dando-se o arrefecimento das massas de ar, que provoca nevoeiros e orvalhadas. Transpostos estes maciços, os ventos, agora mais secos e em processo de aquecimento, atravessam o Sul da ilha, conferindo um aspecto cada vez mais árido, à medida que se caminha para o litoral.

Mas São Nicolau pode também ser dividido nas regiões Oeste e Leste, separadas pelo denominado Campo da Preguiça: a primeira, o chamado «corpo da ilha», encerra as suas maiores altitudes, pelo que o efeito acima descrito se concretiza com maior significado; a segunda – a Ponta Leste –, é caracterizada por elevações de menor significado, havendo locais quase planos, em que os ventos atravessam a ilha, de costa a costa, sem se produzir o referido processo de arrefecimento e ganho de humidade. Esta última área é, pois, ainda mais árida e seca e logo menos propícia para a agricultura. Assim, do ponto de vista do aproveitamento agrícola, é a zona Noroeste da ilha que maiores potencialidades apresenta, sendo considerados «extremamente salubres» lugares como os de Fajã, Cabeçalinho, Monte Gordo, Cachaço e Caramujo (fig. 6). O clima fresco e húmido, durante a estação seca, faz com que esta região se diferencie pela positiva do panorama geral do arquipélago<sup>11</sup>. Por outro lado, além dos vales, também os altos relevos desta zona podem ser considerados áreas de potencial exploração agrícola, já que tirando os montes Gordo, Frade e Pico Martinho, «todos os mais são pequenos relevos orográficos, susceptíveis de cultura»<sup>12</sup>. Genericamente a ilha tem sido considerada como «das mais férteis» do arquipélago, dada a extensão das manchas de cobertura vegetal que apresenta<sup>13</sup>.

Finalmente, convém debruçarmo-nos sobre os condicionalismos da navegação e acostagem na ilha de São Nicolau, já que o mar é a sua grande via de comunicação<sup>14</sup>. Os principais portos encontram-se na costa Sul, uma

<sup>11</sup> Cf. Ernesto J. de C. E. Vasconcelos, *op. cit.*, p. 46. Segundo este autor, historicamente na região NE, os habitantes «possuem grande robustez, atingindo idades avançadas».

<sup>12</sup> Cf. João Baptista Amâncio Gracias, *op. cit.*, p. 25.

<sup>13</sup> Cf. António Mendes Correia, *op. cit.*, p. 29.

<sup>14</sup> José Joaquim Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Statistica das Possessões Portuguezas na Africa Occidental e Oriental na Asia Occidental na China e na Oceania*, Lisboa, 1844, Livro 1.º

região abrigada dos ventos dominantes, bem como das correntes marítimas mais fortes, o que faz dela uma zona de fácil navegação. Nesta área, a corrente circula de Este para Oeste, pelo que as embarcações devem seguir esta rota, nomeadamente na entrada e saída dos portos. O que se localiza mais a Leste é o do Carriçal (ou Inglês), situado na embocadura de duas ribeiras, muito amplo e fundo, mas longe do centro económico da ilha. Segue-se a Oeste, o da Lapa, com algumas pedras no fundo, mas o melhor abrigado dos ventos, tendo sido este o porto que, segundo a tradição, foi o primeiro a ser utilizado, quando a povoação principal aí estava instalada. Depois temos o Porto Velho e o da Preguiça, situados na baía de São Jorge, que se foram tornando na principal zona de acostagem da ilha, sobretudo pela sua proximidade com a povoação da Ribeira Brava. Mais a Sul, localiza-se a baía do Forcado, onde também é possível ancorar, mas em condições extremamente adversas.

No lado Leste e nas costas Norte e Noroeste é perigoso navegar, não só porque essa zona está mais exposta aos ventos e correntes, como o seu fundo está cheio de pedras e restingas. Por outro lado, as embarcações muito dificilmente aí conseguem fundear, dado que se trata de uma região sem qualquer porto. Na região Oeste e Sudoeste existem quatro ancoradouros principais: o do Tarrafal, muito amplo e fundo, mas algo exposto ao vento; o da Praia Grande, junto da povoação com o mesmo nome, mais reduzido, mas também mais abrigado; os do Fidalgo e do Barril, ambos de menores dimensões. Pode, pois, dizer-se que a ilha é beneficiada por uma navegação relativamente fácil nas suas costas, sobretudo a Sul, e está dotada de portos muito razoáveis, uma condição fundamental para que pudesse desenvolver a actividade comercial. Refira-se ainda que, no seio do arquipélago, a circulação marítima faz-se muito mais facilmente entre esta ilha e as de São Vicente e Santo Antão, do que com as restantes; para este facto contribuirá, como vimos, a pertença das três ao mesmo pedestal submarino e que teve como consequência uma aproximação histórica entre elas. Já no que diz respeito à comunicação com as demais, é dificultada pelas grandes profundidades marítimas e distâncias que as separam, o que provoca grandes correntes e forte ondulação<sup>15</sup>.

Concluindo, é legítimo afirmar que a ilha de São Nicolau possuía, no contexto do arquipélago, condições relativamente favoráveis para o estabelecimento humano, aquando da chegada dos primeiros povoadores. O seu clima ameno e o relevo acentuado permitia a existência de regiões húmidas;

(Ensaio sobre Statistica das Ilhas de Cabo-Verde), parte II, pp. 60-64; Christiano José de Senna Barcellos, *Roteiro do Archipelago de Cabo Verde*, Lisboa, 1892, pp. 53-55; João Baptista Amâncio Gracias, *op. cit.*, p. 25.

<sup>15</sup> Veja-se sobre este assunto o já referido capítulo de Ilídio do Amaral, «Cabo Verde: Introdução Geográfica», in *op. cit.*, pp. 20-21.



estes factores, conjugados com a existência de formações geológicas favoráveis permitiram que, pelo menos numa parte da ilha, existissem solos susceptíveis de produção agrícola. Finalmente, tinha costas onde era fácil navegar e alguns portos de acessibilidade razoável. As condições naturais da ilha determinam que esta possa ser incluída, juntamente com as de Santo Antão, Brava e Santiago, naquelas que teriam melhores condições para o estabelecimento humano. As únicas grandes desvantagens em relação a Santiago era ser mais escarpada e ter portos menos favoráveis <sup>16</sup>.

As primeiras descrições geográficas de São Nicolau confirmam que, pouco depois do seu descobrimento, a ilha possuía as características acima apontadas. Valentim Fernandes dizia, nos inícios do século XVI, que a ilha é «alta e grãde e de muytos aruoredos e de muytas boas agoas» <sup>17</sup>. Quase um século depois, Gaspar Frutuoso escrevia que «é uma ilha grande, de mui altas serras» <sup>18</sup>. O relevo abrupto, a densa cobertura vegetal (certamente maior que a actual) e os bons recursos hídricos (talvez também mais abundantes) foram os aspectos que impressionaram estes homens. Nestas descrições, a ilha apresenta características semelhantes às de Santo Antão e Santiago, destacando-se das demais, no que se refere às suas potencialidades geográficas <sup>19</sup>.

<sup>16</sup> Cf. Ilídio Cabral Baleno, «Povoamento e Formação da Sociedade», in *HGCV*, vol. I, p. 133.

<sup>17</sup> Cf. *MMA*, 2.ª série, vol. I, Lisboa, 1958, doc. 115, pp. 740-46. Também publicado por A. Fontoura da Costa, *Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes (1506-1508)*, s.l., 1939, p. 51.

<sup>18</sup> Cf. Gaspar Frutuoso, *Livro Primeiro das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, 1966, p. 182. Veja-se também a edição comentada de A. H. de Oliveira Marques, «Gaspar Frutuoso e a colonização de Cabo Verde», in *Garcia de Orta*, Lisboa, 1961, vol. 9 (n.º 1), pp. 27-29.

<sup>19</sup> Sobre as imagens de Cabo Verde, nos relatos dos primeiros navegadores que aí aportaram veja-se o artigo de Orlando Ribeiro, «Primórdios da Ocupação das Ilhas de Cabo Verde», in *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, 1955, tomo XXI, 2.ª série, n.º 1, pp. 92-122.

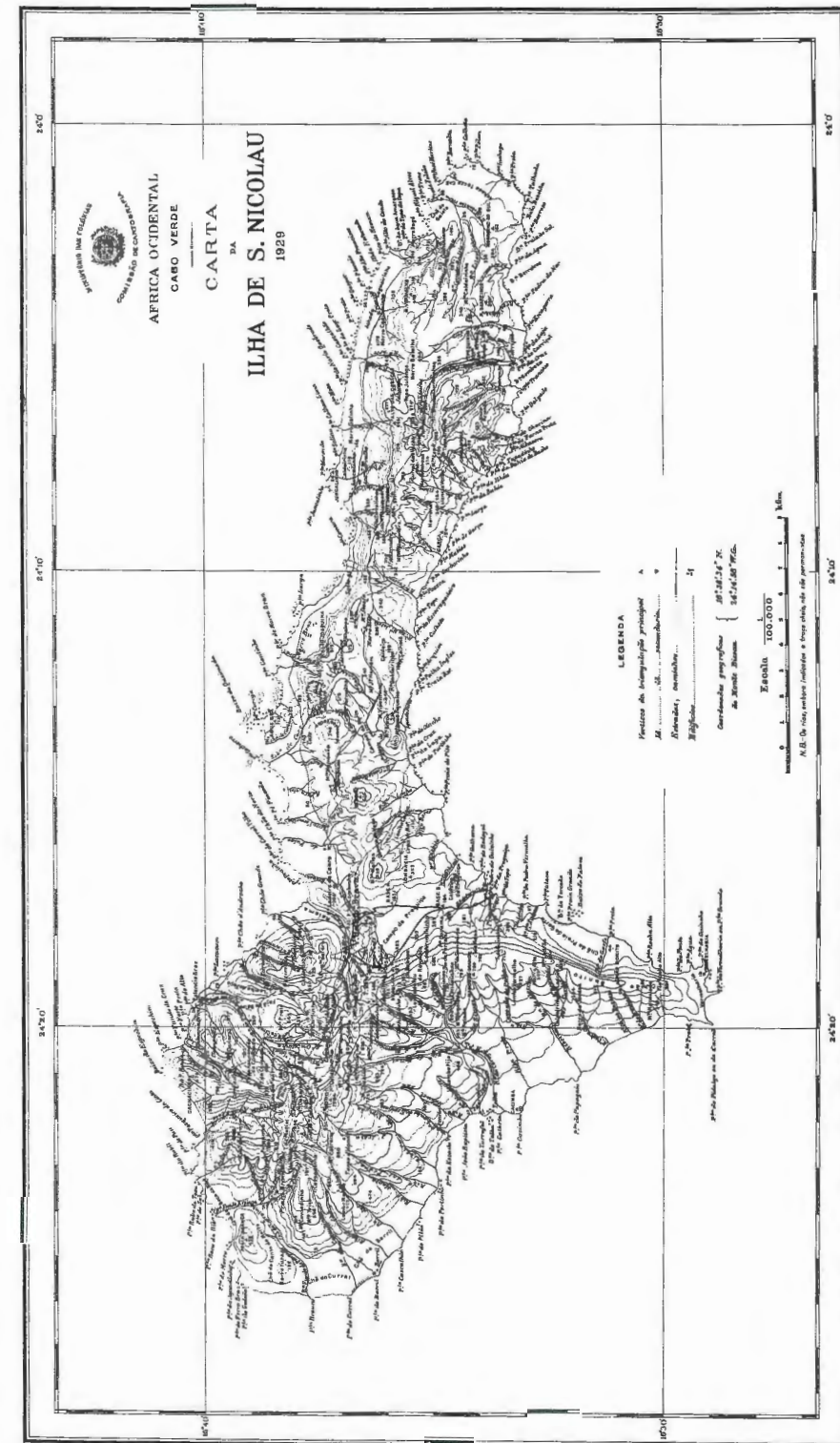


FIGURA 2 – Ilha de São Nicolau



## ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

### Descobrimento

Não há hoje grande margem de discussão sobre os autores e as datas de descoberta das várias ilhas do arquipélago de Cabo Verde, sobretudo das ocidentais. Em Maio de 1460, António da Noli, provavelmente acompanhado de Diogo Gomes, descobriu as ilhas de Santiago, Fogo, Maio, Boavista e Sal. Por outro lado, temos como certo que Diogo Afonso alcançou as restantes entre 3 de Dezembro de 1460 (data da primeira carta de doação régia daquelas ilhas) e 19 de Setembro de 1462 (quando foi outorgada a segunda carta de doação), porque na primeira estas ainda não são referidas, ao passo que na segunda já o são <sup>1</sup>. Desta forma, e partindo do pressuposto que os nomes das ilhas correspondem aos dos santos que se evocavam nos dias da descoberta, põe-se a hipótese de São Nicolau ter sido reconhecida a 6 de Dezembro de 1461, sendo seguida de Santa Luzia (a 13 do mesmo mês), Santo Antão (a 17 de Janeiro seguinte) e, finalmente, São Vicente (a 22 daquele mês) <sup>2</sup>.

### Governo Civil e evolução política

A ilha de São Nicolau foi enquadrada politicamente desde a sua descoberta, por parte do rei de Portugal, como aliás aconteceu nas demais deste arquipélago. Como se disse anteriormente, em 1462, o rei D. Afonso V doou ao seu irmão D. Fernando, duque de Viseu e Beja, as sete ilhas recentemente

---

<sup>1</sup> Cf. Luís de Albuquerque, «O descobrimento das Ilhas de Cabo Verde», in *HGCV*, vol. I, pp. 36-39.

<sup>2</sup> Cf. A. Fontoura da Costa, *op. cit.*, pp. 18-19.

descobertas em Cabo Verde por sua ordem, as quais juntava às cinco que ele já possuía<sup>3</sup>. Por morte deste, as ilhas foram passando sucessivamente para D. Diogo e depois para D. Manuel, que veio a receber a sua confirmação em 1489<sup>4</sup>. Como sabemos, a estrutura institucional adoptada para a administração de Cabo Verde copiava a já existente, e com provas dadas, noutros arquipélagos atlânticos, nomeadamente no da Madeira. O rei criava uma donataria e alienava, num importante senhor, grande quantidade dos poderes que possuía, desde logo concedendo a exploração económica e responsabilidade do povoamento destes territórios, mas também delegando vastíssimos poderes sobre os indivíduos que para ali fossem habitar, tanto na administração da justiça, como na cobrança de impostos. O monarca reservava para si certas prerrogativas, tal como fazia nos senhorios do Reino, como a aplicação da pena maior, a cunhagem de moeda, a legitimação de bastardos, entre outras<sup>5</sup>.

Parece que o sistema da donataria não terá dado grandes resultados em Cabo Verde nos primeiros anos da sua existência, pelo que o monarca resolveu conceder privilégios, de carácter essencialmente comercial, a todos os que fossem habitar a ilha de Santiago, de forma a estimular o seu povoamento. Note-se, porém, que o modelo estabelecido em 1462 perdurou nas restantes ilhas, excepto na do Fogo, para onde logo nas décadas de 80 e 90 se deslocaram alguns habitantes da ilha principal. Na época da contenda entre a casa ducal de Viseu-Beja e D. João II, a actividade dos donatários terá sido ainda mais reduzida, destinando-se os poucos investimentos realizados ao povoamento das referidas duas ilhas. Neste contexto, as ilhas geograficamente periféricas à de Santiago, como a de São Nicolau, ficaram desde logo postas à margem deste processo<sup>6</sup>.

É sabido que em 1495 o duque D. Manuel ascendeu ao trono de Portugal, pelo que os poderes anteriormente delegados no donatário regressaram à Coroa. Temos conhecimento que, a partir desta data, o monarca generalizou

<sup>3</sup> Cf. IAN/TT, *Chancelaria D. Afonso V*, liv. 1, fl. 61; *Leitura Nova, Livro de Místicos*, n.º 2, fls. 152-152v. Documento publicado na MMA, 2.ª série, vol. I, Lisboa, 1958, doc. 59, pp. 568-69 e na HGCV-CD, vol. I, doc. 3, pp. 17-18.

<sup>4</sup> Carta de doação de D. João II e do príncipe D. Afonso, de 30 de Maio de 1489 (cf. IAN/TT, *Chancelaria D. João II*, liv. 26, fl. 7v; *Leitura Nova, Livro de Místicos*, n.º 2, fls. 117-117v). Documento publicado na MMA, 2.ª série, vol. I, Lisboa, 1958, doc. 87, pp. 589-604 e na HGCV-CD, vol. I, doc. 23, pp. 65-66.

<sup>5</sup> Veja-se sobre este assunto, entre outros, o artigo de Ângela Domingues, «Administração e Instituições: Transplante, Adaptação, Funcionamento», in HGCV, vol. I, pp. 41-44.

<sup>6</sup> Veja-se o citado capítulo de Ilídio Cabral Baleno, «Povoamento e Formação da Sociedade», in HGCV, vol. I, pp. 127-33 e 143-46, bem como o de António Correia da Silva, «A Tributação nos Primórdios da História de Cabo Verde (1460-1515)», in HGCV, vol. I, pp. 348-53 e 359-60.

um novo sistema de administração das ilhas – o das capitánias-donatarias – o qual sabemos já estava a ser utilizado na ilha de Santiago, desde o tempo dos duques donatários, embora não se conheçam as respectivas cartas de doação. Os capitães do donatário eram indivíduos pertencentes à sua Casa, a quem eram entregues porções de terreno, nas quais gozavam de certos privilégios delegados por ele, como sejam a administração da justiça, a cobrança de direitos e a prioridade na venda de certos produtos, o monopólio dos engenhos de produção e a possibilidade de distribuir terras em sesmaria. Este sistema foi alargado, em momentos diferentes, a todas as ilhas do arquipélago, nomeadamente a São Nicolau<sup>7</sup>.

Foi em 1498 que D. Manuel I fez mercê a D. Diogo da Silva e Menezes, conde de Portalegre e escrivão da puridade, do «gaado da ylha de Sam Nicolao», doação que estava incluída numa outra, de 1.000.000 de reais, dados de juro e herdade ao dito conde e a todos os que dele descendessem, por linha direita masculina. Para materializar a doação desta importância concedia-se, além da dízima nova do pescado dos lugares de São João da Foz e de Matosinhos (avaliada em 406.833 reais), do reguengo da Valada com seus direitos (246.189 reais), das rendas de Portalegre (150.000 reais) e de uma certa importância para assentamento (102.864 reais), o referido gado de São Nicolau, o qual estava cotado em 55.000 reais<sup>8</sup>. Saliente-se que os poderes atribuídos a D. Diogo, os quais não estavam estipulados nestas cartas de doação, seriam bem mais restritos que aqueles que o monarca delegara no donatário em épocas anteriores; agora o rei cedia apenas a exploração económica da ilha, na expectativa de que o seu desenvolvimento gerasse receitas susceptíveis de tributação<sup>9</sup>. Não sabemos as prerrogativas institucionais que o referido conde teria sobre os povoadores que para ali levasse, mas provavelmente exerceria sobre eles a mesma jurisdição que usava no Reino com os seus criados. Na verdade, ao fazer a doação nestes termos, o monarca nem sequer acalentaria a esperança de que a exploração da ilha

<sup>7</sup> Cf. Ângela Domingues, «Administração e Instituições: Transplante, Adaptação, Funcionamento», in HGCV, vol. I, pp. 47-48.

<sup>8</sup> Cartas de D. Manuel I para D. Diogo da Silva Menezes, dadas a 30 de Março de 1498 (cf. IAN/TT, *Chancelaria D. Manuel I*, liv. 31, fls. 88-88v e 105). Documentos publicados por: PMA, vol. II, doc. 213, pp. 363-64 e doc. 214, pp. 365-67; HGCV-CD, vol. I, doc. 41, pp. 115-17. Ao fazer estas concessões, o monarca relembra os bons serviços prestados pelo conde, a ele e aos seus antecessores, nas guerras de Castela e de África (ficando cativo em Tânger), na conquista das Canárias, no desempenho dos ofícios de aio e governador da sua Casa. Sobre este indivíduo consulte-se o artigo de Silvina Silvério e Marisa Pires Marques, «D. Diogo da Silva de Menezes e a política régia portuguesa», in *Actas do Colóquio Internacional A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, no prelo.

<sup>9</sup> Veja-se o mencionado artigo de António Correia da Silva, «A Tributação nos Primórdios da História de Cabo Verde (1460-1515)», in HGCV, vol. I, pp. 359-60.



gerasse habitantes suficientes, para que fosse necessário criar-se qualquer forma de administração <sup>10</sup>.

De 1498 a 1696 a ilha esteve na posse dos descendentes de D. Diogo da Silva e Meneses, sendo a respectiva doação sucessivamente confirmada pelos vários monarcas. No quadro seguinte podem ver-se os nomes dos vários detentores da ilha de São Nicolau <sup>11</sup>:

Nome	Título	Confirmações	Monarcas
D. Diogo da Silva e Meneses	1.º conde de Portalegre	30 Março 1498	D. Manuel I <sup>12</sup>
D. João da Silva e Meneses	2.º conde de Portalegre	20 Dezembro 1506 20 Agosto 1528	D. Manuel I <sup>13</sup> D. João III <sup>14</sup>
D. Álvaro da Silva e Meneses	3.º conde de Portalegre	8 Julho 1577	D. Sebastião <sup>15</sup>
D. Filipa da Silva e seu marido D. João da Silva	4.º conde de Portalegre	12 Março 1584	D. Filipe I <sup>16</sup>
D. Diogo da Silva	5.º conde de Portalegre	10 Novembro 1594 17 Maio 1614	D. Filipe I <sup>17</sup> D. Filipe II <sup>18</sup>
D. Henrique da Silva	1.º marquês de Gouveia	25 Maio 1615	D. Filipe II <sup>19</sup>
D. João da Silva	2.º marquês de Gouveia	29 Maio 1649	D. João IV <sup>20</sup>

QUADRO 1 – Donatários de São Nicolau e São Vicente

<sup>10</sup> Cf. Zelinda Cohen, «Administração das ilhas de Cabo Verde e seu Distrito no segundo século de colonização (1560-1640)», in *HGCV*, vol. II, pp. 189-190. Esta autora define duas realidades institucionais no arquipélago, uma onde os organismos de gestão pública ganharam pertinência e outra em que, mercê da escassez de povoadores brancos, eles estão ausentes. Dentro desta última vê ainda duas modalidades: uma em que não há qualquer intenção de colonização, mas apenas de exploração económica (como em São Nicolau), outra, onde a concessão implicava a atribuição de certa jurisdição, pelo que licitamente se esperaria um povoamento mais intenso.

<sup>11</sup> Além das fontes referidas, utilizámos os seguintes estudos na elaboração deste quadro: Luís Filipe Oliveira e Miguel Jasmim Rodrigues, «Um Processo de Reestruturação do Domínio Social da Nobreza. A Titulação na 2.ª Dinastia», in *RHES*, n.º 22, Janeiro-Abril 1988, p. 109; *SHCVG*, parte I, cap. V, pp. 152-178 e cap. VI, p. 208.

<sup>12</sup> Cf. IAN/TT, *Chancelaria D. Manuel I*, liv. 31, fls. 88-88v e 105.

<sup>13</sup> Cf. IAN/TT, *Chancelaria D. João IV*, liv. 5, fls. 290-294.

<sup>14</sup> Cf. IAN/TT, *Chancelaria D. João III*, liv. 39, fls. 1v-2.

<sup>15</sup> D. Sebastião fazia mercê ao seu mordomo-mor, autorizando-o a declarar por sua sucessora sua neta D. Filipa da Silva, que herdaria assim toda a Casa, incluindo o gado das ilhas de São Nicolau e São Vicente de Cabo Verde (cf. IAN/TT, *Chancelaria D. Filipe I*, liv. 13, fls. 8v-9v / BA, cód. 44-XIII-32, n.º 47D).

<sup>16</sup> *Ibidem*.

<sup>17</sup> Cf. IAN/TT, *Chancelaria D. João IV*, liv. 5, fls. 290-294.

<sup>18</sup> O rei agraciava o seu mordomo-mor, confirmando-lhe a renúncia que fizera de toda a sua Casa e título em seu irmão D. Henrique da Silva, dado que não tencionava casar e ter sucessores (cf. IAN/TT, *Chancelaria D. Filipe II*, liv. 29, fls. 305v-306).

<sup>19</sup> Cf. IAN/TT, *Chancelaria D. Filipe II*, liv. 37, fls. 91v-97.

<sup>20</sup> Cf. IAN/TT, *Chancelaria D. João IV*, liv. 5, fls. 290-294.

Por esta doação, a ilha foi integrada numa das maiores e mais prestigiadas Casas Senhoriais do Reino. Os condes de Portalegre eram também senhores de Celorico, Gouveia e São Romão, possuindo igualmente numerosas alcaidarias; detinham ainda importantes cargos na administração régia, como o de mordomo-mor <sup>21</sup>. Assim, São Nicolau foi passando de pai para filho, desde D. Diogo até D. Álvaro; este, dado que não tivera filhos varões, deixou a Casa à sua neta D. Filipa, a qual se casou com D. João, que por este casamento, se tornou também conde de Portalegre. Seguiu-se-lhes o seu filho mais velho, D. Diogo da Silva, o qual renunciou a toda a Casa em favor do seu irmão D. Henrique, uma vez que não tinha descendentes directos; este recebeu, então, o título de marquês de Gouveia, conservando todas as mercês dadas aos seus antecessores, entre as quais a ilha de São Nicolau. Porém, o filho deste, D. João da Silva, não teve filhos das duas vezes que foi casado, acabando por deixar a Casa ao seu sobrinho, D. João de Mascarenhas, filho da sua irmã D. Juliana e de D. Martinho de Mascarenhas, 4.º conde de Santa Cruz e donatário de Santo Antão de Cabo Verde. A Coroa não terá, então, admitido que a ilha de São Nicolau fosse doada a este fidalgo, que assim se tornaria detentor das principais ilhas do Barlavento. Desta forma, em 1696 a ilha regressou à posse da Coroa, alegando-se que a sucessão só era válida se houvesse descendentes por linha direita masculina <sup>22</sup>. Conforme referido, sabemos que aquele princípio fora já superado duas vezes, pelo que parece óbvia a intencionalidade de subtrair a ilha à posse da família, nesta situação.

Durante o período em que esta esteve sobre o senhorio dos Silvas, materializou-se um sistema de exploração, no qual o seu detentor estava completamente ausente; o conde de Portalegre nunca se deslocava a São Nicolau e apenas colhia os frutos que ela dava naturalmente, ou que resultavam do ténue sistema de povoamento ali instalado, como veremos adiante. Desta forma, a única autoridade residente em São Nicolau, durante o tempo em que a ilha esteve na posse desta família, era um feitor, o qual desempenhava todos os poderes delegados pelo seu senhor. Portando-se como agente do conde, este teria jurisdição sobre a pequena comunidade de pessoas que ali se ia instalando, cuidando sobretudo de organizar a exploração da ilha, no sentido desta gerar as maiores receitas possíveis, com o menor número de despesas empregues <sup>23</sup>. A fragilidade das estruturas de poder era, portanto,

<sup>21</sup> Veja-se o citado artigo de Silvina Silvério e Marisa Pires Marques, «D. Diogo da Silva de Meneses e a política régia portuguesa», in *op. cit.*

<sup>22</sup> Cf. *SHCVG*, parte I, cap. V, pp. 152-178 e cap. VI, p. 208.

<sup>23</sup> São vários os documentos que revelam que a única autoridade existente na ilha era este oficial do conde de Portalegre. Como exemplo vejam-se os seguintes: em 1677, o bispo escrevia para as diversas ilhas de Barlavento, nomeadamente para São Nicolau, para tratar do pagamento



muito acentuada, como podem comprovar os seguintes testemunhos: uma carta de 1670, de Frei Teodoro de Bruxelas, um missionário que viveu em São Nicolau mais de um ano, na qual se dizia que «no tienen ministros de Justicia para su gouierno»<sup>24</sup>; os avisos feitos ao rei, em 1694 e no ano seguinte, pelo bispo e pelo governador do arquipélago, alertando para a situação de desgoverno das ilhas do Barlavento, particularmente na aplicação da justiça. Segundo este prelado e aquele oficial, crimes violentos estavam a ser cometidos, sem que houvesse qualquer entidade para os punir<sup>25</sup>.

Em 1696 a ilha passou a ser gerida directamente pela Coroa, nomeadamente pelo Conselho da Fazenda. A entrega da sua tutela a este organismo, e não ao Conselho Ultramarino, a quem competia a generalidade das temáticas respeitantes ao Império, justifica-se pelo facto desta continuar a ser vista apenas como uma zona de exploração económica, não como um espaço em fase de povoamento<sup>26</sup>. Aliás, tudo leva a crer que, nos primeiros anos após a morte do marquês de Gouveia, a Coroa tenha lá colocado um feitor, com as mesmas funções daquele que anteriormente ali agia em nome do donatário<sup>27</sup>. A alteração do senhorio da ilha terá criado mesmo, num primeiro momento, algum vazio de poder, dado que há queixas de que ela estava ao abandono, sem ninguém que aproveitasse as suas potencialidades naturais<sup>28</sup>. Parece, aliás, que a Coroa não só não estava interessada em criar ali uma colónia semelhante às existentes em Santiago e Fogo, e a consequente exploração intensiva dos seus recursos, como recusava a administração directa do que

das cóngruas dos párcos residentes; toda a comunicação foi feita com os feitores daquelas ilhas (cf. SHCVG, parte II, cap. II, pp. 66-67). A 13 de Maio de 1671, a Câmara da Ribeira Grande da ilha de Santiago, descrevendo ao rei as ilhas de Barlavento, dizia que eram ilhas «de denotario sem camara nem capitais mores» (cf. AHU, CV, cx. 6, doc. 48).

<sup>24</sup> Carta de Frei Teodoro de Bruxelas para os cardeais da Propaganda, escrita em Sevilha, a 1 de Janeiro de 1670 (cf. APF, *Scrittura Riferiti nelle Congregazioni Generali*, vol. 423, fls. 121-27, publicado na MMA, 2.ª série, vol. IV, Lisboa, 1991, doc. 106, pp. 281-87).

<sup>25</sup> Carta do bispo D. Frei Vitorino Portuense, feita na Ribeira Grande, a 23 de Julho de 1694 (cf. AHU, CV, cx. 8, doc. 8) e do governador António Gomes de Mena, emitida na mesma cidade, a 4 de Agosto de 1695 (cf. AHU, CV, cx. 8, doc. 23).

<sup>26</sup> Por carta de 23 de Março de 1696, o rei ordenou ao governador António Gomes de Mena que se arrecadasse o rendimento das ilhas de São Nicolau e São Vicente desde a data da morte do marquês de Gouveia (cf. AHU, CU, cód. 489, fl. 122v e AHN, SGG, A1/0001, fls. 36v-37 e A1 / 0002, fl. 12). A 5 de Novembro do mesmo ano, o Conselho Ultramarino remeteu a resposta ao Conselho da Fazenda, «onde a materia delas toca», eximindo-se de tratar de assuntos referentes a estas ilhas (cf. AHU, CU, cód. 478, fl. 95v). Esta divisão de responsabilidades está bem patente nos pareceres do Conselho Ultramarino de 3 de Outubro de 1698 (cf. AHU, CU, cód. 478, fls. 113-113v) e de 2 de Abril de 1699 (cf. AHU, CV, cx. 8, doc. 127).

<sup>27</sup> Carta do governador D. António Salgado, feita na Ribeira Grande, a 29 de Junho de 1698 (cf. AHU, CV, cx. 8, doc. 78).

<sup>28</sup> Carta do bispo D. Frei Vitorino Portuense, feita na ilha de Santiago, a 9 de Julho de 1698 (cf. AHU, CV, cx. 8, doc. 79). Diz o bispo que as ilhas não rendiam o que podiam «por falta de hauer quem trate dellas».

fora deixado pelos donatários. De facto, logo que São Nicolau passou para a tutela da Coroa, diligenciou-se para que fosse arrendada a sua gestão, de forma a que esta fosse assegurada por uma entidade privada em nome do Estado. Se as primeiras tentativas régias datam de 1696, só temos conhecimento de que isso se tenha verificado em Dezembro de 1705, quando Inácio Franco a arrematou, juntamente com a Boavista<sup>29</sup>. É de crer, porém, que este mercador da ilha de Santiago já tivesse feito o mesmo nos anos anteriores, dado que há registos mais antigos de navios seus a fazerem a carreira entre São Nicolau e a cidade da Ribeira Grande<sup>30</sup>.

São Nicolau (com suas anexas) e a Boavista foram depois arrendadas a Manuel Lopes Godelho, que celebrou o respectivo contrato no Conselho da Fazenda em 1711. Este, válido por nove anos, era omissivo no que respeita aos direitos e deveres civis do arrendatário sobre os habitantes das ilhas, salientando mais os seus benefícios económicos. Determinava-se, apenas, que a população fosse constrangida a trabalhar para ele, nomeadamente no pastoreio e matanças do gado e nos «mais serviço das ditas jlhas», tal como nos tempos do marquês de Gouveia. Por outro lado, o contratador podia lá colocar todos os oficiais que lhe parecessem convenientes à sua boa administração, ficando também estabelecido que todos os rebeldes ou criminosos identificados deveriam ser remetidos, pelos respectivos feitores, ao governador ou ao ouvidor-geral de Cabo Verde<sup>31</sup>. O exercício da justiça era pois, pelo menos em teoria, atribuído aos mais altos funcionários régios da capitania, instalados na distante ilha de Santiago, o que nos faz duvidar da aplicabilidade desta directiva. Assim, o que podemos concluir é que estes arrendatários da ilha de São Nicolau acabaram por agir e ter poderes muito semelhantes aos dos antigos senhores, embora de forma limitada aos períodos de tempo em que tinham a seu cargo a gestão da ilha. Sabemos que, findo o mencionado contrato, o capitão-de-mar-e-guerra João *Dansaint* se propôs a renová-lo com as mesmas condições do anterior, tendo para isso requerido uma excepção à lei que impedia os militares de participar em semelhantes negócios. O Conselho Ultramarino sancionou favoravelmente a petição, alegando que mais ninguém se tinha oferecido para realizar aquela arrematação, um sinal revelador da sua rentabilidade limitada<sup>32</sup>.

<sup>29</sup> Cf. SHCVG, parte II, cap. III, pp. 116 e 176.

<sup>30</sup> Cartas do governador D. António Salgado, emitidas em Santiago, a 13 de Junho e 10 de Julho de 1700 (cf. AHU, CV, cx. 9, doc. 13A).

<sup>31</sup> Contrato das rendas das ilhas de São Nicolau e suas anexas que foram do marquês de Gouveia e da ilha da Boavista que foi de João de Melo da Silva, que se fez no Conselho da Fazenda com Manuel Lopes Godelho, a 8 de Julho de 1711 (cf. AHU, CV, cx. 9, doc. 64 e AHN, SGG, A1/0005, fls. 161-162v).

<sup>32</sup> Parecer do Conselho Ultramarino dirigido ao rei, s.d. (cf. AHU, CV, cx. 9, doc. 64).



Não temos conhecimento de que, até 1727, tenha existido na ilha outro agente de poder, que não o referido feitor<sup>33</sup>. Nesta data, porém, o rei decidiu enviar a Cabo Verde o coronel da Armada Real Álvaro Sanches de Brito, com a incumbência de colocar no governo de Santo Antão um indivíduo que substituísse o representante dos antigos donatários<sup>34</sup>. O escolhido para esta função foi Sebastião de Mendonça e Zuniga, o qual foi nomeado, a 29 de Julho do mesmo ano, como governador daquela ilha; este ficava subordinado ao governador-geral de Cabo Verde e detinha uma indefinida jurisdição sobre as vizinhas, nomeadamente sobre os feitores de São Nicolau e Boavista<sup>35</sup>. A distância das ilhas do Barlavento face à sede do governo do arquipélago e o que isso acarretava no seu grande descontrolo, bem como a própria situação interna de Santo Antão, determinaram a criação de um oficial superior, residente na maior destas ilhas, com jurisdição sobre as demais, embora na dependência do governo-geral de Cabo Verde. Esta nomeação expressa a decisão régia de reforçar o controlo sobre este arquipélago Atlântico, nomeadamente das parcelas que, até então, não tinham conhecido qualquer forma de poder civil.

Quanto às atribuições deste oficial, elas não foram imediatamente definidas: ainda durante o ano de 1727, o ouvidor-geral queixou-se ao rei de que Zuniga estava a governar sem regimento, facto que lhe parecia estranho, dado o adiantado estado de povoamento daquelas ilhas<sup>36</sup>. O próprio governador nomeado fez sentir ao monarca a grande dificuldade sentida na administração da justiça, carência que estava, no momento, a ser colmatada pela presença ocasional do referido ouvidor<sup>37</sup>. De facto, a justiça régia sempre se

<sup>33</sup> Além do padre, apenas este oficial é referido na relação do capitão Roberts, que visitou Cabo Verde na década de 1720, nomeadamente a ilha de São Nicolau. Utilizaremos aqui a tradução portuguesa de Désiré Bonnaffoux «As Ilhas de Cabo Verde nos anos de 1720. Quatro anos de viagens do Capitão George Roberts», publicada em vários números da *Ponto & Vírgula. Revista de Intercâmbio Cultural*. Esta referência a São Nicolau está no n.º 8, Março, Abril 1984, pp. 3-11. Sobre este documento veja-se o artigo de João Lopes Filho, «O quotidiano cabo-verdiano a partir de um documento do século XVIII», in *Africana*, n.º 6 especial, Porto, 2001, pp. 309-324.

<sup>34</sup> Cf. AHU, CV, cx. 12, doc. 39 e SHCVG, parte II, cap. IV, p. 254. Sobre as razões que levaram a Coroa a decidir-se pela nomeação deste oficial veja-se o artigo de Artur Teodoro de Matos, «Santo Antão de Cabo Verde (1724-1732): da ocupação inglesa à criação do regime municipal. Mutações políticas, recursos económicos e estruturas sociais», in *A Dimensão Atlântica da África (4.ª Reunião Internacional de História de África, São Paulo, 1997, pp. 187-89.*

<sup>35</sup> Carta patente de Álvaro Sanches de Brito, dada a 29 de Julho de 1727, na fragata *Nossa Senhora da Vitória* (ancorada no porto da ilha de São Vicente); regimento provisório de governo, emitido a 27 do mesmo; acto de posse, feito a 1 de Agosto do referido ano, na povoação da Ribeira Grande da ilha de Santo Antão; (cf. AHU, CV, cx. 15, doc. 8).

<sup>36</sup> Carta de Sebastião Bravo Botelho para o rei, escrita em Santo Antão, a 3 de Agosto de 1727 (cf. AHU, CV, cx. 12, doc. 39).

<sup>37</sup> Carta de Sebastião de Mendonça e Zuniga para o rei, feita em Santo Antão, a 3 de Agosto de 1727 (cf. AHU, CV, cx. 12, doc. 39).

exercera nas ilhas do Barlavento, nomeadamente na de São Nicolau<sup>38</sup>, de uma forma muito ténue, cingindo-se às visitas muito ocasionais do ouvidor-geral, acompanhado de um escrivão, as chamadas correições<sup>39</sup>. Nas referidas duas cartas pedia-se um regimento para que o novo governador de Santo Antão pudesse exercê-la com maior assiduidade, não só nesta ilha, «como também na de Sam Nicullao e outras vezinhas». A questão foi parcialmente resolvida quando o Conselho Ultramarino, pouco depois, decidiu que fosse dado temporariamente a Zuniga o mesmo regimento do capitão-mor da praça de Cacheu, também dependente do governador de Cabo Verde<sup>40</sup>.

Esta clarificação foi, porém, insuficiente para evitar que o novo governador de Santo Antão fosse objecto de críticas. Ainda naquele ano, a situação de abuso de poder foi prevista no Conselho Ultramarino, pelo que este recomendou que Zuniga fosse designado por capitão-mor e não por governador, de forma que ficasse bem nítida a sua sujeição ao governador-geral do Arquipélago<sup>41</sup>. Data desta altura, por outro lado, o primeiro provimento que conhecemos de um capitão e feitor da ilha de São Nicolau, aliás como também da Boavista, cargo aparentemente criado para reforçar o papel dos encarregados locais da Fazenda Real, juntando ao título de feitor, já existente, o de capitão ou comandante<sup>42</sup>. Ao que tudo indica, estes ficavam contudo sob a alçada de Mendonça e Zuniga, que assim desempenharia um lugar intermédio entre o governador-geral de Cabo Verde e os capitães feitores daquelas ilhas do Barlavento. Em concordância com esta posição, o rei determinou que fosse passada a Zuniga uma patente de «cappitam mor da Ilha de Santo Antão, S. Nicolao, e S. Vicente, por tempo de tres anos»<sup>43</sup>.

<sup>38</sup> Segundo Sebastião de Bravo Botelho, a ilha de São Nicolau «não tem forma nem modo de se administrar nella justiça, por não ter gouernança e cada hum faz justiça por sua mão com violencia dos mais pobres» (cf. AHU, CV, cx. 12, doc. 39).

<sup>39</sup> Tudo indica que as recomendações do Conselho Ultramarino, feitas a 17 de Janeiro de 1702 (cf. AHU, CU, cód. 478, fls. 142-142v), e as ordens régias, de 20 de Outubro do mesmo ano (cf. AHU, CU, cód. 489, fls. 183-183v e AHN, SGG, A1/0003, fls. 207v-208 e A1/0004, fls. 120v-122), para que os ouvidores se deslocassem às ilhas do Barlavento, pelo menos uma vez por cada triénio de serviço, não estariam a ser cumpridas.

<sup>40</sup> Parecer do Conselho Ultramarino, dado a 24 de Setembro de 1727 (cf. AHU, CV, cx. 12, doc. 39). Por este regimento, Zuniga tornou-se o poder máximo naquelas ilhas, tanto no foro político, como ao nível da Fazenda Real; a concentração dos cargos de capitão-mor e de feitor parece, aliás, ter sido política corrente dos governadores-gerais do arquipélago (cf. Luiz de Bivar Guerra, «A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos às Ilhas de Cabo Verde em 1753 e o regimento que deixou na ilha de São Nicolau», in *Studia*, n.º 2, Lisboa, Julho 1958, p. 236).

<sup>41</sup> Parecer do Conselho Ultramarino, de 3 de Outubro de 1727 (cf. AHU, CV, cx. 12, doc. 48).

<sup>42</sup> Registo da carta patente de Francisco de Oliveira Grans, governador de Cabo Verde, de 1 de Janeiro de 1729, provendo Manuel Duarte Cidade no posto de capitão feitor da ilha de São Nicolau (cf. AHN, SGG, A1/002, fls. 205v-206).

<sup>43</sup> Determinação régia de 30 de Março de 1729 (cf. AHU, CV, cx. 13, doc. 21).



Mas novos problemas se levantaram, sendo este indivíduo alvo de duras críticas por parte do governador Francisco de Oliveira Grans e do novo ouvidor José da Costa Ribeiro. Zuniga foi acusado, entre outros, dos seguintes desmandos: desrespeitar e desobedecer ao poder superior do governador, ignorando as cartas que este lhe dirigia; sonegar parte das fazendas daquelas ilhas, recusando-se a enviá-las para Santiago e falsificando as certidões das poucas que a ela remetia; tornar-se senhor das riquezas das ilhas do Barlavento, vendendo grandes quantidades do seu gado, o qual se encontrava, por isso, seriamente diminuído, e arrematando ilegalmente a exploração da urzela; não cobrar os direitos exigidos aos navios estrangeiros que a elas iam comerciar<sup>44</sup>. Facto curioso, e que deve ser salientado, é o de que o capitão-mor de Santo Antão ter-se-á conseguido senhorear facilmente da Fazenda Real desta ilha e das de São Vicente e Santa Luzia (ambas desertas). Porém, as ordens que remeteu para São Nicolau e para a Boavista não foram bem aceites pelos respectivos capitães feitores, que determinaram enviar os seus rendimentos para a capital. Certamente que ali já existia uma sociedade, e até elites algo organizadas, mais difíceis de corromper.

Em resumo, Zuniga era acusado de abuso de poder, nomeadamente do regimento que lhe fora dado (idêntico ao do capitão-mor de Cacheu) e de roubo da Fazenda Real, em proveito próprio. Desta forma, um modelo de administração que pretendia dar maior controlo à Coroa sobre as ilhas do Barlavento, acabou por ter como resultado o estabelecimento de um poder regionalizado, corrupto, desobediente e, portanto, completamente antagónico aos interesses reais. Lisboa, vítima da grande distância que a separava do arquipélago, ainda pretendeu contemporizar com aquele oficial<sup>45</sup>, acabando por determinar, em 1732, que o ouvidor Costa Ribeiro o prendesse e enviasse para o Reino, para que fosse castigado pelos seus desmandos<sup>46</sup>.

<sup>44</sup> Carta do governador-geral, Francisco de Oliveira Grans para o rei, feita em Santiago, a 24 de Abril de 1730 e carta do ouvidor-geral, José da Costa Ribeiro para o rei, redigida no mesmo local, a 8 de Junho do dito ano (cf. AHU, CV, cx. 14, doc. 43). Veja-se ainda a missiva do referido ouvidor, de 5 de Maio de 1731, e do mesmo governador, assinada em 6 de Abril de 1732 (cf. AHU, CV, cx. 14, doc. 65). Sobre o mau governo de Sebastião de Mendonça e Zuniga veja-se o já citado artigo de Artur Teodoro de Matos, «Santo Antão de Cabo Verde (1724-1732): da ocupação inglesa à criação do regime municipal. Mutações políticas, recursos económicos e estruturas sociais», in *op. cit.*, pp. 192-93.

<sup>45</sup> D. João V, a 10 de Setembro de 1730, ainda inquiriu os altos dirigentes do arquipélago, sobre se não haveria, naquele caso, apenas falta de comunicação (cf. AHU, CV, cx. 14, doc. 43).

<sup>46</sup> Carta do rei D. João V para José da Costa Ribeiro, feita em Lisboa, a 2 Fevereiro de 1732 (cf. AHU, CV, cx. 14, docs. 60 e 98). Sobre a actuação do ouvidor-geral neste caso, veja-se o artigo de Alexandra Pinheiro Pelúcia, «José da Costa Ribeiro, um Madeirense ao Serviço da Ouvidoria-Geral das Ilhas de Cabo Verde (1728-1740)», in *Revista Islenha*, n.º 21, Funchal, Julho-Dezembro 1997, p.129. Diz esta autora que, tendo sido levado para o Reino a 27 de Agosto do referido ano, Sebastião de Mendonça e Zuniga foi imediatamente preso, encontrando-se ainda no cárcere, em 1737.

A acção de José da Costa Ribeiro, ouvidor-geral de Cabo Verde durante 12 anos (1728-40), para o progresso da estrutura político-administrativa de São Nicolau não se resumiu ao debelar do poder abusivo e opressor de Mendonça e Zuniga. Na verdade, este homem foi responsável por uma das mais decisivas reformas institucionais da história das ilhas do Barlavento, uma daquelas que teve maior alcance temporal<sup>47</sup>. Tendo opinado, em 1730, que nestas ilhas os moradores eram portugueses apenas de nome, porque não obedeciam e nem sequer conheciam as leis do Reino<sup>48</sup>, disse no ano seguinte que elas não tinham «administração de justiça, nem forma della». De facto, era sua opinião que as ilhas de Santo Antão e São Nicolau já tinham gente suficiente para adoptar mecanismos de governo próprios, nomeadamente a constituição de Câmaras Municipais, muito embora as suas elites praticamente não incluíssem indivíduos brancos<sup>49</sup>. Propunha, pois, que as povoações da Ribeira Grande de Santo Antão e da Ribeira Brava de São Nicolau fossem elevadas a vilas e que nelas fossem instituídos concelhos, com juízes eleitos, tal como existia no Fogo e, claro, em Santiago. Estes governar-se-iam pelas leis gerais do Reino, não necessitando de um regimento especial, funcionariam como qualquer município do mundo português; era porém conveniente que alguns oficiais camarários acumulassem cargos, como acontecia em algumas vilas da metrópole:

- o escrivão da Câmara seria simultaneamente do público, judicial, notas e almotaçaria (deveria ser remunerado pela autarquia).
- o alcaide exerceria as funções de carcereiro (devia igualmente ser pago pelo concelho).
- um dos juízes deveria ser também dos Órfãos, embora fosse preferível que o cargo de escrivão destes, constituísse um oficial separado.

Diga-se que, pela primeira vez, se preconizava a separação das administrações da fazenda, da guerra (ambas adiante tratadas) e da justiça. Esta

<sup>47</sup> Sobre a acção deste indivíduo para as ilhas do Barlavento veja-se, além de SHCVG, parte II, cap. IV, pp. 272-73, o citado artigo de Alexandra Pinheiro Pelúcia, «José da Costa Ribeiro, um Madeirense ao Serviço da Ouvidoria-Geral das Ilhas de Cabo Verde (1728-1740)», in *op. cit.*, pp. 132-33 e o trabalho de António Carreira, *Alguns aspectos da administração pública em Cabo Verde no século XVIII*, sep. *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, n.º 105, ano XXVII, Bissau, 1972, pp. 168-91.

<sup>48</sup> Extracto e reflexões sobre a consulta do Conselho Ultramarino, de 19 de Dezembro de 1778 (cf. AHU, CV, cx. 37, doc. 48B).

<sup>49</sup> Informação de José da Costa Ribeiro, feita na cidade da Ribeira Grande, a 16 de Abril de 1731 (cf. AHU, CV, cx. 14, docs. 27 e 28 e AHN, SGG, A1/0001, fls. 72v-74v e 101-103). Para o ouvidor, não era relevante que a maioria da população fosse negra e mulata, porque «segundo a qualidade da gente da terra, assim a governança della»; este acrescentava que já vira no Reino gente analfabeta a servir ofícios municipais.



última caberia às recém instituídas Câmaras Municipais, mantendo-se em todo o caso a figura institucional das correições periódicas, as quais deveriam ocorrer desejavelmente numa frequência trienal, quando o ouvidor-geral se deslocava a cada uma das ilhas, para fazer inquéritos dos casos mais graves, as chamadas devassas<sup>50</sup>. Estas propostas de Costa Ribeiro foram bem aceites pelos procuradores da Coroa e Fazenda e pelo Conselho Ultramarino, até porque elas respondiam a uma recomendação do monarca para que houvesse «um regime» nas referidas ilhas cabo-verdianas; este sancionou aquela reforma, a 30 de Agosto de 1731<sup>51</sup>. Assim, sabemos que o ouvidor terá partido para as ilhas do Barlavento a 25 de Abril do ano seguinte, a fim de a pôr em prática, dirigindo-se primeiro a Santo Antão e prevendo depois passar em São Nicolau e Boavista<sup>52</sup>. Em 1733, o rei confirmou o regimento dado por Costa Ribeiro, o qual foi inscrito nas Câmaras das vilas criadas, por ordem do governador-geral Bento Gomes Coelho<sup>53</sup>.

O sistema terá funcionado nestes termos durante os anos seguintes, sem grandes sobressaltos. Por exemplo, em 1736, deu-se uma feliz articulação de poder, ao nível da aplicação da justiça, entre os juízes da Câmara de São Nicolau e o ouvidor-geral; nesta altura, foi enviado da Ribeira Brava para Santiago, um preso acusado de ter morto um capitão de um navio inglês. O único obstáculo ao normal funcionamento das instituições era, segundo Costa Ribeiro, o próprio governador-geral do arquipélago, com quem estava então em litígio pessoal<sup>54</sup>.

Na década de 40, uma nova situação veio pôr à prova a credibilidade dos juízes da Ribeira Brava: entre 1732 e 1759, a ilha de Santo Antão regressou à posse da família que anteriormente a detinha, os marqueses de Gouveia, pelo que novos conflitos surgiram, entre os oficiais da Coroa e os representantes

<sup>50</sup> Nesta exposição, Costa Ribeiro manifestou a opinião de que as ilhas da Boavista, Maio e Brava não estavam preparadas para receber Câmaras Municipais, pelo que a nomeação, a partir de Santiago, de um juiz, que na primeira ilha seria acompanhado por um feitor, bastaria para a sua administração (cf. AHU, CV, cx. 14, docs. 27 e 28).

<sup>51</sup> O parecer favorável do Conselho Ultramarino data de 12 de Julho de 1731 (cf. AHU, CV, cx. 14, docs. 27 e 28), tendo sido seguido pela respectiva carta régia de 30 de Agosto do mesmo ano (cf. AHU, CU, cód. 486, fls. 251-251v e AHN, SGG, A1/0001, fls. 72-72v e 100v-101); vejam-se também os SHCVG, parte II, cap. IV, p. 263.

<sup>52</sup> Carta do governador Francisco de Oliveira Grans para o rei, feita na cidade da Ribeira Grande, a 5 de Junho de 1732 (cf. AHU, CV, cx. 14, doc. 68). Desconhecem-se os episódios ligados à visita às ilhas de São Nicolau e Boavista.

<sup>53</sup> Manuel Caetano Lopes de Lavre enviou para Cabo Verde, a 10 de Março de 1733, a provisão régia que confirmava os regimentos de Costa Ribeiro (cf. AHU, CU, cód. 486, fl. 277). Veja-se igualmente a carta de Bento Gomes Coelho, escrita na cidade da Ribeira Grande, a 6 de Junho de 1733 (cf. AHU, CV, cx. 15, doc. 12).

<sup>54</sup> Carta de José da Costa Ribeiro, redigida na cidade da Ribeira Grande, a 31 de Outubro de 1736 (cf. AHU, CV, cx. 16, doc. 53).

deste poder senhorial<sup>55</sup>. Além de serem acusados de desrespeitar os limites geográficos de jurisdição da sua ilha, como veremos adiante, o capitão-mor Francisco de Lima de Melo, outros oficiais e um estrangeiro eram apontados por extrair e negociar ilegalmente escravos e urzela, fugir ao pagamento de direitos alfandegários régios e coagir os habitantes de Santo Antão a ir para as desertas, com o intuito de recolher aquele líquen. Mais importante para nós que os desmandos praticados por estes indivíduos, foi a solução adoptada pelo monarca para resolver a questão: os juízes da ilha de São Nicolau foram encarregues de tirar «hua exacta devassa» do sucedido; desta ilha deveria ser enviado um feitor à de Santo Antão, para cobrar os réditos em falta<sup>56</sup>.

O governador-geral pôs em marcha este procedimento, embora questionasse a idoneidade dos juízes da Ribeira Brava para realizar tão complexo trabalho, dizendo que estes eram analfabetos e incapazes; em alternativa recomendava que se esperasse pela correição que o ouvidor-geral oportunamente ali fizesse<sup>57</sup>. José da Costa Ribeiro, agora investido da função de consultor do Conselho Ultramarino, não concordou com esta apreciação, ironizando que seria impossível que, em apenas quatro anos, tivesse morrido toda a gente capaz que lá deixara. Para este oficial existia em São Nicolau uma pequena elite bem comportada, educada numa aula e falante de português (e não do crioulo de Santiago), além de terem assistido às eleições 60 pessoas, todas aptas a assinar o seu nome. Relembrava também que já várias vezes recebera devassas tiradas por estes juízes, «as quais vinham com pouca retórica, mas eram competentes e judiciais», reafirmando a sua opinião de que deveriam ser estes oficiais, a tratar deste caso<sup>58</sup>.

Outra questão em que o governador e o consultor do Conselho Ultramarino tiveram posições divergentes foi sobre a conveniência da Câmara de

<sup>55</sup> Veja-se, mais uma vez, o artigo de Artur Teodoro de Matos, «Santo Antão de Cabo Verde (1724-1732): da ocupação inglesa à criação do regime municipal. Mutações políticas, recursos económicos e estruturas sociais», in *op. cit.*, p. 189.

<sup>56</sup> Carta de D. João V para o governador de Cabo Verde, feita em Lisboa, a 23 de Novembro de 1743 (cf. AHU, CV, cx. 19, doc. 62; cx. 20, doc. 51 / AHU, CU, cód. 486, fl. 348 / AHN, SGG, A1/0001, fls. 86v-87 e A1/0002, fl. 270). Dizia o soberano que encarregara os juízes da Ribeira Brava daquela acção porque «fica vezinha», esclarecendo que os réditos referidos sempre se tinham pago «sem embargo de ter hoje aquella jlha restituída ao Donatario, porque nunca os direitos da Alfandega se entendem doados». Vejam-se também os SHCVG, parte II, cap. IV, pp. 291-92 e o trabalho de Daniel A. Pereira, «Regimento que deve observar o feitor da ilha de S. Vicente, Vicente Neves Caio (1752)», in *Estudos da História de Cabo Verde*, Praia, 1986, pp. 157-161.

<sup>57</sup> Carta do governador para o rei, escrita na ilha de Santiago, a 10 de Junho de 1774 (cf. AHU, CV, cx. 20, doc. 51). Dizia este que «os Juizes da Ilha de S. Niculao são taes sugejtos que nem saber ler nem escrever alguns e nem sabem tirar hua devasa como deve ser». A recepção desta carta levou D. João V a requerer, por despacho de 31 de Agosto de 1744, que fosse ouvido o conselho de José da Costa Ribeiro.

<sup>58</sup> Parecer de José da Costa Ribeiro, dado em Lisboa, a 4 de Janeiro de 1745 (cf. AHU, CV, cx. 20, doc. 51).



São Nicolau nomear o referido feitor para Santo Antão: o primeiro aceitara sem reservas a ideia, ao passo que o segundo defendia que fosse nomeado um natural daquela ilha, para evitar as despesas da sua estadia. Tanto num caso como no outro, as autoridades de Lisboa decidiram-se pelo parecer de Costa Ribeiro<sup>59</sup>. A devassa foi concluída em 1747, quatro anos depois de ter sido iniciada, mas os problemas continuaram até 1759, época em que o poder senhorial foi definitivamente extinto em Santo Antão<sup>60</sup>. Até esta data, como o referido episódio demonstra, as autoridades municipais de São Nicolau comportaram-se como as representantes da Coroa na região do Barlavento, no que toca ao exercício da justiça régia, facto que lhe advinha de ser a maior e certamente a mais povoada daquele conjunto de ilhas sobre jurisdição real.

A deslocação do desembargador Custódio Correia de Matos ao arquipélago de Cabo Verde, investido das funções de juiz sindicante e provedor da Fazenda Real, iniciada a 10 de Abril de 1752, foi extremamente importante para todas as ilhas, especialmente para São Nicolau, em diversos aspectos da sua actuação<sup>61</sup>. Porém, se podemos considerar que a grande reforma político-institucional foi realizada no tempo de José da Costa Ribeiro, temos necessariamente de reconhecer que o principal contributo de Correia de Matos se deu no domínio económico. Aliás, os objectivos da sua missão eram à partida dessa natureza<sup>62</sup>.

Em qualquer dos casos, na sua primeira deslocação a São Nicolau, o sindicante mostrou-se espantado com o seu grande desgoverno, lembrando precisamente a obra de Costa Ribeiro<sup>63</sup>. Parece que a acção de antigos

<sup>59</sup> Parecer do Conselho Ultramarino e cartas de D. João V para o governador de Cabo Verde, de 18 de Maio de 1745 (cf. AHU, CV, cx. 20, doc. 51) e de 6 de Novembro do mesmo ano (cf. AHU, CU, cód. 486, fl. 370). Esta decisão veio contrariar o procedimento do governador João Zuzarte de Santa Maria, que tinha entretanto ordenado à Câmara de São Nicolau, que nomeasse três pessoas capazes de exercer o cargo de feitor de Santo Antão, das quais tinha entretanto escolhido uma (cf. AHU, CV, cx. 19, doc. 62).

<sup>60</sup> Carta do governador João Zuzarte de Santa Maria para o rei, feita na ilha de Santiago, a 20 de Maio de 1747 (cf. AHU, CV, cx. 20, doc. 51) e respectiva resposta, escrita em Lisboa, a 8 de Novembro de 1748 (cf. AHU, CV, cx. 22, doc. 38 e 43 / AHU, CU, cód. 486, fls. 392v-393). Por esta última, determinava-se que todos os documentos referentes a este processo fossem enviados para Lisboa, a fim de se tomarem os procedimentos convenientes. Ordenava-se também que, a partir daquela data, a nomeação dos capitães-mores de Santo Antão estivesse sujeita a confirmação régia.

<sup>61</sup> Sobre a sua vida e esta sindicância veja-se: António Carreira, «Conflitos Sociais em Cabo Verde no Século XVIII», in *RHES*, n.º 16, Lisboa, Julho-Dezembro 1985, pp. 63-88; Luiz de Bivar Guerra, «A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos às Ilhas de Cabo Verde...», in *op. cit.*, pp. 165-293.

<sup>62</sup> Carta de Custódio Correia de Matos para o rei, escrita na ilha de Santiago, a 15 de Janeiro de 1753 (cf. AHU, CV, cx. 24, doc. 41). Estes objectivos de natureza económica serão analisados em capítulo próprio.

<sup>63</sup> *Ibidem*. As mesmas apreciações foram lembradas no extracto e reflexão sobre a consulta de 19 de Dezembro de 1778 (cf. AHU, CV, cx. 37, doc. 48b).

oficiais superiores do arquipélago tinha descaracterizado a organização municipal que aí vigorava, com a outorga de novas leis e regimentos e a constituição de um só juiz para governar a vila. Episodicamente, este poder fora mesmo extinto por completo, por acção de um dos ouvidores-gerais do arquipélago, em claro abuso das suas competências, tendo sido igualmente confiscados os bens municipais<sup>64</sup>. Perante estas denúncias, o Conselho Ultramarino ordenou ao sindicante que restituísse a Câmara «ao Estado em que foi formada», anulando as regulamentações entretanto adoptadas<sup>65</sup>. Outro tema recorrente das suas queixas para o Reino era a falta de embarcações, destinadas a assegurar a circulação das ordens, vindas primeiro de Lisboa e depois de Santiago, para todo o arquipélago; denunciava que esta carência impossibilitava, por exemplo, a realização das correições periódicas do ouvidor às ilhas do Barlavento<sup>66</sup>.

A visita de Correia de Matos a Cabo Verde foi marcada por grande conflitualidade com outros órgãos superiores do arquipélago, nomeadamente com o ouvidor-geral Francisco Xavier de Araújo, para o qual se dirigiram muitas das suas insinuações. As disputas resultaram, naturalmente, da indefinição de esferas de competência entre ambos e do choque entre os intuitos renovadores do sindicante e os interesses estabelecidos no arquipélago<sup>67</sup>. A ilha de São Nicolau, como um dos locais privilegiados de permanência de Correia de Matos em Cabo Verde, constituiu-se como um dos principais palcos desta contenda. Já depois dos primeiros desentendimentos em Santiago, nos quais o ouvidor foi acusado de se afastar do cargo ilicitamente, de sonegar fundos públicos e de tentar impedir a deslocação do sindicante para São Nicolau<sup>68</sup>, deu-se um encontro nesta ilha, onde os dois lados procuraram arregimentar clientelas para fazer valer os seus direitos<sup>69</sup>.

<sup>64</sup> Provimto que deu o desembargador sindicante o Dr. Custódio Correia de Matos em visita da Provedoria, feito em São Nicolau, a 1 de Outubro de 1753 (cf. AHN, SGG, A1/0001, fls. 119 e 121v, publicado em apêndice, doc. 1).

<sup>65</sup> Parecer do Conselho Ultramarino e consequente carta régia, feitas em Lisboa, a 13 e 29 de Novembro de 1753 (cf. AHU, CV, cx. 24, doc. 25; cx. 26, doc. 58 / AHU, CU, cód. 479, fls. 12-13).

<sup>66</sup> Carta de Custódio Correia de Matos para o rei, emitida na ilha de Santiago, a 15 de Maio de 1753 (cf. AHU, CV, cx. 24, docs. 50 e 69).

<sup>67</sup> Veja-se António Carreira, «Conflitos Sociais em Cabo Verde no Século XVIII», in *RHES*, n.º 16, Lisboa, Julho-Dezembro 1985, pp. 63-88;

<sup>68</sup> Carta de Custódio Correia de Matos para o rei, escrita pelo escrivão do sindicante na vila da Praia, a 24 de Maio de 1753 (cf. AHU, CV, cx. 24, doc. 52). Para Matos, a razão da recusa do capitão Tomás Comane em levá-lo àquela ilha, para cumprir a sua missão, eram as ordens do ouvidor Xavier de Araújo.

<sup>69</sup> A promiscuidade de actuação do ouvidor levou Correia de Matos a afirmar que não realizava nenhuma das reformas de que vinha encarregar «sem receio de motim e sobrelevação», segundo o seu provimto de 1 de Outubro de 1753 (cf. AHN, SGG, A1/0001, fls. 119-119v, publicado em apêndice, doc. 1).



Esgrimindo argumentos para Lisboa, os dois oficiais procuraram depois ganhar o favor régio. O ouvidor declarou que, tendo Correia de Matos tomado conhecimento da sua chegada ao porto da Preguiça, mobilizara «todos os capitaens da terra» para impedir a sua chegada à povoação da Ribeira Brava. Depois de frustrada a tentativa de impedir Xavier de Araújo de exercer o seu poder, o sindicante ter-se-ia intrometido num processo que opunha o administrador geral do contrato da urzela ao antigo administrador do mesmo contrato na ilha de São Nicolau, Alberto Caetano Barreto<sup>70</sup>. Tomando claramente partido deste último (naquela altura a desempenhar as funções de escrivão da sua diligência), ao contrário da decisão que o ouvidor se preparava para tomar, Correia de Matos teria montado um tribunal improvisado na praça da vila, a fim de realizar um julgamento de acordo com as alegações que lhe pareciam mais justas. Também nesta situação Xavier de Araújo reclamou uma vitória, alegando que usara a sua força para repor o processo nos trâmites convenientes<sup>71</sup>.

Acusações deste tipo, por parte do ouvidor, tiveram pronta resposta de Correia de Matos: denunciou, perante o monarca, a sua conduta repreensível, nomeadamente a extorsão de dinheiro a alguns feitores (como o de São Nicolau), acto que lhe estava vedado por lhe ter sido retirada a Provedoria da Fazenda Real, em seu favor; apontou-lhe diversos desmandos, como o roubo de correspondência, a prática de trato ilícito de urzela e o boicote às suas acções, emanadas directamente do soberano<sup>72</sup>. A situação acabou por ser resolvida pelo governador Cunha d'Eça que, uma vez chamado por Correia Matos, se deslocou prepositamente à ilha de São Nicolau para resolver a contenda<sup>73</sup>. Porém, o sindicante pouco mais tempo de vida teve, já que a 2 de Junho de 1754 faleceu misteriosamente na ilha de Santiago, muito provavelmente assassinado, segundo a opinião de muitos dos seus contempo-

<sup>70</sup> Por carta não assinada dirigida ao secretário de Estado Diogo Mendonça Corte Real, certamente atribuível a Correia de Matos, de 23 de Março de 1754, sabemos que a aliança contra a actuação do sindicante juntara precisamente o ouvidor Francisco Xavier de Araújo, o administrador geral do contrato da urzela Francisco da Silva dos Santos e um frade capucho encarregue da vigararia daquela ilha, frei Manuel do Sobral (cf. AHN, SGG, A1/0001, fls. 132v-134).

<sup>71</sup> Carta do ouvidor-geral Francisco Xavier de Araújo para o rei, feita na ilha de São Nicolau, a 22 de Agosto de 1753 (cf. AHU, CV, cx. 24, doc. 25). Noutra missiva deste oficial, apresentada no parecer do Conselho Ultramarino de 27 de Abril de 1756, dizia que Correia de Matos «se achava tão rematadamente louco, que poucos diaz, se tinha visto pregar na Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Ilha de S. Nicolao, e pertendido dizer Missa na da Boavista» (cf. AHU, CV, cx. 26, doc. 58).

<sup>72</sup> Cartas de Custódio Correia de Matos, escritas na vila da Ribeira Brava, a 28 e 29 de Dezembro de 1753 (cf. AHU, CV, cx. 25, docs. 1 e 2).

<sup>73</sup> Cartas do sindicante Custódio Correia de Matos para o governador Luís António da Cunha d'Eça, de 12 de Setembro, 12, 14 e 16 de Novembro de 1753 (cf. AHN, SGG, A1/0006, fls. 89v-93v).

râneos. De facto, durante a sua visita, este indivíduo criara muitas inimizades entre os poderosos do arquipélago, não sendo de espantar que tenha falecido por ordem de qualquer um deles. Importa notar que, nas contendas que manteve, Correia de Matos privilegiou sempre muito a sua posição na ilha de São Nicolau, onde parece ter gozado de grande apoio por parte das suas elites, nomeadamente da Câmara Municipal. Contava, por outro lado, com a oposição do capitão-mor local Manuel Tavares da Silva, que por essa razão foi afastado do cargo pelo governador do arquipélago, já depois do sindicante falecer<sup>74</sup>.

Esta morte não veio, no entanto, pôr termo à confrontação política no arquipélago: nos anos seguintes cimentou-se uma animosidade crescente entre o novo ouvidor-geral João António da Silveira Sampaio e as dignidades do bispado, reflectindo-se esta situação na ilha de São Nicolau. Os religiosos acusavam-no de ter ficado satisfeito com o falecimento de Correia de Matos<sup>75</sup>, de desrespeitar a sua oferta à Igreja e de não cumprir a ordem real já referida, de reposição da Câmara da vila da Ribeira Brava conforme as Ordenações, mantendo as alterações ilegais instituídas pelo seu antecessor<sup>76</sup>; note-se que esta última denúncia foi também subscrita pelo governador<sup>77</sup>. Contudo, o ouvidor também não permaneceu imóvel perante estes ataques, acusando particularmente o bispo D. Frei Pedro Jacinto Valente de prender indiscriminadamente os seculares (por exemplo, juizes camarários), de realizar casamentos compulsivos (muitos dos quais na ilha de São Nicolau) e de nunca estar na sede do seu bispado (mas sempre nas ilhas do Barlavento). No que se refere ao governador, dizia que a sua visita a São Nicolau fora desas-

<sup>74</sup> Carta patente do governador Luís António da Cunha d'Eça, de 20 de Maio de 1754, na qual se provia Francisco José de Almeida no posto de capitão-mor de São Nicolau, por o seu anterior detentor «auxiliar conspirações no insulto que nela se fez ao desembargador sindicante Doutor Custódio Correia de Matos» (cf. AHN, SGG, A1/0006, fls. 120-120v).

<sup>75</sup> De facto, na carta que endereçou ao rei, a 25 de Dezembro de 1755, o ouvidor Silveira Sampaio demonstrou um certo desprezo pelo trabalho de Correia de Matos, dizendo que das suas atribuições «não consta que o dito Menistro cumprise, nem desse a sua devida execução a nenhuma dellas» e que «só unicamente consta ter estabelecido foros nas terras da Ilha de São Nicolao aonde fez a sua residência». Este oficial acusava também o sindicante de algumas irregularidades no domínio da fazenda, como veremos adiante (cf. AHU, CV, cx. 25, doc. 58).

<sup>76</sup> Carta do padre Manuel Ribeiro Livramento, capelão da Sé de Santiago, para o rei, feita na cidade da Ribeira Grande, a 2 de Agosto de 1755 (cf. AHU, CV, cx. 24, doc. 25). Este clérigo recordava que o desembargador sindicante oferecera um anel com um topázio e 16 diamantes, a Nossa Senhora da Conceição da ilha de São Nicolau, mas que o ouvidor, logo após a sua morte, «fez tirar o dito anel da mão da santíssima May de Deos [...] e o tem actualmente no dedo», depois de ter encenado a sua compra, por um preço muito abaixo do real.

<sup>77</sup> Parecer do Conselho Ultramarino, emitido em Lisboa, a 9 de Agosto de 1755, no qual se determinava que toda a documentação fosse reunida, para que posteriormente se desse sentença sobre o caso (cf. AHU, CV, cx. 25, doc. 37 / AHU, CU, cód. 479, fls. 20-20v).



trosa para os moradores da ilha, revelando diversas ilegalidades praticadas: a reforma das patentes atribuídas, cobrando para o efeito 8.000 réis por cada uma, e não 4.000 como era costume (processo analisado adiante); a extorsão de 500.000 reais aos seus habitantes, obrigando-os a dar «os próprios panos, que as mulheres tinham vestidas, ficando nuas», na ausência de numerário; a quase extinção do gado da Fazenda Real, o qual fora todo levado pela sua comitiva (um rombo de 250.000 réis)<sup>78</sup>.

As ilegalidades acima apontadas foram detectadas pelo ouvidor Silveira Sampaio, aquando duma correição que fez à ilha de São Nicolau, no ano de 1754, após a visita do governador e a morte de Correia de Matos. Durante a deslocação, este oficial procurou introduzir também alguns melhoramentos no sistema institucional da Câmara Municipal da vila, uma vez que para ele, desde que esta fora criada, nunca se tinham culpado e castigado verdadeiramente os infractores, dado que os oficiais nunca inquiriam as testemunhas pessoalmente. No tocante à correcta aplicação da justiça, entre os muitos capítulos despachados, aponte-se a introdução dos livros de querelas, acórdãos e hipotecas e a realização de duas devassas, uma das quais referente ao contrato da urzela<sup>79</sup>. Diga-se que a acção de Silveira Sampaio foi particularmente elogiada pelo capitão-mor e pelas autoridades municipais de São Nicolau, sobretudo no que se refere ao cerceamento de alguns abusos, exercício da justiça e apoio à população (concessão de esmolas aos mais pobres)<sup>80</sup>. Avaliação diferente foi feita pelo bispo da diocese, que registou, no auto da sua visita a São Nicolau, numerosas queixas contra o ouvidor, nomeadamente que este tentara assediar algumas mulheres da ilha<sup>81</sup>.

Pelos casos expostos parece inquestionável que esta ilha viveu muito intensamente a confrontação política que grassou no arquipélago em meados do século XVIII, nomeadamente as disputas entre os seus oficiais superiores. Para isto contribuiu decisivamente a longa permanência do sindicante Correia de Matos e do bispo D. Frei Pedro Jacinto Valente em São Nicolau e a residência deste último, praticamente durante todo o seu governo, na ilha

<sup>78</sup> Cartas do ouvidor-geral João António da Silveira Sampaio para o rei, feitas na cidade da Ribeira Grande, a 20 e 29 de Novembro de 1755 (cf. AHU, CV, cx. 25, doc. 54).

<sup>79</sup> Certidão de Francisco de Almeida Coimbra, escrivão da correição de João António da Silveira Sampaio, lavrada na ilha de São Nicolau, a 20 de Julho de 1754 (cf. AHU, CV, cx. 25, doc. 58).

<sup>80</sup> Certidões de Francisco José de Almeida, capitão-mor de São Nicolau, e Manuel da Luz Monteiro, juiz ordinário da Ribeira Brava, feitas na mesma vila, a 28 de Julho de 1754 (cf. AHU, CV, cx. 25, doc. 58).

<sup>81</sup> Termo das devassas feitas nas ilhas de S. Antão, S. Nicolau e Boavista, pelo bispo D. Frei Pedro Jacinto Valente, escrito em Santo Antão, a 20 de Novembro de 1755 (cf. AHU, CV, cx. 25, doc. 56). Dizia uma das moradoras, que Silveira Sampaio «escandalosamente cometia as mulheres que hião à sua caza [...] descompondo se diante dellas, e mostrando lhes as suas partes».

de Santo Antão. A dispersão, provavelmente intencional, destes agentes de poder pelo arquipélago alterou a habitual polarização da luta política na ilha de Santiago. Diga-se que esta realidade prolongou-se, aliás, até pelo menos ao final de setecentos.

É igualmente interessante focar que, na segunda metade do século XVIII, levantaram-se algumas vozes defendendo a supremacia da ilha de São Nicolau sobre as demais do arquipélago, ponderando a possibilidade desta se tornar a nova capital de Cabo Verde, em detrimento de Santiago. Durante estes anos, altas individualidades insulares foram trocando argumentos a favor e contra a atribuição de maior centralidade às ilhas do Barlavento. O primeiro texto que conhecemos, no qual se veiculava um esboço desta ideia, foi o de Custódio Correia de Matos. De facto, passados 20 dias sobre a sua chegada a Cabo Verde, este oficial partiu para aquela ilha, alegadamente por notícias que «na de Samthiago corrião, de que a de Sam Nicolao era a melhor das que se compoem este Governo»<sup>82</sup>. Esta opinião, reiterada depois de largas estadias naquela ilha<sup>83</sup>, acabou por ser materializada por este oficial, na grande atenção que lhe prestou durante a sua visita ao arquipélago, nomeadamente através da outorga de extensa legislação.

A ideia foi retomada, de uma forma muito mais explícita, pelo bispo D. Frei Pedro Jacinto Valente, durante muitos anos residente em Santo Antão. Defendia que aquela ilha se tornasse o centro da administração diocesana e que a de São Nicolau se transformasse na sede do governo político, onde residiria o governador e o ouvidor-geral. Assim, não só preconizava a transferência do centro de poder da capitania, da ilha de Santiago para o Barlavento, como defendia a separação espacial das administrações espiritual e temporal. Aduzia argumentos de diversa ordem, mas concentrava o ataque à ilha de Santiago nos seguintes pontos: o clima, «tão contrario a natureza humana», dado que poucos eram os oficiais que conseguiam resistir à chamada «doença da terra», morrendo pouco depois de lá desembarcar; a soberba dos seus moradores e dos oficiais superiores do arquipélago, sustentada pelo facto de ali estar instalada a capital; a ruína e desertificação quase total da cidade da Ribeira Grande, que já nem esse título merecia. Por contraponto, defendia as do Barlavento, afirmando que fora o bispo que mais tempo vivera no arquipélago, precisamente porque não residira em Santiago; acrescentava que se São Nicolau e Santo Antão não possuíam bons portos,

<sup>82</sup> Carta do desembargador Custódio Correia de Matos para o rei, emitida na ilha de Santiago, a 15 de Janeiro de 1753 (cf. AHU, CV, cx. 24, doc. 41).

<sup>83</sup> Carta não assinada dirigida ao secretário de Estado Diogo Mendonça Corte Real, certamente atribuível a Correia de Matos, de 23 de Março de 1754 (cf. AHN, SGG, A1/0001, fls. 132v-134).



a ilha de São Vicente detinha o melhor de Cabo Verde<sup>84</sup>. Diga-se que esta posição do clérigo, apesar de bem sustentada, destinava-se, além do mais, a justificar a sua demorada visita ao Barlavento e a sua recusa em deslocar-se para a capital.

Perante esta exposição, o monarca pediu conselho ao governador do arquipélago que, juntamente com o ouvidor-geral, rebateu os argumentos do prelado<sup>85</sup>. O ouvidor procurou desmontar as desculpas do bispo para não regressar à sua sede, mas acabou por reconhecer alguma justiça nas suas palavras, nomeadamente no que se referia à ruína do palácio episcopal e à maior incidência de doenças na ilha de Santiago; pareciam-lhe, no entanto, descabidas as queixas de falta de segurança na cidade da Ribeira Grande<sup>86</sup>. O governador recusava a transferência da capital de uma forma mais categórica, apresentando múltiplas vantagens da ilha de Santiago: a tradição; a posição estratégica, no centro do arquipélago; a sua maior extensão territorial e abundância populacional; a riqueza em víveres e gados; a existência de uma grande catedral e de um bom palácio episcopal (apesar de algo destruído); a melhor defesa, assegurada por múltiplas fortificações; a riqueza arquitectónica da cidade. O único argumento do bispo aceite era o facto das ilhas do Barlavento serem, efectivamente, mais saudáveis, o que não lhe parecia contudo razão suficiente para a alteração proposta<sup>87</sup>.

O assunto voltou à ordem do dia no final da década de 70, pela mão do novo bispo de Cabo Verde, D. Frei Francisco de São Simão. Este, mesmo antes de chegar ao arquipélago, fez algumas reivindicações ao monarca, destinadas a melhorar o nível de assistência espiritual da capitania; uma delas era, precisamente, que a residência episcopal fosse transferida da ilha de Santiago «para outra de melhor porto, e de ares mais saudáveis». Junto com esta petição, o Conselho Ultramarino analisou uma relação anónima, na qual se defendia a mudança da capital de Cabo Verde para a ilha de São Nicolau. Nesta, mais do que se atacar a posição da cidade da Ribeira

<sup>84</sup> Cartas do bispo D. Frei Pedro Jacinto Valente, escritas na ilha de Santo Antão, a 4 de Junho e 22 de Julho de 1764 (cf. AHU, CV, cx. 28, docs. 36 e 42). Por carta de 12 Março de 1772, o bispo retomava esta ideia, dizendo que daquelas ilhas «todas são pestíferas especialmente para os da Europa de que nenhum escapa de hua maligna, e poucos da morte, e só se excetuam desta regra, a Ilha de S. Nicolao e a ilha de Sancto Antão» (cf. AHU, CV, cx. 31, doc. 45).

<sup>85</sup> Ordem do rei, dada através do Conselho Ultramarino, a 12 de Outubro de 1764 (cf. AHU, CU, cód. 405, fls. 39v-40).

<sup>86</sup> Carta do ouvidor-geral João Gomes Ferreira para o rei, escrita na cidade da Ribeira Grande, a 22 de Junho de 1764 (cf. AHU, CV, cx. 28, doc. 39). No que respeita às doenças, recordava o caso de António Francisco Sendrim, que vindo de São Nicolau para Santiago, a fim de desempenhar as funções de administrador-geral do contrato da urzela, não durara mais de 25 dias, depois de ter chegado à capital.

<sup>87</sup> Cartas do governador Bartolomeu de Sousa e Brito Tigre para o rei, redigidas na cidade da Ribeira Grande, a 2 e 4 de Julho de 1765 (cf. AHU, CV, cx. 29, docs. 12 e 17).

Grande, descreviam-se as potencialidades de São Nicolau, que faziam dela candidata a receber o estatuto de capital. Evocavam-se as seguintes características: excelente clima e inexistência de doenças tropicais (estava «como as melhores situações da Europa»); bons portos na ilha (Preguiça e Tarrafal), mas sobretudo na vizinha São Vicente; uma povoação com dignidade (Ribeira Brava), com uma igreja e casas da vigararia razoáveis, susceptíveis de albergar personalidades de estatuto; significativa quantidade de população; notáveis campos agrícolas (sobretudo o ainda inexplorado da Tabuga) e boa produtividade de vários géneros (fig. 6); algumas potencialidades comerciais; ilhas vizinhas potencialmente ricas.

Este autor, que baseava as suas informações em antigos agentes da Companhia Geral de Grão-Pará e Maranhão e num padre, defendia que aquela mudança se podia fazer em apenas 24 horas, sem grandes dispêndios para a Fazenda Real. As casas da vigararia acolheriam o bispo, ao passo que o governador e o ouvidor se podiam alojar em qualquer outra habitação da vila, porque estas tinham a mesma comodidade que as de Santiago. Os principais benefícios desta acção, para as referidas individualidades e para a Coroa, eram os seguintes: fruírem de um clima mais saudável; estarem mais próximos das ilhas desertas, a fim de as povoar; potencializarem as riquezas superiores existentes naquelas ilhas do Barlavento; terem embarcações mais frequentes e estarem num local de eventual incremento comercial<sup>88</sup>. Pode pois constatar-se, em nossa opinião, a falta de argumentos apresentados pelos defensores desta ideia: apontavam-se poucos defeitos a Santiago (resumiam-se ao mau clima e à ruína da Ribeira Grande), subestimavam-se as dificuldades de concretização e as vantagens enumeradas eram muito escassas e, sobretudo, longínquas. Era uma perspectiva muito virada para acções futuras, que acabava por esquecer a real correlação de forças entre as ilhas.

A resposta foi dada, mais uma vez, por João Gomes Ferreira, entretanto regressado à Coroa, findo o seu mandato na Ouvidoria de Cabo Verde. Este começava por enumerar os oficiais que tinham servido, ou ainda estavam em funções no arquipélago de Cabo Verde e que, muito embora tivessem ficado doentes, tinham sobrevivido à doença da terra. Assim, não negava o suposto melhor clima das ilhas do Barlavento, mas afirmava que a causa de morte de muitos oficiais em Santiago fora a existência de uma elite local poderosa, que condenava todos aqueles que agissem contra os seus interesses. Depois fazia

<sup>88</sup> Tanto a petição do bispo como a «Breve noticia da Ilha de S. Nicolau e da facilidade com que para ella se pode mudar a Sé, e o Governo da ilha de S. Tiago» foram analisadas pelo Conselho Ultramarino, a 18 de Setembro de 1779, tendo-se deliberado que fosse ouvida a opinião do desembargador João Gomes Ferreira, antigo ouvidor-geral de Cabo Verde (cf. AHU, CV, cx. 39, doc. 20, parcialmente publicado em apêndice, doc. 2).



a apologia da ilha capital, citando a grandeza da sua cidade (especialmente da catedral e das fortificações), da sua vila, das nove freguesias rurais, da sua população, área, terra cultivada e comércio. Lembrava também que o bispo e o ouvidor teriam sempre que ir a Santiago, nas suas visitas e correições, sujeitando-se assim à doença da terra<sup>89</sup>. Se bem que mais consentâneos com a realidade, os argumentos deste oficial também pecavam por alguma imprecisão e, principalmente, por falta de visão de futuro. Gomes Ferreira evocava bem a real superioridade da ilha de Santiago sobre a de São Nicolau naquela época, mas denotava uma perspectiva assaz rígida na refutação das novas propostas de desenvolvimento para o arquipélago, as quais passavam em grande medida pelo Barlavento, como se veio a verificar. Por outro lado, os seus argumentos ignoravam, ou resolviam de forma pouco convincente, alguns problemas pertinentes, levantados pelos referidos bispos e por outros agentes.

Diga-se que este tema voltou a ser colocado, na década de 90, pelo bispo D. Frei Cristóvão de São Boaventura, e já no século XIX, por acção de António Pusich, nomeado intendente da marinha de Cabo Verde em 1801. O primeiro apoiava sobretudo a mudança da Sé para São Nicolau, como única forma de convencer naturais do Reino a mudarem-se para o arquipélago e assim suprirem as continuadas carências de sacerdotes da diocese. O segundo, também residente na ilha de São Nicolau por longos anos, defendeu aquando do seu mandato como governador-geral do arquipélago, que a capital passasse para aquela ilha, o que nunca chegou a acontecer<sup>90</sup>. Como é sabido, o desenvolvimento posterior de Cabo Verde levou a que os projectos de mudança da capital para o Barlavento passassem a estar centrados na ilha de São Vicente e no seu Porto Grande do Mindelo.

Outro assunto de particular relevância nesta época, foi a participação de São Nicolau no esforço conjunto de angariação de homens destinados à edificação de uma nova fortificação na ilha de Bissau<sup>91</sup>. Por ordem régia foram recrutados diversos condenados das várias ilhas, concedendo-se-lhes

<sup>89</sup> Parecer do desembargador João Gomes Ferreira, dado em Lisboa, a 2 de Dezembro de 1779 (cf. AHU, CV, cx. 39, doc. 29).

<sup>90</sup> Carta de D. Frei Cristóvão para Martinho de Melo e Castro, feita na ilha de São Nicolau, a 14 de Março de 1790 (cf. AHU, CV, cx. 46, doc. 8) e Ensaio físico e político da ilha de São Nicolau, elaborado pelo intendente da marinha António Pusich, no ano de 1803 (cf. Orlando Ribeiro, «As ilhas de Cabo Verde no princípio do século XIX», in *Garcia de Orta*, Lisboa, 1956, vol. 4 (n.º 4), pp. 628-33).

<sup>91</sup> Tendo obtido autorização do rei local em 1687, os portugueses começaram a construir a primeira fortaleza de Bissau em 1696, edificação que veio a ser arrasada em 1708, por ordem de D. João V. Em 1766, D. José promoveu novamente a fortificação do espaço, sendo este o monumento que ainda hoje se pode apreciar na cidade (cf. A. Teixeira da Mota, «Bissau», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, pp. 348-349).

perdão, a troco de trabalho naquela construção<sup>92</sup>. Desta forma, temos notícia de duas relações de condenados provenientes da ilha de São Nicolau, contabilizando-se no total 13 homens, que teriam sido integrados na 5.ª companhia daquele corpo; é de crer, no entanto, que outros tenham sido chamados a fazê-lo. Eram indivíduos jovens ou de meia idade (tinham 30 anos em média) e haviam sido culpados, na sua maioria, de furtos leves, sobretudo pequenos roubos; registavam-se apenas dois casos dissonantes, um acusado de mancebia, outro de homicídio de um escravo<sup>93</sup>. A operação, iniciada em 1765, arrastou-se alguns anos, dado que dois anos depois ainda não tinham chegado a Bissau todos os efectivos preparados<sup>94</sup>.

Quanto ao exercício da justiça na ilha de São Nicolau, durante a segunda metade do século XVIII, parece ter sido marcado por algumas perturbações, verificando-se alguns casos de arbitrariedade e omissão. Num deles, o governador Brito Tigre foi acusado de infligir maus tratos a alguns habitantes condenados injustamente naquele ilha, os quais, uma vez remetidos para a capital, foram barbaramente castigados, apesar de se terem refugiado no convento da cidade<sup>95</sup>. Noutro, os juizes ordinários da Câmara Municipal apuraram, por ordem do ouvidor-geral, a falta de diversos registos nos livros do cartório judicial (só havia processos a partir de 1749), no livro de acórdãos e no próprio regimento da ilha; segundo as testemunhas ouvidas, o culpado daqueles desaparecimentos fora o administrador geral da Companhia Geral de Grão-Pará e Maranhão, Maurício José da Silva Cardoso, que se investira de grande poder na ilha, não permitindo que ninguém o contrariasse. O respectivo feitor também o denunciou pelo roubo de livros da Fazenda Real, facto que constituía um claro abuso do seu cargo<sup>96</sup>. Efectivamente, desde 1757, todas as ilhas de Cabo Verde tinham sido incluídas na área de administração daquela Companhia, registando-se numerosas queixas contra os seus agentes, sobretudo ao nível económico (trataremos em capítulo próprio).

<sup>92</sup> Cartas de Bartolomeu de Sousa Brito e Tigre, feitas na cidade da Ribeira Grande, a 31 de Dezembro de 1765 e 27 de Janeiro de 1766 (cf. AHU, CV, cx. 29, doc. 35; cx. 30, doc. 4). Segundo uma informação mais tardia, foram recrutados 720 criminosos nestas ilhas (cf. AHU, CV, cx. 39, doc. 29).

<sup>93</sup> Provisão de Bartolomeu de Sousa Brito e Tigre, emitida na vila da Praia, a 15 de Dezembro de 1765 (cf. AHU, CV, cx. 29, docs. 31 e 36) e carta do ouvidor João Gomes Ferreira, de 12 de Dezembro de 1765 (cf. AHU, CV, cx. 29, docs. 30, 36 e 37).

<sup>94</sup> Carta do governador D. João Jácome de Baena Henriques, escrita na cidade da Ribeira Grande, a 20 de Março de 1767 (cf. AHU, CV, cx. 30, doc. 57).

<sup>95</sup> Carta de João Coelho Barros, redigida na ilha de Santiago, a 19 de Março de 1767 (cf. AHU, CV, cx. 30, doc. 56). Esta era apenas umas das queixas feitas sobre aquele oficial.

<sup>96</sup> Autos de exame e averiguação feitos por Manuel das Neves Soares, Diogo Lopes Rodrigues e André Duarte Silva, juizes e escrivão da Câmara Municipal da vila da Ribeira Brava, a 19 de Junho de 1772 (cf. AHU, CV, cx. 31, doc. 1).



O referido administrador foi ainda implicado noutra processo judicial, resultante de uma infracção cometida em São Nicolau, a qual acabou por determinar a sua prisão e envio ao Reino, a fim de ser severamente punido: foi então acusado de estar associado a Luís Silva, mestre do navio *São Joaquim*, que tentara fugir do porto do Tarrafal para Lisboa, deixando algumas pessoas, consideradas por eles indesejáveis, em terra<sup>97</sup>.

A irregularidade com que o ouvidor-geral realizava correições à ilha de São Nicolau foi outro dos factores que contribuiu para uma menor eficácia na aplicação da justiça. Em 1773, o governador confirmou que não se realizava uma visita deste tipo há cerca de uma década, pelo que todas as ilhas estavam «chorando por huma correição, que incessantemente requerião»; nesta ocasião, obrigou o ouvidor-geral a realizá-la, o que este aceitou a contra gosto<sup>98</sup>. Defendia-se, argumentando que fora ele o primeiro a cumprir a lei que determinava que aqueles oficiais fizessem uma viagem por cada triénio de serviço ao longo do arquipélago<sup>99</sup>. O que parece certo é que esta correição deu os seus frutos, uma vez que pacificou largamente a situação nas diversas ilhas do arquipélago. Como agente superior, recrutado entre os letrados do Reino, o ouvidor-geral conseguia por vezes fazer impor o seu ponto de vista, dado que não estava comprometido com os poderes e elites de cada ilha. As relações entre os dois oficiais é que nunca mais parou de se degradar; o governador enviou para Lisboa diversas queixas contra o ouvidor, acusando-o de ter pouco zelo e praticar certas ilegalidades quando efectuava as correições, nomeadamente na ilha de São Nicolau<sup>100</sup>. A situação só foi resolvida, quando aquele oficial regressou ao Reino, por ter terminado o seu mandato.

Outro caso judicial, com particular impacto nas gentes de São Nicolau, foi o da venda de pessoas livres a comerciantes estrangeiros, feita por alguns

<sup>97</sup> Para tal, tinham cortado apressadamente a amarra da embarcação, alegando que as condições meteorológicas assim o tinham exigido, o que não veio a ser comprovado através de inquérito a várias testemunhas e inspecção da própria amarra, conforme expressa a carta do governador Joaquim Salema de Saldanha Lobo para o rei, emitida na ilha de Santiago, a 22 de Maio de 1773, e respectivos autos de averiguação, feitos na ilha de São Nicolau, pelo juiz da Câmara Municipal, Manuel das Neves Soares (cf. AHU, CV, cx. 33, doc. 16).

<sup>98</sup> Carta de Joaquim Salema de Saldanha Lobo para o rei, escrita na ilha de Santiago, a 22 de Maio de 1773 (cf. AHU, CV, cx. 33, doc. 11). Este oficial classificou a ilha de São Nicolau, bem como a do Fogo, como aquelas «que mais necessitam, e de mais embaraços».

<sup>99</sup> Carta do ouvidor João Gomes Ferreira para o rei, redigida na ilha de São Nicolau, a 19 de Maio de 1773 (cf. AHU, CV, cx. 33, doc. 9).

<sup>100</sup> Carta de Joaquim Salema de Saldanha Lobo para o rei, feita na ilha de Santiago, a 20 de Março de 1776, contendo o resumo das desordens e missões e excessos que praticou o desembargador João Gomes Ferreira, sendo ouvidor de Cabo Verde (cf. AHU, CV, cx. 35, docs. 6 e 12). Acusava-o de apenas se ter deslocado a São Nicolau, aquando da referida correição, para aí forjar documentos a seu favor; assim o fizera contra o sargento-mor António de Araújo, administrador da Companhia na referida ilha.

moradores da ilha; esta situação revelava, antes de mais, o estado de precariedade económica dos seus habitantes. De facto, em 1774, o capitão francês *Jerodim* deslocara-se à ilha de São Nicolau, a fim de comprar escravos para levar para a colónia francesa de Caiena; porém, além destes, recrutara também alguns livres que, segundo o seu testemunho, tinham embarcado voluntariamente. A opinião do governador de Cabo Verde era porém inversa, confidenciando ao rei que aqueles indivíduos tinham sido forçados a rumar para a América, por coacção de alguns moradores da mesma ilha. Este oficial acrescentava que «as Nações Franceza, e Ingleza tem extrahido pessoas Livres destas Ilhas, como sempre fizerão», com apoio dos seus naturais<sup>101</sup>. Neste caso, o governador da colónia francesa devolveu os moradores livres, pedindo passaportes dos que eram efectivamente escravos. Ainda assim, o governador-geral instaurou autos de averiguação, que resultaram na condenação de alguns moradores da ilha<sup>102</sup>. Diga-se que temos outros exemplos de processos em que habitantes de São Nicolau foram condenados por auxiliar estrangeiros naquela prática<sup>103</sup>.

Anos depois, a conflitualidade política e disputa de competências entre as autoridades superiores do arquipélago voltou a fazer-se sentir em São Nicolau. Em Maio de 1786, o capitão-mor e feitor de São Nicolau, Manuel Francisco de Almeida, e o escrivão do Judicial da Câmara da mesma ilha, António Estêvão Spencer, remeteram quatro indivíduos presos para Santiago, acusados de ilegalidades várias<sup>104</sup>. Mal estes chegaram à capital, iniciou-se uma disputa entre o ouvidor e o governador, pelo direito de jurisdição sobre

<sup>101</sup> Carta de Joaquim Salema de Saldanha Lobo para o rei, escrita na ilha de Santiago, a 22 de Julho de 1775 e carta do governador de Caiena para este oficial, redigida naquela colónia francesa, a 13 de Janeiro de 1775 (cf. AHU, CV, cx. 34, doc. 36).

<sup>102</sup> Processo contra António José Rodrigues, pelo apoio que deviam ao capitão francês *Jerodim* na extracção de homens livres da ilha de São Nicolau para Caiena (cf. AHU, CV, cx. 35, doc. 13). Segundo a conclusão deste processo, este mestre do iate *Boa Nova* acertara com o francês aquele negócio, no porto do Tarrafal daquela ilha, a troco de mantimentos, chapéus, lenços, dinheiro e um relógio de ouro. Nesta ilegalidade teria participado também António Leite, administrador da Companhia Geral de Grão-Pará e Maranhão em São Nicolau.

<sup>103</sup> Na relação dos presos que, pela gravidade dos delitos, deviam ser remetidos para a Corte, elaborada na ilha de Santiago, a 22 de Julho de 1775, constavam os nomes de dois naturais de São Nicolau implicados na venda de indivíduos livres a ingleses (cf. AHU, CV, cx. 34, doc. 32). Outro caso semelhante, referente ao piloto António José Rodrigues, está referenciado na carta do governador Joaquim Salema de Saldanha Lobo, emitida na ilha de Santiago, a 20 de Março de 1776 (cf. AHU, CV, cx. 35, docs. 9 e 13).

<sup>104</sup> Segundo os autos abertos por estas duas autoridades locais e a certidão dos oficiais militares da mesma ilha, os presos eram acusados do seguinte: José Gomes da Silva, de delinquência nocturna, com bebedeiras, bulhas e furtos; Mateus Duarte Cabral, de agressão contra um capitão da guarda; José Campelo, de repetida falta de comparência ao alistamento militar; Luís da Cruz, de alheamento do serviço militar e rebeldia contra as autoridades, já que resistira armado à prisão (cf. AHU, CV, cx. 43, doc. 44).



os detidos: alegava o primeiro que estes lhe pertenciam, porque tinham sido enviados pelo juízo ordinário de São Nicolau, onde tinham sido indiciados, para aquele juízo da correição; o segundo rebatia que eles haviam sido destinado a ele, pelo capitão-mor da ilha. A questão do remetente era importante, porque cada um daqueles organismos em São Nicolau dependia do seu oficial superior em Santiago. Na impossibilidade de reclamar a tutela sobre os quatro presos, o ouvidor-geral resolveu embargar apenas dois deles, os que eram acusados de crimes desligados da função militar. Apesar das exposições destes para o Reino, a solução do caso acabou por obedecer à política do facto consumado: perante os apelos do comandante da praça de Cacheu, o governador atribuiu-lhe os quatro detidos, que assim cumpriam a pena ao serviço da Coroa na Guiné <sup>105</sup>. O caso revela bem que a conflitualidade, apesar de permitida por indefinição legislativa, punha-se essencialmente por divergências pessoais: em São Nicolau as autoridades civis e militares actuaram em conjunto na resolução do problema, ao passo que em Santiago todos os argumentos foram válidos para a luta política. Note-se que esta situação não nos convence de que tenha havido sempre boa cooperação entre os agentes de poder em São Nicolau, mas o que é facto é que não temos notícias de grandes rivalidades.

Enfim, apesar das perturbações referidas, na viragem para o século XIX, a ilha de São Nicolau já possuía uma administração mais complexa, consubstanciada na existência de numerosos oficiais da fazenda, eclesiásticos, militares e civis. No que toca a estes últimos, que estavam integrados no município da vila da Ribeira Brava, contavam-se os seguintes elementos:

- dois juízes ordinários, eleitos pelo pelouro da Câmara;
- dois vereadores, designados da mesma forma;
- um procurador do concelho, também seleccionado pelo pelouro do município;
- um escrivão e tabelião do judicial e notas, nomeado pelo governador-geral do arquipélago;
- um meirinho, escolhido igualmente por este oficial.

Registe-se que os mesmos obtinham uma apreciação geral muito positiva por parte do governador Marcelino António Basto, o que não acontecia

<sup>105</sup> Cartas do ouvidor-geral José Ferreira da Silva e do governador-geral António Machado de Faria e Maia para Martinho de Melo e Castro, feitas a 6 de Junho e 10 de Julho de 1786 (cf. AHU, CV, cx. 42, doc. 22; cx. 43, doc. 44). Este desentendimento minou a relação destes dois oficiais daí para diante, sendo inúmeras as queixas de um contra o outro (veja-se cf. AHU, CV, cx. 43, docs. 76 e 84).

noutras ilhas do arquipélago <sup>106</sup>. Esta opinião não era, porém, unanimemente subscrita: o intendente da marinha António Pusich criticava o colectivo camarário, acusando-o de falta de energia, instrução e dignidade; a ausência do ouvidor-geral continuava a ser um dos factores apontado como determinante para o deficiente funcionamento daquele tribunal, já que as suas correições eram geralmente cerceadoras dos abusos e desordens <sup>107</sup>. Diga-se também que, em comparação com outras ilhas, apenas Santiago e o Fogo ultrapassavam São Nicolau no número de oficiais civis, igualando esta com Santo Antão naquele indicador. Por fim, refira-se que é evidente que boa parte da estrutura política apresentada para finais do século XVIII, no que se refere às ilhas ditas periféricas, teve a sua origem nas reformas empreendidas por José da Costa Ribeiro, na década de 30 da mesma centúria, notando-se apenas ligeiras correcções e aperfeiçoamentos nos anos seguintes.

Concluindo, julgamos poder considerar várias fases na evolução política da ilha de São Nicolau, desde a sua descoberta aos finais do século XVIII: a donataria da Casa Viseu-Beja (1462-1495); a capitania da Casa de Portalegre-Gouveia (1498-1696); a administração por parte do Conselho da Fazenda (1696-1734); o período subsequente à criação de órgãos de poder civil na ilha, nomeadamente a Câmara Municipal (1734-1800). Quanto a nós, é lícito afirmar que só no decorrer deste último período é que São Nicolau conheceu um efectivo governo político, capaz de impor a sua autoridade e zelar pela boa administração da ilha. As três fases anteriores não podem deixar de ser vistas como ténues formas de gestão, integradas numa lógica que não era ainda a de povoamento, mas apenas a de rentabilização económica. Diga-se, aliás, que no último período cronológico considerado, assistiu-se a diversos problemas e perturbações, as quais são reveladores do estado incipiente da organização da ilha em termos políticos. Este foi, de facto, o período de formação e instalação das instituições civis em São Nicolau. O significativo isolamento da ilha levou, em certas ocasiões, a um incorrecto exercício da justiça, favorecendo as arbitrariedades e a tomada de poder por certos indivíduos poderosos. Por outro lado, acrescente-se que esta foi, por diversas vezes, palco de conflitos políticos mais vastos, referentes a problemas gerais do arquipélago, nomeadamente entre os seus oficiais superiores.

<sup>106</sup> Mapa de todos os oficiais civis das ilhas adjacentes, enviado para Lisboa por ofício do governador Marcelino António Basto, de 14 de Março de 1800 (cf. AHU, CV, cx. 52, doc. 37A).

<sup>107</sup> Ensaio físico e político da ilha de São Nicolau, feito pelo intendente da marinha António Pusich, no ano de 1803 (cf. Orlando Ribeiro, «As ilhas de Cabo Verde no princípio do século XIX», in *op. cit.*, pp. 628-33).



## Governo Militar

No domínio da organização político-administrativa da ilha de São Nicolau, há que focar também a constituição e o alcance do seu governo militar. Na verdade, abarcando os séculos que nos propomos estudar, pode considerar-se uma longa história de presença estrangeira e de ataques piratas nas águas circundantes de São Nicolau, fruto da sua reduzida capacidade de defesa. A presença de navios estrangeiros não deve, no entanto, ser toda encarada da mesma forma, uma vez que a atitude face a eles variou muito consoante as situações, podendo dar-se os seguintes três casos: atacavam as populações da ilha, a fim de as roubar, sendo por todos considerados piratas; eram assim designados pelas autoridades de Lisboa e Santiago, mas as populações de São Nicolau comerciavam com eles; eram admitidos pelos agentes oficiais ou acidentalmente encalhavam na ilha, sendo atacados pelos naturais.

Durante todo o período em que a ilha esteve sobre a dependência dos condes de Portalegre, não se detecta a presença de qualquer forma de defesa da ilha, até porque pouco haveria para segurar. Temos notícia de que, durante os séculos XVI e XVII, sobretudo nesta última centúria, ocorreram alguns casos de presença ilícita de estrangeiros em São Nicolau, como um pouco por todo o arquipélago<sup>108</sup>. Em 1595, deslocando-se para lá um clérigo, foi roubado e levado para Inglaterra por piratas<sup>109</sup>. A 1 de Setembro de 1645 deu à costa acidentalmente nesta ilha uma nau espanhola, proveniente das Índias e que se dirigia para as Canárias; das fazendas que carregava salvaram-se 390 couros e 1.120 paus brasil, entre outras miudezas (9 mosquetes, 9 espadas e 3 adargas), tendo sido todas apreendidas por um agente da Coroa, que aí se deslocou expressamente para o efeito<sup>110</sup>. Diga-se que, neste caso como noutros que se verão adiante, parece ter havido um certo aproveitamento da situação por parte dos portugueses que recolheram os náufragos, já que se suspeitou que tinham sonogado parte dos bens da embarcação acidentada<sup>111</sup>; esta operação valeu à Coroa 76.200 réis, conforme a folha de

<sup>108</sup> Cf. Ilídio Cabral Baleno, «Pressões Externas. Reações ao Corso e Pirataria», in *HGCV*, vol. II, pp. 161-162.

<sup>109</sup> Cf. IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 1, fls. 67v-68, publicado na MMA, 2.ª série, vol. III, Lisboa, 1964, doc. 94, pp. 381-82.

<sup>110</sup> Por um parecer do Conselho Ultramarino, de 22 de Outubro de 1657, ficamos a saber que o indivíduo que se deslocou a São Nicolau, para cumprir esta tarefa, foi Anastácio da Fonseca (cf. AHU, CV, cx. 5, doc. 84).

<sup>111</sup> Parecer do Conselho Ultramarino, dado em Lisboa, a 4 de Novembro de 1645 (cf. AHU, CV, cx. 3, doc. 48). Este episódio motivou o levantamento de um processo aos mestres dos dois navios portugueses que recolheram os náufragos castelhanos.

despesas e receitas de 1652<sup>112</sup>. Outro caso ocorreu em 1686, data em que um pirata atacou a nau que ia às ilhas do Barlavento buscar as fazendas dos seus senhores, sendo porém detido pelo capitão António de Barros Bezerra<sup>113</sup>. Em nenhum destes ataques se nota qualquer desígnio de ocupação territorial, o objectivo parece ser o puro saque e, genericamente, a desorganização do sistema comercial através da criação de um «estado de tensão de guerra»<sup>114</sup>.

A situação não se terá alterado significativamente quando a ilha passou para a administração da Coroa. Está documentada uma grande vaga de ataques nas imediações de São Nicolau, e um pouco por todo o arquipélago, na viragem para o século XVIII. Nessa altura, a única forma de resistência a estes ladrões foi a presença de navios de guerra da coroa inglesa naqueles mares, ajuda que lhes foi certamente requerida pelas autoridades portuguesas, dando corpo à aliança entre os dois reinos; estes terão acedido a este pedido, para defender os seus interesses económicos e estratégicos em Cabo Verde. Note-se que a grande maioria destes roubos foram realizados por embarcações francesas, certamente agindo dentro da tradicional actividade corsária entre potências que, nesta época, disputavam ferozmente o controlo dos mares, mas havia também holandesas, espanholas e até inglesas<sup>115</sup>. Em 1700, por exemplo, foi atacado e tomado o navio que se dirigia para as ilhas de São Nicolau e Santo Antão e de que era proprietário Inácio Franco, o já referido mercador de Santiago, que arrendou a exploração das ilhas do Barlavento<sup>116</sup>. Assim, é quanto a nós bem claro que a insegurança nos mares do arquipélago estava a prejudicar seriamente a sua actividade económica, sobretudo nas ilhas menos defendidas, como era São Nicolau.

<sup>112</sup> Folhas de receita e despesa das ilhas de Cabo Verde (cf. AHU, CV, cx. 4, doc. 41). Acrescente-se que este rendimento foi requerido para diversas acções, nomeadamente para efectuar pagamentos de ordenados atrasados, como o do arcediago da Sé da Ribeira Grande; depois de um parecer favorável a este caso, dado a 29 de Outubro de 1646, o Conselho Ultramarino veio rejeitar, a 9 de Fevereiro de 1747, a pretensão do religioso, alegando que a verba já estava consignada às obras da fortificação de Cacheu (cf. AHU, CV, cx. 3, doc. 63).

<sup>113</sup> Parecer do Conselho Ultramarino, dado a 16 de Março de 1686, sobre uma carta do governador Inácio de França Barbosa (cf. AHU, CV, cx. 7, doc. 47 / AHU, CU, cód. 478, fls. 45v-46).

<sup>114</sup> Cf. António Correia e Silva, «Cabo Verde e a Geopolítica do Atlântico», in *HGCV*, vol. II, pp. 1-2 e Ilídio Cabral Baleno, «Pressões Externas. Reações ao Corso e Pirataria», in *HGCV*, vol. II, pp. 161-162. Estes autores referem-se a um certo temor, que as autoridades do arquipélago chegaram a alimentar, de que a contínua presença de estrangeiros nos mares de Cabo Verde se destinasse à constituição de colónias nalguma das ilhas periféricas, havendo indícios mais palpáveis no que se refere à de Maio.

<sup>115</sup> No parecer do Conselho Ultramarino, de 2 de Dezembro de 1700, dava-se conta de um combate naval entre um navio francês e outro inglês, nas imediações da ilha de São Vicente, aconselhando este órgão que se desse toda a ajuda requerida pelas embarcações da nação aliada (cf. AHU, CV, cx. 9, doc. 13A).

<sup>116</sup> Cartas do governador-geral de Cabo Verde, feitas a 13 de Junho e 10 de Julho de 1700 (cf. AHU, CV, cx. 9, doc. 13A).



Mas, nesta fase, o problema não se punha já somente no mar, dado que há registos de que os piratas atacavam as próprias ilhas. Estes, ora capturavam alguma população para levar para as ilhas desertas, onde os coagiam a trabalhar na recollecção das suas riquezas naturais, ora atacavam as próprias povoações, roubando tudo o que houvesse de valor nas suas casas, ora chegavam mesmo a instalar-se nelas e a matrimoniar-se com as naturais. Tudo isto ocorreu em São Nicolau nos inícios do século XVIII, chegando esta a ser designada por «armazem dos roubos dos piratas». Diga-se que o último caso referido causou alguma celeuma no arquipélago, com o governador-geral a recomendar ao bispo, que ordenasse aos párocos das ilhas tratassem de impedir estes casamentos, porque o monarca «não quer estrangeiros n'esta conquista, quanto mais sendo piratas»<sup>117</sup>. Houve situações, porém, em que a própria população respondeu às ilegalidades dos forasteiros com verdadeiros actos de pirataria: tendo 19 indivíduos moradores de São Nicolau aceite embarcar voluntariamente num navio francês para a ilha do Sal, a fim de extrair as suas riquezas naturais, assim que se encontraram a bordo assassinaram o capitão e a restante tripulação, roubando todas as fazendas e destruindo depois a embarcação. Mal a Coroa tomou conhecimento do caso, mandou que estes indivíduos fossem imediatamente presos, diligência de que se encarregou o ouvidor, dirigindo-se propositadamente àquela ilha<sup>118</sup>.

Perante este panorama de insegurança generalizada, que para além de impedir qualquer desenvolvimento económico da ilha, punha em risco a sua conservação em obediência à Coroa Portuguesa, começaram a gizar-se soluções. Em 1702, o governador do arquipélago propôs que os feitores das ilhas de São Nicolau e Boavista diligenciassem no sentido de serem armadas as suas populações, devendo constituir-se brevemente companhias de ordenanças; sugeria que fossem os seus próprios moradores a custeá-las<sup>119</sup>. Esta proposta foi bem aceite pelo Conselho Ultramarino que, no entanto, atendendo à extrema pobreza dos referidos habitantes, sugeriu que o Conselho da Fazenda, a quem estava confiada a administração daquelas ilhas, pagasse

<sup>117</sup> Carta do governador D. António Salgado para o bispo, escrita a 9 de Outubro de 1700 (cf. *SHCVG*, parte II, cap. III, pp. 162-63). Outra missiva deste oficial, de 4 de Agosto de 1702, dava-se conta de um navio inglês ter levado um morador de São Nicolau preso para o seu país (cf. *AHU*, CV, cx. 9, doc. 24A).

<sup>118</sup> Cf. *SHCVG*, parte II, cap. III, pp. 165-66. Acontecimentos analisados em Lisboa, a 20 de Janeiro de 1702 (treslado no *AHN*, SGG, A1/0002, fl. 27v), dos quais foi emitido parecer pelo Conselho Ultramarino, a 7 de Janeiro de 1703 (cf. *AHU*, CV, cx. 9, doc. 26). Aquelas ilegalidades levaram à realização de uma devassa na ilha de São Nicolau, a qual determinou a culpa de todos os participantes na contenda, especialmente o capitão português Pedro de Carvalho.

<sup>119</sup> Parece que já durante a monarquia dual tinha havido uma tentativa para constituir corpos de milícias em São Nicolau, mas os intentos tinham-se gorado (cf. João Lopes Filho e João Paulo Aparício, *O Forte do Príncipe Real e a defesa da Ilha de São Nicolau*, Cascais, 1998, p. 49).

as despesas necessárias à sua concretização. Determinou, ainda, que o governador do arquipélago ficasse encarregue da organização das referidas ordenanças, através da nomeação directa dos seus oficiais, sem ser necessária a confirmação no Reino<sup>120</sup>. O sistema não terá, contudo, tido grande efeito prático: por volta de 1720, por exemplo, está documentada a acostagem no porto do Carriçal de navios de piratas ingleses que, para além de terem apreendido toda a carga de um comerciante da mesma nacionalidade que ali estava ancorado, o desafortunado capitão Roberts, ainda realizaram uma incursão até ao interior da ilha, chegando à povoação, onde capturaram o feitor e o padre. Note-se que, neste caso, a população escapou desta ameaça refugiando-se no cimo dos montes que circundam o vale da Ribeira Brava, local de difícil escalada<sup>121</sup>.

A já analisada nomeação de Sebastião de Mendonça e Zuniga, em 1727, como capitão-mor de Santo Antão, São Vicente e São Nicolau veio, pela primeira vez, dar um governo militar à região, dado que esta seria uma das suas mais importantes funções. Porém, como noutras áreas da sua administração, parece que este terá primado pela negligência, associando-se comercialmente a alguns destes estrangeiros que traficavam ilicitamente naquelas ilhas; esta situação foi particularmente grave no que toca à exploração da urzela, assunto que deixamos para posterior análise. A designação, em 1729, do responsável pela Fazenda Real em São Nicolau como «capitão feitor», procurando confiar a este cargo uma maior capacidade de mando, pode ser vista já como um esboço para a criação de oficiais responsáveis locais pelas questões militares<sup>122</sup>. Aliás, paralelamente à adopção desta nova designação, procurou-se novamente implementar com sucesso o sistema de ordenanças, confiando-se a este oficial a criação de uma ou mais companhias de moradores, cada uma com o mínimo de 48 soldados, quatro cabos de esquadra, um sargento de número, um sargento supra, um escrivão, um meirinho, um alferes e um capitão, conforme ordenava a lei geral do Reino<sup>123</sup>.

<sup>120</sup> Parecer do Conselho Ultramarino de 17 de Janeiro de 1702 (cf. *AHU*, CU, cód. 478, fls. 142-142v). Vejam-se também os *SHCVG*, parte II, cap. III, p. 166 e 172. Diga-se que a 13 e a 20 de Outubro daquele ano, o rei ordenou que o Conselho da Fazenda procedesse conforme a sugestão do Ultramarino (cf. *AHU*, CU, cód. 489, fl. 133v e *AHN*, SGG, A1/0001, fls. 142-142v e A1/0002, fl. 31v).

<sup>121</sup> Cf. «As Ilhas de Cabo Verde nos anos de 1720. Quatro anos de viagens do Capitão George Roberts», in *Ponto & Vírgula. Revista de Intercâmbio Cultural*, n.º 8, Março-Abril 1984, pp. 3-7.

<sup>122</sup> Registo da carta patente de Francisco de Oliveira Grans, governador de Cabo Verde, de 1 de Janeiro de 1729, provendo Manuel Duarte Cidade no posto de capitão feitor da ilha de São Nicolau (cf. *AHN*, SGG, A1/002, fls. 205v-206).

<sup>123</sup> Registo de uma ordem do governador Francisco de Oliveira Grans, de 4 de Janeiro de 1729 (cf. *AHN*, SGG, A1/002, fl. 206v).



Foi, porém, com a reforma instituída por José da Costa Ribeiro que se materializou um poder militar efectivo e individualizado em cada uma das ilhas do Barlavento. Paralelamente à instituição da Câmara Municipal, criou-se em São Nicolau o cargo de capitão-mor, o qual deveria ser eleito pelos oficiais do município, aprovado pelo governador-geral e confirmado pelo soberano <sup>124</sup>; os providos podiam igualmente ser afastados do posto em qualquer momento, por ordem superior <sup>125</sup>. Nestas determinações voltava a insistir-se que a defesa da ilha deveria obedecer ao regimento das ordenanças do Reino, uma vez que todos os moradores eram considerados soldados; a repetição desta disposição faz crer que não estaria a ser adoptada. Ao novo oficial competia realizar o alistamento dos capazes de servir na defesa da ilha, propor os oficiais que lhe parecessem mais adequados e organizar a sua vigilância, nomeadamente nos portos e zonas da costa de desembarque mais fácil <sup>126</sup>.

O capitão-mor ficava, assim, confinado ao governo militar, devendo deixar para o concelho o mando político. Esta situação foi criticada pelo oficial de Santo Antão, Cláudio Roquete da Silva <sup>127</sup>, não havendo notícias de que o mesmo tenha acontecido em São Nicolau; provavelmente aqui, como indicamos anteriormente, os dois poderes nunca terão sido antagónicos, mas complementares. Tratou-se, pois, de uma tentativa séria de assegurar a defesa das populações e fazendas da ilha São Nicolau, pelo menos evitar que os furtos ocorressem na própria ilha, já que para a patrulha dos mares nada foi proposto. Este esforço coincidiu, muito provavelmente, com a constatação por parte da Coroa de que já havia interesses económicos susceptíveis de darem lucros significativos e, portanto, de serem segurados, nomeadamente o comércio da urzela. De facto, em 1732, o governador-geral do arquipélago confidenciou para Lisboa que tentara cobrar os direitos referentes ao trato deste líquen e de outros bens, o que se afigurava difícil, porque os agentes da Coroa na ilha diziam ter falta de artilharia para o impor <sup>128</sup>.

<sup>124</sup> Este procedimento era claramente adoptado em meados do século XVIII, como se pode ver na carta patente do governador Cunha d'Eça, de 3 de Outubro de 1753, provendo Manuel Tavares da Silva como capitão-mor de São Nicolau (cf. AHN, SGG, A1/0006, fls. 40v-41v).

<sup>125</sup> Além da nomeação citada na nota anterior, resultado do afastamento do anterior provido, veja-se o caso de Luís Gomes da Graça que, depois de ter sido avisado da sua conduta incorrecta por parte do governador do arquipélago, a 18 de Novembro de 1775, e novamente repreendido a 28 de Março seguinte, acabou por ser substituído por Manuel Francisco de Almeida, a 22 de Novembro deste ano (cf. AHN, SGG, A1/0015, fls. 24-24v e 49v-50v, A1/0014, fl. 187).

<sup>126</sup> Informação de José da Costa Ribeiro, feita na cidade da Ribeira Grande, a 16 de Abril de 1731 (cf. AHU, CV, cx. 14, docs. 27 e 28 e AHN, SGG, A1/0001, fls. 72v-74v e 101-103). Vejam-se também os SHCVG, parte II, cap. IV, p. 272.

<sup>127</sup> Carta do rei para Costa Ribeiro, feita a 14 de Julho de 1733 (cf. AHU, CV, cx. 13, doc. 23).

<sup>128</sup> Carta de Francisco de Oliveira Grans para D. João V, escrita na cidade da Ribeira Grande, a 6 de Abril de 1732 (cf. AHU, CV, cx. 14, doc. 65).

A nomeação do capitão-mor e a criação das companhias de ordenança não resolveu eficazmente o problema da segurança em São Nicolau. Pouco tempo depois da sua nomeação, este oficial dizia que apesar de dispor de 612 soldados, «não tinha armas, poluora, e balla, e que caresia deste fortimento», uma falta que o governador estava impossibilitado de suprir, por também sentir essa carestia na ilha de Santiago <sup>129</sup>. O problema seria, realmente, o apetrechamento destes soldados, dado que não parece que existisse falta de gente para armar; em 1747, por exemplo, o governador-geral destacou três companhias da ilha de São Nicolau, remetendo-as para a do Fogo, a fim de suprir as faltas nas guarnições dos fortes aí existentes <sup>130</sup>. As situações de tráfico ilegal de urzela continuaram nos anos seguintes, sobretudo devido a dois factores: a cumplicidade dos habitantes da ilha, que não hesitavam em vender ilegalmente este líquen aos estrangeiros, para suprir as suas enormes carências económicas; a falta de meios de defesa apropriados, sobretudo de patrulha dos mares e dos «portos extraviados» <sup>131</sup>. De facto, em meados do século XVIII, os navios do contrato da urzela eram perseguidos e atacados por piratas, agora maioritariamente ingleses, os quais se abasteciam daquela planta em São Nicolau, fosse secretamente no periférico porto do Carriçal (sintomaticamente designado também por Inglês), fosse às claras, e com a cumplicidade dos ilhéus, no porto principal da Preguiça <sup>132</sup>.

Foi com esta realidade que o sindicante Custódio Correia de Matos se deparou, aquando da sua visita a Cabo Verde. Uma das principais queixas deste oficial era a falta de embarcações que existia no arquipélago, tanto para transmitir ordens de umas para outras ilhas, como para defendê-las e assegurar relações económicas entre si. Um dos exemplos que dava era o do feitor de São Nicolau que, durante muito tempo, se vira impedido de enviar os bens cobrados pelos impostos régios para Santiago, pelo que quando lá chegou um navio da Coroa, já tinha ocorrido um roubo de fazenda por parte de um inglês. Esta situação mostra, mais uma vez, que a pirataria não ocorria só no mar,

<sup>129</sup> Carta do governador Bento Gomes Coelho para o rei, de 1 de Março de 1734 (cf. AHU, CV, cx. 15, doc. 43 / AHN, SGG, A1/0002, fls. 236-236v).

<sup>130</sup> Carta de João Zuzarte de Santa Maria para D. João V, redigida na ilha de Santiago, a 24 de Maio de 1747 (cf. AHU, CV, cx. 21, doc. 37).

<sup>131</sup> Carta de José da Costa Ribeiro, feita na cidade da Ribeira Grande, a 18 de Dezembro de 1738 (cf. AHU, CV, cx. 17, doc. 50; cx. 18, doc. 12).

<sup>132</sup> Parecer do Conselho Ultramarino, dado a 24 de Novembro de 1749 (cf. AHU, CV, cx. 22, doc. 92). Vejam-se também as cartas do ouvidor-geral Inocêncio Alves da Silva, escritas na cidade da Ribeira Grande, a 4 de Julho e 11 de Agosto do mesmo ano, as quais relatavam os mesmos incidentes, acrescentando que os ingleses usavam a ilha do Sal, como base para as suas actividades ilegais (cf. AHU, CV, cx. 22, docs. 71 e 77).



pois nem na própria ilha se estava seguro<sup>133</sup>. Acrescente-se, também, que a relação com os ingleses não era sempre hostil: se uns eram simplesmente ladrões, outros comerciavam com os moradores da ilha, assegurando-lhes uma importante fonte de subsistência (embora alguns também abusassem desta posição); estes eram aliás, muitas vezes, os únicos meios de comunicação disponíveis para as autoridades oficiais do arquipélago se deslocarem (o próprio Correia de Matos viajou várias vezes em navios de cidadãos ingleses). Este desembargador relatava, também, que as riquezas das ilhas desertas contíguas à de São Nicolau não eram recolhidas por nacionais, ficando assim à mercê dos furtos dos forasteiros. Referia ainda o caso da urzela, que continuava a ser um dos principais alvos do trato ilícito de estrangeiros na ilha: para ele, só a existência da dita embarcação evitaria estes actos, dado que lhe pareciam pouco eficientes os «guarda costas, mal equipados de gente inútil, que fazem grande despesa aos Donos»<sup>134</sup>. Este sistema de vigia instalado ao longo da costa, destinado a evitar o desembarque de navios estrangeiros em portos mais recônditos, ao que parece financiado por privados, era impraticável pela vastidão da área a controlar e, certamente, pelo apoio que alguns dos ilhéus lhes davam.

Diga-se que a conflitualidade política ao nível dos oficiais superiores do arquipélago, já focada em capítulo anterior, teve também reflexos na própria organização militar destas ilhas. Parece que, aquando dos recontros entre o sindicante Correia de Matos e o ouvidor Xavier de Araújo em São Nicolau, este último emitiu algumas provisões nomeando oficiais militares na ilha, em claro abuso das suas funções. A visita posterior do governador Cunha d'Eça veio normalizar a situação, dada a determinação deste oficial em repor a autoridade do seu posto: mandou fazer alarde geral a todos os militares da ilha, anulando as provisões ilegais emitidas por aquele ouvidor, como também as não assinadas passadas em nome do antigo governador João Zuzarte de Santa Maria. Esta circunstância permite-nos, aliás, traçar o quadro completo de militares existente nesta época em São Nicolau, dado que todas as patentes foram reavaliadas e confirmadas<sup>135</sup>.

<sup>133</sup> Segundo o «Regimento da Fazenda Real...», da segunda metade de setecentos, cuja contextualização será feita mais à frente neste trabalho, até ao nível do comércio era necessário ter grandes cautelas; os feitores deviam assegurar-se que os mercadores pagavam os tributos devidos antes de venderem os produtos, «visto serem todos estes portos abertos, sem fortificação alguma, e ter sucedido levantarem ancora [...] sem pagarem os sobreditos Direytos» (cf. Luiz de Bivar Guerra, «A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos...», in *op. cit.*, pp. 210-18).

<sup>134</sup> Carta de Custódio Correia de Matos, feita na ilha de Santiago, a 15 de Maio de 1753 (cf. AHU, CV, cx. 24, docs. 50 e 69).

<sup>135</sup> Carta de Luís António da Cunha d'Eça, feita na ilha de São Nicolau, a 29 de Dezembro de 1753 (cf. AHN, SGG, A1/0006, fls. 55v-56), seguida de inúmeras patentes e provisões

Em meados do século XVIII a ilha era então guardada por 12 companhias de infantaria, as suas estruturas mais básicas de protecção, que juntavam grupos de moradores, cuja única forma de defesa seriam armas brancas e, eventualmente, algumas de fogo, de que não há porém notícia. Estes fariam a sua vida normal, como qualquer habitante da ilha, mas estavam obrigados a acorrer ao rebate em caso de necessidade e a realizar acções de vigilância sempre que solicitado. Cada companhia de infantaria era comandada por um capitão, que teria como oficiais subalternos um alferes e um ajudante, todos nomeados pelo capitão-mor da ilha e confirmados pelo governador do arquipélago. Também designados por estes oficiais eram os postos de capitão, tenente, alferes, ajudante e furriel de cada uma das duas companhias de cavalaria existentes em São Nicolau, uma espécie de «força de elite», que agrupava os moradores mais ricos, aqueles que possuíam um animal que os auxiliasse no desempenho das suas tarefas militares periódicas. A estrutura militar era ainda composta por quatro capitães e quatro ajudantes, os quais deveriam vigiar em permanência cada um dos três principais portos da ilha (Lapa, Preguiça e Tarrafal) e a vila da Ribeira Brava<sup>136</sup>.

Todos estes oficiais, incluindo o capitão-mor da ilha, bem como os moradores que incorporavam estas companhias, não auferiam qualquer soldo pela sua função, gozando apenas das honras, privilégios e liberdades inerentes aos cargos; tratava-se de um serviço gratuito, prestado no âmbito do regimento das ordenanças do Reino, aqui implementado decisivamente por Costa Ribeiro, como já se disse. Finalmente é interessante notar, perante o historial de cada um dos providos realizado nestas patentes, que havia uma clara progressão no exercício das funções militares, segundo uma hierarquia de mérito, posição social e idade. Muitos são os que servem alguns anos como simples soldados, são depois chamados ao exercício de um posto subalterno, como furriel ou ajudante, depois ascendem a oficiais alferes e tenentes, tornando-se sucessivamente capitães de companhia de infantaria, de companhia de cavalaria, de porto, da vila da Ribeira Brava e, finalmente, da própria ilha<sup>137</sup>. Esta ascensão passava também pela serventia dos cargos municipais já referidos e dos relativos à Fazenda Real, que veremos adiante.

nomeando oficiais para esta ilha, datadas entre 28 de Dezembro de 1753 e 12 de Janeiro de 1754 (fls. 56-88).

<sup>136</sup> O «Regimento da Fazenda Real...» adiante referido revela que, na segunda metade do século XVIII, foi este o corpo militar existente no porto da Preguiça, podendo a vigilância ser completada pela presença dos guardas da Alfândega quando ali estivessem ancorados navios mercantes (cf. Luiz de Bivar Guerra, «A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos...», in *op. cit.*, p. 223).

<sup>137</sup> Veja-se o caso exemplar do primeiro capitão feitor de São Nicolau, Manuel Duarte Cidade, no registo da respectiva carta patente, dada por Francisco de Oliveira Grans, a 1 de Janeiro de 1729 (cf. AHN, SGG, A1/002, fls. 205v-206).



<b>Capitão-mor da ilha de São Nicolau</b> Francisco José de Almeida			
<b>Vila da Ribeira Brava</b> Capitão de infantaria Nicolau Gomes Ajudante da praça Manuel da Silva Drigue	<b>Porto da Preguiça</b> Capitão Nicolau da Silva Ramalho Ajudante Belchior das Neves Gambim	<b>Porto da Lapa</b> Capitão António Rodrigues Velho Ajudante Pedro Duarte	<b>Porto do Tarrafal</b> Capitão Silvestre dos Reis Campanário Ajudante Nicolau Gomes
<b>Companhia cavalaria</b> Capitão João da Luz Monteiro Tenente Manuel da Silva Moço Alferes António da Silva Branco Ajudante Manuel Gomes Grosso Furriel Lourenço da Silva		<b>Companhia cavalaria</b> Capitão António de Almeida Coimbra Tenente António Gomes Colaço Alferes António da Silva Lisboa Ajudante Domingos do Rosário Furriel Pascual da Silva	
<b>Companhia infantaria</b> Capitão Luís da Luz Alferes António da Luz Monteiro Ajudante João da Luz Neves	<b>Companhia infantaria</b> Capitão Francisco dos Santos (da Graça) Alferes Nicolau dos Santos de Faria Ajudante Domingos Rodrigues Lopes	<b>Companhia infantaria</b> Capitão Domingos de Almeida Coimbra Alferes Francisco Alves da Silva Ajudante Nicolau Lopes Teles	<b>Companhia infantaria</b> Capitão Manuel Soares Moreno Alferes Francisco da Cruz Monteiro Ajudante Manuel Gonçalves
<b>Companhia infantaria</b> Capitão Domingos Gomes Ribeiro Alferes Manuel Moreno Ajudante João Gomes Salomão	<b>Companhia infantaria</b> Capitão Francisco do Rosário Alferes João Nunes do Rosário Ajudante Manuel Gomes do Rosário	<b>Companhia infantaria</b> Capitão João Ramos Alferes Belchior Duarte Ajudante José Lopes dos Santos	<b>Companhia infantaria</b> Capitão Manuel Gomes Alferes João da Veiga Mascarenhas Ajudante José Lopes Talaisa
<b>Companhia infantaria</b> Capitão António dos Reis Lopes Alferes Manuel Duarte Jerónimo Ajudante Francisco da Silva Drigue	<b>Companhia infantaria</b> Capitão António Soares Colinho Alferes Luís Lopes da Graça Ajudante António dos Reis	<b>Companhia infantaria</b> Capitão Francisco Lopes Rodrigues Alferes Manuel das Neves Soares Ajudante Manuel Rodrigues Lopes	<b>Companhia infantaria</b> Capitão João da Silva Soares Alferes Indício Alves da Silva Ajudante Francisco Soares da Silva

FIGURA 3 – Nomeações de todos os postos militares da ilha de São Nicolau pelo governador Luís António da Cunha d'Eça (Dezembro de 1753-Janeiro de 1754)

A animosidade entre os oficiais superiores do arquipélago moldava também as avaliações enviadas para Lisboa sobre o sucesso na defesa destas ilhas, o que era certamente um factor de perturbação na própria acção das autoridades metropolitanas. Em 1756, o ouvidor João António da Silveira Sampaio, sucessor do mencionado Xavier de Araújo, relatava para a capital que durante as suas correições ao arquipélago «em nenhuma delas incontrei imbarcaçam de Naçam alguma»<sup>138</sup>. Este testemunho dissonante, face a uma situação claramente documentada, só é possível entender se enquadrado na conflitualidade política entre este oficial e o governador Luís António da

<sup>138</sup> Carta de João António da Silveira Sampaio, escrita na cidade da Ribeira Grande, a 23 de Janeiro de 1756 (cf. AHU, CV, cx. 26, doc. 4).

Cunha d'Eça; era uma clara tentativa de pôr em causa os relatórios deste, que constantemente noticiava para Lisboa a proliferação de comércio ilegal nas ilhas do Barlavento, por parte de mercadores ingleses. Aliás, para o governador, estes actos tinham-se agravado particularmente na de São Nicolau e Brava, desde que aquele ouvidor lá fora em correição e mandara inscrever nos livros da Câmara autorizações a estes tratos<sup>139</sup>.

No que toca ao governo militar da ilha, depois da reforma de Costa Ribeiro, não se notam grandes alterações até final do século XVIII. Sabemos que entre 1757 e 1760 se deslocou um emissário especial do governador do arquipélago a São Nicolau, Santo Antão, Boavista e Fogo – José Évora de Macedo – para tratar de diversos assuntos relativos à organização militar daquelas ilhas, não se sabendo porém quais os resultados desta diligência<sup>140</sup>. Conhecemos também o caso de um militar de carreira, que se iniciara como soldado de infantaria na ilha da Boavista, passara quatro anos como capitão de cavalaria na ilha de São Nicolau e que acabou por ser nomeado coronel de infantaria do regimento da guarnição da vila da Praia<sup>141</sup>. Este exemplo dá-nos a entender que, nesta época, a defesa das ilhas do Barlavento já não passaria apenas por indivíduos arregimentados nas respectivas ilhas, mas incluiria também homens de armas recrutados pelos capitães-mores noutras partes. Dá também a noção de que, o bom desempenho neste domínio em qualquer das ilhas, poderia culminar na nomeação para um cargo no complexo defensivo da capital insular.

Uma relação dos militares existentes em Cabo Verde, nos finais da década de 70, permite-nos constatar que a organização defensiva de São Nicolau neste período não revelava alterações substanciais face à identificada nas nomeações do governador Cunha d'Eça. Por outro lado, é ainda lícito verificar que a estrutura existente nesta ilha pouco diferia da montada nas ilhas do Fogo (onde havia dois fortes) e Santo Antão (onde havia mais um porto defendido), distanciando-se pela positiva das de Maio, Boavista e Brava (todas com menos companhias e oficias superiores), mas afastando-se claramente do grande dispositivo erguido na ilha capital<sup>142</sup>. Esta situação

<sup>139</sup> Carta de Luís António da Cunha d'Eça, redigida na cidade da Ribeira Grande, a 24 de Janeiro de 1756 (cf. AHU, CV, cx. 26, doc. 6).

<sup>140</sup> Este indivíduo foi um dos citados na nomeação de pessoas para o posto de capitão e sargento-mor da ilha do Fogo, feita em Lisboa, a 17 de Agosto de 1762 (cf. AHU, CV, cx. 27, doc. 56).

<sup>141</sup> Por carta patente do governador-geral João Jácome de Baena Henriques, emitida na cidade da Ribeira Grande, a 17 de Março de 1767, Manuel Tavares da Silva foi provido no último posto referido (cf. AHU, CV, cx. 30, doc. 63).

<sup>142</sup> Relação da tropa paga e auxiliar da ilha de Santiago e das seis a ela adjacentes, feita pelo governador António do Vale de Sousa e Mendonça, a 25 de Agosto de 1778 (cf. AHU, CV, cx. 37, doc. 33). Anos depois, sabemos que foram nomeados capitães para o porto da Preguiça



não se terá alterado muito nos anos seguintes, conforme indiciam as múltiplas cartas patentes de que dispomos<sup>143</sup>, registando-se apenas as seguintes mutações: introdução de meirinhos e escrivães em cada uma das companhias, já há muito prevista mas da qual só agora temos notícia, provavelmente resultado da complexificação da sua gestão<sup>144</sup>; alargamento do referido sistema de protecção dos portos aos do Carriçal, da Palha ou Inglês e Velho<sup>145</sup>. Na viragem do século contavam-se dez companhias de ordenança encarregues da defesa da ilha, totalizando cerca de 600 homens, as quais eram apresentadas como altamente indisciplinadas e desorganizadas, não constituindo força suficientemente credível para dissuadir os ataques inimigos<sup>146</sup>.

Foi apenas na década de 70 do século XVIII que se começou a pensar na construção de fortificações em São Nicolau. De facto, os ataques praticados pelos piratas contra aquela ilha já estavam a causar prejuízos muito avultados, lembrando o governador-geral que aquela era «huma das que neste distrito são de maior utilidade para a Sua Real Fazenda». Estes, no dizer do mesmo oficial, praticavam toda uma série de distúrbios, atacando as populações, roubando escravos e livres, bem como as suas fazendas. Preconizava, pois, a edificação de fortins nas três principais portas de entrada destes ladrões, ou seja, os portos da Preguiça, Lapa e Tarrafal; não necessitavam de ser muito complexos, pois bastava que se constituíssem de plataformas com parapeitos e quatro peças de artilharia cada um. Outro pedido do governador para Lisboa era o envio de pelo menos 112 espingardas, destinadas ao armamento de duas companhias, que prestariam auxílio aos guardas ordinários

e para o Porto Velho, os quais deveriam servir sem qualquer soldo da Fazenda Real, conforme as cartas patentes de António Machado Faria e Maia, de 9 de Junho de 1786. Thomas de Faria e José Jacinto Raposo substituíram respectivamente Martinho Domingos Tecola e Manuel Lopes de Almeida, que haviam requerido a sua substituição pelas suas moléstias e por não terem sido confirmados nos cargos pela rainha (cf. AHU, CV, cx. 43, doc. 74; cx. 44, doc. 5).

<sup>143</sup> Guardam-se no AHN, SGG, A1/0010 a A1/0018 inúmeros registos de cartas patentes para postos militares na ilha de São Nicolau, que aqui não analisaremos em pormenor, mas que indiciam a manutenção de uma organização dos corpos militares muito semelhante à traçada.

<sup>144</sup> A primeira vez que estes cargos nos aparecem referidos é no registo da promoção de 28 de Janeiro de 1774 da ilha de São Nicolau, pelo governador Joaquim Salema de Saldanha Lobo (cf. AHN, SGG, A1/0014, fls. 106v-107v).

<sup>145</sup> Postos referidos no registo da promoção de 18 de Agosto de 1777 da ilha de São Nicolau (cf. AHN, SGG, A1/0014, fls. 222v-228).

<sup>146</sup> Ensaio físico e político da ilha de São Nicolau, feito pelo intendente da marinha António Pusich, no ano de 1803 (cf. Orlando Ribeiro, «As ilhas de Cabo Verde no princípio do século XIX», in *op. cit.*, pp. 628-33). Conhecemos a carta patente de nomeação de um dos capitães destas companhias: a 27 de Janeiro de 1790, António Joaquim de Oliveira foi provido no posto de capitão da 9ª companhia de infantaria da guarnição de São Nicolau, cargo que deveria exercer sem receber qualquer soldo da Fazenda Real (cf. AHU, CV, cx. 46, doc. 41); recebeu a confirmação do posto por carta da rainha, assinada em Lisboa, a 17 de Janeiro de 1791 (cf. AHU, CV, cx. 47, doc. 6).

e protegeriam o presídio, entretanto construído<sup>147</sup>. Apesar de ter sido considerado justo e acertado, este requerimento acabou por não ser satisfeito nos anos seguintes, provavelmente por falta de verbas<sup>148</sup>. Em 1796, noticiava-se que a ilha ainda não possuía qualquer fortificação e que a sua guarnição continuava a ser feita pelos seus moradores<sup>149</sup>.

Porém, no ano seguinte já se dava conta da existência de uma estrutura fortificada sobre o porto da Preguiça, através da nomeação de Mateus Alves da Silva para o posto de capitão-mor do forte de São Jorge da guarnição da ilha de São Nicolau. Curiosamente, o governador do arquipélago afirmava que este indivíduo não fora escolhido por ter realizado serviços relevantes à Coroa, mas porque aquela era «huma Capitania, onde he difficil a escolha de sujeitos, que tenham os requisitos habeis para as occupaçoens»<sup>150</sup>. Através de uma relação dos primeiros anos do século XIX, ficamos a saber que esta construção, situada num monte sobre a baía do mesmo nome e junto do mencionado porto da Preguiça, se resumia a um parapeito de pedras soltas, com seis peças de artilharia. Sendo a única edificação militar, não possuía guarnição própria, mas um destacamento de guardas do referido porto<sup>151</sup>. Este débil dispositivo defensivo, nem sequer considerado digno de existência por vários autores, terá estado na base do Forte do Príncipe Real, construído entre 1819 e 1820 no mesmo local, a mando de António Pusich<sup>152</sup>. É deste, último que ainda subsistem alguns vestígios naquela ilha, os quais foram,

<sup>147</sup> Carta do governador-geral Joaquim Salema de Saldanha Lobo, escrita na ilha de Santiago, a 22 de Maio de 1773 (cf. AHU, CV, cx. 33, doc. 17a). Veja-se também a obra *SHCVG*, parte III, cap. I, p. 59.

<sup>148</sup> As opiniões favoráveis são sucessivas, mas nunca se decidiu pela sua concretização: pareceres do procurador da Fazenda e do Conselho Ultramarino, dados em Lisboa, a 14 de Dezembro de 1773 (cf. AHU, CV, cx. 33, doc. 17a / AHU, CU, cód. 479, fls. 33v-34). Os mesmos foram objecto de consulta directa ao rei neste ano (cf. AHU, CV, cx. 38, doc. 6), novamente a 2 de Setembro de 1779 (cf. AHU, CV, cx. 39, doc. 10a) e a 25 de Agosto de 1780 (cf. AHU, CV, cx. 48, doc. 36). Neste último caso, o soberano produziu uma resolução onde questionava o Conselho Ultramarino, se já havia sido feito um exame de engenheiro que avaliasse a necessidade das fortificações, traçasse as suas plantas, averiguasse a sua melhor localização, calculasse a despesa de construção e contabilizasse as necessidades de armamento (cf. AHU, CU, cód. 479, fls. 92v-93).

<sup>149</sup> Carta do governador-geral Marcelino António Basto, feita na ilha de Santiago, a 9 de Dezembro de 1796 (cf. AHU, CV, cx. 49, doc. 46).

<sup>150</sup> Carta patente de Marcelino António Basto, feita na vila da Praia, a 4 de Maio de 1797, e ofício do mesmo governador, escrito a 16 de Fevereiro do ano seguinte (cf. AHU, CV, cx. 50, doc. 48 / AHU, CU, cód. 404, fl. 57). Este procedimento motivou algumas dúvidas da rainha, que mandou pelo Conselho Ultramarino, a 30 de Maio de 1798, que o governador esclarecesse melhor o caso (cf. AHU, CU, cód. 405, fls. 132-132v).

<sup>151</sup> Ensaio físico e político da ilha de São Nicolau, feito pelo intendente da marinha António Pusich, no ano de 1803 (cf. Orlando Ribeiro, «As ilhas de Cabo Verde no princípio do século XIX», in *op. cit.*, pp. 628-33).

<sup>152</sup> Sobre este assunto veja-se a já citada obra de João Lopes Filho e João Paulo Aparício, *O Forte do Príncipe Real...*, pp. 50-55.



aliás, objecto de intervenção arqueológica e valorização há alguns anos, definindo-se um recinto com cerca de 40 metros de comprimento por 21 de largura máxima, troços de calçada, uma caserna e várias peças de artilharia<sup>153</sup>.

Assim sendo, a ilha continuou exposta aos ataques inimigos nas últimas décadas de setecentos, sobretudo de franceses e ingleses, que terão mesmo intensificado as acções neste período, segundo opinião do governador-geral. Numa delas, foi roubada uma embarcação cheia de gente de São Nicolau, tendo sido apenas parte dela repatriada; para aquele oficial, a culpa destas situações era dos próprios ilhéus que, apesar de estarem conscientes dos perigos que corriam, aproximavam-se sempre dos forasteiros, «com o engodo de algum pequeno negocio»<sup>154</sup>. De facto, estão documentados alguns casos de navios estrangeiros apresados pelas autoridades insulares, por carregarem géneros de trato proibido, como a urzela e o algodão<sup>155</sup>. Por outro lado, confirma-se que outra das razões que levava estes corsários a atacar as ilhas menos defendidas era a captura de homens, destinados ao tráfico de mão-de-obra; em certas situações, como vimos, homens livres foram incluídos nestas compras, facto para o qual terá pesado o auxílio de moradores da mesma ilha.

A relação das viagens realizadas pelos agentes do novo contrato da urzela, assinado após a extinção da Companhia Geral de Grão-Pará e Maranhão, revela também alguns actos de pirataria no mar e nalguns portos de São Nicolau. Parte do percurso de Santiago para esta ilha, que durou oito dias, foi marcado pela perseguição de um navio inimigo e, quando o bergantim do contrato chegou ao porto do Tarrafal, tomou conhecimento de que estava na Preguiça uma chalupa a abastecer-se de urzela; esta acabou por conseguir fugir antes de ser capturada. Passados alguns dias, aportou no porto do Carriçal uma escuna inglesa, armada na ilha do Sal, com o objectivo de resgatar o mesmo líquen e recolher moradores de São Nicolau, a fim de os levar para aquela ilha deserta. A acção do bergantim dos contratadores acabou por resultar na apreensão desta e de outra embarcação inglesa<sup>156</sup>. Estes testemunhos provam-nos que mercadores britânicos se dirigiam frequentemente à ilha de São Nicolau, preferencialmente ao longínquo porto do Carriçal<sup>157</sup>,

<sup>153</sup> Veja-se a notícia desta intervenção de Clementino Amaro e Vítor Santos, «Recuperação do Forte da Preguiça na Ilha de São Nicolau, República de Cabo Verde», in *Pedra & Cal*, n.º 15, Julho-Setembro 2002, pp. 10-12.

<sup>154</sup> Carta do governador Joaquim Salema de Saldanha Lobo, redigida na ilha de Santiago, a 23 de Fevereiro de 1774 (cf. AHU, CV, cx. 33, doc. 46).

<sup>155</sup> Cartas de Joaquim Salema de Saldanha Lobo, escritas na ilha de Santiago, a 2 de Fevereiro e 24 de Abril de 1775 (cf. AHU, CV, cx. 34, docs. 9 e 28).

<sup>156</sup> Memórias do contrato real da urzela nas ilhas de Cabo Verde, redigida em Agosto de 1779 (cf. AHU, CV, cx. 38, doc. 16).

<sup>157</sup> Segundo o capitão Roberts que por aqui passou, este era um excelente ancoradouro, dado que permitia o fácil reabastecimento de água e lenha (cf. «As Ilhas de Cabo Verde nos

mas também ao da Preguiça, para comerciar diversas mercadorias proibidas; as estruturas da Coroa instaladas na ilha não o conseguiam impedir, até porque, nalguns casos, colaborariam com aqueles resgates.

Desta forma, na viragem para o século XIX, São Nicolau continuava a ser uma ilha pouco defendida, incapaz de sustentar os ataques de piratas e perigável ao comércio ilegal realizado por estrangeiros. Nesta época fez-se sentir particularmente a acção de corsários franceses sediados em Goré, na costa africana adjacente àquele arquipélago. Estes punham em risco as comunicações de Cabo Verde com o exterior, mas sobretudo impediam a circulação no seu interior. Parece, no entanto, que os requerimentos do governador acabaram por ser atendidos, com o envio para aquelas ilhas, em 1798, do brigue de guerra *Dragão*, comandado por António Pusich<sup>158</sup>. Aliás, poucos anos depois, este problema ficou parcialmente resolvido, com a nomeação deste indivíduo para o cargo de intendente da marinha de Cabo Verde, com autorização para residir em São Nicolau, nas casas onde tinha anteriormente assistido o bispo D. Frei Cristóvão de São Boaventura; aquele oficial acabou por instalar o Arsenal Real do arquipélago nesta ilha<sup>159</sup>.

Concluindo, podemos dizer que, durante o período em estudo, São Nicolau nunca foi uma ilha protegida, uma vez que as suas defesas nunca estiveram à altura do que lhes era exigido. Este facto determinou que os seus moradores vivessem em constante sobressalto, uma realidade que acabou por funcionar como retardadora do seu desenvolvimento económico.

### Limites de jurisdição

Uma pequena nota final para lembrar que os limites geográficos de jurisdição da ilha de São Nicolau foram variando ao longo dos tempos. Em certas épocas, esta estendia-se a quase todo o Barlavento, nomeadamente à ilha de São Vicente, aos ilhéus Branco e Raso, à ilha de Santa Luzia e à do Sal; noutras, ficava confinada aos seus próprios limites. Durante o período em

anos de 1720. Quatro anos de viagens do Capitão George Roberts», in *Ponto & Vírgula. Revista de Intercâmbio Cultural*, n.º 7, Janeiro-Fevereiro 1984, p. 7).

<sup>158</sup> Cartas do governador Marcelino António Basto, escritas na ilha de Santiago, a 12 de Março e 1 de Abril de 1798 (cf. AHU, CV, cx. 51, docs. 31 e 41).

<sup>159</sup> A nomeação de António Pusich foi comunicada a Marcelino António Basto, por carta do príncipe regente, redigida em Queluz, a 1 de Junho de 1801 (AHU, CU, cód. 402, fls. 127v-128). A 12 de Setembro do mesmo ano, o visconde da Anadia escreveu para o mesmo governador, informando-o de que fora satisfeito o requerimento do intendente, para residir em São Nicolau (cf. AHU, CU, cód. 402, fls. 129-129v). Veja-se também a Memória estatística sobre as ilhas de Cabo Verde, de 1807 (cf. BNL, *Reservados*, cód. 1678, fls. 1-28).



que esteve na posse dos condes de Portalegre, depois marqueses de Gouveia, a ilha possuiu jurisdição sobre São Vicente. A carta de doação a D. Diogo da Silva e Meneses não o refere, mas sabemos, por outras fontes <sup>160</sup>, que ambas constituíram um único senhorio. Assim continuou a ser no período entre 1696 e 1727, enquanto as ilhas estiveram sobre a administração do Conselho da Fazenda, o qual as ia arrematando a diversos indivíduos; num destes contratos era claramente definido que a extensão de terreno alienada coincidia com a do antigo senhorio do marquês de Gouveia <sup>161</sup>. Diga-se ainda que os contratos que conhecemos, realizados nesta época, agregavam sempre a ilha da Boavista às de São Nicolau e São Vicente, ficando o arrendatário obrigado ao pagamento apenas de uma renda fixa, referente a todas elas.

Porém, quando em 1727 Sebastião de Mendonça e Zuniga foi nomeado capitão-mor de Santo Antão, São Nicolau e São Vicente, a situação alterou-se consideravelmente: o Barlavento foi unificado numa única grande capitania, que passou a ser tutelada por um oficial de nomeação régia trienal, instalado na povoação da Ribeira Grande de Santo Antão, que teria jurisdição sobre os feitores da Coroa em cada uma das ilhas <sup>162</sup>. A nomeação, dois anos depois, de capitães feitores para São Nicolau e Boavista não alterava em nada esta situação, dado que estes ficariam na dependência de Zuniga <sup>163</sup>. Os abusos que cometeu acabaram por determinar o fim desta experiência institucional e o início de uma outra, na qual foram consagradas a figura do capitão-mor e a Câmara Municipal, em cada uma das ilhas de Santo Antão e São Nicolau. Esta última deixou, assim, de estar sujeita à primeira, passando ambas a ter um estatuto hierarquicamente idêntico. No entanto, esta situação levou à indefinição de fronteiras entre ambas: pelo regimento de José da Costa Ribeiro, a ilha de São Vicente foi entregue a Santo Antão, ao passo que a de Santa Luzia e os ilhéus adjacentes à de São Nicolau. Esta situação foi criticada pelo novo capitão-mor de Santo Antão, Cláudio Roquete da Silva, que aceitava o argumento da proximidade para perder o controlo de Santa

<sup>160</sup> Cf. Relação das ilhas de Cabo Verde, de Francisco de Andrade, de 26 de Janeiro de 1582 (cf. AGS, *Guerra Antigua*, maço 122, fls. 180 e ss., publicado MMA, 2.ª série, vol. III, Lisboa, 1964, doc. 42, pp. 97-107). Dizia este sargento-mor da ilha de Santiago, que as ilhas de São Nicolau e São Vicente «são do conde de Portalegre, pagauão somente a sua Magestade na cidade de Lisboa, o dizimo do que rendem». Vejam-se também os SHCVG, parte I, cap. V, pp. 152-178 e cap. VI, p. 208.

<sup>161</sup> Contrato das rendas das ilhas de S. Nicolau, e suas anexas, que foram do Marques de Gouveia..., feito em Lisboa, a 8 de Julho de 1711 (cf. AHU, CV, cx. 9, doc. 64).

<sup>162</sup> Cf. AHU, CV, cx. 15, doc. 8; cx. 13, doc. 21.

<sup>163</sup> Vejam-se os registos das cartas patentes do governador Francisco de Oliveira Grans, de 1 e 4 de Janeiro de 1729, provendo capitães feitores para São Nicolau e Boavista (cf. AHN, SGG, A1/002, fls. 205v-206 e 208v).

Luzia, embora não deixasse de afirmar que a integração daquela na esfera de influência da sua ilha traria maiores proventos à Fazenda Real <sup>164</sup>.

A questão voltou a pôr-se na época em que o poder senhorial regressou à ilha de Santo Antão, como atrás ficou dito, dado que, por essa razão, São Vicente deixou de estar sob o seu controlo e regressou à superintendência de São Nicolau, como nos tempos em que os condes de Portalegre as possuíam. Contudo, parece que esta divisão ainda foi menos bem aceite que a anterior, dado que, em 1743, o capitão-mor de Santo Antão, agente do donatário, foi acusado de se senhorear ilegalmente da ilha vizinha, de tirar proveitos económicos das desertas e de desrespeitar a autoridade do governador-geral <sup>165</sup>. A situação foi analisada por Costa Ribeiro, o qual apontou certos motivos para a atitude daquele capitão-mor: o facto de, durante o tempo em que todas as ilhas estiveram sobre a posse da Coroa, o feitor de Santo Antão ter jurisdição sobre a ilha vizinha; a proximidade delas, «asim como Almada com Lisboa»; o costume dos moradores de Santo Antão passarem, em qualquer embarcação, à ilha fronteira, para se aproveitarem das suas produções selvagens; a confusão de que o antigo donatário de São Vicente, o conde de Portalegre e marquês de Gouveia, seria ascendente directo do actual marquês (sucessor dos condes de Santa Cruz). Apesar de compreender a situação, Costa Ribeiro opinou que deveria ser enviado um feitor para a ilha em questão, o qual deveria responder perante o de São Nicolau, e não o de Santo Antão <sup>166</sup>; os procuradores da Coroa e Fazenda e o Conselho Ultramarino aprovaram este parecer e mandaram que fosse executado <sup>167</sup>.

Quando, em 1759, o poder senhorial foi definitivamente extinto na ilha de Santo Antão, a de São Vicente terá, muito provavelmente, sido desanexada da jurisdição de São Nicolau e passado para a da sua vizinha. Esta

<sup>164</sup> Carta do rei D. João V para José da Costa Ribeiro, redigida em Lisboa, a 14 de Julho de 1733, na qual se dava conta de outra, que lhe fora enviada pelo dito capitão-mor de Santo Antão (cf. AHU, CV, cx. 13, doc. 23). O monarca pedia informações sobre o caso ao ouvidor-geral dado que, segundo Roquete da Silva, o único rendimento de Santa Luzia era o algodão, pelo que seria útil que esse material fosse transportado para a sua ilha, onde existiam escravos da Fazenda Real, e não para São Nicolau, onde não os havia.

<sup>165</sup> Carta do governador João Zuzarte de Santa Maria, feita na cidade da Ribeira Grande, a 15 de Janeiro de 1743 (cf. AHU, CV, cx. 19, doc. 4). Segundo este oficial, o facto do capitão-mor de Santo Antão se estar a apossar da ilha vizinha fora comunicado pelas autoridades da ilha de São Nicolau, já que aquele se recusara a responder às suas cartas. Sobre este assunto veja-se o citado estudo de Daniel A. Pereira, «Regimento que deve observar o feitor da ilha de S. Vicente...», pp. 157-161.

<sup>166</sup> Parecer de José da Costa Ribeiro, dado em Lisboa, a 4 de Julho de 1743 (cf. AHU, CV, cx. 19, doc. 4).

<sup>167</sup> Parecer do Conselho Ultramarino, dado a 7 de Setembro de 1743 (cf. AHU, CV, cx. 19, doc. 34) e ordem régia de 23 de Novembro seguinte (cf. AHU, CV, cx. 19, doc. 62; cx. 20, doc. 51 / AHU, CU, cód. 486, fl. 348 / AHN, SGG, A1/0001, fls. 86v-87 e A1/0002, fl. 270).



mesma realidade está expressa na versão que conhecemos do Regimento da Fazenda Real, inicialmente redigido pelo desembargador Custódio Correia de Matos<sup>168</sup>. Esta fonte também nos dá conta de que São Nicolau agregou, nesta data, a deserta ilha do Sal, mantendo também a tutela sobre a de Santa Luzia e os ilhéus Branco e Raso<sup>169</sup>. No entanto, é de crer que os moradores de São Nicolau continuassem a frequentar São Vicente, sendo uns dos principais informadores sobre os acontecimentos que lá se passavam<sup>170</sup>. A jurisdição referida prolongou-se nas décadas seguintes, mesmo durante o período de administração da Companhia Geral de Grão-Pará e Maranhão, notando-se alguns esforços para que fosse feito o seu povoamento. Por exemplo em 1778, o Conselho Ultramarino considerou que a melhor forma de manter e rentabilizar estas ilhas era fazê-las habitar por casais provenientes de São Nicolau, sobretudo aqueles «que andão vagando em hua ocioza mendicidade»<sup>171</sup>. Em 1780 esclarecia-se esta questão, afirmando-se que São Vicente pertencia a Santo Antão, ao passo que Santa Luzia e o Sal estavam sob a jurisdição de São Nicolau; parece porém, que os moradores desta ainda só aproveitavam aquelas para extracção de urzela, sendo na do Sal, muitas vezes, flagelados por doenças<sup>172</sup>.

No final do século XVIII, São Nicolau perdeu os direitos sobre as ilhas vizinhas, ganhando também São Vicente autonomia face a Santo Antão. Aquela, depois dos primeiros esforços para a sua ocupação em 1734, quando João de Távora se propôs habitá-la a troco de direitos de exploração durante

<sup>168</sup> «Regimento da Fazenda Real que devem observar o feitor e mais officiaes da mesma, na ilha de S. Nicolao deixado pelo Desembargador Sindicante Costodio Correa de Matos reformado, e addiccionado pela Junta da mesma Real Fazenda da Capitania de Cabo Verde no anno de 1792», publicado por Luiz de Bivar Guerra, «A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos...», in *op. cit.*, pp. 165-293. Conforme discutiremos adiante, chegou aos nossos dias apenas a versão mais recente deste documento, pelo que não conhecemos, em rigor, o teor do texto original. É de crer, até pela forma como esta passagem está escrita, que a referência a São Vicente, como incorporada na jurisdição de Santo Antão, seja de 1793, devendo ainda pertencer a São Nicolau em 1753.

<sup>169</sup> *Ibidem*, p. 233. Se nos casos de Santa Luzia e dos ilhéus adjacentes há dados que nos permitem confirmar um certo controle, por parte das autoridades de São Nicolau, sobre elas, já que nos diz respeito ao Sal, tudo indica que a sua jurisdição fosse puramente nominal. Segundo a carta do governador António Machado de Faria e Maia para Martinho de Melo e Castro, esta estava abandonada, continuando a ser um porto de abrigo de estrangeiros, que se aproveitavam das suas riquezas naturais (cf. AHU, CV, cx. 45, docs. 6 e 32).

<sup>170</sup> Assim aconteceu em 1765, quando ali naufragou um navio francês, como se pode ler na carta do governador de Cabo Verde, Bartolomeu de Sousa e Brito Tigre, escrita na cidade da Ribeira Grande, a 30 de Janeiro de 1765 (cf. AHU, CV, cx. 29, doc. 2).

<sup>171</sup> Parecer do Conselho Ultramarino, dado em Lisboa, a 19 de Dezembro de 1778 (cf. AHU, CV, cx. 37, doc. 48B).

<sup>172</sup> Offício do capitão engenheiro António Carlos de Andreis, escrito em Belém, a 16 de Abril de 1780 (cf. AHU, CV, cx. 40, doc. 9).

dez anos<sup>173</sup>, foi em 1781 objecto de uma operação em grande escala, organizada pelas autoridades centrais do arquipélago, destinada a dar início ao seu povoamento, o qual se materializou na tentativa de edificação da primeira povoação<sup>174</sup>. Falharam estes empreendimentos, como o dos últimos anos de setecentos, novamente impulsionada por um privado, e o da década de 1820, patrocinada pelo governador António Pusich<sup>175</sup>.

Também nesta data, o capitão-mor e comandante da ilha de Santo Antão, Luís António dos Santos, se ofereceu para povoar a ilha de Santa Luzia, bem como os dois ilhéus adjacentes. Comprometendo-se a custear todas as operações necessárias, nomeadamente a edificação de uma igreja e pagamento da cõgrua a um cura, pedia entre outras, as seguintes contrapartidas, válidas por seis anos: o peixe e a urzela da referida ilha e ilhotes vizinhos; o pagamento dos direitos reais na feitoria da ilha de Santo Antão e não na de São Nicolau, como até à data se processava; a garantia de fornecimento de géneros alimentares, pelas feitorias de São Nicolau e Boavista; os mesmos direitos que os moradores de Santo Antão. Esta proposta foi aprovada<sup>176</sup> mas, como sabemos, o povoamento daquelas pequenas ilhas não teve continuidade, pelo que ficaram praticamente desertas até a actualidade. Repare-se, no entanto, que esta concessão ao capitão de Santo Antão representou um certo regresso a um modelo de exploração arcaico, de atribuição de ilhas a privados por parte da Coroa, a fim de que estas fossem aproveitadas. O caso de São Vicente foi bem distinto, porque aquela ilha já foi povoado sob a direcção das autoridades insulares, dando corpo ao esforço da Coroa para rentabilizar uma terra da sua conquista.

<sup>173</sup> Proposta veiculada pela carta do governador de Cabo Verde Bento Gomes Coelho ao rei, de 2 de Fevereiro de 1734 (cf. AHN, SGG, A1/0001, fls. 77v-78).

<sup>174</sup> Veja-se o registo do decreto régio, de 4 de Maio de 1781, no qual se determinava o povoamento desta ilha, a ordem régia para os officias superiores do arquipélago, de 18 de Maio, declarando que os futuros habitantes estavam isentos do pagamento de foro durante dez anos (cf. AHN, SGG, A1/0011, fls. 71v-72), e a carta de Martinho de Melo e Castro para o governador interino de Cabo Verde, de 12 de Junho, comunicando as decisões do Conselho Ultramarino sobre o assunto (cf. AHN, SGG, A1/0011, fl. 79 e AHU, CU, cód. 402, fls. 17-18v).

<sup>175</sup> Como é sabido, só em meados do século XIX, com a instalação pelos ingleses de estruturas de apoio à navegação, se iniciou verdadeiramente a ocupação de São Vicente, nomeadamente da povoação do Mindelo [cf. António Correia e Silva, *Espaços Urbanos de Cabo Verde: o tempo das cidades-porto*, Lisboa, 1998, pp. 26-30 e José Estêvão, «Cabo Verde», in *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. X (*O Império Africano 1825-1890*), Lisboa, 1998, pp. 167-210].

<sup>176</sup> Cartas do governador Marcelino António Basto para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, redigidas na ilha de Santiago, a 27 de Fevereiro e 28 de Agosto de 1798 (cf. AHU, CV, cx. 51, docs. 27A e 87, n.º 10 e AHN, SGG, A1/0514, carta n.º 10).



## ECONOMIA

### Organização Económica

Em 1498, D. Manuel I fez mercê a D. Diogo da Silva e Meneses, conde de Portalegre, do «gaado da ylha de Sam Nicolao»<sup>1</sup>; por esta doação o soberano, mais do que atribuir uma capitania ou um senhorio, cedia uma zona de interesse económico exclusivo, uma área onde este senhor poderia explorar as riquezas naturais existentes em seu proveito, sem ter de estar sujeito a obrigações muito vastas. De facto, à ilha de Santiago foram muitas vezes dados privilégios do foro económico, mas o rei impunha como contrapartida a obrigação de que o espaço se fosse povoando; interessava ao monarca que existisse naquele arquipélago, estrategicamente situado, uma pequena colónia de moradores que garantisse a soberania portuguesa e permitisse a sua viabilização como porto de apoio da navegação no Atlântico. Mas nesta primeira fase não havia grande interesse em habitar as restantes ilhas, pelo que estas foram cedidas a diversos indivíduos, como mercês régias e contrapartidas financeiras por algum bom serviço prestado ao rei. Já durante o domínio do arquipélago pela Casa de Viseu-Beja se passara o mesmo: os poucos esforços de povoamento incidiram apenas sobre a ilha de Santiago e, quanto muito, a do Fogo.

Este modelo de donatário absentista, que mantinha apenas as estruturas de exploração económica suficientes para a sua rentabilização, perdurou em São Nicolau até ao final do século XVII. Durante esta fase apostou-se sobretudo em duas formas de obtenção de lucros: a recollecção das riquezas naturais existentes, como a urzela, o âmbar e o sangue-de-drago; a libertação de

---

<sup>1</sup> Cartas de D. Manuel I para D. Diogo da Silva Meneses, dadas a 30 de Março de 1498 (cf. *Chancelaria D. Manuel I*, liv. 31, fl. 88-88v; liv. 31, fl. 105). Documentos publicados na PMA, vol. II, doc. 213, pp. 363-64 e doc. 214, pp. 365-67; *HGCV-CD*, vol. I, doc. 41, pp. 115-17.







embarcação levaria cerca de seis dias para carregar os bens produzidos em São Nicolau durante o ano, os quais lhe seriam entregues pelo dito feitor. A embarcação ainda poderia regressar a Santiago, para completar a sua carga, regressando depois a Lisboa, se possível acompanhado da armada das ilhas, a partir do arquipélago dos Açores. Na capital faria a descarga de tudo quanto trouxera de Cabo Verde, entregando ao procurador do conde de Portalegre as fazendas que lhe cabiam.

Esta era, pois, a forma de exploração económica que o senhor daquelas duas ilhas do Barlavento utilizava para tirar proveito delas. Note-se que se para a despovoada ilha de São Vicente era necessário levar gente e munições para «fazer a fazenda», em São Nicolau bastava transportá-la, porque aí existia uma estrutura económica permanente e minimamente organizada; durante todo o ano eram preparadas as mercadorias, bastando escassos dias para que estas fossem carregadas.

Resta ver as contrapartidas que o dono da embarcação fretada recebia para realizar aquela viagem. Em 1580, estipulou-se que o procurador da condessa D. Filipa da Silva pagasse ao mestre do navio *Nossa Senhora da Esperança* de frete o seguinte: 6 réis por cada pele de cabra, 60 réis por cada couro de bovino, 100 réis por cada quintal de sebo e 300 réis por cada moio de sal, dados que revelam bem o nível de valorização atingido por cada produto. A estes valores acrescentavam-se 20 cruzados, pelo trabalho de carregar para a ilha de São Vicente a gente e materiais que o feitor de São Nicolau lhe desse, e meio real, por cada pele que utilizasse na reparação da cobertura do navio (apesar de todo este trabalho dever ser feito à sua custa). Todas estas importâncias deveriam ser satisfeitas em dinheiro ao dono da embarcação, nos vinte dias seguintes à sua chegada a Lisboa. Por outro lado, este ficava obrigado a transportar gratuitamente todas as pessoas e munições que o feitor de São Nicolau determinasse, devendo ainda contratar e transportar sem custos, pessoal assalariado da ilha de Santiago, caso aquele oficial lho encomendasse.

Quanto a nós, estas últimas disposições teriam sido particularmente favoráveis para o povoamento da ilha, se o seu donatário quisesse ter investido nelas, em vez de delegar a tarefa em procuradores, dado que o que era taxado era o frete das mercadorias, não o transporte de homens e seus haveres; o envio destes para a ilha fazia-se sem que o donatário tivesse que pagar qualquer contrapartida ao mestre do navio. Acrescente-se que o risco do transporte do sal, da ilha de Maio (ou qualquer outra rica neste mineral) para a de São Nicolau, ficava por conta do dono do navio.

Quase um século depois, uma fonte religiosa deixava transparecer que esta situação não se alterara substancialmente. Todos os anos era enviada uma embarcação a São Nicolau, destinada ao resgate das riquezas ali pro-

duzidas, a qual lá chegaria no mês de Maio; esta não permaneceria mais que cinco ou seis dias na ilha, apenas o tempo de fazer os ditos carregamentos<sup>4</sup>. Finalmente, diga-se, mais uma vez, que durante todo este tempo, não se vislumbra que o conde de Portalegre tenha estabelecido mais nenhum agente de autoridade na ilha, além do feitor, o qual superintenderia todas as actividades que ali se realizassem e diligenciaria para que sempre que viesse o navio do Reino buscar as fazendas, estas tivessem prontas nas melhores condições.

Quanto à Fazenda Real, recebia o já referido dízimo de tudo quanto fosse produzido ou recolhido em São Nicolau, como nas vizinhas Santa Luzia e São Vicente, podendo a sua cobrança ser arrendada a algum indivíduo. De facto, foi uma situação normal durante todo o Antigo Regime, o rei atribuir a um indivíduo a tarefa e os rendimentos resultantes da arrecadação dos direitos que lhe cabiam, recebendo em troca uma renda determinada; assim aconteceu no que se refere a estes proventos, por exemplo, até ao ano de 1605, quando estes passaram a ser cobrados directamente pela Fazenda Real, nomeadamente pelos seus almoxarifes<sup>5</sup>. Diga-se, porém, que no caso das ilhas do Barlavento, os chamados «rendeiros da coirama» não estavam incumbidos de arrecadar os réditos no local, como acontecia com os rendeiros do contrato de Cabo Verde, mas apenas em Lisboa; o procurador do donatário trazia todos os bens produzidos nas ilhas para a capital, sendo apenas ali retirada a parte devida à Coroa. Este sistema não exigia dos rendeiros qualquer estrutura económica, ao contrário do que acontecia com os contratadores das ilhas do Sotavento<sup>6</sup>. Só a partir de 1627, data da celebração do contrato de arrendamento com André da Fonseca, é que os rendimentos das ilhas do Barlavento passaram a ser incluídos no referido contrato de Cabo Verde, que incluía os direitos da Alfândega da Ribeira Grande, o quarto e

<sup>4</sup> Carta de Frei Teodoro de Bruxelas para os cardeais da Propaganda, escrita em Sevilha, a 1 de Janeiro de 1670 (cf. APF, *Scritture Riferiti nelle Congregazioni Generali*, vol. 423, fls. 121-27, publicado na MMA, 2.ª série, vol. IV, Lisboa, 1991, doc. 106, pp. 281-87).

<sup>5</sup> Auto da devassa mandado fazer pelo governador Francisco Meneses de Sequeira e pelo ouvidor-geral Manuel Rodrigues Pereira, sobre os actos do contratador João Soeiro, feito na ilha de Santiago, a 28 de Julho de 1613 [cf. AHU, CV, cx. 1, doc. 29, publicado por António Carreira, *Documentos para a História das Ilhas de Cabo Verde e «Rios de Guiné» (Séculos XVII e XVIII)*, Lisboa, 1983, pp. 58-59]. Veja-se o estudo deste autor «Tratos e Resgates dos Portugueses nos Rios de Guiné e Ilhas de Cabo Verde nos começos do Século XVII», in *RHES*, n.º 2, Julho-Dezembro 1978, pp. 91-103.

<sup>6</sup> Cf. Zelinda Cohen, «Subsídios para a história geral de Cabo Verde: os contratos de arrendamento para a cobrança das rendas e direitos reais das ilhas de Cabo Verde (1501-1560)», in *Studia*, n.º 53, Lisboa, 1994, pp. 327-28. A autora exemplifica com o ano de 1504, quando Gonçalo Mateus e Francisco da Fonseca foram identificados como rendeiros do dízimo das «peles cabruas», pago pelo donatário das ilhas de São Nicolau e São Vicente, referindo-se ao documento dos IAN/TT, *Corpo Cronológico*, II-144-27, de 21 de Fevereiro de 1528, publicado na HGCV-CD, vol. I, doc. 56.



vintena das armações da Guiné e o quarto e dízimos das ilhas de Santiago, Fogo e Maio, ou seja, o grosso das valias do arquipélago<sup>7</sup>.

Acresce ainda dizer que temos notícias de que, durante alguns anos, ter-se-á deslocado à ilha um oficial régio designado por «escrivão da matança», ao qual caberia certamente o registo dos abates realizados, para evitar que alguns dos animais não fossem contabilizados e que, portanto, os dízimos não incidissem sobre a totalidade dos rendimentos alcançados<sup>8</sup>. Sabemos que este ofício foi extinto em 1690, dado que era desnecessário e já alguns anos não era provido<sup>9</sup>.

A convivência entre as autoridades senhoriais e reais não foi, contudo, sempre pacífica. Nos finais do século XVI, questionava-se a quem cabia a obrigação de sustentar um cura na ilha, com as autoridades religiosas a pressionarem o monarca para que fosse ele a realizar aquela despesa, utilizando para o efeito, os dízimos da ilha de São Nicolau; o monarca acedeu a fazê-lo «enquanto não constar ser obrigação de poer cura o donatário»<sup>10</sup>. Porém, a situação voltou a colocar-se anos depois, já que em 1677 o bispo resolveu enviar párocos para as ilhas do Barlavento, com ordens para que os respectivos feitores lhes pagassem as cóngruas. Segundo este prelado, todos aceitaram aquela determinação, excepto o de São Nicolau, que se desculpou com as instruções do seu donatário, o marquês de Gouveia, o qual se recusara a fazer aquela despesa, por pagar apenas dízimos e não quartos, como acontecia nas restantes ilhas<sup>11</sup>. Nesta situação, tanto o procurador da Fazenda, como o Conselho Ultramarino resolveram dar razão ao religioso, determinando que o donatário satisfizesse aquela despesa<sup>12</sup>.

Novos problemas vieram a ocorrer pouco tempo depois, dado que o bispo se voltou a queixar de que os habitantes das ilhas de Maio, Boavista e São Nicolau procuravam fugir ao pagamento dos direitos reais, satisfazendo apenas os dízimos dos gados e não «dos mais frutos do mar», como o âmbar,

<sup>7</sup> Cf. Maria Manuel Ferraz Torrão, «Rotas Comerciais, Agentes Económicos, Meios de Pagamento», in *HGCV*, vol. II, p. 77.

<sup>8</sup> Vejam-se os seguintes exemplos: resposta a um requerimento régio, feita a 11 de Julho de 1619 (cf. *AHU, CV*, cx. 1, doc. 102); parecer do Conselho Ultramarino, de 17 de Novembro de 1678 (cf. *AHU, CV*, cx. 6A, doc. 136).

<sup>9</sup> Cf. *AHU, CV*, cx. 8, doc. 117.

<sup>10</sup> Cf. IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 1, fls. 67v-68, publicado na *MMA*, 2.<sup>a</sup> série, vol. III, Lisboa, 1964, doc. 94, pp. 381-82. Vejam-se também os *SHCVG*, parte I, cap. V, p. 178.

<sup>11</sup> Carta do bispo de Cabo Verde, escrita na ilha de Santiago, a 2 de Junho de 1677 (cf. *AHU, CV*, cx. 6A, doc. 110). Veja-se também a obra *SHCVG*, parte II, cap. II, pp. 66-67.

<sup>12</sup> Parecer do Conselho Ultramarino, dado em Lisboa, a 4 de Novembro de 1678 (cf. *AHU, CV*, cx. 6A, doc. 133).

que abundantemente recolhiam<sup>13</sup>; o religioso estava particularmente preocupado com este assunto, porque era dos dízimos cobrados nestas ilhas que se pagavam as despesas eclesiásticas, pelo que a sua escassez traria ainda maiores problemas aos sempre magros recursos do bispado. Este rejeitava ainda o procedimento adoptado na distribuição dos rendimentos daquelas ilhas, o qual previa que primeiro se cobrassem os quartos (destinados ao Almoxarifado) e só depois os dízimos, reduzindo assim o valor destes últimos. Perante estes protestos, a Coroa determinou que a partição das benfeitorias das ilhas de Barlavento se passasse a fazer na ordem inversa<sup>14</sup>.

Como no governo civil e militar, também na administração da fazenda não se notaram grandes diferenças, durante os primeiros anos de administração da Coroa sobre a ilha de São Nicolau, face ao período de dominação senhorial<sup>15</sup>. O Conselho da Fazenda, a quem passou a competir a sua gestão, determinou que apenas um feitor ficasse a representá-lo, devendo este assegurar a continuação dos fluxos comerciais daquela ilha, agora em benefício da Coroa<sup>16</sup>. Sabemos, também, que cedo esta determinou alienar a sua exploração, facto que ocorreu certamente em Dezembro de 1705, quando Inácio Franco a arrematou, juntamente com a Boavista<sup>17</sup>, mas que se pode ter dado anos antes, como vimos atrás. Esta prática causou grandes protestos por parte do bispado de Cabo Verde, para quem aquela arrematação, feita sem que eles tivessem sido ouvidos, e dispensando a cobrança dos quartos, lhes tirava um rendimento necessário ao seu sustento; o cabido defendia também que as arrematações não estavam a ser feitas pelo valor justo, porque estas ilhas já originavam importantes receitas<sup>18</sup>. Conscientes dos prejuízos que

<sup>13</sup> Parecer do Conselho Ultramarino, de 20 de Julho de 1679 (cf. *AHU, CV*, cx. 6A, doc. 142 / *AHU, CU*, cód. 478, fls. 27v-28). Por carta enviada a este Conselho, o bispo D. Frei António de São Dionísio anunciou que ordenara ao visitador, que ia fazer viagem àquelas ilhas, «puzesse cobro nisto, e mandando aos moradores com todo o aperto não faltem em pagar os dízimos, e quintos que deuem a Deus, e a Vossa Alteza».

<sup>14</sup> Na carta do príncipe regente para o governador de Cabo Verde, feita em Lisboa, a 6 de Outubro de 1681, expunha-se o caso e pedia-se conselho (cf. *AHU, CU*, cód. 489, fl. 32). A situação só foi resolvida dois anos mais tarde, depois do parecer do Conselho Ultramarino, de 8 de Novembro de 1683 (cf. *AHU, CV*, cx. 7, doc. 18) e da respectiva carta régia, de 4 de Dezembro de 1683 (cf. *AHN, SGG*, A1/0001, fls. 34-34v e A1/0002, fl. 10).

<sup>15</sup> Por carta de 23 de Março de 1696, o rei ordenou ao governador de Cabo Verde que tomasse poder dos rendimentos destas ilhas, uma vez que estes não tinham sido ainda arrendados (*AHN, SGG*, A1/0001, fls. 36v-37 e A1/0002, fl. 12).

<sup>16</sup> Vejam-se os seguintes documentos: pareceres do Conselho Ultramarino, de 5 de Novembro de 1696 (cf. *AHU, CU*, cód. 478, fl. 95v), 3 de Outubro de 1698 (cf. *AHU, CU*, cód. 478, fls. 113-113v) e 2 de Abril de 1699 (cf. *AHU, CV*, cx. 8, doc. 127); carta do governador D. António Salgado, feita na Ribeira Grande, a 29 de Junho de 1698 (cf. *AHU, CV*, cx. 8, doc. 78).

<sup>17</sup> Cf. *SHCVG*, parte II, cap. III, p. 176.

<sup>18</sup> Requerimento do cabido do bispado de Cabo Verde para o rei, assinado a 10 de Agosto de 1701 (cf. *AHU, CV*, cx. 9, doc. 20). Vejam-se também os *SHCVG*, parte II, cap. III, p. 176.



lhe adviriam da redução de receitas, as autoridades de Lisboa procuraram um compromisso, do qual resultasse o regresso à cobrança dos quartos<sup>19</sup>. Outra questão que levantou alguma celeuma, logo naqueles primeiros anos de arrendamento, foi a da responsabilidade dos contratadores pela entrega dos direitos régios na ilha de Santiago, regra que parece ter sido pelo menos pontualmente desrespeitada, com prejuízo para a Fazenda Real e para o pagamento das despesas na capital cabo-verdiana<sup>20</sup>.

A partir desta data assistiu-se, de facto, a uma verdadeira corrida pela garantia do direito de consignação dos rendimentos desta ilha em favor de diversas despesas, sobretudo por parte dos eclesiásticos. Logo em 1696, o bispo exigiu que lhe pagassem os gastos de criação de uma freguesia em Santiago, evocando uma já grande dívida para com o seu bispado; dada a falta de rendimentos desta ilha, o rei determinou que estas despesas deviam ser cobertas pelos rendimentos de São Nicolau e São Vicente<sup>21</sup>. Quase simultaneamente pôs-se a questão da construção de um seminário em Cabo Verde, problemática que aqui apenas nos interessa, pela forma como foi proposto o seu financiamento. O bispo D. Frei Vitorino Portuense, para quem a falta de clero nativo levava à ineficiência da acção pastoral no arquipélago, bateu-se com afinco pela sua construção; a certa altura, dada a escassez de receitas noutras áreas, o prelado começou a requerer ao monarca que lhe fossem consignados os rendimentos das ilhas de São Nicolau e São Vicente, pelo menos durante dez anos, a fim de custear a sua construção<sup>22</sup>. Após muitos pedidos, o rei acabou por ceder a 20 de Março de 1702, autorizando que aqueles proveitos fossem utilizados na edificação do seminário e, depois, no provimento do seu reitor, mestres e colegiais<sup>23</sup>. Contudo, se levarmos em

<sup>19</sup> A 15 de Outubro de 1706 o rei ainda pedia documentos comprovativos ao cabido da Sé de Cabo Verde (cf. AHU, CV, cód. 489, fls. 205-205v), mas a 9 de Novembro de 1707, o Conselho Ultramarino deu, finalmente, parecer favorável aos religiosos (cf. AHU, CV, cód. 478, fls. 162-162v).

<sup>20</sup> Segundo a carta dos oficiais da Câmara da cidade da Ribeira Grande para o rei, de 16 de Fevereiro de 1706, naquele ano a embarcação dos arrendatários das ilhas do Barlavento seguira directamente para Lisboa, deixando naquelas ilhas, sujeitos à erosão, os bens referentes aos quartos e dízimos régios, o que dificultara o pagamento dos filhos da folha em Santiago, aonde os réditos deveriam ter sido entregues (AHN, SGG, A1/0004, fls. 139v-141v).

<sup>21</sup> Cf. SHCVG, parte II, cap. III, p. 132.

<sup>22</sup> As suas diligências estão bem patentes nas seguintes fontes: pareceres do Conselho Ultramarino, de 28 de Novembro de 1697 (cf. AHU, CV, cx. 8, doc. 65 / AHU, CV, cód. 478, fls. 105-105v) e 9 de Julho de 1698 (cf. AHU, CV, cx. 8, doc. 79 / AHU, CV, cód. 478, fls. 105-105v); carta do bispo, de 24 de Junho de 1699 (cf. AHU, CV, cx. 8, doc. 127). Nesta última, o prelado dizia que «agora vai bastante fazenda das Ilhas de São Nicolau e Boavista, e já podem vir este anno os materiais».

<sup>23</sup> Cf. SHCVG, parte II, cap. III, p. 166. A carta do rei para o bispo, de 10 de Janeiro de 1699 (cf. AHU, CV, cód. 489, fl. 158) e o parecer do Conselho Ultramarino, de 2 de Abril de 1699 (cf. AHU, CV, cx. 8, doc. 110 / AHU, CV, cód. 478, fls. 123-123v) representam já promessas das autoridades de Lisboa em aceitar o requerimento do prelado.

conta as queixas do dito religioso, parece que a ordem não foi cumprida pelo Conselho da Fazenda, dado que nem os materiais estavam a ser adquiridos; de facto, com a morte de D. Frei Vitorino Portuense ficou também adormecida, por muitos anos, a ideia de edificação de um seminário naquelas ilhas<sup>24</sup>. Referimos apenas mais um caso, em que as receitas de São Nicolau foram empregues em despesas eclesiásticas: em 1699, para pagamento de um pregador da ilha do Fogo<sup>25</sup>.

Conhecemos os nomes de mais dois indivíduos que arrendaram a exploração da ilha de São Nicolau, das suas anexas e da Boavista, neste período: Manuel Lopes Godelho e João *Dansaint*. O primeiro caso é particularmente relevante, porquanto conhecemos o respectivo contrato, celebrado em Lisboa, a 8 de Julho de 1711. Este era válido por nove anos, devendo o arrematante pagar à Fazenda Real uma renda de 750.000 réis no final de cada um deles, acrescidos de 1% e mais 2/1.000. Em contrapartida, o contratador poderia usufruir de todas as potencialidades económicas das referidas ilhas, a sua população poderia ser utilizada como mão-de-obra para as actividades que lá desenvolvesse e ficava isento de pagamento do quarto e de todos os mais direitos, devendo apenas satisfazer o dízimo (questão que fora motivo de queixas por parte dos religiosos). Outro dos benefícios de que gozava era a suspensão do pagamento da renda, sempre que houvesse uma seca, um ataque de inimigos, ou qualquer outra situação fortuita. A este indivíduo eram também entregues todas as «fabricas que do serviço das ditas ilhas ouuer», ou seja, todos os meios de produção existentes, devendo estes ser restituídos quando finalizasse o contrato<sup>26</sup>. Pode, pois, concluir-se que, se para a Coroa este acordo era vantajoso (receberia uma renda fixa, sem realizar qualquer investimento), o grande beneficiado do negócio era o arrematante, já que tinha também gastos muito reduzidos, boas possibilidades de obter lucros e ainda ficava escudado face à contingência de ocorrer um qualquer acidente que lhe fosse alheio.

Em 1727, ordenou-se a Sebastião de Mendonça e Zuniga, no 6.º ponto do seu regimento provisório, que «tenha cuidado nos Rendimentos das Ilhas de São Nicolau, e Boavista, tocantes a fazenda Real». Efectivamente, ao nomeado capitão-mor de Santo Antão foi atribuída a competência de vigiar

<sup>24</sup> Carta do cabido do bispado de Cabo Verde para o rei, feita a 26 de Fevereiro de 1706 (cf. AHU, CV, cx. 9, doc. 42A). Diziam as suas dignidades que, depois daquela morte, «ficarão as obras do siminario por acabar, e sem consignação algua para se adiantar a dita obra». A 23 de Outubro do mesmo ano, o Conselho Ultramarino remeteu este requerimento para o Conselho da Fazenda, negando jurisdição sobre o caso (cf. AHU, CV, cód. 478, fls. 156-156v).

<sup>25</sup> Parecer do Conselho Ultramarino, de 2 de Abril de 1699 (cf. AHU, CV, cx. 8, doc. 110 / AHU, CV, cód. 478, fls. 123-123v).

<sup>26</sup> Cf. AHU, CV, cx. 9, doc. 64 e AHN, SGG, A1/0005, fls. 161-162v.



os feitores destas ilhas, de forma a que se evitassem desvios na arrecadação dos réditos; esta medida justificava-se pela distância e deficientes comunicações destas, face à capital do arquipélago<sup>27</sup>. Já sabemos que, para além da desobediência civil face ao governador-geral e da usurpação da jurisdição sobre ilhas que não lhes estavam confiadas, este oficial praticou uma série de desmandos e roubos nos direitos reais. À sua recusa em enviá-los para a ilha de Santiago, responderam os seus oficiais superiores com o fretamento de uma balandra para os ir arrecadar; porém, esta encontrou a Fazenda Real já bastante depauperada, ficando claro, a partir daí, que o dito capitão-mor roubara parte dela. Este era também acusado de permitir que os mercadores estrangeiros comerciassem naquelas ilhas, sem pagar os direitos de alfândega ordinários, provavelmente porque também ele teria interesses nesses negócios<sup>28</sup>.

A reforma empreendida em São Nicolau, por José da Costa Ribeiro, não teve o mesmo alcance no domínio da fazenda como no governo político, dado que aquele aspecto foi sobretudo trabalhado na ilha da Boavista<sup>29</sup>. Determinava-se a conservação do feitor e do respectivo escrivão, regulamentando-se apenas que o primeiro fosse eleito trienalmente pelo governador-geral (com fiança), ouvida a instituída Câmara Municipal. Ambos deveriam reger-se pelo regimento que até então era utilizado, ou seja, só podiam fazer despesas com o consentimento da Provedoria do arquipélago e seriam obrigados a enviar anualmente para ela, todos os rendimentos da ilha<sup>30</sup>. Parece, porém, que o sistema de administração das finanças públicas apresentava grandes insuficiências, uma vez que as autoridades centrais do arquipélago não conseguiam controlar a arrecadação dos tributos devidos à Coroa. Segundo o governador de Cabo Verde, a forma mais proveitosa de recolher os réditos nas ilhas do Barlavento era mesmo o arrendamento da sua cobrança a um privado. O mesmo

<sup>27</sup> Regimento provisório de governo de Sebastião de Mendonça e Zuniga, emitido a 27 de Julho de 1727 (cf. AHU, CV, cx. 15, doc. 8).

<sup>28</sup> Carta do governador Francisco de Oliveira Grans para o rei, feita em Santiago, a 24 de Abril de 1730 e carta do ouvidor José da Costa Ribeiro para o rei, redigida no mesmo local, a 8 de Junho do dito ano (cf. AHU, CV, cx. 14, doc. 43).

<sup>29</sup> Costa Ribeiro deixou na Boavista, em Abril de 1732, um livro que previa a forma de arrecadação da Fazenda Real, o funcionamento da Alfândega e a vida administrativa local, nomeadamente as funções dos seus oficiais (cf. António Carreira, *Alguns aspectos da administração pública em Cabo Verde...*, pp. 168-91). Quanto a nós, este documento é bastante semelhante ao que Correia de Matos deixou em São Nicolau, duas décadas depois, diferenciando-se apenas pela maior simplicidade e por algumas cláusulas adaptadas à realidade da ilha.

<sup>30</sup> Informação de José da Costa Ribeiro, feita na cidade da Ribeira Grande, a 16 de Abril de 1731 (cf. AHU, CV, cx. 14, docs. 27 e 28 e AHN, SGG, A1/0001, fls. 72v-74v e 101-103).

oficial denunciava ainda uma situação de grande promiscuidade por parte dos que exerciam ofícios ligados à Fazenda Real naquelas ilhas<sup>31</sup>.

Em 1745, D. João V emitiu um regulamento que procurava ultrapassar alguns destes problemas, determinando o seguinte: que os juizes das ilhas do Barlavento passassem a assistir ao carregamento dos navios nos portos; que se provessem as Câmaras de livros numerados, onde os respectivos escrivães assentariam os nomes dos capitães e feitores, as cargas e os direitos pagos pelos navios que lá fossem comerciar; que estes livros fossem objecto de correição por parte dos ouvidores-gerais; que fossem enviadas para os municípios, medidas e pesos iguais aos utilizados na Alfândega da ilha de Santiago<sup>32</sup>. Tentava o monarca, com esta ordem, evitar os desvios dos direitos reais das ilhas do Barlavento e harmonizar a actividade comercial no arquipélago.

Parece, porém, que estas ordens do monarca não tiveram grande aplicação prática, até por falta de colaboração das autoridades insulares. Quatro anos depois da emissão deste regulamento, o ouvidor Inocêncio Alves da Silva descobriu que um inglês, chamado Estêvão Spencer, servira seis anos como feitor da ilha de São Nicolau, sem que a Câmara Municipal se tivesse pronunciado nesse sentido, como mandava o Regimento de Costa Ribeiro; apurou que fora recrutado e empossado pelo governador João Zuzarte de Santa Maria, entre os seus próximos, sem qualquer consulta aos oficiais do município. Por outro lado, o ouvidor verificou que o mencionado feitor usava as receitas da ilha a seu prazer, sem permitir que nada fosse registado nos livros competentes, como instruíam as ordens reais. A resolução deste caso foi confiada pelo rei a Custódio Correia de Matos, no âmbito da residência que deveria tirar ao referido governador<sup>33</sup>.

Podemos, assim, dizer que a maior reforma da Fazenda Real da ilha de São Nicolau se deu aquando da estadia deste desembargador sindicante, o qual se deslocou para Cabo Verde em 1752, investido da respectiva Provedoria. A sua missão neste domínio era clara: averiguar a forma como estavam a ser cobrados e gastos os fundos públicos e corrigi-la, se necessário. Para isso, visitou algumas das ilhas do arquipélago, tendo detectado numerosas situações de não aproveitamento das potencialidades existentes, mas também certas irregularidades e abusos. Interessa-nos aqui ver apenas o caso de São

<sup>31</sup> Carta do governador de Cabo Verde Bento Gomes Coelho, feita na cidade da Ribeira Grande, a 26 de Outubro de 1736 (cf. AHN, SGG, A1/0002, fl. 254).

<sup>32</sup> Ordem régia (despachada pelo Conselho Ultramarino) para o governador-geral de Cabo Verde e resposta deste, feitas a 12 de Janeiro e 8 de Junho de 1745 (cf. AHU, CV, cx. 20, doc. 25 / AHU, CU, cód. 486, fl. 362v).

<sup>33</sup> Carta do rei para Custódio Correia de Matos, feita em Lisboa, a 1 de Setembro de 1751 (cf. AHU, CU, cód. 486, fls. 407v-408).



Nicolau, provavelmente o local onde terá residido mais tempo enquanto permaneceu no arquipélago; de facto, 20 dias após a sua chegada a Cabo Verde, Correia de Matos partiu para aquela ilha, evocando as notícias do ouvidor-geral, segundo as quais o seu feitor nunca dava a conta real dos réditos recolhidos, afirmando todos os anos que as colheitas de milho se tinham perdido e que não havia nada para taxar. O desembargador começou mal a sua estadia na ilha, uma vez que escassos dias após o seu desembarque no porto da Preguiça, vários dos seus acompanhantes, familiares e auxiliares de trabalho faleceram, provavelmente contaminados pela «doença de terra» da ilha de Santiago; tal situação dificultou ainda mais a sua já árdua tarefa.

A sua avaliação inicial da situação da Fazenda Real na ilha foi extremamente negativa<sup>34</sup>. Para Correia de Matos «nada em S. Nicolau tinha forma», porque os seus habitantes não compreendiam as instruções e os regimentos que lhes eram dados. Assim, as primeiras medidas que tomou para alterar este estado de coisas foram as seguintes: medir e tombar todas as terras, fixando-lhes o respectivo foro; instituir livros onde se recensassem todos os habitantes da ilha que criassem gado; corrigir a forma como eram registados os direitos pagos pelos navios que ali fossem comerciar. Com estas resoluções, o desembargador procurava aperfeiçoar e tornar mais transparente a forma de arrecadação das três principais fontes de receitas da ilha para a Coroa, os foros fundiários, os dízimos do gado e os direitos alfandegários. De facto, toda uma série de casos que observou levaram-no a concluir que a situação de fuga ao pagamento de direitos era bem pior que a descrita pelo ouvidor: os navios desembarcados durante a sua permanência, aos quais cobrou directamente os impostos devidos, deram mais rendimento que todos os outros que ali tinham aportado naquele ano; o milho que encontrara na feitoria (300 alqueires) era muito superior ao declarado pelos oficiais locais (80 alqueires); boa parte das explorações agrícolas não estavam a ser taxadas ou pagavam o que queriam, porque se o fossem correctamente conseguir-se-ia, segundo as suas contas, mais de 2.000 alqueires de milho em foros por ano, o equivalente a 378.380 réis.

Outra das situações a que Correia de Matos prestou particular atenção foi a arrecadação dos dízimos devidos à Igreja; em São Nicolau estes não eram directamente recolhidos pela Fazenda Real, mas pelo pároco da ilha, em substituição dos 40.000 réis de cõgrua a que tinha direito. Por iniciativa deste oficial, esta cobrança passou a ser arrendada, facto que veio a ocorrer no final daquele ano de 1752; o arrematante ficou encarregue daquela tarefa por três anos, a troco de 360.000 réis, quantia que excedia em duas vezes a

<sup>34</sup> Esta está essencialmente expressa num extenso relatório que enviou para Lisboa, datado de 15 de Janeiro de 1753 (cf. AHU, CV, cx. 24, doc. 41).

necessária ao pagamento das ordinárias do referido religioso<sup>35</sup>. Esta iniciativa gerou, porém, bastantes críticas por parte do bispo de Cabo Verde, que defendia o regresso ao sistema de arrecadação directa pelos eclesiásticos, visivelmente mais favorável para eles; procurando contemporizar, o rei acabou por decidir que o sindicante desse interinamente 50.000 reis de cõgrua ao sacerdote e que avaliasse o modelo mais rentável para a Fazenda Real<sup>36</sup>. Assim, finda a sua primeira visita a São Nicolau, e segundo a própria avaliação de Correia de Matos, se as normas que deixara na ilha fossem cumpridas, a Fazenda Real poderia tirar dela bons rendimentos<sup>37</sup>.

Foi certamente durante a sua segunda viagem a São Nicolau, que Custódio Correia de Matos promulgou o célebre Regimento da Fazenda Real, provavelmente um dos mais completos documentos jurídicos que o arquipélago conheceu até então<sup>38</sup>, embora a sua análise esteja prejudicada pelo desconhecimento do texto original. De facto, a versão que se encontra localizada e publicada data de 1793, quando a Junta da Real Fazenda da Capitania de Cabo Verde, instituída em 1780, o resolveu adoptar, introduzindo-lhe porém indistintas modificações<sup>39</sup>. Apesar se terem localizado documentos do sindicante sobre este tema<sup>40</sup>, pensamos tratar-se apenas de esboços do regimento que terá outorgado em finais de 1753, pelo que permanece a dúvida sobre a autoria da maioria das disposições constantes na versão conhecida.

<sup>35</sup> *Ibidem*.

<sup>36</sup> Carta do rei para Custódio Correia de Matos, feita em Salvaterra de Magos, a 24 de Fevereiro de 1754 (cf. AHU, CU, cód. 402, fl. 35).

<sup>37</sup> Relatório de Correia de Matos, de 15 de Janeiro de 1753 (cf. AHU, CV, cx. 24, doc. 41). Alguns meses depois do seu regresso a Santiago, a 15 de Maio de 1753, o mesmo desembargador sindicante escreveu para Lisboa afirmando que a ilha de São Nicolau já estava a dar muito mais rendimento à Coroa (cf. AHU, CV, cx. 24, docs. 50 e 69).

<sup>38</sup> Diga-se que a 14 de Março de 1753, Correia de Matos deixara na ilha da Boavista uma provisão, com aplicação também na ilha de Maio, na qual regulava algumas matérias relativas à Fazenda Real, não previstas no tomo sobre a mesma matéria aí deixado por José da Costa Ribeiro, em 1732 (cf. António Carreira, *Alguns aspectos da administração pública em Cabo Verde...*, pp. 168-91).

<sup>39</sup> «Regimento da Fazenda Real que devem observar o feitor e mais officiaes da mesma, na ilha de S. Nicolau deixado pelo Desembargador Sindicante Custodio Correa de Matos reformado, e addicionado pela Junta da mesma Real Fazenda da Capitania de Cabo Verde no anno de 1792», publicado por Luiz de Bivar Guerra, «A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos...», in *op. cit.*, pp. 165-293.

<sup>40</sup> Na pesquisa que realizámos no Arquivo Histórico Nacional, em Cabo Verde, detectámos cópia de vários documentos de Correia de Matos, que constituem um verdadeiro esboço do regimento que terá outorgado posteriormente. Entre estes contam-se os seguintes, todos elaborados em São Nicolau: capítulos que deve observar o feitor nesta minha ausência, enquanto se lhe não dá regimento formal, de 13 de Novembro de 1752; provimento que deu o desembargador sindicante [...] em visita da provedoria, de 1 de Outubro de 1753; declaração que mandou fazer o desembargador sindicante sobre a forma que se devem regular os foros na sua cobrança, sem data; certidão igualmente sem data (cf. AHN, SGG, A1/0001, fls. 118-122 e 122v-126v, aqui



Tentaremos, na medida do possível, distinguir a acção de Correia de Matos da dos reformadores de finais de setecentos, embora se deva salientar que a riqueza deste documento permite compreender realidades estruturais, comuns a todo o século XVIII.

Neste regimento previam-se todos os aspectos relativos à Fazenda Real naquela ilha, descrevendo-se com extrema minúcia as atribuições e privilégios dos seus oficiais e a forma de arrecadação dos direitos reais. Segundo o seu texto, o Regimento justificava-se pelos constantes descaminhos nestas cobranças, pelas infundáveis desavenças entre os diversos agentes de poder, a extensão indeterminada do mandato dos feitores, os abusos da Câmara Municipal, a forma incorrecta como eram feitos os registos (não se respeitando sequer as determinações de Costa Ribeiro), entre outros. A Feitoria ou Provedoria Comissária de São Nicolau era definida como um juízo subalterno da Provedoria da Fazenda Real da ilha de Santiago, devendo obedecer às suas ordens e para ela enviar as suas receitas; os seus principais oficiais eram o feitor ou provedor comissário, o escrivão e o meirinho, devendo também existir guardas da Alfândega e do campo, como veremos <sup>41</sup>.

O feitor era escolhido pelo governador-geral do arquipélago, entre três moradores nomeados pela Câmara Municipal, a qual deveria seleccionar preferencialmente homens ricos, dado que ficava como sua fiadora durante os três anos de mandato; se esta não fizesse aquela nomeação, então o governador podia designar quem quisesse, mantendo-se porém os deveres concessivos enunciados <sup>42</sup>. O juramento deveria ser prestado perante o provedor da Fazenda Real ou, na sua ausência, junto do juiz ordinário do município; se o governador não respeitasse este procedimento, seriam os seus bens que

publicados em anexo, doc. 1). Entre estes documentos encontra-se também, a fls. 122-122v, um regimento para a ilha de São Vicente, de 5 de Novembro de 1753 (publicado por Daniel A. Pereira, «Regimento que deve observar o feitor da ilha de S. Vicente, Vicente Neves Caio (1752)», in *op. cit.*, pp. 163-171). Este mesmo autor refere, aliás, ter localizado nos arquivos cabo-verdianos o regimento original de Correia de Matos para São Nicolau (*ibidem*, p. 171, nota 16); pensamos tratar-se destas fontes que agora damos a conhecer.

<sup>41</sup> «Regimento da Fazenda Real...», publicado por Luiz de Bivar Guerra, «A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos...», in *op. cit.*, pp. 197-98.

<sup>42</sup> Segundo a certidão acima referida, mandada lavrar por Custódio Correia de Matos, não constava das disposições de constituição do município, estabelecidas por José da Costa Ribeiro, que o feitor fosse proposto e afiançado pelos oficiais camarários, embora tal tivesse acontecido com o primeiro provido. Pelos capítulos de 13 de Novembro de 1752, o syndicante determinava que cabia ao município apresentar três candidatos ao cargo ao governador e provedor da Fazenda (cf. AHN, SGG, A1/0001, fls. 124 e 125, publicado em anexo, doc. 1).

De facto fora essa a prática anterior à estadia do syndicante nesta ilha, como se pode exemplificar com o provimento do capitão Estêvão Spencer, de 18 de Fevereiro de 1743, escolhido pelo governador João Zuzarte de Santa Maria, entre três nomes propostos no ano anterior pela câmara de São Nicolau (cf. AHN, SGG, A1/0001, fls. 86-86v e A1/0002, fl. 207).

responderiam como fiança do provido. O juiz mais velho do concelho substituiria o feitor, no caso deste falecer ou se ausentar <sup>43</sup>. Consagrava-se, ainda, uma recomendação especial para o governador-geral de Cabo Verde: o exercício dos cargos de feitor e capitão-mor da ilha devia estar concentrado num único indivíduo, a fim de que não houvesse contendas entre si <sup>44</sup>.

As funções previstas para o feitor asseguravam-lhe um estatuto cimeiro na administração de São Nicolau, já que a este competia <sup>45</sup>:

- enviar um balanço anual da receita e despesa da Fazenda da ilha, para o governador e para o provedor do arquipélago;
- realizar audiências, nas quais julgaria contendas relativas à Fazenda, e aplicar as respectivas coimas; note-se que estava relativamente limitado nesta capacidade, já que se estas ultrapassassem os 1.000 réis de bens móveis ou os 400 réis de bens de raiz saíam da sua alçada, sendo resolvidas pelo provedor da Fazenda Real na ilha de Santiago; esta norma devia-se, segundo o legislador, às constantes suspeitas que existiam sobre a clareza das decisões;
- vigiar e proibir a divisão das terras foreiras da Fazenda Real, conforme era tendência dos juizes da Câmara Municipal; estes sectionavam as terras pelos herdeiros, em vez de repartir apenas o seu valor;
- elaborar devassas sobre os descaminhos na cobranças dos direitos reais, podendo os seus trâmites demorar um ano no máximo, e aplicar as respectivas penas de prisão (limitadas à existência de duas ou três testemunhas); diga-se que os procedimentos a tomar eram meticulosamente estabelecidos, o que nos dá a entender que este era um meio privilegiado de acção deste oficial;
- impedir o estabelecimento de novas terras foreiras do concelho, obrigando-as a não ultrapassar os limites estabelecidos aquando da sua criação;
- recolher o gado sem dono ou «gado do vento» (esta função poderia estar arrendada ao designado «rendeiro do vento»), as baleias que

<sup>43</sup> «Regimento da Fazenda Real...», publicado por Luiz de Bivar Guerra, «A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos...», in *op. cit.*, pp. 197-99. O parágrafo que estabelecia esta disposição decalcava o cap. 8 do texto de Correia de Matos, de 13 de Novembro de 1752 (cf. AHN, SGG, A1/0001, fl. 124, publicado em anexo, doc. 1).

<sup>44</sup> O Regimento estabelecia que, caso estes cargos não fossem reunidos numa só pessoa, então o capitão-mor não devia ter qualquer jurisdição na Fazenda, limitando-se a averiguar os seus eventuais descaminhos (cf. Luiz de Bivar Guerra, «A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos...», in *op. cit.*, pp. 236-38).

<sup>45</sup> *Ibidem*, pp. 200-09. As disposições dos capítulos de Correia de Matos, de 13 de Novembro de 1752, eram bem mais lacónicas quanto às funções deste oficial, embora indicassem já todas estas áreas de actuação (cf. AHN, SGG, A1/0001, fl. 124, publicado em anexo, doc. 1).



viessem dar à costa, parte do âmbar e outras riquezas que aparecessem nas praias;

- passar cartas de quitação aos foreiros que satisfizessem as suas obrigações, ou a qualquer outro que entregasse dinheiro na feitoria;
- assegurar que as cargas dos navios naufragados na ilha não fossem objecto de saque por parte da população, requerendo guardas ao capitão-mor, para as proteger.

O escrivão da feitoria também tinha funções de algum relevo, já que a ele competia fazer diversos registos referentes à Fazenda Real, nomeadamente os autos das audiências e devassas realizadas pelo feitor. Cabiam-lhe igualmente toda uma série de outras funções de extrema importância para a boa arrecadação dos réditos nesta ilha:

- assistir a todo o processo de desembarque de mercadorias na ilha e fazer o seu despacho na Alfândega, embora sob supervisão do capitão-mor, a quem competiam as relações com os capitães dos navios<sup>46</sup>;
- investigar os indivíduos suspeitos de não terem satisfeito os direitos régios, entrando nas suas casas se necessário;
- assentar os pagamentos dos foros das terras, passar mandatos e executar penhoras aos foreiros e aos criadores de gado incumpridores;
- remeter para o Almoxarifado de Santiago as contas de cada ano, separando sempre as origens das receitas e destinos das despesas.

Para realizar estas tarefas exigia-se um homem honesto, com aptidão para as contas, boa caligrafia e facilidade de expressão. Era um cargo anual, também designado pelo governador, após consulta ao provedor da Fazenda, que lhe daria juramento; porém, estes não o podiam demitir, a não ser que cometesse algum erro, dado que seria difícil encontrar indivíduos que reunissem as características requeridas. O escrivão da feitoria podia designar o escrivão da Câmara como seu substituto, caso morresse, tivesse algum impedimento legítimo ou uma sobreposição de tarefas; na ausência deste, o feitor podia nomear interinamente um indivíduo para aquele cargo<sup>47</sup>.

<sup>46</sup> Por portaria do governador de Cabo Verde, de 24 de Abril de 1756, fixava-se que deviam ser os capitães-mores da ilha, e não os capitães dos portos, a entabular relações com os comandantes dos navios, sobretudo os estrangeiros, dado que eram mais graduados e tinham meios para os albergar (cf. AHN, SGG, A1/0008, fls. 43v-44).

<sup>47</sup> *Ibidem*, pp. 210-18. Quanto à sucessão neste cargo, em caso de impedimento, copiava-se o cap. 9 do texto de Correia de Matos, de 13 de Novembro de 1752; as demais atribuições estão apenas esboçadas neste texto (cf. AHN, SGG, A1/0001, fl. 124, publicado em anexo, doc. 1).

A forma de provimento, a duração do cargo e o mecanismo de substituição temporária do meirinho eram em tudo semelhantes às do escrivão da feitoria. Entre os seus deveres destaquem-se o de acompanhar o feitor em todos os seus actos públicos, o de executar todas as diligências de que este o encarregasse, o de vigiar as praias sempre que algum navio estivesse no porto (se necessário acompanhado dos guardas e do escrivão) e o de prender os respectivos infractores; em todos os outros casos, só poderia deter algum indivíduo com mandado do feitor<sup>48</sup>.

Pode assim concluir-se das atribuições enumeradas, as funções desempenhadas por estes três oficiais: o feitor, com uma supremacia inquestionável face aos demais, era o agente de poder, encarregue das tarefas mais políticas e diplomáticas, uma das personagens com maior relevo no governo da ilha; o escrivão era o burocrata, a quem competia fazer os registos, um homem letrado mas que acabava por ser um auxiliar administrativo do feitor; assim também acontecia com o meirinho, que era afinal um verdadeiro agente de segurança daquele oficial. Os três tinham atribuições complementares, embora também hierarquizadas, e representavam uma das mais importantes instituições de poder em São Nicolau, a feitoria da Fazenda Real. Aliás, a regulamentação dos seus cargos deve ser vista como uma intenção da Coroa em reforçar o seu dispositivo de controlo e arrecadação dos direitos que lhe cabiam naquela ilha; o esforço financeiro para os manter era certamente recompensado, dado que já haveria bens consideráveis para taxar nesta época. Para cumprir tão duras tarefas, estes oficiais necessitavam de estar escudados face aos poderes que pudessem ter que contrariar. Assim, gozavam de um certo número de prerrogativas, como a isenção de servir em qualquer outro ofício público e a garantia de que ninguém os podia prender, mesmo depois do seu mandato cumprido; neste último caso exceptuava-se o governador ou o provedor da Fazenda Real, entidades que os tutelavam, embora também estes só o fizessem mediante certas condições<sup>49</sup>.

Eram previstos pelo Regimento outros oficiais complementares da feitoria, embora de menor importância. Os guardas da Alfândega, que deviam ser homens de grande confiança, tinham como missão principal a vigilância da praia ou da feitoria, aquando da presença de navios no porto (sobretudo durante a noite, fazendo turnos); podiam entrar livremente em todas as casas, sem que fosse legítima qualquer resistência por parte dos seus proprietários (ela era mesmo severamente punida)<sup>50</sup>. O língua ou intérprete

<sup>48</sup> «Regimento da Fazenda Real...», publicado por Luiz de Bivar Guerra, «A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos...», in *op. cit.*, pp. 218-20.

<sup>49</sup> *Ibidem*, pp. 209-10.

<sup>50</sup> *Ibidem*, pp. 220-23. A disposição que dava poderes aos guardas da Alfândega para entrar livremente em todas as casas, ou pelo menos as penas previstas para os infractores, não



era também um posto previsto, dadas as necessidades da feitoria em contactar com mercadores estrangeiros<sup>51</sup>. Ocasionalmente o feitor podia designar dois medidores, destinados a avaliar as dimensões das terras foreiras.

Em 1753 Correia de Matos previu, também, a existência de guardas do campo, fundamentalmente incumbidos de tratar do gado bravo da ilha; parece, porém, que a sua importância foi sendo cada vez mais reduzida em São Nicolau, porque esta actividade, tão importante na fase inicial do povoamento, foi perdendo peso em favor da agricultura<sup>53</sup>. A estes guardas, variáveis no número segundo o critério do feitor, que os nomeava, cabia a participação nas chacinhas periódicas dos animais, a vigilância dos montados onde pastavam livremente e a prisão dos caçadores ilegais. Tinham também funções ligadas à extracção dos produtos de recollecção, devendo circular nas praias a fim de apanhar âmbar, peixes, entre outros bens. Paralelamente a esta actividade, a Fazenda Real criava algum gado em currais, em boa medida resultante dos dízimos pagos pelos criadores particulares; para cuidar deste gado instituíram-se criadores, um por cada espécie de animal. Escolhidos pelo feitor, estes deviam apresentar dois fiadores que garantissem a cobertura de todo o valor da criação e assinar um termo em que se comprometessem a pastoreá-la e defendê-la de qualquer dano, incluindo o roubo; ficavam também obrigados a guardar as peles dos animais que morressem involuntariamente, a entregar toda a manteiga produzida e a fazer uma relação anual das crias nascidas<sup>54</sup>.

Por fim, contemplava-se a existência de dois guardas ou feitores comissários das ilhas desertas sobre a dependência de São Nicolau, um para o Sal e outro para Santa Luzia, os ilhéus Branco e Raso<sup>55</sup>. Homens da confiança do feitor, estes tinham a seu cargo a caça do gado bravo e a recollecção do âmbar

constariam da versão original do Regimento, dado que nessa passagem faz-se alusão a legislação do rei D. José, de 24 de Outubro de 1764 (cf. António Carreira, *Alguns aspectos da administração pública em Cabo Verde...*, pp. 168-91).

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 224. A 25 de Setembro de 1752, na vila da Ribeira Brava, o ouvidor Francisco Xavier de Araújo nomeou Manuel Conrado para este ofício, dado que sabia falar inglês, nacionalidade a que pertenceriam a maioria dos comerciantes estrangeiros que se deslocavam a São Nicolau (cf. AHU, CV, cx. 25, doc. 1).

<sup>52</sup> «Regimento da Fazenda Real...» (cf. Luiz de Bivar Guerra, «A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos...», in *op. cit.*, p. 225).

<sup>53</sup> *Ibidem*, pp. 227-28. Na versão que conhecemos do regimento alude-se ao facto do sindicante ter previsto estes oficiais, embora se queixasse já do decréscimo de importância daquela actividade económica.

<sup>54</sup> *Ibidem*, pp. 229-32.

<sup>55</sup> *Ibidem*, pp. 234-35. Estas disposições foram claramente elaboradas no final de setecentos, embora o texto apresente grandes semelhanças com o regimento de Correia de Matos para São Vicente, de 5 de Novembro de 1752, como mostrou Daniel A. Pereira, «Regimento que deve observar o feitor da ilha de S. Vicente, Vicente Neves Caio (1752)», in *op. cit.*, pp. 163-171.

e mais produtos selvagens de valia; deviam vigiar estas ilhas, de forma a impedir que os moradores de Santo Antão e São Nicolau se dirigissem a elas, com intuito de aproveitar ilegalmente as suas riquezas. Esta era, aliás, uma prática corrente e que está amplamente documentada, podendo referir-se o caso da ilha do Sal, onde sazonalmente se dirigia um grupo de moradores de São Nicolau, para pescar tartarugas; estas eram depois salgadas e secas, o seu óleo extraído e aproveitadas as suas carapaças, sendo todos estes bens objecto de comercialização, na maior parte das vezes por estrangeiros<sup>56</sup>. Aqueles feitores comissários competia ainda a missão de plantar algodoeiros, estimular a sua produção e recolher sal, remetendo os seus frutos para a feitoria de São Nicolau.

O Regimento estabelecia também os direitos a arrecadar pela Fazenda Real na ilha de São Nicolau: os de alfândega, provindos da entrada e saída de navios; os foros das terras; o dízimo dos gados de criadores particulares; os dízimos eclesiásticos; os dízimos dos bens da fazenda, como o gado e os frutos da recollecção, produzidos nas desertas. Pelo tipo de orientações que eram dadas ao feitor, a fim deste proceder às devassas, ficamos a saber quais seriam os principais desvios à boa cobrança dos tributos: o comércio entre os naturais e os mercadores que ali se dirigiam, à revelia da Alfândega; a caça furtiva de gado da Fazenda Real; a recollecção secreta de produtos nas ilhas desertas; a ocupação e extensão indevida dos limites das propriedades; a divisão e transacção de terras, sem o respectivo consentimento; a ocultação total ou parcial do número de cabeças de gado, por parte dos seus criadores; a fuga ou cobrança indevida dos dízimos eclesiásticos<sup>57</sup>. Deixamos a análise dos seus mecanismos de arrecadação para os capítulos em que trataremos das actividades sobre as quais incidiam: pecuária, recollecção, agricultura e comércio.

Por fim, o referido documento enunciava as despesas legítimas que a feitoria podia e devia realizar<sup>58</sup>: as côngruas do vigário e do cura; os ordenados do feitor, do escrivão e do meirinho da Fazenda Real; as despesas de manutenção do gado manso, nomeadamente os ordenados do seus cria-

<sup>56</sup> Os franceses eram os mais referidos como negociantes destes produtos derivados da caça às tartarugas, parecendo que as suas Antilhas e a própria metrópole eram os seus principais mercados (cf. «As Ilhas de Cabo Verde nos anos de 1720. Quatro anos de viagens do Capitão George Roberts», in *Ponto & Vírgula. Revista de Intercâmbio Cultural*, n.º 7, Janeiro-Fevereiro 1984, p. 4).

<sup>57</sup> «Regimento da Fazenda Real...» (cf. Luiz de Bivar Guerra, «A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos...», in *op. cit.*, pp. 203-04). As condições pelas quais deveriam reger-se os contratos de arrendamento dos dízimos eclesiásticos estão também apontadas neste documento (cf. *ibidem*, pp. 268-69).

<sup>58</sup> *Ibidem*, pp. 278-80.



dores<sup>59</sup>; os gastos com as casas da feitoria. Diga-se que estas alíneas não foram alteradas no decorrer do século XVIII, permanecendo como as despesas essenciais realizadas na ilha de São Nicolau<sup>60</sup>.

Como se viu anteriormente, esta segunda viagem de Correia de Matos a São Nicolau foi marcada por constante conflitualidade com o ouvidor-geral do arquipélago. Também no domínio da fazenda se trocaram insultos e insinuações, com o sindicante a acusar Francisco Xavier de Araújo de extorquir ilegítimamente dinheiro público ao feitor desta ilha, de desviar os foros destinados à manutenção da Câmara Municipal, de arruinar os direitos alfandegários e de comerciar ilegalmente urzela<sup>61</sup>. Ao sucessor deste, João António da Silveira Sampaio, também foram imputados roubos na Fazenda Real desta ilha, já depois da morte do desembargador sindicante<sup>62</sup>. Este defendeu-se atacando o trabalho e lançando suspeitas sobre a honestidade de Correia de Matos: afirmava que não encontrara livros de carregação nas ilhas de São Nicolau e Boavista, acusando-o de ter ficado com eles, depois de ordenar aos feitores que fizessem os registos em folhas separadas; insinuava a existência de cumplicidade entre ele e o feitor de São Nicolau, Gaspar Gonçalves Afonso; criticava a forma como ele arrendara os dízimos eclesiásticos, por assegurar rendimentos inferiores<sup>63</sup>. Por iniciativa de Silveira Sampaio, e com a concordância do bispo, aquela arrematação passou a ser contractualizada anualmente e não trienalmente: se com a fórmula anterior se tinham conseguido do arrematante, o capitão António da Cruz, 180.000 réis em cada ano, com esta obtinham-se 230.000 réis pelo mesmo período (contrato com o capitão *Spencer*)<sup>64</sup>. A questão dos dízimos eclesiásticos ainda

<sup>59</sup> A versão do Regimento de 1793 veio determinar que o pagamento a estes indivíduos se fizesse em dinheiro e não em animais, como estabelecera Correia de Matos (cf. *ibidem*, p. 232).

<sup>60</sup> Mapa da despesa anual com a folha eclesiástica, militar e civil das ilhas de Cabo Verde e suas anexas, realizado em 1775 (cf. AHU, CV, cx. 40, doc. 54; cx. 37, doc. 49).

<sup>61</sup> Cartas de Correia de Matos, trasladadas pela Câmara Municipal da Ribeira Brava, a 28 e 29 de Dezembro de 1753 (cf. AHU, CV, cx. 25, docs. 1 e 2) e parecer do Conselho Ultramarino de 13 de Novembro de 1753 (cf. AHU, CU, cód. 479, fls. 12-13).

<sup>62</sup> O padre Manuel Ribeiro Livramento, capelão da Sé da Ribeira Grande, escreveu ao rei, a 2 de Agosto de 1755, afirmando que aquele oficial «roubou as fazendas dos direitos da fazenda Real e trouxe em seis caixas, as quais desembarcou de noute na villa da Praya e [...] as remeteu a Lisboa» (cf. AHU, CV, cx. 25, doc. 47). O capitão António de Barros Bezerra de Oliveira fez acusações semelhantes em Lisboa, a 22 de Outubro de 1756 (cf. AHU, CV, cx. 26, doc. 24).

<sup>63</sup> Carta de João António da Silveira Sampaio para o rei, escrita na ilha de Santiago, a 25 de Dezembro de 1755 (cf. AHU, CV, cx. 25, doc. 58). Acrescente-se o testemunho do escrivão da Fazenda Real da ilha de São Nicolau, Luís Lopes da Graça, dado a 19 de Julho de 1754, no qual confirmava a impossibilidade de tirar a conta aos feitores Francisco de Almeida Coimbra e Gaspar Gonçalves Afonso, devido ao facto do falecido sindicante ter levado os livros de carregação (cf. AHU, CV, cx. 25, docs. 58 e 59).

<sup>64</sup> Cartas de João António da Silveira Sampaio para o rei, escritas na ilha de Santiago, a 25 de Dezembro de 1755 e 23 de Janeiro do ano seguinte (cf. AHU, CV, cx. 25, doc. 58; cx. 26, doc. 4).

veio a causar outra problemática, desta vez entre o governador-geral Cunha d'Eça e os religiosos do bispado: para o primeiro, os segundos apenas deviam arrecadar a cõgrua que lhes era devida e não todo o dinheiro procedente da arrematação, mesmo havendo dívidas para com eles; esta questão pôs-se com grande evidência no que respeita a São Nicolau, porque esta fora uma das ilhas que vira a cobrança dos seus dízimos ser arrendada<sup>65</sup>.

A partir de 1757, a ilha de São Nicolau, como todo o arquipélago de Cabo Verde, passou a estar sobre a administração da Companhia Geral de Grão Pará e Maranhão, concessão que durou até 1778. Em virtude disto, pouco tempo depois, o provedor da mesma Companhia foi encarregue de tomar contas ao feitor da Fazenda Real de São Nicolau, apurando as verbas que tinha arrecadado e despendido, bem como as que tivessem sobrado na feitoria<sup>66</sup>. O controlo da Companhia sobre esta ilha fez-se sempre por intermédio de um administrador, periodicamente designado, residente no local e que estava incumbido de gerir todos os interesses ali existentes<sup>67</sup>. Estes foram objecto de inúmeras queixas por parte dos habitantes e autoridades de São Nicolau, que os acusavam de abuso de poder e extorsão indevida de dinheiro; eram apontados por se preocuparem apenas com o lucro, não atendendo às necessidades mais básicas da ilha. São Nicolau e a Boavista são mesmo noticiadas como as ilhas em que houve maior número de reclamações contra a Companhia, nomeadamente no que se refere à especulação sobre o valor de moeda<sup>68</sup>. Noutro momento, foram também recriminados por fazer comércio ilegal de panos de algodão com estrangeiros, calculando-se que fizessem o mesmo com a urzela<sup>69</sup>. Eram finalmente denunciados por não respeitarem as autoridades civis e militares da ilha, nomeadamente o seu capitão, nem mesmo as da Fazenda Real, que ali se mantinham, tendendo o administrador

<sup>65</sup> Na carta que escreveu ao rei, a 20 de Abril de 1756, Luís António da Cunha d'Eça mostrava-se determinado a mandar buscar 96.000 réis, procedentes do arrendamento dos dízimos da ilha de São Nicolau (cf. AHU, CV, cx. 26, doc. 13).

<sup>66</sup> Certidão de Luís Monteiro Godinho, escrivão da Fazenda Real na ilha de São Nicolau, feita na vila da Ribeira Brava, a 20 de Outubro de 1759 (cf. AHU, CV, cx. 26, doc. 30). O feitor de quem se tomara contas era o capitão Francisco de Almeida Coimbra.

<sup>67</sup> A carta patente emitida pela Câmara da cidade da Ribeira Grande, a 24 de Junho de 1769, dá-nos um exemplo de um dos indivíduos nomeados para este lugar (cf. AHU, CV, cx. 31, doc. 16). Diga-se que, muitas vezes, os providos eram recrutados dentro dos habitantes do arquipélago; neste caso, António de Araújo Castro desempenhara anteriormente o posto de sargento-mor do regimento da guarnição da vila da Praia.

<sup>68</sup> Carta do governador Joaquim Salema de Saldanha Lobo para o rei, escrita na ilha de Santiago, a 22 de Maio de 1773 (cf. AHU, CV, cx. 33, doc. 11).

<sup>69</sup> Carta de Joaquim Salema de Saldanha Lobo, redigida na ilha de Santiago, a 31 de Julho de 1773 (cf. AHU, CV, cx. 33, doc. 22).



local para o exercício de poder despótico<sup>70</sup>; a este abuso respondeu o governador do arquipélago vincando que «o incidente de estar a administração da dita [ilha] na companhia, não diminui a existência dos oficiais da Fazenda», que assim não deveriam ser designados de escrivão ou meirinho da Companhia, mas sim da Fazenda Real<sup>71</sup>.

A Companhia tinha algumas casas na ilha de São Nicolau, como em todas as outras de maiores dimensões, nomeadamente as que tinham anteriormente pertencido à feitoria da Fazenda Real: a casa da adega; o «armazém grande», onde eram colocados o milho e os demais frutos obtidos na cobrança dos dízimos; a casa de assistência do feitor; a casa que servia como cozinha. Sabemos também que os livros da receita e despesa, de tombo das terras, de lanços da receita viva, de aforamento das casas e hortas da vila da Ribeira Brava, de direitos alfândegários e de assento dos gados, anteriormente da responsabilidade da feitoria, permaneceram durante estes anos na posse da administração da Companhia<sup>72</sup>; todos estes bens e documentos foram novamente entregues às autoridades reais, aquando da sua extinção. Não parece que a experiência de comércio monopolista dos anos 80, a Sociedade Exclusiva do Comércio das ilhas de Cabo Verde e Guiné, tenha alterado significativamente a estrutura económica da ilha; como a extinta Companhia, também esta foi objecto de inúmeras queixas por parte dos seus moradores<sup>73</sup>.

Os oficiais principais da Fazenda Real na ilha de São Nicolau continuaram a ser os mesmos até aos inícios do século XIX – o feitor (que geralmente era também o capitão-mor)<sup>74</sup>, o escrivão e o meirinho –, de resto como acontecia nas restantes ilhas do arquipélago, excepto em Santiago e Fogo, onde estes eram mais numerosos. Em 1779, o primeiro recebia de salário 10% de tudo quanto cobrasse, o segundo 5%, ao passo que o terceiro auferia a

<sup>70</sup> Carta do secretário do governo de Cabo Verde, em nome do governador, para António Leite, administrador da Companhia em São Nicolau, de 18 de Maio de 1775, na qual se ordenava o fim daqueles abusos, ameaçando-se com a prisão (cf. AHN, SGG, A1/0015, fls. 50v-51v). A 28 de Março de 1776, o governador ordenava ao capitão-mor daquela ilha que remetesse o administrador da Companhia às suas funções «porque a este só [deve] entender do negocio que se oferecer» (cf. AHN, SGG, A1/0015, fls. 49v-50v).

<sup>71</sup> Carta do governador para o capitão-mor de São Nicolau (cf. AHN, SGG, A1/0015, fls. 16v-18).

<sup>72</sup> Conhecemos esta realidade através do termo sobre a entrega dos bens da antiga Companhia Geral de Grão-Pará e Maranhão, entretanto extinta, realizado a 31 de Outubro de 1778, na vila da Ribeira Brava (cf. AHU, CV, cx. 39, docs. 3 e 12). Veja-se também a obra de António Carreira, *As Companhias Pombalinas de Navegação, Comércio e Tráfico de Escravos entre a Costa Africana e o Nordeste Brasileiro*, Porto, 1969, p. 199.

<sup>73</sup> Carta do bispo D. Frei Francisco de São Dionísio para Martinho de Melo e Castro, feita na cidade da Ribeira Grande, a 24 de Abril de 1783 (cf. AHU, CV, cx. 41, doc. 32).

<sup>74</sup> Isso mesmo se dá conta no texto do «Regimento da Fazenda Real...» (cf. Luiz de Bivar Guerra, «A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos...», in *op. cit.*, p. 237).

quantia fixa de 5.000 réis<sup>75</sup>; na década seguinte e nos inícios do século XIX, o feitor já só recebia 8% da arrecadação, o escrivão 4% e o meirinho 2%, provavelmente porque o seu valor já era considerado excessivo<sup>76</sup>; em 1787 estes ganharam respectivamente 65.610, 32.805 e 16.402 réis<sup>77</sup>. Por outro lado, no final de setecentos, estes três oficiais mereceram uma nota elogiosa por parte das autoridades centrais do arquipélago, sobretudo o feitor, considerado muito zeloso e de excelente comportamento<sup>78</sup>. Refira-se que, com a complexificação da administração da Fazenda nesta ilha, nomeadamente aquando da sua tutela por parte da Companhia Geral de Grão Pará e Maranhão, criaram-se novos cargos subalternos, adequados às novas necessidades da ilha. Entre outros destaquem-se os de escrivão da alfândega<sup>79</sup>, de meirinho da alfândega<sup>80</sup> e de meirinho do mar<sup>81</sup>, ambos provavelmente relacionados com a maior actividade portuária e comercial de São Nicolau neste período.

As origens das receitas da feitoria – foros das terras, frutos dos dízimos e direitos alfândegários – também permaneceram semelhantes na segunda metade de setecentos, embora o peso relativo fosse variando ao longo do tempo; um mapa dos rendimentos das ilhas de Cabo Verde, relativo aos anos de 1771-75<sup>82</sup>, e o balanço da feitoria da ilha de São Nicolau no ano de 1787<sup>83</sup>, dão-nos uma ideia da importância de cada uma delas.

<sup>75</sup> Folha da despesa anual dos eclesiásticos e seculares das ilhas de Cabo Verde e lista dos oficiais da Fazenda no mesmo arquipélago (cf. AHU, CV, cx. 39, docs. 3 e 12).

<sup>76</sup> Tratava-se também da reposição da estrutura criada pelo desembargador Custódio Correia de Matos, a 13 de Novembro de 1752, expressa nos seus 11.º e 12.º capítulos (cf. AHN, SGG, A1/0001, fl. 124v, publicado em anexo, doc. 1), integralmente copiada na versão de 1793 do «Regimento da Fazenda Real...» (publicada por Luiz de Bivar Guerra, «A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos...», in *op. cit.*, pp. 224-25). Os oficiais menores da Fazenda Real em São Nicolau também mantiveram a sua remuneração ao longo da segunda metade de setecentos, excepto no caso dos criadores de gado, como se viu anteriormente.

<sup>77</sup> Conta corrente da Fazenda Real da ilha de São Nicolau com o feitor da mesma, Francisco Rodrigues de Brito, no ano de 1787 (cf. AHU, CV, cx. 44, doc. 46) e Ensaio físico e político da ilha de São Nicolau, feito pelo intendente da marinha António Pusich, no ano de 1803 (cf. Orlando Ribeiro, «As ilhas de Cabo Verde no princípio do século XIX», in *op. cit.*, pp. 632-33).

<sup>78</sup> Ofício do governador Marcelino António Basto, feito na ilha de Santiago, a 14 de Março de 1800 (cf. AHU, CV, cx. 33, doc. 22).

<sup>79</sup> Provisão do governador Manuel António de Sousa e Meneses, de 15 de Janeiro de 1760, para o capitão Gaspar Gonçalves Afonso (cf. AHN, SGG, A1/0009, fl. 75).

<sup>80</sup> Provisão de 18 de Agosto de 1777, para Manuel António Rosa (cf. AHN, SGG, A1/0014, fls. 222v-228v).

<sup>81</sup> Provisões do governador Joaquim Salema de Saldanha Lobo, de 13 de Junho de 1770 e 16 de Janeiro seguinte, para Domingos Rodrigues da Silva (cf. AHN, SGG, A1/0010, fls. 185v e A1/0007, fl. 107v).

<sup>82</sup> Mapa dos rendimentos da Fazenda Real nas ilhas de Cabo Verde, de 1775 (cf. AHU, CV, cx. 40, doc. 54; cx. 37, docs. 37 e 49) e ofício do governador Marcelino António Basto, feito a 26 de Setembro de 1798 (cf. AHU, CV, cx. 51, doc. 81).

<sup>83</sup> Conta corrente da Fazenda Real da ilha de São Nicolau com o feitor da mesma, Francisco Rodrigues de Brito, no ano de 1787 (cf. AHU, CV, cx. 44, doc. 46).



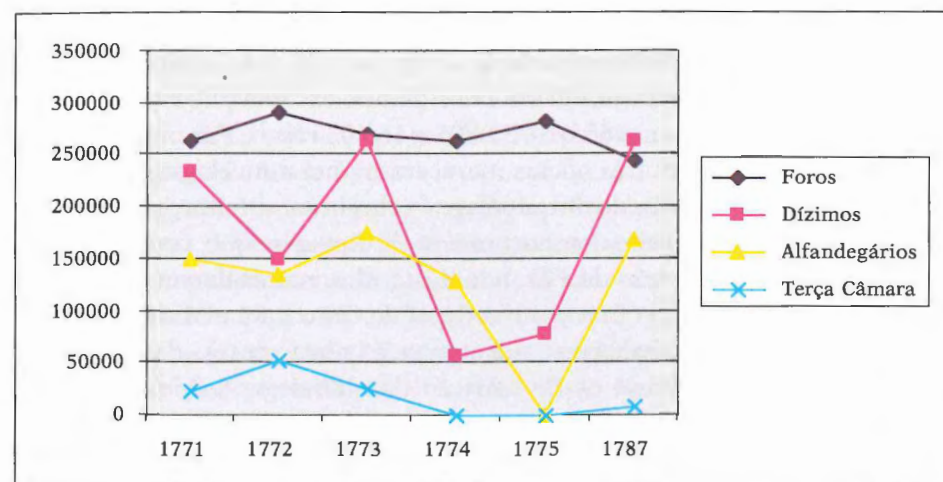


FIGURA 5 – Gráfico das variações dos valores de cada tributo nas receitas da feitoria de São Nicolau (em réis)

	1771	1772	1773	1774	1775	1787
Foros	262.516	290.195	269.645	264.195	281.525	244.345
Dízimos	233.540	148.680	264.190	57.070	77.150	264.465
Direitos Alfandegários	148.820	135.600	174.450	128.290	0	168.495
Terça da Câmara	23.129	53.036	24.905	0	0	8.614
Outros	0	0	4.200	0	0	134.213*

QUADRO 2 – Valores de cada tributo cobrado pela Fazenda Real em S. Nicolau (réis)

Uma primeira tendência que se pode constatar é a de que os foros fundiários detinham, nesta época, um peso primordial e crescente nas receitas da ilha de São Nicolau, cabendo-lhe sempre a maior fatia: nunca representavam menos de 30%, chegando a atingir mais de 45% em situação normal; em 1774 e 1775, anos em que se abateu sobre o arquipélago uma grande calamidade natural, de que falaremos adiante, estes subiram para 58% e 78%, não se notando uma significativa baixa dos seus rendimentos, antes pelo contrário (média de 270.000 réis por ano). Estes números levam-nos a concluir que esta

\* Desta importância, só 121.600 réis foram cobrados pela venda de 152 jumentos na ilha do Sal, a 800 réis cada animal, por moradores de São Nicolau. Não consideramos este valor na alínea dos direitos alfandegários, embora se trate de um tributo sobre o comércio, porque isso induziria em erro sobre a real evolução desta actividade em São Nicolau. Interpretamos a arrecadação desta verba como um caso fortuito e ocasional, que não se confunde com a actividade normal daquela feitoria.

seria a fonte de receitas mais segura e estável para a feitoria, pouco sujeita às variações de produção, revelando também que o trabalho da terra tomara o primeiro lugar, entre as actividades económicas da ilha.

Os dízimos, que incidiam sobre os bens produzidos, detinham também uma parcela importante, sensivelmente entre 25% e 35% das receitas globais, embora em 1774-75 tenham sofrido uma grande quebra, certamente originada pela crise acima referida; nesses anos só significaram 13% e 22% do total. Na verdade, os dízimos eram uma renda bastante fluctuante, porquanto dependiam do volume de bens produzidos, estando por isso muito sujeitos a todas as perturbações; tanto podiam gerar receitas superiores a qualquer uma das outras, situação verificada em 1787, como ser uma das alíneas menos rentáveis. Não considerando os anos da crise, detectamos nesta série que as receitas dos dízimos eram, em média, de 227.000 réis por ano. Diga-se, ainda, que esta cobrança tendeu para ser arrendada, embora a falta de concorrentes determinasse que fosse sempre o mesmo a arrematá-los, o que podia ser prejudicial para a Fazenda Real; este indivíduo geralmente sub-arrematava aquela arrecadação em porções, por vários agentes<sup>84</sup>.

Refira-se igualmente o caso dos direitos alfandegários, cobrados pela entrada e saída de mercadorias da ilha, com uma percentagem relativamente estável de 20% a 25%; o comércio acabava por funcionar como uma forma de obtenção de lucros suplementares por parte da população da ilha, sendo também um meio de escoamento de alguns produtos agrícolas de exportação, como o algodão. Note-se que as receitas deste tributo também não eram muito estáveis, variando consoante a frequência de navios no porto, a intensidade da actividade corsária nos mares e o próprio volume de bens gerados internamente. Por exemplo, em 1774 e 1775 verificou-se uma quebra significativa dos seus valores: se no primeiro ano ainda houve uma actividade comercial considerável, mercê da aquisição de bens alimentares que escasseavam na ilha, em 1775 não se registaram quaisquer negócios. Ao contrário, em 1787, para além da verba arrecadada pelas transacções normais (168.495 réis), a feitoria de São Nicolau cobrou 121.600 réis pela venda de 152 jumentos na ilha do Sal, uma operação perfeitamente fortuita, mas que naquele ano constituiu cerca de 15% do total de receitas.

Por fim, saliente-se ainda o imposto cobrado à Câmara Municipal de São Nicolau. A feitoria da Fazenda Real desta ilha arrecadava a terça parte dos géneros produzidos nas terras do município, que lhe tinham sido confiadas aquando da sua instituição para seu sustento, pelo desembargador

<sup>84</sup> Ensaio físico e político da ilha de São Nicolau, feito pelo intendente da marinha António Pusich, no ano de 1803 (cf. Orlando Ribeiro, «As ilhas de Cabo Verde no princípio do século XIX», in *op. cit.*, pp. 632-33).



José da Costa Ribeiro. Embora a importância obtida não tenha nunca, na série considerada, representado mais que 8% do total, sendo por isso insignificante para a Coroa, é de crer que fosse um direito pesado para as magras receitas concelhias. Sabemos, aliás, que em meados de setecentos as autoridades camarárias se procuravam escusar ao pagamento deste imposto, o que levou à pronta actuação do já referido desembargador Custódio Correia de Matos<sup>85</sup>.

Há informações de que estes direitos tenderam para deixar de ser cobrados em São Nicolau com a devida regularidade, no período que se seguiu à extinção da Companhia Geral de Grão-Pará e Maranhão e até ao final do século. O governador daquela época, Marcelino António Basto, queixou-se para Lisboa, dizendo que os feitores daquela ilha tinham deixado grandes dívidas para com a Fazenda Real, prometendo agir contra eles. Apontava particularmente os desvios na cobrança dos foros, motivados por descuido ou por medo, segundo a sua opinião, concluindo que a Fazenda Real tinha já a haver daquela rubrica 1.056.326 réis<sup>86</sup>; tal tendência já se notara, aliás, no balanço atrás referido, referente ao ano de 1787. Recorde-se que este oficial promulgou, a 24 de Março de 1793, uma nova versão do Regimento da Fazenda Real, redigido na sua forma original pelo desembargador Custódio Correia de Matos; aperfeiçoando disposições do anterior texto e acrescentando outras alíneas, esta decisão procurava colmatar um certo desgoverno que se verificou após a extinção da mencionada Companhia.

### Criação de gado

Se esta foi, genericamente, a organização da fazenda na ilha de São Nicolau durante o período em estudo, cabe-nos agora analisar a relevância das diversas actividades económicas, bem como dos produtos chave no seu desenvolvimento. Temos forçosamente de começar pela pecuária, ou mais exactamente pela criação de gado, pois foi essa a primeira forma de aproveitamento económico da ilha, ainda no século XV. Há diversas notícias de que, nesta época e na centúria seguinte, foi lançado gado em São Nicolau, principalmente caprino, a mando dos seus detentores. Desde logo, temos a carta de doação do gado de São Nicolau ao conde de Portalegre, feita em 1498, mercê que pressupunha a existência prévia de algumas bestas naquela ilha,

<sup>85</sup> Veja-se a declaração que este sindicante mandou fazer no livro dos foros da vila da Ribeira Brava (cf. AHN, SGG, A1/0001, fl. 121v, publicado em anexo, doc. 1)

<sup>86</sup> Ofícios de Marcelino António Basto, escritos na ilha de Santiago, a 18 de Fevereiro de 1798 e 16 de Abril de 1799 (cf. AHU, CV, cx. 51, docs. 19; cx. 51, doc. 87, n.º 47).

provavelmente lançadas durante a fase da donataria da Casa Viseu-Beja<sup>87</sup>. Nos primeiros anos do século XVI, Valentim Fernandes comentava que a abundância daqueles animais fazia com a ilha fosse «pouorada de cabras e nã de gente»<sup>88</sup>, ao passo que algumas décadas mais tarde, Gaspar Frutuoso afirmava que esta «cria muito gado cabrum e vacuum»<sup>89</sup>. Nos inícios de seiscentos observava-se que nas ilhas do Barlavento «há muita copia de creações de gado, de que se faz muita carne, e tira muita courama»<sup>90</sup>.

Depois de lançado, o gado era criado à solta, alimentando-se da vegetação nativa que cobria a ilha. Era sujeito a abates periódicos por caçadores que a percorriam, sendo depois trazido para os locais de fixação da escassa mão-de-obra existente, a fim de ser tratado, com vista à extracção dos seus derivados, como a carne (salgada com mineral insular), o sebo e as peles; estes produtos eram depois armazenados junto aos portos, sendo posteriormente exportados para diversos locais. Temos notícias de que estes eram os bens essenciais comercializados pelo conde de Portalegre, como aliás acontecia nas demais ilhas do Barlavento, facto que terá determinado a existência da profissão de mercador tendeiro destas ilhas<sup>91</sup>. Eram também praticamente as únicas riquezas sujeitas à cobrança de direitos, por parte da Fazenda Real, nestes espaços do arquipélago; em São Nicolau cobrava-se a décima parte de tudo quanto rendesse<sup>92</sup>.

A criação de gado tornou-se, pois, a actividade económica fundamental em todas as ilhas de Cabo Verde, excepto nas de Santiago e Fogo, onde o

<sup>87</sup> Cartas de D. Manuel I para D. Diogo da Silva Meneses, dadas a 30 de Março de 1498 (cf. *Chancelaria D. Manuel I*, liv. 31, fl. 88-88v; liv. 31, fl. 105). Documentos publicados por: PMA, vol. II, doc. 213, pp. 363-64 e doc. 214, pp. 365-67; HGCVC-CD, vol. I, doc. 41, pp. 115-17.

<sup>88</sup> Cf. MMA, 2.ª série, vol. I, Lisboa, 1958, doc. 115, pp. 740-46. Também publicado por A. Fontoura da Costa, *Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes (1506-1508)*, s.l., 1939, p. 51.

<sup>89</sup> Cf. Gaspar Frutuoso, *Livro Primeiro das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, 1966, p. 182.

<sup>90</sup> Relação da costa da Guiné e das capitánias e povoações de portugueses que nela há, feita 1606 (cf. MMA, 2.ª série, vol. IV, Lisboa, 1968, doc. 55, pp. 208-17).

<sup>91</sup> Título de escravos de São Tomé e de várias mercadorias provenientes das ilhas de Cabo Verde, feito em 1504 (cf. IAN/TT, *Corpo Cronológico*, III-2-35, publicado na HGCVC-CD, vol. I, doc. 56, pp. 149-51). O processo de tratamento do gado foi-nos sugerido pelo artigo de Artur Teodoro de Matos, «Santo Antão de Cabo Verde: Gente, Recursos e Organização do Poder nos Séculos XVI e XVII. Elementos para o seu Estudo», in *História das Ilhas Atlânticas (Arte, Comércio, Demografia, Literatura)*, Actas do IV Congresso Internacional de História das Ilhas do Atlântico, Madeira, 1997, vol. II, p. 347.

<sup>92</sup> Rol da devassa tirada ao antigo governador Francisco Menezes de Sequeira, a 4 de Julho de 1614 (cf. AHU, CV, cx. 1, doc. 35); certidão do escrivão dos Contos do Almoxarifado da cidade da Ribeira Grande, feita a 7 de Julho do ano seguinte (cf. AHU, CV, cx. 1, doc. 53); certidão dos livros de entradas e saídas dos navios da ilha de Santiago, feita em 28 de Fevereiro de 1647 (cf. AHU, CV, cx. 3, doc. 80). Segundo este último documento, das ilhas do Barlavento provinham exclusivamente «pelles chasinas carnes e coiros».



trabalho da terra e o comércio tinham maior relevância. A transformação de São Nicolau numa ilha-montado não terá ocorrido por as suas características geográficas a isso o impelirem, como acontecia nas de Maio, Boavista, Sal, Santa Luzia e desertas, as quais se caracterizavam por terras planas e pouco verdejantes. As grandes altitudes de São Nicolau e Santo Antão dificultariam o apanho dos animais, pelo que a justificação para que a criação de gado se tenha transformado na sua principal actividade económica estará antes no carácter absentista do donatário, o qual desejava obter os maiores proveitos possíveis, com o mais baixo volume de despesas empregues<sup>93</sup>.

Como nos restantes domínios, também a forma de exploração económica de São Nicolau não foi substancialmente alterada nos primeiros anos de administração da Coroa. Em 1698, ao qualificarem-se os seus rendimentos dizia-se que «ainda que despouoada, tem algum gado»; a situação de quase exclusiva dependência dos rendimentos desta ilha face a esta actividade prolongou-se aliás pelos decénios seguintes<sup>94</sup>. Um dos desmandos de que foi acusado o capitão Sebastião de Mendonça e Zuniga foi, precisamente, de se apoderar da maior riqueza de São Nicolau, São Vicente e Santa Luzia, os seus gados. Este era mesmo acusado de quase extingui-los, mandando-os caçar de uma forma desmesurada, para depois os vender<sup>95</sup>. Em 1736 já há notícias que nos dão conta de um certo atenuar do peso esmagador da criação de gado na economia da ilha<sup>96</sup>, até porque os seus feitores diligenciavam pouco no seu incremento, embora ela tenha continuado a ser dominante na maioria dos espaços, para além de meados de setecentos<sup>97</sup>.

Foi precisamente a partir desta década de 1730 que a pecuária passou a ser praticada com maior intensidade por particulares, moradores da ilha que aproveitavam os terrenos de menor aptidão agrícola para criar algum gado. A privatização desta actividade fora permitida, como na agricultura, desde

<sup>93</sup> Cf. António Correia da Silva, «Espaço, Ecologia e Economia Interna», in *HGCV*, vol. I, pp. 208-10.

<sup>94</sup> É o que se pode depreender de dois pareceres do Conselho Ultramarino, um de 9 de Julho de 1698, outro de 2 de Abril de 1699, ambos dados em resposta a cartas do bispo D. Frei Vitorino Portuense (cf. AHU, CV, cx. 8, docs. 79 e 110).

<sup>95</sup> Cartas do governador Francisco de Oliveira Grans para o rei, feitas na cidade da Ribeira Grande, a 24 de Abril de 1730 e a 6 de Abril de 1731 (cf. AHU, CV, cx. 14, doc. 43).

<sup>96</sup> Carta de José da Costa Ribeiro, feita na cidade da Ribeira Grande, a 28 de Setembro de 1736 (cf. AHU, CV, cx. 16, doc. 39). O ouvidor-geral, a propósito das ilhas de São Nicolau e Boavista, dizia que «não tendo o Almoxarifado no tempo passado de hua e outra mais rendimento que do pellame do gado brabo, e algum couro de vaca».

<sup>97</sup> No provimento que elaborou em São Nicolau, a 1 de Outubro de 1753, o sindicante Correia de Matos declarou que «como erão poucas as fazendas, toda a mais terra se ocupava na criação dos gados bravos». Ainda assim, os feitores descuidavam aquela actividade, procurando antes distribuir terras pelos seus apaniguados (cf. AHN, SGG, A1/0001, fls. 118v-119, publicado em apêndice, doc. 1).

que a ilha passara para a jurisdição régia, mas o seu impulso só se dera aquando da criação do município, por José da Costa Ribeiro<sup>98</sup>. O seu desenvolvimento exigia, no entanto, o pagamento de um tributo à Coroa; designado por redízima dos gados, consistia na cedência à Fazenda de um animal por cada dez criados ou, em alternativa, 80 réis por cabeça de bovino, 10 réis por caprino e ovino, 60 réis por besta menor e 100 réis por besta maior. Como o próprio nome indica, este tributo era já um acrescento a outro dízimo, o eclesiástico, exactamente com os mesmos valores, que os produtores deviam também satisfazer; estes ficavam, assim, apenas com 80% da sua criação<sup>99</sup>. Os dois impostos deveriam ser pagos entre os inícios de Outubro e o fim de Novembro de cada ano, estando os criadores obrigados a deslocar-se à casa do feitor para o efeito; depois de esgotado este prazo, o escrivão e o meirinho da feitoria podiam fazer as respectivas penhoras. Impunha-se um castigo muito pesado para os infractores, na esperança de que este fosse dissuasor das ilegalidades e permitisse maiores receitas para o erário público<sup>100</sup>.

Outra das formas de controlo era a marcação do gado, a que todos os produtores estavam obrigados, sob pena deste ser considerado da Fazenda Real; os sinais deviam ser feitos com ferros, formando símbolos distintos, de forma a que não se confundissem. Na referida exposição denotava-se a preocupação por «desterrar desta Ilha o pessimo abuzo de trazerem os Gados sem pastor», não só por ficar mais facilmente sujeito a roubos, como por se tornar um agente destruidor, nomeadamente das culturas; previa-se a perda de todo o gado, para os criadores responsáveis por aquela infracção<sup>101</sup>.

<sup>98</sup> «Regimento da Fazenda Real...» (cf. Luiz de Bivar Guerra, «A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos...», in *op. cit.*, p. 272). É aqui claramente expressa a acção do «Ministro» que viera a esta ilha «estabelecer Justiças», determinando que «podessem os moradores della criar suas vaccas, cabras, e bestas mayores, e menores sem impedimento algum, e sem prejuizo das vaccas, e mais gado da Real Fazenda».

<sup>99</sup> *Ibidem*, pp. 272-73. Diz-se no Regimento que «todo o criador de gado pagará para a Real Fazenda de cada dez cabeças [...] hua alem de outra, que das mesmas dez cabeças deve pagar por dizimo da Igreja; em cujo cazo lhe vem a ficar de cada dez crias oito». Certamente na sua versão mais recente, este documento desobrigava os criadores dos referidos pagamentos no caso das bestas menores.

<sup>100</sup> *Ibidem*, pp. 218-19 e 272-73. Se os criadores ocultassem algumas cabeças, nomeadamente de crias entretanto nascidas, veriam todo o seu gado penhorado pelos referidos oficiais, ficando metade para a Coroa e a outra metade para quem fizesse a denúncia.

<sup>101</sup> *Ibidem*, p. 275. Tanto nos capítulos (5.º) do sindicante Correia de Matos, de 13 de Novembro de 1752 (cf. AHN, SGG, A1/0001, fl. 123v, publicado em anexo, doc. 1), como na versão conhecida do Regimento da Fazenda Real (cf. Luiz de Bivar Guerra, «A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos...», in *op. cit.*, p. 233), se advertia igualmente para a necessidade dos pastores trazerem sempre os cães açaimados, a fim de não prejudicar as criações dos demais moradores e da Fazenda Real. Estas disposições parecem, aliás, ter sido logo previstas na década de 1730, por José da Costa Ribeiro.



A Fazenda Real tinha também a sua própria criação de gado na ilha de São Nicolau. Já não se tratava do velho modelo de lançamento de gado à solta, mas antes a criação em pequenos currais, em terras próprias para o efeito; de facto, se em 1738 as cabras bravas ainda rendiam mais de 3.000 peles, em 1753 já foram produzidas menos de 200. Depois desta data acabou por ser decidida a extinção total destes animais, uma vez que os poucos lucros obtidos não cobriam os prejuízos que se verificavam nos terrenos agrícolas<sup>102</sup>. Desta maneira, a primitiva forma de exploração económica da ilha, responsável pelo seu ténue povoamento inicial, foi cedendo lugar à agricultura, de ora em diante a actividade primordial. Os derivados do gado bravo permaneceram, contudo, como principal fonte de rendimento das ilhas desertas, nomeadamente daquelas que dependiam da feitoria da Fazenda Real de São Nicolau. Todos os anos, preferencialmente durante o mês de Maio, eram abatidos animais pelos guardas daquelas ilhas, a fim de que lhes fossem retiradas as peles e a carne; as primeiras eram transportadas para São Nicolau, a fim de serem comercializadas; a segunda era consumida pelos seus habitantes<sup>103</sup>.

Em 1752, quando Custódio Correia de Matos visitou pela primeira vez a ilha de São Nicolau, contabilizou 70 cabeças de gado<sup>104</sup>, um número muito baixo, mas que representava já uma recuperação face à situação 14 anos antes, quando fora «extinta toda a casta de animaes». De facto, com a esterilidade que ocorrera nos inícios da década de 40, tinham-se perdido os 98 bovinos que a Fazenda criava e que todos os anos vendia aos estrangeiros que ali iam comerciar<sup>105</sup>. No Regimento da Fazenda Real de São Nicolau, outorgado na sua primeira forma por aquele desembargador, recomendava-se algumas medidas que deviam ser tomadas, a fim de que a Coroa pudesse obter bons lucros com esta exploração. Devia criar preferencialmente gado bovino e cavalar, abandonando em definitivo a exploração de cabras mansas em currais, como também se fazia em época passada, porque mesmo estas eram responsabilizadas pela destruição das culturas dos foreiros. A criação de bois e cavalos seria essencialmente aumentada pelo pagamento dos díizimos reais e eclesiásticos, feito anualmente pelos privados, dado que estes

<sup>102</sup> *Ibidem*, p. 227.

<sup>103</sup> *Ibidem*, pp. 234-35. Como já afirmámos, estas disposições foram elaboradas no final de setecentos, embora o texto apresente semelhanças com o regimento de Correia de Matos para São Vicente, de 5 de Novembro de 1752 (cf. Daniel A. Pereira, «Regimento que deve observar o feitor da ilha de S. Vicente, Vicente Neves Caio (1752)», in *op. cit.*, pp. 163-171).

<sup>104</sup> Relatório do desembargador sindicante Custódio Correia de Matos, de 15 de Janeiro de 1753 (cf. AHU, CV, cx. 24, doc. 41).

<sup>105</sup> Carta de Custódio Correia de Matos, redigida a 15 de Maio de 1753 (cf. AHU, CV, cx. 24, docs. 50 e 69).

estavam constrangidos a dar à Fazenda Real duas cabeças de gado, por cada dez que criassem. Aconselhava-se também a introdução do gado ovino, não só porque não atacava as produções agrícolas, como os seus lucros podiam ser abundantes, pela exploração da lã e da carne. Este deveria ser requerido à Fazenda Real da ilha de Santiago, ou comprado a mercadores que passassem em São Nicolau. Estipulava-se, ainda, que a Fazenda conservasse sempre 50 fêmeas de cada espécie, vendendo as restantes e os machos aos mercadores forasteiros e aos habitantes da ilha; a criação de ovelhas e carneiros devia ser especialmente divulgada junto dos moradores de São Nicolau<sup>106</sup>.

Apesar destas recomendações, tudo leva a crer que a exploração directa de gado, por parte da Fazenda Real de São Nicolau, não tenha obtido grande sucesso nos anos seguintes. Logo em 1755, o ouvidor-geral Silveira Sampaio acusou o governador-geral de, durante a sua visita, ter destruído a criação ali existente, fazendo-a transportar para as suas casas; o prejuízo estimado foi de 250.000 réis<sup>107</sup>. A segunda metade do século XVIII ficou, pois, marcada pela perda de terreno, cada vez maior, da criação de gado face aos outros sectores de actividade, tornando-se numa actividade cada vez mais complementar da agricultura. Temos informações de que o gado era também vendido aos navegantes que costumavam escalar a ilha de São Nicolau em busca de mantimentos, nomeadamente depois da sua carne salgada<sup>108</sup>.

Não detendo a mesma importância que a agricultura para a subsistência alimentar dos moradores, a pecuária não deixou de se ressentir durante as crises de escassez, originadas por maus anos agrícolas. Aquando da carestia de 1773-75, que se fez sentir particularmente nesta ilha<sup>109</sup>, boa parte da criação foi dizimada, o que trouxe grandes prejuízos à Fazenda Real, habituada a arrecadar tributos pela sua comercialização<sup>110</sup>. Mesmo assim, nos finais do século XVIII, a situação tendeu para melhorar, registando-se alguma recuperação no número de animais criados pela Fazenda e pelos privados. A primeira contabilizava, aquando da extinção da Companhia Geral de

<sup>106</sup> «Regimento da Fazenda Real...» (cf. Luiz de Bivar Guerra, «A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos...», in *op. cit.*, pp. 229-30).

<sup>107</sup> Carta de João António da Silveira Sampaio, escrita na ilha de Santiago, a 25 de Dezembro de 1755 (cf. AHU, CV, cx. 25, doc. 58).

<sup>108</sup> Carta do governador Joaquim Salema de Saldanha Lobo, feita na ilha de Santiago, a 8 de Julho de 1771 (cf. AHU, CV, cx. 32, doc. 38).

<sup>109</sup> Esta crise será analisado com detalhe num capítulo adiante.

<sup>110</sup> Na carta de Joaquim Salema de Saldanha Lobo, feita na ilha de Santiago, a 23 de Fevereiro de 1774, dizia-se que a maior das calamidades «foi a falta dos pastos, porque sendo estas Ilhas da mayor produção e abundancia de gado vacuum, tem morrido quazi todo» (cf. AHU, CV, cx. 33, doc. 46). Veja-se igualmente a obra de Christiano José de Senna Barcellos, *Alguns Aparentamentos sobre as Fomes em Cabo Verde desde 1719 a 1904*, Lisboa, 1904, pp. 5-10.



Grão-Pará e Maranhão, 36 cabras grandes, 31 chibarro, 30 bodes, 4 vacas grandes, 1 touro grande, 1 jaque, 10 bezerras e 4 bezerras <sup>111</sup>.

Em 1780, contaram-se em toda a ilha 721 cabeças de gado bovino e 1.454 de caprino, registando-se também a presença de «bastantes cavalos», bestas menores, porcos e galinhas. Face às demais habitadas do arquipélago, inventariadas pela mesma fonte, estes números eram bastantes modestos, colocando São Nicolau no antepenúltimo lugar em termos de produção pecuária. Em relação à criação de bovinos verificava-se a existência de três níveis de produtividade em Cabo Verde: Santiago e Fogo, com altos índices; Boavista e Maio, com saldos muito mais reduzidos, mas mantendo valores significativos; São Nicolau e Santo Antão, de resultados ainda mais baixos, sobretudo se atendermos à sua dimensão. Este facto pode justificar-se pela evolução histórica atrás referida e pelo relevo rigoroso que domina estas duas ilhas, já que a criação de bovinos não é compatível com bruscas ondulações do terreno. No que se refere aos caprinos a realidade era algo diversa: Santiago e Boavista apresentavam níveis muito elevados, ao passo que as restantes quase se igualavam, num patamar bastante inferior <sup>112</sup>.

	Santiago	Fogo	Brava	Santo Antão	S. Nicolau	Boavista	Maio
Bovinos	11.650	7.336	600	402	721	1.683	1.679
Caprinos	28.332	1.500	950	1.052	1.454	23.391	2.600

QUADRO 3 – Número de cabeças de gado criadas em Cabo Verde cerca de 1780

São Nicolau ocupava, assim, um lugar secundário no contexto do arquipélago, em termos de pecuária. Em todo o caso, verifica-se que a tentativa de abandono da criação de caprinos, ordenada pelo Regimento da Fazenda Real atrás referido, não fora cumprida inteiramente. Esta continuava a deter um lugar significativo na economia da ilha, não só pelos rendimentos que proporcionava <sup>113</sup>, como pelas culturas que destruía. De facto, continuaram a registar-se queixas, por parte dos agricultores da ilha, de que os terrenos cultivados que não estavam separados dos montados eram sistematicamente

<sup>111</sup> Termo sobre a entrega dos bens da antiga Companhia à Fazenda Real, realizado a 31 de Outubro de 1778, na vila da Ribeira Brava, pelo capitão-mor e feitor Gaspar Gonçalves Afonso (cf. AHU, CV, cx. 39, docs. 3 e 12).

<sup>112</sup> Ofício e mapa das ilhas de Cabo Verde, feito em Belém, a 16 de Abril de 1780, pelo capitão engenheiro António Carlos de Andreis (cf. AHU, CV, cx. 40, doc. 9).

<sup>113</sup> A comercialização de peles de cabra era tradicional nesta ilha, chegando a produzir-se 3.650 durante um ano, nos finais do século XVIII, segundo o Ensaio e Memórias Económicas sobre as Ilhas de Cabo Verde, de João da Silva Feijó, publicado por António Carreira, *Memórias Económicas sobre as Ilhas de Cabo Verde*, Lisboa, 1986, p. 19.

atacados por cabras <sup>114</sup>. Por outro lado, o encorajamento que o mesmo Regimento dava à criação de gado ovino parece não ter dado grande resultado, já que foram adquiridos poucos animais e, os que foram, acabaram quase todos por morrer <sup>115</sup>. Diga-se, ainda, que as ilhas desertas, sujeitas à administração de São Nicolau, continuaram a deter sobretudo cabras bravas, criadas à solta, como nos primeiros tempos do povoamento das ilhas do Barlavento.

Nos finais do século XVIII acentuou-se ainda mais a tendência para o decréscimo dos animais de maiores dimensões, em favor dos domésticos <sup>116</sup>. Os bois e as vacas deram cada vez mais lugar aos porcos e galinhas, ao mesmo tempo que a pecuária se ia tornando progressivamente, uma actividade quase exclusivamente complementar da agricultura, praticada nos terrenos contíguos à casa, junto das pequenas hortas. Mesmo assim, foi de São Nicolau que partiram parte dos primeiros animais que foram colocados na ilha de São Vicente, aquando do início do seu povoamento <sup>117</sup>. Por outro lado, alcançaram-se valores significativos nas cobranças de dízimos aos criadores particulares, com a ilha de São Nicolau a suplantiar outras que antes detinham posições mais elevadas <sup>118</sup>. Aliás, no princípio do século XIX, a situação parece ter começado a modificar-se substancialmente, mercê da construção de numerosos poços de água. A supressão desta insuficiência, bem como a existência de «excelentes e dilatados pastos» na ilha, causara o aumento do número de cabeças de gado e augurava uma situação de ainda maior prosperidade, segundo o testemunho de António Pusich <sup>119</sup>; houve mesmo quem defendesse um regresso à exploração intensiva do gado e seus derivados, como forma de suprir as constantes importações do Reino deste bem, a países estrangeiros <sup>120</sup>.

<sup>114</sup> *Ibidem*.

<sup>115</sup> Uma praga de mosquitos terá sido a principal razão para a destruição desta criação, segundo o ofício de Marcelino António Basto, escrito em Santiago, a 13 de Agosto de 1798 (cf. AHU, CV, cx. 51, doc. 70).

<sup>116</sup> Descrição das ilhas, redigida pelo governador Marcelino António Basto, a 9 de Dezembro de 1796 (cf. AHU, CV, cx. 49, doc. 46).

<sup>117</sup> Ofício de Marcelino António Basto, escrito na ilha de Santiago, a 16 de Fevereiro de 1798 (cf. AHU, CV, cx. 51, doc. 14).

<sup>118</sup> Por carta de 16 de Abril de 1799, o governador de Cabo Verde informava D. Rodrigo de Sousa Coutinho que promovera a criação de gado em todas aquelas ilhas, cuidando da arrecadação dos seus dízimos. Graças a este tributo, atingira em São Nicolau os 333 animais, ao passo que a Boavista apenas 150 (cf. AHN, SGG, A1/0514, carta n.º 46).

<sup>119</sup> Ensaio físico e político da ilha de São Nicolau, feito pelo intendente da marinha António Pusich, no ano de 1803 (cf. Orlando Ribeiro, «As ilhas de Cabo Verde no princípio do século XIX», in *op. cit.*, pp. 631-32).

<sup>120</sup> Memória da primeira década de oitocentos sobre os proveitos das ilhas de Cabo Verde (BNL, *Reservados*, Ms. 71, n.º 11). Diga-se que os topónimos ligados a esta actividade perduraram na ilha até hoje destacando-se a Ribeira da Chacina, Chã do Curralinho, etc.



## Recolecção. O papel da urzela

A recolecção também desempenhou um papel importante na economia de São Nicolau ao longo destes séculos. Começou por ser mais uma forma de obtenção de rendimentos por parte do donatário, também ela pouco exigente em termos de investimentos e, sobretudo, de mão-de-obra. A exploração de riquezas como o âmbar, a urzela e os produtos florestais foi, assim, um meio de rentabilizar espaços onde o selvagem dominava claramente face à paisagem criada pelo homem, como acontecia em Santiago e Fogo, transformando-os em áreas produtivas, dado que os seus frutos eram objecto de comercialização<sup>121</sup>. Temos, porém, poucas informações relativamente ao peso que estes produtos tinham nos rendimentos de São Nicolau.

O âmbar<sup>122</sup> foi um dos produtos recolhidos desde os inícios da expansão portuguesa na costa africana. Era geralmente vendido na Guiné, sendo muito apreciado e procurado pelas populações fulas e mandingas, sobretudo como adorno de penteados das mulheres<sup>123</sup>. Em 1606 já se notava a sua existência em São Nicolau, pelo que é lícito pensar que os seus habitantes já o recolhiam nas praias<sup>124</sup>. Parece, porém, que os moradores da ilha sempre tentaram fugir ao pagamento dos direitos reais sobre este bem, durante a fase do senhorio do conde de Portalegre, não obstante o extraírem em grande quantidade<sup>125</sup>. Efectivamente, tratava-se de um género de fácil contrabando, já que era colhido em qualquer ponto da costa, longe dos olhares da fraca autoridade político-económica da ilha; a venda encontrava-se facilitada pela dificuldade destas em defenderem toda a costa da presença de navios estrangeiros, como se viu atrás. Temos notícias de que, na viragem para o século XVIII, os

<sup>121</sup> Cf. António Correia da Silva, «Espaço, Ecologia e Economia Interna», in *HGCv*, vol. I, pp. 179-80, 192-93 e 222.

<sup>122</sup> Trata-se certamente do âmbar cinzento, substância ceroso-gordurosa que se produz no intestino do cachalote (*Physeter catodon*), sob a forma de concreções volumosas, as quais, por serem menos densas que a água, vêm dar às praias.

<sup>123</sup> Apesar de desde cedo ter sido decretado o monopólio da Coroa sobre o trato deste produto, ele foi sempre comercializado por privados, nomeadamente lançados, franceses e ingleses (cf. António Carreira, *Alguns aspectos da administração pública em Cabo Verde...*, pp. 168-91).

<sup>124</sup> Carta do padre Baltazar Barreira, escrita na ilha de Santiago, a 1 de Agosto de 1606 (cf. *MMA*, 2.<sup>a</sup> série, vol. IV, Lisboa, 1968, doc. 37, p. 162). Gaspar Frutuoso dizia que a ilha de São Nicolau «tem muito ambar» (cf. *Livro Primeiro das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, 1966, p. 182).

<sup>125</sup> Parecer do Conselho Ultramarino, dado a 20 de Julho de 1679, em resposta a uma carta do bispo de Cabo Verde, D. Frei António de São Dionísio (cf. *AHU*, CV, cx. 6A, doc. 142 / *AHU*, CU, cód. 478, fls. 27v-28). Naquela missiva o prelado alertava que os moradores desta e de outras ilhas apenas pagavam direitos sobre os produtos derivados da criação de gado, «e dos mais frutos do mar, e da terra não pagam nada ate o presente, sendo que succede [...] sair quantidade de Ambar das Ilhas do Mayo, Boavista, e Sam Niculao, de que leuaram a mayor parte os Ingleses».

habitantes de São Nicolau não só recolhiam este género na sua ilha, como ainda participavam na sua apanha na vizinha ilha do Sal<sup>126</sup>.

Os desembargadores José da Costa Ribeiro e Custódio Correia de Matos prestaram alguma atenção à arrecadação deste produto. Como qualquer bem de recolecção, este pertencia por direito à Coroa, a qual doava contudo uma certa parte a quem o apanhasse. O primeiro oficial estabeleceu que os seus recolectores dessem metade do que achassem à Fazenda Real, ao passo que o segundo reduziu aquela prestação para 33%; porém, quem ousasse não declarar o seu achado, e não pagasse este tributo, seria preso, pagaria uma multa de 1.200 réis e ainda perderia o produto da sua apanha<sup>127</sup>. Além de cobrar uma percentagem sobre o âmbar recolhido pelos particulares, a Coroa tinha também agentes seus a procurá-lo; uma das funções dos guardas do campo da ilha de São Nicolau era, precisamente, a procura nas praias deste bem, que deveria ser entregue ao feitor, para que este o comercializasse<sup>128</sup>.

Quanto ao dragoeiro, é uma planta autóctone das ilhas de Cabo Verde, pelo que não admira que Valentim Fernandes tenha reparado na sua presença em São Nicolau, onde seria particularmente abundante, dado que não foi referida a sua presença em mais nenhuma ilha<sup>129</sup>. O seu aproveitamento comercial deve ter começado a fazer-se logo nos anos que se seguiram ao descobrimento das ilhas, porque este autor refere, nos inícios do século XVI, que dela se extraía o sangue-de-drago<sup>130</sup>. Temos notícias de que este bem continuou a ter importância económica ao longo de todo o período em estudo, dado que esta ilha e a de Santo Antão eram as únicas onde ele se dava em quantidades significativas<sup>131</sup>. Foi referido, nos finais do século XVIII,

<sup>126</sup> Cf. *SHCVG*, parte II, cap. III, pp. 165-66. Segundo esta fonte, este era um dos produtos cobiçados pelos mercadores estrangeiros que demandavam ilegalmente a ilha.

<sup>127</sup> «Regimento da Fazenda Real...» (cf. Luiz de Bivar Guerra, «A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos...», in *op. cit.*, p. 208). É possível que esta alteração na percentagem a tributar tenha sido só feita em 1793, quando foi outorgada a versão que conhecemos deste documento.

<sup>128</sup> *Ibidem*, pp. 227-28. A forma exaustiva como a apanha deste produto é legislada, nesta época, é um bom indicador da sua importância (cf. António Carreira, *Alguns aspectos da administração pública em Cabo Verde...*, pp. 168-91).

<sup>129</sup> O dragoeiro é o nome vulgar para a *Dracaena draco* L., árvore da família das Liliáceas, espontânea nas ilhas de relevo mais acidentado e que aparece sobretudo nas encostas voltadas ao mar de algumas ilhas de Cabo Verde e das Canárias. O sangue-de-drago, que dela se extrai, misturado com grogue, combate as dores (cf. L. A. Grandvaux Barbosa, «Subsídios para um dicionário utilitário e glossário dos nomes vernáculos das plantas do arquipélago de Cabo Verde», in *Garcia de Orta*, Lisboa, vol. 9 (n.º 1), 1961, pp. 37-91).

<sup>130</sup> Cf. *MMA*, 2.<sup>a</sup> série, vol. I, Lisboa, 1958, doc. 115, pp. 740-46. Também publicado por A. Fontoura da Costa, *Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes (1506-1508)*, s.l., 1939, p. 51.

<sup>131</sup> Ofício do capitão engenheiro António Carlos Andreis, redigido em Belém, a 16 de Abril de 1780 (cf. *AHU*, CV, cx. 40, doc. 9).



como uma das fontes de rendimento de São Nicolau<sup>132</sup>, embora o facto de ser monopólio da Fazenda Real impedisse, segundo algumas opiniões, que este tivesse maior rentabilidade<sup>133</sup>.

A pesca também terá desempenhado um papel significativo na economia da ilha, embora o destino dos peixes e mariscos recolhidos fosse exclusivamente a subsistência dos seus habitantes. Esta não seria a base da sua alimentação, mas desempenharia um papel secundário, que ganhava peso aquando das crises de escassez agrícola<sup>134</sup>. No entanto, temos notícias de que alguns estrangeiros também pescavam na zona, nomeadamente tartarugas, para posterior venda<sup>135</sup>. Em qualquer dos casos, no Regimento da Fazenda Real de São Nicolau estabelecia-se que os peixes «de dezuzada grandeza», como as baleias, pertenciam à Fazenda Real, a qual deveria tratar de lhes retirar o seu óleo. Para conseguir este intento era costume, nesta ilha, que os moradores ficassem com a carne dos animais, a qual seria dividida por todos, em troca do serviço de extracção da referida gordura. Estes tinham ainda direito a  $\frac{1}{3}$  do óleo retirado, acabando a Fazenda Real por se quedar com os restantes  $\frac{2}{3}$ ; tratava-se, pois, de uma receita menor para a Coroa, que não deixava contudo de se preocupar com a sua boa arrecadação<sup>136</sup>.

Nas últimas duas décadas do século XVIII, a Coroa acalentou um projecto de tornar a pesca uma actividade económica importante em Cabo Verde, desejando que a mesma animasse um circuito comercial entre estas ilhas e o Reino e reforçasse o seu papel como porto de escala dos navios que cruzavam o Atlântico. Para pôr em prática a ideia foi enviado de Lisboa António Lourenço Marques, a quem o governador local juntou o naturalista João da Silva Feijó, que se encontrava no arquipélago degredado, a realizar experiências científicas<sup>137</sup>. Este último partiu para São Nicolau e conse-

<sup>132</sup> Ofício do governador Marcelino António Basto, redigido na ilha de Santiago, a 9 de Dezembro de 1796 (cf. AHU, CV, cx. 49, doc. 46).

<sup>133</sup> Ensaio físico e político da ilha de São Nicolau, feito pelo intendente da marinha António Pusich, no ano de 1803 (cf. Orlando Ribeiro, «As ilhas de Cabo Verde no princípio do século XIX», in *op. cit.*, pp. 631-32).

<sup>134</sup> Carta do governador Bento Gomes Coelho para o rei, emitida na cidade da Ribeira Grande, a 1 de Março de 1734, relatando as queixas que fizera o capitão-mor de São Nicolau (cf. AHU, CV, cx. 15, doc. 43 / AHN, SGG, A1/0002, fls. 236-236v).

<sup>135</sup> Carta do ouvidor-geral Sebastião Bravo Botelho para o rei, escrita na cidade da Ribeira Grande, a 25 de Julho de 1724 (cf. AHU, CV, cx. 11, doc. 23). Nesta data, eram indivíduos franceses que andavam em actividade nas ilhas de São Nicolau e Boavista, pretendendo vender o produto da sua pescaria na ilha de Santiago, o que não foi aceite por este oficial.

<sup>136</sup> Cf. Luiz de Bivar Guerra, «A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos...», in *op. cit.*, p. 208.

<sup>137</sup> Sobre o percurso deste indivíduo em Cabo Verde, nomeadamente as perturbações iniciais que causou nas ilhas de São Nicolau e Santo Antão, vejam-se os ofícios do governador António Machado de Faria e Maia, de 6 de Julho de 1786, 20 de Julho de 1787 e 2 de Maio de

guiu juntar, com poucos meios, 223 toneladas de peixe, que aquele oficial considerou de excelente qualidade e de que remeteu amostras para a Corte. Assinalava que, diante do porto do Tarrafal da ilha de São Nicolau, entre a de São Vicente e Santo Antão e no Sal e Maio havia significativos recursos piscatórios<sup>138</sup>.

Porém, parece que estes intentos acabaram por não se cumprir, dado que o reduzido aproveitamento que os ilhéus faziam desta grande riqueza foi particularmente notado pelos homens dos finais de setecentos e inícios de oitocentos. O governador Marcelino António Basto referia-se à região entre as ilhas de São Vicente e São Nicolau, incluindo Santa Luzia e os ilhéus Branco e Raso, como uma das zonas mais abundantes em recursos piscícolas, nomeadamente baleias, meros, badejos, garoupas, entre outras espécies; a rentabilização desta actividade podia ser, mesmo, uma das formas de incentivo para o povoamento das ilhas desertas, segundo a opinião daquele oficial<sup>139</sup>. Mais tarde, António Pusich lamentou que os habitantes de São Nicolau não se procurassem precaver contra os maus anos agrícolas, aumentando a produção e diversificando a dieta alimentar, nomeadamente através do maior consumo de peixe<sup>140</sup>.

O sene<sup>141</sup> foi outra riqueza natural da ilha que os seus moradores descobriram tarde, provavelmente nos finais do século XVIII. A primeira notícia que temos sobre a avaliação da sua importância data de 1782, quando o bispo D. Frei Francisco de São Simão notou a sua abundância nas ilhas de São Nicolau, Boavista e, em menor escala, Maio e São Vicente. Dizia o prelado que aquele bem era geralmente comprado em Espanha por 600 reis a libra, podendo ser adquirido ali por metade deste valor<sup>142</sup>. As primeiras

1788, além da carta do próprio naturalista para Martinho de Melo e Castro, de 27 de Maio de 1788 (cf. AHU, CV, cx. 43, doc. 35; cx. 44, docs. 17, 18, 55, 59 e 72) e do seu Ensaio Económico Sobre as Ilhas de Cabo Verde, de 1797 (publicado por António Carreira, *Memórias Económicas...*).

<sup>138</sup> Ofício de Martinho de Melo e Castro para o governador António Machado de Faria e Maia, feito em Queluz, a 13 de Novembro de 1788 (cf. AHU, CU, cód. 402, fl. 51v) e resposta deste, redigida na ilha de Santiago, a 7 de Março de 1789 (cf. AHU, CV, cx. 45, docs. 7 e 8).

<sup>139</sup> Ofício do governador-geral de Cabo Verde, escrito na ilha de Santiago, a 16 de Maio de 1797 (cf. AHU, CV, cx. 50, doc. 24).

<sup>140</sup> Ensaio físico e político da ilha de São Nicolau, feito pelo intendente da marinha António Pusich, no ano de 1803 (cf. Orlando Ribeiro, «As ilhas de Cabo Verde no princípio do século XIX», in *op. cit.*, p. 629).

<sup>141</sup> Nome vulgar da *Cassia italica* Lam., uma planta espontânea das pastagens áridas e desérticas do litoral, com fins medicinais (cf. L. A. Grandvaux Barbosa, «Subsídios para um dicionário...», in *op. cit.*, pp. 37-91).

<sup>142</sup> Carta do bispo de Cabo Verde para Martinho de Melo e Castro, escrita na ilha de São Nicolau, a 8 de Junho de 1782 (cf. AHU, CV, cx. 41, doc. 17). D. Frei Francisco exclamava sobre o sene que, «tendo nós na nossa quinta o vamos buscar ás alhejas», insurgindo-se contra o facto de ter sido obrigado a comprar aquele produto para a sua botica, a 1.400 reis a libra, pela sua falta no mercado, quando viera de Lisboa.



análises do produto em Lisboa foram bem sucedidas, achando-se que a sua qualidade estava praticamente ao nível da do que era geralmente adquirido no estrangeiro, pelo que as autoridades de Lisboa decidiram encorajar a sua exploração<sup>143</sup>. Contrariando esta ideia, o ouvidor-geral remeteu, pouco tempo depois, novas amostras de sene para Lisboa, nomeadamente para a Sociedade que detinha o comércio exclusivo do arquipélago, assinalando as boas qualidades do produto, confessando ter experimentado os seus bons efeitos, mas opinando que dele não se poderia fazer «grande ramo de comércio»<sup>144</sup>. Ignorado pela Sociedade do Comércio Exclusivo das ilhas de Cabo Verde e costa da Guiné, o sene só veio a merecer atenção das autoridades insulares no final do século, quando foram enviadas mais amostras para o Reino<sup>145</sup>. Inicialmente vendido por um valor muito baixo, dado que era a primeira vez que era comercializado naquelas paragens, rapidamente o governador diligenciou no sentido de que os seus preços fossem ajustados à realidade do mercado<sup>146</sup>.

A urzela<sup>147</sup> constitui, a todos os níveis, uma excepção face este relativo desprezo das fontes para com os produtos que eram objecto de recollecção, dado que foi uma das principais fontes de receita e o principal produto de exportação do arquipélago de Cabo Verde, durante muito tempo. Trata-se de um líquen que nasce naturalmente nas zonas rochosas junto ao mar e cujo apanho constituía um verdadeiro desafio à vida dos colectores, dada a sua localização; foi essencialmente aproveitado como planta tintureira na confecção de tecidos, sobretudo pelas manufacturas inglesas e holandesas, países em que esta actividade estava mais desenvolvida. Assim, logo em 1514, temos notícias de que este era colhido em São Nicolau e que a sua extracção era ocasionalmente arrendada pelo conde de Portalegre, como aconteceu nos anos de 1512-13<sup>148</sup>.

<sup>143</sup> Ofício de Martinho de Melo e Castro para o bispo de Cabo Verde, emitido na Ajuda, a 20 de Dezembro de 1782.

<sup>144</sup> Carta de José Gomes Ferreira, redigida na ilha de Santiago, a 16 de Agosto de 1785 (cf. AHU, CV, cx. 42, doc. 71).

<sup>145</sup> Ofícios de Marcelino António Basto para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, elaborados na ilha de Santiago, a 1 de Abril, 9 e 27 de Agosto de 1798 (cf. AHU, CV, cx. 51, docs. 41 e 87 e AHN, SGG, A1/0514, carta n.º 8).

<sup>146</sup> Ofício de Marcelino António Basto para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, escrito na ilha de Santiago, a 24 de Setembro de 1798 (cf. AHU, CV, cx. 51, doc. 87, n.º 23).

<sup>147</sup> Também conhecida localmente por rosas, rosela ou estrela, trata-se da *Rocella tinctoria* spp, líquen que nasce espontaneamente nos rochedos virados ao mar e que, submetida a devido preparo, produz um corante de tonalidades variadas (cf. L. A. Grandvaux Barbosa, «Subsídios para um dicionário...», in *op. cit.*, pp. 37-91 e António Carreira, «Urzela», in *Estudos de Economia Caboverdiana*, Maia, 1982, p. 9).

<sup>148</sup> Carta de quitação do feitor da ilha de Santiago, feita a 17 de Dezembro de 1514 (cf. IAN/TT, *Chancelaria D. Manuel*, liv. 11, fl. 69v, publicado na *HGCV-CD*, vol. I, doc. 88,

Contudo, foi só nos inícios do século XVIII que a Coroa se apercebeu da verdadeira importância comercial da urzela: entre os anos de 1731 e 1734, o governador-geral por um lado, e o ouvidor-geral e provedor da Fazenda José da Costa Ribeiro por outro, multiplicaram-se em contactos para Lisboa, a fim de alertarem a Coroa para o elevado potencial daquela mercadoria. Informou-se que esta se encontrava sobretudo nas ilhas de São Nicolau, São Vicente e Brava e que estava a ser comprada pelos ingleses às populações das ilhas, a troco de pouquíssimo dinheiro (100 réis por um saco de uma arroba) e sem pagar qualquer direito. Um dos indivíduos que praticava esta actividade era o capitão inglês Jorge Roberto, o qual parecia operar nas ilhas de São Nicolau, São Vicente e Santa Luzia, sem qualquer constrangimento por parte das autoridades. Acrescentava-se que o valor deste bem era imenso, porque dele dependia a fabricação de tecidos, sector em franca expansão na Inglaterra. Na sequência desta constatação, Costa Ribeiro determinou imediatamente que os feitores das ilhas passassem a cobrar 5% de direitos sobre a saída daquela mercadoria, ou seja 200 réis por cada quintal, restabelecendo assim o seu valor intrínseco. Sugeriu, também, a Lisboa que a sua exploração passasse a ser feita através de contratos de arrendamento exclusivos, por prazos de seis meses<sup>149</sup>.

Mas também na urzela se fizeram sentir os efeitos nefastos da governação de Sebastião de Mendonça e Zuniga, já que este capitão contratou por um ano, à margem das autoridades superiores do arquipélago, o arrendamento deste líquen nas ilhas do Barlavento, por 400.000 réis, com João Baptista Sevilhon, natural de Cádiz. Porém, os feitores das várias ilhas não quiseram aceitar esta imposição do capitão e não entregaram a mercadoria, pelo que o castelhano reclamou junto de Costa Ribeiro, uma vez que já pagara a dita importância. O ouvidor-geral determinou, então, anular aquele contrato fraudulento e voltar a pôr em praça os direitos da urzela referentes às ilhas de Santo Antão, São Nicolau, São Vicente, Santa Luzia e Boavista, por seis meses; contudo o arrematante acabou por voltar a ser o referido castelhano, a troco de 260.000 réis<sup>150</sup>. Entretanto o governador já acertara arrendar esta

pp. 241-43). Sobre outros dois contratos de arrendamento da urzela, realizados em 1469 (a João e Pedro de Lugo) e 1527 (a Vasco de Foios) veja-se o capítulo dedicado a este líquen na obra de António Carreira, *Estudos de Economia Caboverdiana*, Maia, 1982, p. 12.

<sup>149</sup> Informações de José da Costa Ribeiro e de Francisco de Oliveira Grans, feitas na cidade da Ribeira Grande, a 8 de Junho de 1730 e 6 de Abril de 1732 (cf. AHU, CV, cx. 14, docs. 43 e 65) e parecer do Conselho Ultramarino, de 13 de Março de 1733 (cf. AHU, CV, cx. 18, doc. 42 / AHU, CU, cód. 478, fls. 241v-242v). Sobre a actuação de Costa Ribeiro no domínio da Fazenda, veja-se o já mencionado artigo de Alexandra Pinheiro Pelúcia, «José da Costa Ribeiro, um Madeirense ao Serviço da Ouvidoria-Geral das Ilhas de Cabo Verde (1728-1740)», in *op. cit.*, pp. 133-36.

<sup>150</sup> O rei aprovou «por hora» estas providências de José da Costa Ribeiro, a 13 de Agosto de 1731 (cf. AHU, CU, cód. 486, fl. 250).



exploração ao mencionado capitão Jorge Roberto, pelo que o contrato realizado pelo capitão de Santo Antão veio, assim, pôr em causa estes direitos<sup>151</sup>. Finalmente, uma vez que a urzela estava a ter menos procura e que o seu preço estava a baixar significativamente nos principais mercados compradores, pareceu a Costa Ribeiro que seria mais seguro fazer-se aquela arrematação com carácter exclusivo e por triénios. Em consequência disto, juntou na ilha de São Nicolau um espanhol (D. João) e três ingleses (um deles era o capitão Roberto) e acordou com eles aquele contrato, para os anos de 1732-35, pelo valor de 865.000 réis anuais<sup>152</sup>.

Porém, por provisão de 15 de Maio de 1733, o rei recusou este procedimento do ouvidor-geral e mandou que se anulasse o contrato, que o dinheiro avançado por estes estrangeiros fosse devolvido e que mais ninguém extraísse urzela até nova ordem<sup>153</sup>. Estas directrizes chegaram a São Nicolau em 1734, pelo que o seu capitão-mor tomou logo todas as diligências, no sentido de que as novas ordens fossem inscritas nos livros da Câmara. Porém, o mesmo oficial não garantia que o arrematante inglês não tivesse já levado alguma daquela mercadoria; no caso de Santa Luzia, dizia que as determinações reais já tinham chegado tarde demais, porque o respectivo feitor já autorizara o carregamento do navio de Jorge Roberto, dado que tinha autorização do ouvidor-geral para o fazer<sup>154</sup>. Na versão deste último, as autoridades de São Nicolau procederam neste caso com grande zelo e rapidez, tomando uma grande quantidade de urzela já carregada pelo arrematador, aproveitando o facto do seu navio ter regressado acidentalmente à costa<sup>155</sup>.

A decisão do monarca acabou por ter como efeito o aumento dos actos de contrabando, facilitados pela já descrita deficiente situação de defesa da ilha, mas fortemente impulsionados pelos seus moradores, que não se conformaram com a perda daqueles rendimentos; estas situações foram particularmente recorrentes nas ilhas do Barlavento, sobretudo nas desertas, mas

<sup>151</sup> Informação de José da Costa Ribeiro e carta do governador Francisco de Oliveira Grans, feitas na cidade da Ribeira Grande, a 5 de Maio de 1731 e a 6 de Abril de 1732 (cf. AHU, CV, cx. 14, doc. 65).

<sup>152</sup> Carta de José da Costa Ribeiro, feita na cidade da Ribeira Grande, a 26 de Setembro de 1732 (cf. AHU, CV, cx. 15, doc. 8).

<sup>153</sup> Carta de D. João V para Costa Ribeiro, feita a 13 de Outubro de 1732 (cf. AHU, CV, cx. 15, doc. 8). A ordem de anulação do contrato é recordada noutra missiva do ouvidor-geral, emitida na cidade da Ribeira Grande, a 18 de Dezembro de 1738 (cf. AHU, CV, cx. 17, doc. 50; cx. 18, doc. 12). Alguns destes passos estão relatados nos SHCVG, parte II, cap. IV, pp. 272-73.

<sup>154</sup> Carta do governador-geral Bento Gomes Coelho, escrita na cidade da Ribeira Grande, a 1 de Março de 1734 (cf. AHU, CV, cx. 15, doc. 43 / AHN, SGG, A1/0002, fls. 236-236v). Nesta missiva, o oficial superior reportava-se a duas outras do capitão-mor de São Nicolau, de 25 de Janeiro e 5 de Fevereiro do mesmo ano.

<sup>155</sup> Carta de José da Costa Ribeiro para o rei, emitida na cidade da Ribeira Grande, a 18 de Dezembro de 1738 (cf. AHU, CV, cx. 17, doc. 50; cx. 18, doc. 12).

aconteceram também no lado Norte da ilha de Santiago. Seis anos depois da proibição de recollecção de urzela em Cabo Verde, Costa Ribeiro dizia que os prejuízos para a Fazenda Real estavam a ser maiores, a cada ano que passava<sup>156</sup>. Esta situação levou o rei a reconsiderar a sua decisão, em Julho de 1739, permitindo que a extracção da urzela voltasse a ser objecto de arrematação, facto que veio a ocorrer no ano seguinte, sendo o contrato firmado com Filipe Balesty e C.<sup>a</sup><sup>157</sup>.

Quando o poder senhorial regressou à ilha de Santo Antão, colocou-se uma nova problemática ligada à exploração da urzela. O capitão-mor, agente do donatário, foi acusado de negociar ilicitamente este bem na sua ilha e nas demais do Barlavento, desrespeitando assim o contrato monopolista assinado pela Coroa. Estes descaminhos, a que se somaram outros que já fomos referindo, e que mereceram uma também já descrita devassa por parte dos juízes da vila da Ribeira Brava de São Nicolau, foram condenados pelas autoridades<sup>158</sup>. Poucos anos depois, o contratador da urzela, Filipe Balesty, voltou a ter razões de queixa do donatário da ilha de Santo Antão: em 1745, este assinou um contrato para o apanho deste líquen, com o inglês Cristóvão Hake. Mais, ao chegarem ao arquipélago, os navios do contrato passaram nas ilhas de São Nicolau e São Vicente, onde encontraram pouquíssima mercadoria recolhida. Na verdade, o marquês de Gouveia não só contrariara as determinações monopolistas reais, como ainda permitira que o indivíduo a quem arrendara ilegalmente aquela extracção, se deslocasse a ilhas que pertenciam à Coroa<sup>159</sup>. Os problemas com comerciantes ilegais de urzela continuaram nos anos seguintes dos contratos de Filipe Balesty, sendo inclusivamente os seus navios perseguidos por piratas ingleses<sup>160</sup>.

Veja-se que, em todas estas contendas, o nome da ilha de São Nicolau é sempre um dos mais focados, bem como o das ilhas que estavam sob a sua jurisdição. Este facto é, quanto a nós, bastante revelador da grande importância que a urzela detinha na economia destas ilhas e também do seu peso

<sup>156</sup> *Ibidem*.

<sup>157</sup> Cf. AHU, CV, cx. 18, doc. 12. Sobre estes contratos de arrendamento veja-se António Carreira, «Urzela», in *op. cit.*, p. 12.

<sup>158</sup> Sobre esta problemática vejam-se os seguintes documentos: carta do governador-geral João Zuzarte de Santa Maria, escrita na cidade da Ribeira Grande, a 15 de Janeiro de 1743 (cf. AHU, CV, cx. 19, doc. 4); resposta a esta por parte de José da Costa Ribeiro, agora consultor do Conselho Ultramarino, feita em Lisboa, a 4 de Julho de 1743 (cf. AHU, CV, cx. 19, doc. 4); carta do rei D. João V para o referido governador, emitida em Lisboa, a 23 de Novembro de 1743 (cf. AHU, CV, cx. 20, doc. 51).

<sup>159</sup> Parecer do Conselho Ultramarino, dado a 3 de Setembro de 1746 (cf. AHU, CV, cx. 21, doc. 15).

<sup>160</sup> Parecer do Conselho Ultramarino, de 24 de Novembro de 1749 (cf. AHU, CV, cx. 22, doc. 92).



para a obtenção de receitas por parte dos agentes envolvidos, facto que certamente se justificava pela sua grande abundância.

O relativo sucesso na forma de exploração da urzela nos anos seguintes, determinou que o desembargador sindicante Correia de Matos, tão atento a todos os descaminhos e processos de aperfeiçoamento da cobrança de tributos por parte da Fazenda Real, não prestasse particular atenção a este assunto. O arrendamento, garante de uma receita fixa para a Coroa, nem sequer foi questionado por este oficial, apenas se anotando que, se houvesse maior controlo sobre as costas e os mares das ilhas do Barlavento, poder-se-iam estabelecer acordos mais vantajosos<sup>161</sup>. O contrato da urzela revelava-se, assim, como uma das mais sólidas instituições do arquipélago, não só pela sua rede de funcionários espalhados pelas ilhas, como pela relativa abundância de embarcações que tinham ao seu serviço; estas serviam, muitas vezes, como forma de transporte dos oficiais régios<sup>162</sup>.

A urzela terá continuado a existir em abundância durante a segunda metade do século XVIII. A sua apanha era particularmente propícia na ilha de São Nicolau, mas mais ainda nas ilhas desertas que estavam sobre a sua tutela, como os ilhéus Branco e Raso<sup>163</sup>. A partir de 1757, a extracção e comercialização deste líquen passou a estar sob a dependência exclusiva da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, a qual a possuía «debaixo do título aparente de arrendamento», com os mesmos direitos dos anteriores contratadores privados; beneficiava assim da isenção de pagamento de direitos de entrada e saída. A urzela foi, aliás, transaccionada pela Companhia até 1781, mesmo depois da perda do seu estatuto monopolista, decretada em 1778<sup>164</sup>.

Depois desta data, levantou-se de novo a preocupação em conseguir que as ilhas de Cabo Verde dessem rendimentos capazes, pelo menos, de assegurar o seu auto-sustento. Uma das vias obrigatórias para que esse objectivo fosse cumprido era a renovação do contrato da urzela; para o Conselho Ultramarino, se este arrendamento fosse bem concretizado, poderia ser suficiente

<sup>161</sup> Carta de Custódio Correia de Matos, escrita na ilha de Santiago, a 15 de Maio de 1753 (cf. AHU, CV, cx. 24, docs. 50 e 69). Nos capítulos (10.º) que elaborou a 13 de Novembro de 1752, o sindicante recomendava ao feitor de São Nicolau que ajudasse os contratadores da urzela «concorrendo da sua parte para que não haja descaminhos, pois delles resultará prejuizo ao Real contrato» (cf. AHN, SGG, A1/0001, fl. 124, publicado em apêndice, doc. 1).

<sup>162</sup> Apenas a título de exemplo, veja-se a carta do bispo D. Frei Pedro Jacinto Valente, feita na ilha de Santo Antão, a 26 de Julho de 1755 (cf. AHU, CV, cx. 25, docs. 44 e 45).

<sup>163</sup> «Breve notícia da Ilha de S. Nicolau e da facilidade com que para ella se pode mudar a Sé, e o Governo da ilha de S. Tiago» (cf. AHU, CV, cx. 39, doc. 20, publicada em apêndice, doc. 2). Esta mesma informação está expressa na *Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde* (1784), publicada por António Carreira, Lisboa, 1985, p. 17.

<sup>164</sup> Cf. António Carreira, «Urzela», in *op. cit.*, pp. 18-19; Id., *As Companhias Pombalinas de Navegação, Comércio e Tráfico de Escravos...*, pp. 199-201.

para satisfazer as despesas anuais do arquipélago<sup>165</sup>. Este veio a ocorrer logo em 1778, tendo-se feito a arrematação a Domingos da Costa e Manuel Eleutério e C.<sup>a</sup><sup>166</sup>; no ano seguinte deu-se a primeira viagem a Cabo Verde, com vista ao seu estabelecimento efectivo, tendo-se deslocado o navio *Judith* a Santiago, Santo Antão, Boavista e São Nicolau. Nesta última verificou-se a prática de grande volume de tráfico de urzela, entre os habitantes e alguns mercadores estrangeiros, tanto no porto do Carriçal, como no da Preguiça; parece que a ilha do Sal funcionava como base para as actividades ilícitas destes mercadores, maioritariamente ingleses e apoiados pelo navio *King of Portugal*. Diga-se que, durante a viagem do *Judith*, foram detidos alguns destes prevaricadores e restabelecidas as estruturas de gestão do contrato, nomeadamente através da nomeação dos respectivos administradores<sup>167</sup>.

Na viragem para o século XIX continuava a abundar urzela na ilha de São Nicolau, sendo uma das suas mais lucrativas exportações. Entre 1790 e 1799 foram retirados das suas rochas 116.771 kg deste líquen, o que lhe dava o primeiro lugar na produção do arquipélago de Cabo Verde; estes valores terão aumentado ainda mais nos anos seguintes<sup>168</sup>. Apesar disso, e segundo a opinião dos mais cépticos, como a compra da urzela permanecia monopólio da Fazenda Real e esta não tinha, por vezes, recursos para a adquirir toda, muita não era recolhida ou se estragava<sup>169</sup>.

## Agricultura

A agricultura começou por ter um papel algo marginal na economia de São Nicolau, já que os bens produzidos destinavam-se quase exclusivamente à subsistência alimentar dos seus moradores. Isto, apesar de serem inúmeras as fontes que apontam para uma situação geográfica algo propícia ao seu desenvolvimento e das sucessivas classificações de São Nicolau como uma das ilhas mais férteis do arquipélago<sup>170</sup>. Ela terá sido preterida, como pri-

<sup>165</sup> Parecer do Conselho Ultramarino, dado em Lisboa, a 19 de Dezembro de 1778 (cf. AHU, CV, cx. 37, doc. 48b).

<sup>166</sup> Cf. António Carreira, «Urzela», in *op. cit.*, p. 19.

<sup>167</sup> Memórias do contrato real da urzela nas ilhas de Cabo Verde, feitas em Agosto de 1779 (cf. AHU, CV, cx. 38, doc. 16).

<sup>168</sup> Na última década do século XVIII foram retirados 86.462 kg do Tarrafal da ilha de Santiago, 85.125 kg de São Vicente e ilhéus adjacentes, 75.012 kg da Boavista e 24.377 kg de Santo Antão (cf. António Carreira, «Urzela», in *op. cit.*, p. 101).

<sup>169</sup> Ensaio físico e político da ilha de São Nicolau, feito pelo intendente da marinha António Pusich, no ano de 1803 (cf. Orlando Ribeiro, «As ilhas de Cabo Verde no princípio do século XIX», in *op. cit.*, pp. 631-32).

<sup>170</sup> Veja-se um apanhado destas descrições, feito por João Lopes Filho, *Ilha de S. Nicolau. Cabo Verde. Formação da Sociedade e Mudança Cultural*, vol. I, s.l., 1996, p. 312.



meiro local de expansão dos habitantes de Santiago, exclusivamente pela sua maior distância face à capital, critério que favoreceu a ilha do Fogo<sup>171</sup>. Logo nos primeiros tempos registou-se a presença de flora exógena relativamente abundante, nomeadamente «muitas árvores de espinho, como laranjeiras e cidreiras»<sup>172</sup>. O modelo de donatário absentista explica, em parte, o facto desta actividade não se ter desenvolvido muito nos primeiros séculos de povoamento<sup>173</sup>; a escassez de habitantes também não o incentivaria, uma vez que bastava o trabalho das hortas domésticas para assegurar os bens alimentares indispensáveis. A ilha destinava-se ao comércio dos produtos fornecidos pela criação de gado e recollecção, a agricultura era apenas um complemento.

Desta forma, as primeiras notícias que temos sobre a organização e a produtividade da agricultura em São Nicolau datam do século XVIII<sup>174</sup>. É através do célebre Regimento da Fazenda Real de São Nicolau e seus documentos preparatórios, que tomamos conhecimento da situação daquela actividade nesta época e em anteriores. Ficamos a saber que, quando Costa Ribeiro criou o município na ilha (1732), doou-lhe uma porção de terras, as quais eram exclusivamente administradas por si, a fim de assegurar o seu auto-sustento financeiro; as hortas foreiras do concelho compreendiam a povoação da Ribeira Brava e o vale da ribeira que lhe dava o nome, desde o sítio de Espanadeiro (fig. 6)<sup>175</sup>. O desembargador João Gomes Ferreira alertou, em 1773, que os vales das ribeiras que iam dar a esta Brava não deviam ser considerados como terras municipais, nomeadamente os de Campinho, Vacas, Mofina, Ribeirão e Pombas, porque estas eram da Fazenda Real; o referido Regimento, na sua versão mais recente, veio acentuar esta determinação, ordenando à Câmara que nunca extravasasse os limites das propriedades que lhe estavam cometidas, desde a sua erecção, limitando-lhe assim o usufruto de parte daquele amplo e rico vale agrícola<sup>176</sup>.

<sup>171</sup> Cf. António Correia da Silva, «Espaço, Ecologia e Economia Interna», in *HGCV*, vol. I, pp. 146-147.

<sup>172</sup> Cf. Gaspar Frutuoso, *Livro Primeiro das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, 1966, p. 182.

<sup>173</sup> Cf. António Correia da Silva, «Espaço, Ecologia e Economia Interna», in *HGCV*, vol. I, pp. 208-211.

<sup>174</sup> Dificilmente se poderá dizer que São Nicolau foi «*pendant les trois premiers siècles, l'île la mieux exploitée du point de vue agricole*», como afirma Elisa Silva Andrade, *Les îles du Cap-vert de la «Découverte» à l'Indépendance Nationale (1460-1975)*, Paris, 1996, p. 53.

<sup>175</sup> Por acção do sindicante Correia de Matos, expressa numa declaração que mandou fazer no 2.º livro dos foros da vila, registada nos seus provimentos de 1 de Outubro de 1753, foram feitas medições na vila e tombadas todas as suas parcelas, fixando-se igualmente que, de acordo com as leis gerais do Reino, os respectivos foros deviam ser pagos em dinheiro (cf. AHN, SGG, A1/0001, fl. 122, publicado em apêndice, doc. 1).

<sup>176</sup> «Regimento da Fazenda Real...» (cf. Luiz de Bivar Guerra, «A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos...», in *op. cit.*, pp. 206-07).

No mesmo ano, Costa Ribeiro também outorgou a São Nicolau um foral, no qual se previa, pela primeira vez nesta ilha, a concessão de terras em sesmaria aos seus moradores, a troco de um foro para a Fazenda Real; este não deveria ser inferior a 50 réis, mas também não poderia ultrapassar os 300 réis. De facto, o próprio Regimento revelava que, nos tempos do donatário e mesmo posteriormente, aquando da administração inicial da ilha por parte da Coroa, «ninguém possuía com segurança fazenda alguma de raiz, porque só cultivavam os moradores aquelas terras, que permitiam os Feitores, os quaes as tiravam por qualquer Leve cauza»<sup>177</sup>. Repare-se, assim, que só em 1732 é que se executou o procedimento básico para o povoamento sistemático e duradouro da ilha; a distribuição de terras em sesmaria fora, ainda no século XV, realizada nas ilhas de Santiago e Fogo, já para não falar nos arquipélagos norte-atlânticos, como primeiro passo para a fixação de habitantes à terra<sup>178</sup>. Este atraso de São Nicolau repercutiu-se, necessariamente, no seu subdesenvolvimento agrícola. Por outro lado, note-se que o regime de propriedade aqui previsto, e que era aliás comum a todas as ilhas ditas periféricas, distinguia-se claramente do existente em Santiago e Fogo desde o século XV, onde tinha grande força o sistema vincular. Nestes últimos, a terra era detida praticamente isenta de direitos régios, ao passo que em São Nicolau a sua posse estava sujeita ao pagamento de foros à Fazenda Real<sup>179</sup>.

Como se sabe, em meados do século, o desembargador Custódio Correia de Matos deslocou-se à ilha de São Nicolau, a fim de pôr termo às ilegalidades cometidas na arrecadação dos direitos régios. Nos primeiros relatórios que enviou para Lisboa, este oficial dava conta da desorganização completa da tributação fundiária naquela ilha: o tombo das terras, ordenado por Costa Ribeiro, não continha mais que oito ou nove propriedades, fugindo dele os restantes foreiros; os foros pagos não estavam dentro dos limites estipulados por aquele ouvidor-geral; a sua fixação e forma de arrecadação era tão arbitrária, que nem o feitor local lhe soubera explicar a sua lógica; cada proprietário pagava o valor de foro que quisesse, dando-se-lhe imediata quitação; muitos indivíduos senhoreavam-se de certas parcelas, vedando-as

<sup>177</sup> *Ibidem*, p. 249.

<sup>178</sup> Cf. António Correia da Silva, «Espaço, Ecologia e Economia Interna», in *HGCV*, vol. I, pp. 200-03. A 6 de Fevereiro de 1733, o rei felicitou Costa Ribeiro pelo sucesso de distribuição de algumas terras em sesmaria nas ilhas de São Nicolau e Santo Antão, questionando-o se aquela era a forma mais conveniente para a sua exploração, à semelhança do que se fazia no Brasil, ou se seria melhor aforarem-se em vidas (cf. AHU, CU, cód. 486, fls. 274-274v).

<sup>179</sup> Esta dualidade permaneceu ao longo do século XVIII, causando grande estranheza ao governador do arquipélago, em carta de 26 de Setembro de 1798, enviada a D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Nesta mostrava-se indignação perante o facto dos moradores das ilhas periféricas estarem sujeitos a uma multiplicidade de tributos, ao passo que os das de Santiago e Fogo, as mais ricas, praticamente não pagavam nada à Coroa (cf. AHN, SGG, A1/0514, carta n.º 24).



com pedras, à margem das autoridades da ilha; do milho, citado como principal bem agrícola produzido e logo alimento base da dieta dos ilhéus, apenas se tinham registado 80 alqueires cobrados, quando a feitoria tinha mais de 300<sup>180</sup>. Na prática, segundo a sua opinião, os feitores acabavam por adoptar uma postura despótica, dando as terras a seus amigos e familiares, impondo foros com tanta desigualdade «que os mais poderosos pagavam menos, os pobres e miseráveis pagavam mais, tendo menos terras do que tinham aqueles». O resultado evidente desta desorganização e promiscuidade era que, se crescia o número de propriedades atribuídas, diminuía simultaneamente a receita dos foros<sup>181</sup>. Perante este panorama, o sindicante noticiou para a capital a realização de um novo tombo, contendo todas as terras foreiras da Fazenda Real (contabilizara 3.564 fazendas tributárias), as suas dimensões, proprietários e respectivos foros. Segundo os seus cálculos, uma vez que se podiam arrecadar mais 2.000 alqueires de milho em foros, se cada alqueire valesse quatro vinténs, poderia obter-se uma receita anual de 378.380 réis neste ramo da tributação<sup>182</sup>.

No Regimento da Fazenda Real de São Nicolau que elaborou, Correia de Matos deu resolução às ilegalidades identificadas nestes relatórios. Algo condescendente para com os foreiros incumpridores, porque apontava a maior parte da culpa aos ofícios régios, permitiu-lhes que se redimissem das suas infracções e registassem as terras que já ocupavam, no novo tombo; mas se estes não o fizessem, ou mentissem quanto às verdadeiras dimensões das propriedades, então o feitor estava autorizado a retirar-lhas e a cede-las a quem as requisitasse<sup>183</sup>. Alterou também uma regra estipulada por Costa Ribeiro, permitindo que se aforassem terras de valor superior a 300 réis, já que normalmente os moradores detinham mais terras que as aforadas, obtidas por herança, compra ou doação, ultrapassando no conjunto aquele valor. Por outro lado, determinou que todos aqueles que possuísem terras e não as cultivassem fossem obrigados a fazê-lo, mesmo que para isso tivessem

<sup>180</sup> Veja-se o relatório elaborado pelo referido desembargador sindicante na ilha de Santiago, a 15 de Janeiro de 1753 (cf. AHU, CV, cx. 24, doc. 41).

<sup>181</sup> Denúncia apresentada no provimento que deixou na ilha de São Nicolau, a 1 de Outubro de 1753 (cf. AHN, SGG, A1/0001, fls. 118-119, publicado em apêndice, doc. 1). Outras imperfeições registadas na cobrança dos foros foram assinaladas na versão inicial do «Regimento da Fazenda Real...» (cf. Luiz de Bivar Guerra, «A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos...», in *op. cit.*, pp. 249-50).

<sup>182</sup> Vejam-se os relatórios acima citados. Este oficial fez repetidos elogios à qualidade das terras na ilha de São Nicolau e às suas potencialidades agrícolas; a título de exemplo refira-se a carta que enviou para Lisboa, a 15 de Maio de 1753 (cf. AHU, CV, cx. 24, docs. 50 e 69).

<sup>183</sup> Segundo o seu testemunho, feito na vila da Ribeira Brava, a 13 de Junho de 1753, este processo decorreu com poucos incidentes, ocorrendo a grande maioria a declarar as propriedades que ocupava (cf. AHN, SGG, A1/0001, fls. 116-117v).

de arrendá-las a qualquer outro indivíduo; as terras aforadas nunca deveriam, assim, ficar em pousio prolongado<sup>184</sup>. Outra das preocupações de Correia de Matos era o costume, enraizado na ilha de São Nicolau, de se dividirem as terras foreiras, fosse pela distribuição por vários herdeiros, fosse pela venda de parcelas. Segundo a versão do Regimento de 1793, as determinações deste desembargador sindicante não foram acatadas, pelo que esta ilegalidade continuou a ser cometida durante a segunda metade do século XVIII<sup>185</sup>.

A mesma fonte dá-nos também, uma primeira noção vaga da paisagem agrícola de São Nicolau. Existiam na ilha quatro tipos de terras, consoante as suas características geográficas, mais vocacionadas para a produção de certos géneros: as de regadio, para vinhas, bananais e outros frutos; as de sementeira, para feijão, milho, abóbora e demais legumes; outras menos valiosas, para cultivo do algodão; outras ainda, relativamente abundantes, que nem para a produção deste último bem serviam, sendo na maior parte incultas ou utilizadas como montado<sup>186</sup>. O pagamento dos foros, outro assunto particularmente abordado no Regimento, estava em concordância

<sup>184</sup> As disposições que encontramos na versão do «Regimento da Fazenda Real...» conhecida, de finais de setecentos (cf. Luiz de Bivar Guerra, «A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos...», in *op. cit.*, pp. 251-52), foram neste ponto certamente decalcadas das estabelecidas pelo desembargador sindicante, pois constam integralmente do seu provimento, de 1 de Outubro de 1753 (cf. AHN, SGG, A1/0001, fl. 119v e 125v, publicado em apêndice, doc. 1).

O mesmo documento estabelecia rigorosamente os procedimentos que deveriam ser tomados por quem quisesse aforar terras e pelos oficiais da Fazenda, nomeadamente os formulários de requerimento, as formas de medição e os autos de escritura. Revelava-se ainda, como se disse, particular atenção para que as propriedades nunca ficassem incultas, aconselhando-se o feitor a entregá-las a quem não tivesse nenhuma ou tivesse poucas a seu cuidado; proibia-se-lhe a sua atribuição, a quem já possuísse mais de seis ou sete (cf. cf. Luiz de Bivar Guerra, «A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos...», in *op. cit.*, pp. 261-66).

<sup>185</sup> *Ibidem*, pp. 254-58. A versão mais recente do Regimento previa que, tal como mandavam as leis gerais do Reino, fosse dividido o valor da terra pelos herdeiros através de estimativa, mas a posse ficaria apenas com um deles; caso não houvesse acordo na escolha deste, então todos teriam seis meses para vendê-la; findo este período perderiam todos os direitos sobre ela. No que respeita à venda, troca ou doação de propriedades, ficava também estabelecido que estes actos requeriam a autorização do feitor; no caso da venda, este oficial deveria cobrar a quarentena do valor negociado. Estas mesmas disposições constam do provimento (item 9) de Correia de Matos, de 1 de Outubro de 1753 (cf. AHN, SGG, A1/0001, fl. 121, publicado em apêndice, doc. 1).

<sup>186</sup> «Regimento da Fazenda Real...» (cf. Luiz de Bivar Guerra, «A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos...», in *op. cit.*, pp. 249-50). Originalmente, Correia de Matos apenas previa as terras de regadio, sementeira e algodoeiro, ignorando esta última categoria, isentando-a de qualquer tributo, conforme se pode ver no seu provimento de 1 de Outubro de 1753 (cf. AHN, SGG, A1/0001, fl. 119v, publicado em apêndice, doc. 1).

<sup>187</sup> «Regimento da Fazenda Real...» (cf. Luiz de Bivar Guerra, «A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos...», in *op. cit.*, pp. 252-53). Cada lança deveria ter 15 palmos craveiros e o número de lanças de cada propriedade calculava-se pela multiplicação dos



com estas características, uma vez que a Fazenda Real cobrava o equivalente a um real português por oito lanças de terra incultivável, por quatro lanças de terra algodoeira, por duas lanças de terra de sementeira e por uma lança de terra de regadio<sup>187</sup>. Determinou-se que estes fossem satisfeitos pelos detentores de terras, durante o segundo semestre de cada ano, devendo para isso deslocar-se à casa do feitor da ilha. Caso não fossem pagos, o escrivão e o meirinho da feitoria, depois de uma notificação, procederiam à execução de penhoras no seu valor. Uma vez arrecadada toda a verba, seria enviada para o Almojarifado da ilha de Santiago, explicitando-se todas as parcelas<sup>188</sup>.

Os foros deveriam ser pagos em géneros, nomeadamente em tabaco, vinho ou algodão. Correia de Matos determinou, logo na sua primeira visita a São Nicolau, que os mesmos não fossem satisfeitos em milho ou feijão, porque estes estavam sempre muito sujeitos a perdas, resultantes do gorgulho; ao contrário, segundo a sua própria constatação, as três plantações acima mencionadas davam-se muito bem na ilha, apresentando altos níveis de produtividade, especialmente o algodão («o melhor dos géneros»), imprescindível para os negócios da costa da Guiné e de que a ilha de Santiago estava tão carenciada. O feitor só poderia aceitar o pagamento dos foros naqueles dois bens mais perecíveis, aos produtores que não cultivassem os restantes. A cobrança dos tributos fundiários deveria, pois, recair sobre as culturas de exportação e não sobre produções alimentares, as quais seriam consumidas na própria ilha; o grosso dos bens reunidos na feitoria da Fazenda Real de São Nicolau, obtidos através da arrecadação dos foros, seria pois comercializado pelos agentes da Coroa. Diga-se, ainda, que esta prestação podia ser também satisfeita em numerário, ficando, nesse caso, o foreiro obrigado a pagar apenas metade do valor que daria em géneros. Este abatimento de 50%, um prémio para quem cumprisse as suas obrigações em dinheiro, justificava-se certamente pela escassez de moeda que ali se verificava<sup>189</sup>. Temos notícia de que, após a estadia de Correia de Matos na ilha, altura em que

números de lança de comprimento e de largura (achar-se-ia a área). Disposições certamente de Correia de Matos, já que constam do seu provimento (*item* 1 e 2) de 1 de Outubro de 1753 (cf. AHN, SGG, A1/0001, fls. 119v-120 e 126, publicado em apêndice, doc. 1).

<sup>188</sup> *Ibidem*, pp. 217-18. Em São Nicolau o feitor ficava obrigado a dar a cada um dos foreiros um certificado de garantia da satisfação daquela obrigação.

<sup>189</sup> Vejam-se o relatório de Custódio Correia de Matos, feito na ilha de Santiago, a 15 de Janeiro de 1753 (cf. AHU, CV, cx. 24, doc. 41) e o provimento do mesmo, realizado na ilha de São Nicolau, a 1 de Outubro de 1753 (cf. AHN, SGG, A1/0001, fl. 120, *item* 3 a 5 e 126, publicado em apêndice, doc. 1). Estas disposições foram depois decalcadas no «Regimento da Fazenda Real...» (cf. Luiz de Bivar Guerra, «A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos...», in *op. cit.*, p. 259).

efectivamente estas disposições terão sido seguidas com algum rigor<sup>190</sup>, elas passaram a não ser cumpridas pelos contribuintes de São Nicolau, já que há notícias de que os foros continuaram a ser satisfeitos em géneros alimentares<sup>191</sup>; muito provavelmente, a grande maioria dos agricultores apenas cultivavam estes produtos nas suas terras.

Destaque-se, ainda, uma especial preocupação pela conservação e incrementos da plantação de árvores, nomeadamente da figueira brava, da laranjeira, do limoeiro, do dragoeiro e da goiabeira. Já Costa Ribeiro proibira qualquer foreiro de abater árvores sem expressa autorização da Câmara Municipal, sob pena do pagamento de multas entre 15 tostões e 300 réis; Correia de Matos determinou que as figueiras existentes em terras aforadas não entrariam no respectivo contrato, devendo o seu abate ser sempre precedido de uma autorização do feitor da ilha<sup>192</sup>. O Regimento confirmava estas regras, esclarecendo que as autorizações para cortar árvores deveriam ser feitas ao Conselho, caso fossem terras suas ou baldios, ou à feitoria, caso fossem propriedades aforadas por esta. O mesmo documento, na sua versão mais recente, estabelecia a obrigatoriedade de todos os foreiros plantarem cinco árvores, das espécies acima enunciadas, nas suas terras de regadio e de sementeira<sup>193</sup>. Enfim, todas estas medidas acabam por denunciar o frágil equilíbrio ecológico de São Nicolau que, embora em menor escala que noutras ilhas de Cabo Verde, teria uma paisagem rural bastante árida; a escassez de árvores levou a que estas fossem particularmente valorizadas e protegidas pelas autoridades insulares.

Finalmente, diga-se que são de meados de setecentos as primeiras fontes que nos indiciam a distribuição espacial da terra por sectores de actividade em São Nicolau<sup>194</sup>. De facto, durante a sua visita, Correia de Matos elaborou um plano que consagrava as terras do Monte Gordo, Ribeira da Prata, Cabeçalinho, Monte Calvo, Ribeira de Palhar, entre outras anexas às principais ribeiras, como as próprias para a prática da agricultura; o feitor deveria,

<sup>190</sup> A 13 de Novembro de 1752, estando o sindicante em São Nicolau, o feitor Gaspar Gonçalves Afonso enviou para Santiago a receita dos foros arrecadados naquela ilha, observando-se que esta se compunha de dinheiro e tabaco (cf. AHN, SGG, A1/0001, fl. 117v).

<sup>191</sup> Carta do bispo D. Frei Francisco de São Simão para Martinho de Melo e Castro, de 24 de Abril de 1783 (cf. AHU, CV, cx. 41, doc. 32).

<sup>192</sup> Vejam-se os capítulos (16.º) de Correia de Matos, de 13 de Novembro de 1752 (cf. AHN, SGG, A1/0001, fl. 125, publicado em apêndice, doc. 1).

<sup>193</sup> «Regimento da Fazenda Real...» (cf. Luiz de Bivar Guerra, «A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos...», in *op. cit.*, pp. 265-66).

<sup>194</sup> As determinações de Correia de Matos, expressas nos capítulos (3.º e 4.º) de 13 de Novembro de 1752 e no seu provimento (*item* 9) de 1 de Outubro de 1753 (cf. AHN, SGG, A1/0001, fls. 120v e 123v, publicado em apêndice, doc. 1) foram copiadas e alargadas na versão conhecida do «Regimento da Fazenda Real...», de 1793 (cf. Luiz de Bivar Guerra, «A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos...», in *op. cit.*, pp. 266-67).



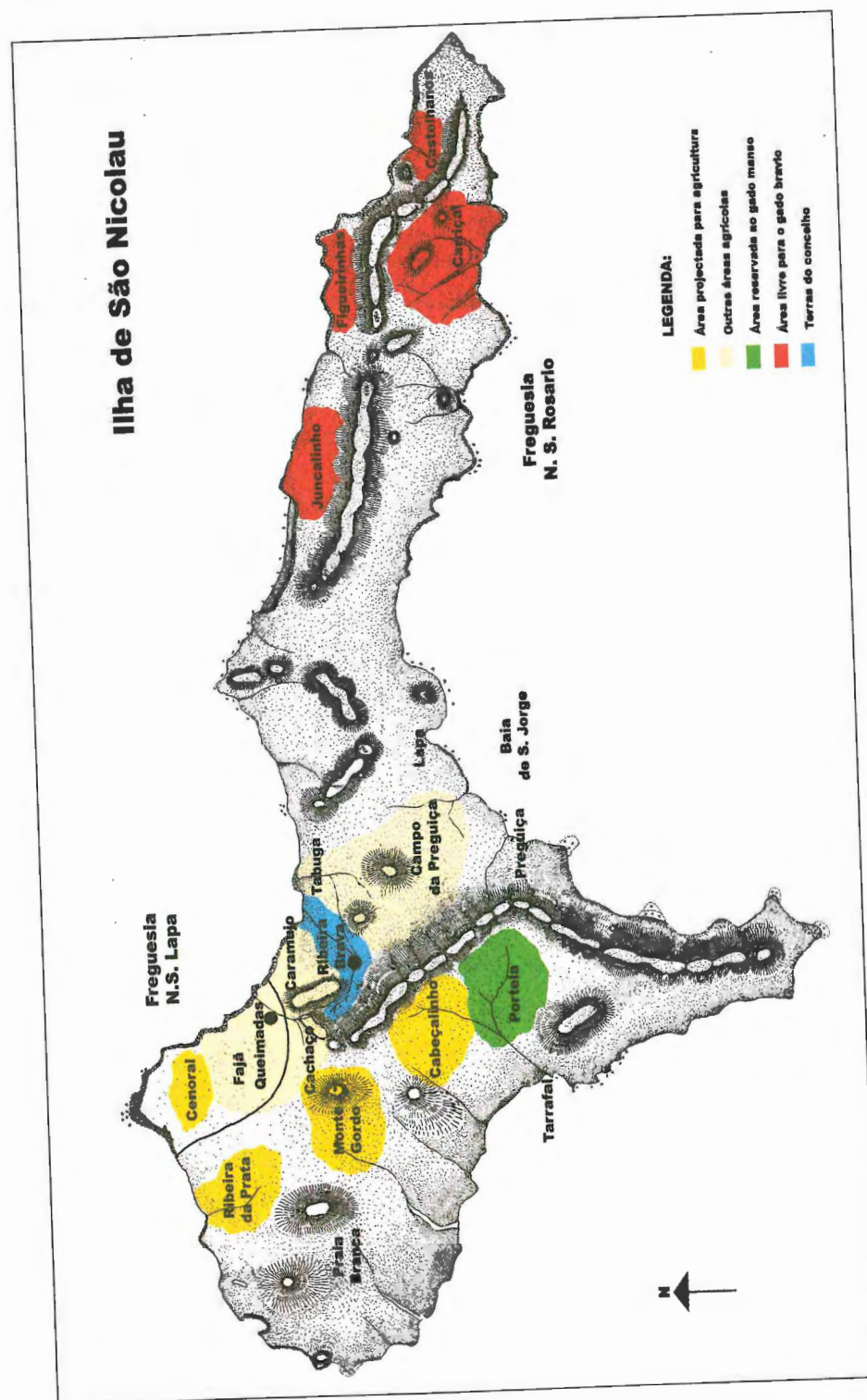


FIGURA 6 – Atividades económicas em S. Nicolau no século XVIII

pois, atribuir preferencialmente terras nestas áreas, aos moradores que as quisessem aforar<sup>195</sup>. Por outro lado, reservava para a criação de gado manso da Fazenda Real a zona da Portela, pelo que todos os particulares encontrados nestas áreas seriam punidos com o pagamento de multas. As zonas de Juncalinho, Ribeira do Carriçal e Castelhanos ficavam destinadas à criação de gado bravo, como se praticara nos inícios do povoamento da ilha, devendo as hortas ali existentes ser convertidas em baldio para montado, não só porque as condições geográficas a isso eram propícias, como por serem aqueles, «portos muito suspeitosos para os contrabandos». A realidade veio, porém, a ser bem diferente da planeada por este oficial, sobretudo no que se refere a esta última zona reservada; efectivamente, grande parte da área destinada ao gado bravo acabou por ser dada em aforamento a vários habitantes da ilha, ao longo da segunda metade do século XVIII<sup>196</sup>.

A única fonte que nos indica, com precisão, a forma como era aproveitada a terra na ilha de São Nicolau data de 1780, estando incluída num relatório sobre a situação geral do arquipélago<sup>197</sup>.

(Léguas)	Santiago	Fogo	Brava	Santo Antão	S. Nicolau	Boavista	Maio
<b>Superfície Sementeira</b>	8,5 (32,4%)	6 (36,6%)	0,6 (40,0%)	4 (22,2%)	3,1 (29,0%)	0,1 (0,7%)	0,4 (2,9%)
<b>Superfície Regadio</b>	2 (7,6%)	0 (0%)	0,1 (6,7%)	0,5 (2,8%)	0,4 (3,7%)	0 (0%)	0 (0%)
<b>Superfície Montado</b>	15,75 (60%)	10,4 (63,4%)	0,8 (53,3%)	13,5 (75%)	7,2 (67,3%)	13,8 (99,3%)	13,4 (97,1%)
<b>Superfície Total</b>	26,25 (100%)	16,4 (100%)	1,5 (100%)	18 (100%)	10,7 (100%)	13,9 (100%)	13,8 (100%)

QUADRO 4 – Aproveitamento da terra em Cabo Verde cerca de 1780

<sup>195</sup> Segundo a «Breve noticia da Ilha de S. Nicolau e da facilidade com que para ella se pode mudar a Sé, e o Governo da ilha de S. Tiago», feita anos depois, um campo propício à agricultura era a Tábua ou Tabuga, a meia légua da Preguiça, que apesar de ainda estar inexplorado e ser carenciado de água, tinha grande potencial (cf. AHU, CV, cx. 39, doc. 20, publicada em apêndice, doc. 2).

<sup>196</sup> «Regimento da Fazenda Real...» (cf. Luiz de Bivar Guerra, «A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos...», in *op. cit.*, pp. 266-67). Esta situação deu-se «talvez porque todos vierão no conhecimento de ser mayor a utilidade da Real Fazenda na percepção dos foros, e dizimos das sobreditas terras, cultivadas ellas, do que no producto das pelles das Cabraz».

<sup>197</sup> Offício e respectivo mapa sobre as ilhas de Cabo Verde, elaborado pelo capitão engenheiro António Carlos Andreis, a 16 de Abril de 1780 (cf. AHU, CV, cx. 40, doc. 9).



Possuindo cerca de 10 léguas quadradas de área, segundo os cálculos do autor deste mapa, São Nicolau via a grande maioria dos seus solos desaproveitados do ponto de vista agrícola. De facto, aproximadamente 67% da sua superfície não era trabalhada, sendo o seu único proveito económico o facto de servir de montado para o pasto do gado. A área cultivada ocupava os restantes 33%, sendo que destes, 29% correspondiam a terras de sementeira e pouco mais de 3% a superfície de regadio. Porém, apesar desta última forma de trabalho das terras ocupar um espaço reduzido na superfície da ilha, o seu papel não era marginal para a economia local, como veremos adiante.

Comparativamente, pode dizer-se que São Nicolau era a quarta ilha com maior superfície agricultada do arquipélago (33%), logo a seguir a Santiago (40%), Fogo (36,6%) e Brava (46,7%); repare-se que as duas primeiras tinham sido as pioneiras em termos de povoamento de Cabo Verde, remontando o início da sua exploração agrícola ao século XVI, ao passo que a terceira, pelas suas reduzidas dimensões e características geográficas, facilmente poderia ser largamente cultivada. Assim sendo, a ilha de São Nicolau, que como as demais do Barlavento só conhecera actividade agrícola significativa no século XVIII, apresentava uma percentagem muito significativa, que quase alcançava a do Fogo. Este dado é reforçado pelo facto de São Nicolau ser a terceira ilha do arquipélago, em termos de superfície de regadio, sendo aqui apenas superada pela capital e pela Brava. Verifique-se ainda que, entre as restantes, Santo Antão apresentava uma realidade semelhante à de São Nicolau, embora as suas percentagens de aproveitamento da terra fossem ligeiramente mais baixas, ao passo que a Boavista e Maio ainda não tinham saído daquele estado de subdesenvolvimento, no qual a criação de gado era a actividade quase exclusiva, não representando a agricultura mais que 1 a 3% do território. Pode, pois, concluir-se que São Nicolau conheceu uma expansão agrícola muito significativa durante o século XVIII, dado que conseguiu obter valores que a aproximaram das ilhas onde esta actividade se praticava há muito.

Uma pequena nota apenas para referir os produtos fornecidos pela agricultura desenvolvida em São Nicolau. O milho era o bem essencial produzido, base da dita alimentar dos habitantes da ilha, como já se disse<sup>198</sup>. Neste caso referimo-nos ao milho de origem americana, o *zea mays*, que no século XVI foi introduzido pelos portugueses em África; se no continente

<sup>198</sup> No dizer de D. Frei Cristóvão de São Boaventura, o bispo que residiu na ilha de São Nicolau, exposto numa carta a Martinho de Melo e Castro, de 22 de Maio de 1790, o milho e o feijão, «como ordinária comida dos seus habitantes he o que unicamente os consola e farta» (cf. AHU, CV, cx. 47, doc. 15).

continuaram a prevalecer os milhos indígenas – o *sorghum* e o *pennisetum* – no arquipélago de Cabo Verde generalizou-se a espécie importada<sup>199</sup>. Em São Nicolau a sua plantação fazia-se nas terras de sementeira, a maior área cultivada da ilha, como o feijão, a abóbora e outros legumes, embora no caso do feijão ele se desse por toda a ilha «com pouca, ou nenhuma cultura»<sup>200</sup>. São muito escassos os dados sobre os níveis de produção de milho, sendo várias vezes referido que os seus moradores apenas cultivavam o necessário à subsistência, embora também haja notícia de que o vendiam e até forneciam outras ilhas<sup>201</sup>. Conhecemos a situação de 1780, quando foi feito um levantamento das capacidades agrícolas de todo o arquipélago<sup>202</sup>:

	Santiago	Fogo	Brava	Santo Antão	S. Nicolau	Boavista	Maio
Moios de milho	7.500	4.000.	1.250	5.000	4.500	200	50

QUADRO 5 – Produção anual normal de milho em Cabo Verde cerca de 1780

Em São Nicolau produziam-se cerca de 4.500 moios de milho em anos ordinários, podendo contudo haver consideráveis quebras em anos de seca, como aliás acontecia com o feijão; estas duas espécies estavam, também, muito sujeitas a pragas, nomeadamente ao gorgulho. Estes valores faziam desta ilha a terceira em termos de produção deste bem, sendo superada apenas por Santiago e Santo Antão; quase igualada ficava a do Fogo, ficando muito mais atrás a Brava e, mais ainda, a Boavista e Maio. São Nicolau estava, assim, entre as quatro principais ilhas produtoras de milho, afinal as de maior potencial agrícola de Cabo Verde. Note-se que a proporção entre o número de habitantes e o nível de produção deste alimento era claramente mais desfavorável na capital que em ilhas como Santo Antão e São Nicolau ou, mais ainda, a Brava; na capital o cereal produzido não chegaria, por certo, para alimentar toda a população, ao passo que nas outras, em anos normais, era mais que suficiente. Diga-se, aliás, que parte do milho produzido em

<sup>199</sup> Cf. A. Teixeira da Mota e António Carreira, «O milho zaburro e o milho maçaroca na Guiné e Ilhas de Cabo Verde», in *RHES*, n.º 17, Lisboa, Janeiro-Junho 1986, pp. 9-20; Maria Manuel Torrão, *Dietas Alimentares. Transferências e Adaptações nas ilhas de Cabo Verde (1460-1540)*, Lisboa, 1995.

<sup>200</sup> «Breve notícia da Ilha de S. Nicolau e da facilidade com que para ella se pode mudar a Sé, e o Governo da ilha de S. Tiago» (cf. AHU, CV, cx. 39, doc. 20, publicada em apêndice, doc. 2).

<sup>201</sup> Uma carta do Senado da Câmara da cidade da Ribeira Grande de Santiago, de 3 de Fevereiro de 1752, refere que aquando da fome de 1749 nesta ilha, esta foi fornecida com 150 moios de milho vindos de São Nicolau, a qual por sua vez ainda há pouco tempo tinha saído de uma situação de carestia (cf. AHN, SGG, A1/0007, fls. 50v-57).

<sup>202</sup> Ofício e respectivo mapa sobre as ilhas de Cabo Verde, elaborado por António Carlos Andreis, a 16 de Abril de 1780 (cf. AHU, CV, cx. 40, doc. 9).



São Nicolau era vendido a navegadores estrangeiros que ali aportavam, ou mesmo transportado para Santiago e outras ilhas deficitárias<sup>203</sup>.

No que respeita à produção de outros cereais em São Nicolau, ela foi quase nula, embora as poucas experiências realizadas com o trigo tivessem dado resultados minimamente satisfatórios<sup>204</sup>. A pouca atenção dada à cultura deste bem revela que a dieta alimentar dos seus habitantes teria muito pouco a ver com a do Reino, estando muito mais ligada à das populações da costa africana, donde proviria a maioria dos seus habitantes<sup>205</sup>.

Apesar dos produtos agrícolas serem essencialmente destinados à alimentação dos moradores da ilha, realizaram-se experiências com várias plantas, com vista à sua transformação em produto de exportação. O principal destaque vai para o algodão, do qual se fabricavam os tecidos necessários ao ainda lucrativo trato na costa da Guiné. Era uma planta que não exigia terras muito férteis, podendo cultivar-se em solos relativamente pobres, impróprios para outras espécies, semelhantes aos montados. O desembargador sindicante Correia de Matos procurou estimular particularmente esta cultura, por meados de setecentos, encorajando os moradores de São Nicolau a plantar a sua variante amarela, mais valiosa que a branca. Procurou colmatar as deficiências na fábrica de panos daquela ilha, nomeadamente a existência de apenas um tear, ainda por cima muito estreito, e a dependência face a um artífice «muito preguiçoso, como todos aqui, e sempre me traz enganado». Quando se deslocou a São Nicolau, pela segunda vez, fez transportar um tear largo, bem como um estrangeiro naturalizado em Santiago hábil no seu manejo, a fim de melhorar a confecção de tecidos. Segundo o seu testemunho, as dificuldades daquele empreendimento estavam a dever-se à acção obstrutiva do ouvidor Xavier de Araújo, com quem mantinha acesa polémica, como se viu anteriormente, associado ao frade capucho Manuel de Sobral,

<sup>203</sup> Ensaio Económico Sobre as Ilhas de Cabo Verde, realizado por João da Silva Feijó, em 1797 (publicado por António Carreira, *Memórias Económicas...*, p. 23). Por cartas do governador António Machado de Faria e Maia para Martinho de Melo e Castro, de 12 de Julho de 1786, 13 de Novembro de 1787 e 9 de Maio de 1788 (cf. AHU, CV, cx. 43, doc. 46; cx. 44, docs. 36, 66 e 69) e de Aniceto António Ferreira, capitão-mor da ilha Boavista, para a rainha, de 9 de Setembro de 1788 (cf. AHU, CV, cx. 44, doc. 79), sabemos que a carestia que nesses anos grassou na Boavista fora suprida com abastecimentos de milho vindos de São Nicolau e Santo Antão. Nesta última missiva, o referido capitão-mor chegou a pedir à soberana que lhe fosse dado de esmola o dízimo do milho e feijão das ilhas de São Nicolau e Brava.

<sup>204</sup> «Breve noticia da Ilha de S. Nicolau e da facilidade com que para ella se pode mudar a Sé, e o Governo da ilha de S. Tiago» (cf. AHU, CV, cx. 39, doc. 20, publicada em apêndice, doc. 2).

<sup>205</sup> O trigo fora importado do Reino pela ilha de Santiago, nos primeiros tempos do povoamento. Nesta fase já se operara uma fusão entre as dietas alimentares dos brancos e dos negros, aliás como a própria composição social de São Nicolau estimulava (veja-se o trabalho de Maria Manuel Torão, *Dietas Alimentares...*).

que então servia de vigário na ilha, e ao administrador geral do contrato da urzela, António da Silva Santos<sup>206</sup>.

Em todo o caso, a panaria deve ter conhecido algum sucesso em São Nicolau nas décadas seguintes, já que temos algumas notícias da sua transacção. Entre 1758 e 1761, este foi o principal produto a circular entre São Nicolau e Santiago, dando a esta ilha uma posição considerável no fornecimento de tecidos à capital, embora numa escala bastante inferior à de Santo Antão e, sobretudo, à do Fogo<sup>207</sup>. A cultura do algodão foi de novo particularmente impulsionada pela Companhia Geral de Grão-Pará e Maranhão, até porque era clara a impossibilidade de Santiago produzir matéria-prima suficiente para as suas manufacturas<sup>208</sup>. As plantações de algodão chegaram mesmo a invadir a zona destinada à criação de gado bravo da Fazenda Real, uma actividade em considerável perda de importância, como os sítios do Juncalinho e das Figueirinhas (fig. 6). Esta cultura, considerada única no arquipélago de Cabo Verde, foi possibilitada pela separação natural desta zona face ao resto do montado, a qual impedia que os animais para lá se deslocassem e a danificassem<sup>209</sup>. O algodão, tanto em bruto como em panos, foi uma das principais apostas das autoridades insulares e metropolitanas para o desenvolvimento daquela ilha cabo-verdiana, após a extinção da referida Companhia e até finais do século XVIII<sup>210</sup>.

O vinho ocupava grande parte das terras de regadio, nomeadamente os vales das ribeiras, sendo complementado nestas áreas por árvores de fruto,

<sup>206</sup> Vejam-se as cartas não assinadas, dirigidas ao secretário de Estado Diogo Mendonça Corte Real, certamente atribuíveis a Correia de Matos, de 23 de Março e 16 de Maio de 1754 (cf. AHN, SGG, A1/0001, fls. 132v-135v).

<sup>207</sup> Relação exacta das entradas e saídas e direitos que pagaram na Alfândega da ilha de Santiago os navios que nela carregaram e descarregaram, feita na vila da Praia, a 20 de Abril de 1761, pelo respectivo escrivão Francisco Rodrigues da Guerra (cf. AHU, CV, cx. 27, doc. 27).

<sup>208</sup> A 18 de Novembro de 1775, o secretário do governo de Cabo Verde certificava o capitão-mor de São Nicolau da chegada dos réditos daquela ilha à capital insular, os quais eram exclusivamente compostos por algodão em bruto, panos e algum dinheiro, totalizando 6.448 réis (cf. AHN, SGG, A1/0015, fls. 16-16v). A 27 de Janeiro de 1778 assumia-se a cultura do algodão e a sua condução para Santiago como uma prioridade a respeitar pelo capitão-mor, porque «este povo está carecido» (cf. AHN, SGG, A1/0015, fl. 65).

<sup>209</sup> Ofício de António Carlos Andreis, redigido em Belém, a 16 de Abril de 1780 (cf. AHU, CV, cx. 40, doc. 9). Esta cultura está presente em topónimos da ilha, como Ribeira do Algodoeiro.

<sup>210</sup> A 16 de Novembro de 1778 recomendava-se ao capitão-mor de São Nicolau João de Almeida Coimbra promovesse «a cultura o mais que puder, fabrico de algodão e panos do mesmo, por ser a única substância dos moradores dessa ilha», referindo-se claramente às exportações (cf. AHN, SGG, A1/0015, fls. 80v-81v). No final de setecentos veja-se, a título de exemplo, a carta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para o governador Marcelino António Basto, feita em Queluz, a 3 de Março de 1797 (cf. AHU, CU, cód. 402, fls. 74-74v).



sobretudo bananeiras, laranjeiras e limoeiros<sup>211</sup>. Cultivado desde o século XVII, o seu resultado não seria dos melhores, dado que era considerado por todos pouco generoso, pela sua deficiente fabricação<sup>212</sup>; isto apesar de um inglês, de gosto duvidoso, ter considerado que o seu paladar o aproximava ao vinho da Madeira<sup>213</sup>. Em todo o caso, como azedava facilmente, produzia um vinagre de excelente qualidade<sup>214</sup>, pelo que foi referido como uma das principais fontes de rendimento da Companhia Geral de Grão-Pará e Maranhão nas ilhas de São Nicolau e Santo Antão<sup>215</sup>.

Plantada em Santiago praticamente desde a sua descoberta, a cana de açúcar terá sido apenas cultivada em São Nicolau, como em Santo Antão e Brava, na viragem para o século XVIII; embora considerado razoável, o açúcar não era produzido em quantidades susceptíveis de gerar comercialização. As condições morfológicas e orográficas destas ilhas terão sido determinantes para a pouca rentabilidade desta cultura, impedindo a sua concorrência com as produções da Madeira e de São Tomé<sup>216</sup>. Assim, as safras obtidas em São Nicolau destinavam-se exclusivamente ao consumo da própria ilha, sendo exportada apenas a aguardente, embora pareça que a de São Nicolau fosse sempre de má qualidade<sup>217</sup>. A cana foi novamente plantada nesta ilha, na viragem para o século XIX, por dois agricultores oriundos da Europa. A falta de madeira para construir os engenhos foi o motivo principal pelo qual ninguém se aplicava naquela produção, segundo a opinião do governador geral daquela época<sup>218</sup>.

<sup>211</sup> Ofício de António Carlos Andreis, elaborado em Belém, a 16 de Abril de 1780 (cf. AHU, CV, cx. 40, doc. 9). Este capitão alertava para o facto de a ilha de São Nicolau estar particularmente exposta à crise na produção de milho, dado que não tinha, como em Santo Antão, grande produção de bananas. Em carta de 9 de Dezembro de 1796, dirigida a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o governador Marcelino António Basto fazia uma descrição semelhante dos vales das ribeiras (cf. AHU, CV, cx. 49, doc. 46).

<sup>212</sup> «Breve noticia da Ilha de S. Nicolau e da facilidade com que para ella se pode mudar a Sé, e o Governo da ilha de S. Tiago» (cf. AHU, CV, cx. 39, doc. 20, publicada em apêndice, doc. 2).

<sup>213</sup> Cf. T. Bentley Duncan, *Atlantic Islands. Madeira, the Azores and the Cape Verdes in Seventeenth Century. Commerce and Navigation*, Chicago / Londres, 1972, cap. 8, pp. 183-84, o qual relatava a viagem de William Dampier.

<sup>214</sup> Ensaio Económico Sobre as Ilhas de Cabo Verde, realizado por João da Silva Feijó, em 1797 (publicado por António Carreira, *Memórias Económicas...*, p. 10).

<sup>215</sup> Carta do governador António do Vale de Sousa e Meneses para o rei, escrita na ilha de Santiago, a 18 de Agosto de 1777 (cf. AHU, CV, cx. 36, doc. 26). Segundo este oficial, o administrador da referida Companhia afirmara «ter trazido boa porção de dinheiro das ditas Ilhas [do Barlavento] especialmente do producto dos vinhos do Dizimo das de S. Nicolau e S. Antão».

<sup>216</sup> Cf. Alberto Vieira, *As ilhas Atlânticas*, Lisboa, 1995.

<sup>217</sup> Veja-se o capítulo sobre este produto, na obra de António Carreira, *Estudos de Economia Caboverdiana*, Maia, 1982, pp. 237-88.

<sup>218</sup> Ofício de Marcelino António Basto para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, emitido na ilha de Santiago, a 16 de Fevereiro de 1798 (cf. AHU, CV, cx. 51, doc. 13).

Uma das plantas de que se pretendeu fazer aproveitamento em São Nicolau foi a anileira<sup>219</sup>. No início do século XVIII, João Miguel de Coton, estrangeiro casado e morador nesta ilha, foi raptado por ingleses e levado para a Grã-Bretanha. Uma vez solto, regressou a Cabo Verde, onde relatou ao governador que, naquela viagem, tinha aprendido a fazer anil, o qual nascia espontaneamente em São Nicolau, com tão boa qualidade como o das Índias; segundo o mesmo, era apenas necessário que se fizessem tanques com muita água, tarefa que seria fácil de concretizar naquela ilha. O governador mostrou-se bastante interessado neste projecto, pelo que encorajou a Coroa a explorar este produto; em consequência disto enviou amostras de anil para o Reino<sup>220</sup>. Porém, diversas contrariedades acabaram por condenar ao fracasso estas experiências, primeiro pela mudança de governador em Cabo Verde<sup>221</sup>, depois pelas dificuldades de comunicação com a ilha de São Nicolau<sup>222</sup> e, por fim, pela fuga do referido indivíduo<sup>223</sup>. Capturado anos depois e obrigado, contra o pagamento de 400 reis diários, a assistir na criação da manufatura do anil, João Miguel acabou por não conseguir provar a sua viabilidade económica<sup>224</sup>.

Assim, o assunto só veio a merecer novamente o interesse das autoridades de Lisboa na década de 70, quando o Conselho Ultramarino recomendou que a cultura do anil fosse incrementada nas ilhas mais povoadas do arquipélago, como sector que se procederia tornar estratégico para a economia de Cabo Verde, quando conjugado com a expansão da cultura e trabalho do

<sup>219</sup> Tratava-se certamente da espécie *Indigofera tinctoria* L., originária da África Ocidental, da qual se extrai uma tinta corante azulada, o anil. O seu cultivo e aproveitamento para as manufaturas foi ensaiado sem sucesso no século XVI, na ilha de Santiago, só voltando a ser promovido nos inícios do século XVIII, nesta ilha e em Santo Antão (cf. Maria Antonieta Soares de Azevedo, «Anil», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, pp. 154-155).

<sup>220</sup> Carta do governador D. António Salgado, feita na ilha de Santiago, a 4 de Agosto de 1702 (cf. AHU, CV, cx. 9, doc. 24A). Alguns destes passos são relatados pelos SHCVG, parte II, cap. III, p. 172.

<sup>221</sup> Carta do rei para o novo governador Gonçalo Lemos de Mascarenhas, de 20 de Dezembro de 1702 (cf. AHU, CU, cód. 489, fl. 187).

<sup>222</sup> Carta do rei para Gonçalo Lemos Mascarenhas, de 24 de Maio de 1703 (cf. AHU, CU, cód. 489, fls. 190v). Nesta ocasião, o monarca ordenava ao governador que procurasse incumbir outras pessoas, para além do referido morador de São Nicolau, de fazer experiências com o anil. Estas foram também mal sucedidas, como se pode depreender da carta régia para o mesmo governador, de 11 de Outubro de 1704 (cf. AHU, CU, cód. 489, fls. 194v, AHN, SGG, A1/0001, fls. 44-44v e A1/0002, fl. 34).

<sup>223</sup> Carta do rei para Gonçalo Lemos Mascarenhas, de 19 de Outubro de 1705, em resposta a uma deste de 8 de Fevereiro do mesmo ano (cf. AHU, CU, cód. 489, fl. 204).

<sup>224</sup> Carta do rei para o governador de Cabo Verde, de 30 de Janeiro de 1709 (cf. AHU, CU, cód. 489, fl. 221). A questão marcou a correspondência entre Lisboa e Santiago durante estes anos, encontrando-se esta integralmente copiada em Cabo Verde (AHN, SGG, A1/0002, fls. 34v, 44v-45 e 53v).



algodão<sup>225</sup>. Em todo o caso, anos depois, ainda se lamentava o desconhecimento dos habitantes face à preparação do anil, que desta forma apenas servia para coloração dos panos fabricados na própria ilha, não havendo lugar a uma produção em série, para exportação<sup>226</sup>.

Em 1790, o feitor da Fazenda Real de São Nicolau, António Leite, iniciou algumas experiências com vista à introdução da cultura do café naquela ilha<sup>227</sup>. Anos depois, este indivíduo já tinha mais de 500 pés desta planta, mas uma chuva muito forte destruiu parte da produção; do que sobrou, o governador-geral mandou uma lata como amostra para o Reino, a fim de ser avaliada a sua qualidade. Diga-se que esta novidade não foi rapidamente aceite pelos habitantes da ilha, tendo apenas outro natural da Europa decidido também plantar café<sup>228</sup>. Porém, pouco tempo depois, um destes agricultores conseguiu uma significativa safra, pelo que se consumou uma lucrativa venda de parte da produção a um mercador americano<sup>229</sup>. Uma vez que o café começava a dar alguns lucros, o governador resolveu estimular particularmente a sua produção, nomeadamente através da expansão da sua cultura para outras ilhas. Assim, alguns pés foram levados para as ilhas de São Vicente, que estava em recente processo de povoamento, Santo Antão e Santiago. Este não teve, no entanto, um grande sucesso inicial, vindo a descobrir-se que a viúva de um daqueles pioneiros de São Nicolau sabotara as sementes levadas para outras ilhas, afim de manter o exclusivo da sua produção<sup>230</sup>. Esta atitude foi veemente repudiada pelas autoridades de Lisboa, que recomendaram ao governador evitasse, por todos os meios, a sua repetição, já que a extensão da cultura de café era uma das suas principais preocupações<sup>231</sup>.

<sup>225</sup> Parecer do Conselho Ultramarino de 19 de Dezembro de 1778 (cf. AHU, CV, cx. 37, doc. 48B).

<sup>226</sup> «Breve noticia da Ilha de S. Nicolau e da facilidade com que para ella se pode mudar a Sé, e o Governo da ilha de S. Tiago» (cf. AHU, CV, cx. 39, doc. 20, publicada em apêndice, doc. 2).

<sup>227</sup> Cf. SHCVG, parte III, cap. I, p. 59.

<sup>228</sup> Ofícios de Marcelino António Basto para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, redigidos na ilha de Santiago, a 15 e 30 de Maio e 28 de Julho de 1797 (cf. AHU, CV, cx. 50, docs. 21, 31 e 36A).

<sup>229</sup> Ofício de Marcelino António Basto para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, escrito na ilha de Santiago, a 1 de Abril de 1798 (cf. AHU, CV, cx. 51, doc. 41).

<sup>230</sup> Ofícios de Marcelino António Basto para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, feitos na ilha de Santiago, a 15 de Maio e 28 de Julho de 1797 (cf. AHU, CV, cx. 50, docs. 21 e 36A) e a 12 de Janeiro de 1799 (cf. AHU, CV, cx. 52, doc. 2).

<sup>231</sup> Ofício de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para Marcelino António Basto, emitido em Queluz, a 27 de Setembro de 1799 (cf. AHU, CU, cód. 402, fls. 107-110).

## Secas, fomes e mortandades

Fornecendo os géneros base da dieta alimentar dos habitantes de São Nicolau, a agricultura esteve também muito ligada às fomes que assolaram a ilha, durante os séculos em estudo. Estas eram sobretudo motivadas por maus anos agrícolas, frequentes dentro dos condicionalismos geográficos abordados inicialmente, a que se associavam por vezes epidemias e doenças variadas<sup>232</sup>. A primeira carestia documentada nas fontes a que tivemos acesso, tanto em São Nicolau como na generalidade das ilhas do Barlavento, data do final da segunda década do século XVIII, sentindo-se ainda os seus efeitos em 1720, quando o capitão Roberts aí aportou. Segundo a relação deste viajante inglês, a ilha ressentia-se sobretudo da falta de mantimentos, a qual provocara uma fome generalizada e um número significativo de mortes em apenas um ano<sup>233</sup>.

Em 1733 temos notícia de nova carestia na ilha, queixando-se nessa altura o seu capitão-mor que aqueles habitantes tinham muita falta de alimentos para sobreviver; a crise foi, porém, rapidamente ultrapassada, porque nos anos seguintes houve boas colheitas de milho, feijão e abóboras<sup>234</sup>. A situação ter-se-á, no entanto, repetido com maior intensidade nos inícios da década seguinte, e noutras ilhas do arquipélago; alguns habitantes de São Nicolau chegaram mesmo a ser forçados a abandonar a ilha, em demanda de outras menos povoadas, onde os efeitos da carestia se tivessem sentido como menor intensidade<sup>235</sup>. Segundo um testemunho redigido anos depois, aquela esterilidade motivara o quase completo despovoamento de São Nicolau, com os seus moradores a chegarem ao ponto de «depois de extinta toda a casta de animaes, a sustentarem-se de carne humana»; a mesma fonte afirmava

<sup>232</sup> Veja-se sobre este assunto as obras de Christiano José de Senna Barcellos, *Alguns Apontamentos sobre as Fomes em Cabo Verde desde 1719 a 1904*, Lisboa, 1904 e António Carreira, «Crises em Cabo Verde nos séculos XVI e XVII», in *Geographica. Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa*, ano II, n.º 6, Abril 1966, pp. 35-46). Segundo este último autor, não há notícias de fome em São Nicolau, antes do século XVIII.

<sup>233</sup> O número de 500 baixas reportado por Roberts, através de informações locais, é certamente exagerado, dada a população da ilha registada noutras séries (cf. «As Ilhas de Cabo Verde nos anos de 1720. Quatro anos de viagens do Capitão George Roberts», in *Ponto & Virgula. Revista de Intercâmbio Cultural*, n.º 7, Janeiro-Fevereiro 1984, p. 7).

<sup>234</sup> As queixas do capitão-mor de São Nicolau estão registadas numa carta do governador-geral Bento Gomes Coelho para o rei, feita na cidade da Ribeira Grande, a 1 de Março de 1734 (cf. AHU, CV, cx. 15, doc. 43 / AHN, SGG, A1/0002, fls. 236-236v).

<sup>235</sup> Carta do capitão e sargento-mor da ilha do Fogo Caetano de Melo e Albuquerque para o rei, redigida na vila de São Filipe, a 20 de Março de 1747 (cf. AHU, CV, cx. 20, doc. 53). Nesta missiva, o oficial relatava alguns distúrbios ocorridos na vizinha Brava, por causa de alguns habitantes de São Nicolau, que para ali tinham fugido na tentativa de escapar à fome que grassava na sua ilha.



que os moradores vendiam tudo o que tivessem aos mercadores estrangeiros, incluindo as suas vestes e até a sua liberdade, a troco de alimentos <sup>236</sup>.

Na década de 60 voltou a pôr-se o problema, tendo o governador sido informado da situação pelo bispo D. Frei Pedro Jacinto Valente; este relatou que os seus moradores tinham, à falta de bens agrícolas, comido os animais existentes, incluindo as suas peles. Porém, este oficial negou-se a socorrê-los, repreendendo o capitão-mor da ilha por autorizar a venda de milho aos forasteiros, sem cuidar de reservar uma porção para os tempos de crise. Em qualquer dos casos, parece que a situação voltou logo à normalidade, com a obtenção de boas colheitas de milho novo <sup>237</sup>.

A fome da década seguinte foi, porém, bastante mais grave, registando-se pela primeira vez, uma grande mobilização de socorro destinada a todas as ilhas de Cabo Verde. Iniciada em Santo Antão, a carestia rapidamente se espalhou por todo o arquipélago, sendo a feitoria da ilha de São Nicolau, mais uma vez, apanhada desprevenida, já que pouco tempo antes se tinha feito uma venda de mantimentos a mercadores estrangeiros <sup>238</sup>. Esta escassez fora motivada por sucessivos maus anos agrícolas, pela morte de grande parte do gado e por uma invasão de gafanhotos e outros agentes destruidores das culturas. A estas adversidades veio acrescentar-se, pouco depois, a deflagração de várias epidemias, como o sarampo, que rapidamente devastou famílias inteiras em Santo Antão, São Nicolau, Boavista, Fogo e Brava <sup>239</sup>. Se nas ilhas de Santiago e Fogo havia a possibilidade da escassez ser colmatada, pela relativa intensa actividade comercial, que permitia a aquisição de mantimentos, o mesmo não acontecia nas restantes, aonde só episodicamente se dirigia uma embarcação. Mesmo assim, o governador-geral ainda procurou auxiliar as ilhas mais longínquas, através do envio de parte da carga que trouxera uma escuna inglesa, constituída por milho, farinha e biscoito <sup>240</sup>.

<sup>236</sup> Carta de Custódio Correia de Matos, feita na ilha de Santiago, a 15 de Maio de 1753 (cf. AHU, CV, cx. 24, docs. 50 e 69). Serão exageradas as dramáticas palavras deste oficial, quando afirmou que «Pay houve, que com horror da mesma natureza, não perdoou ao filho proprio para o seu sustento».

<sup>237</sup> Carta do governador Bartolomeu de Sousa e Brito Tigre, escrita na cidade da Ribeira Grande, a 20 de Dezembro de 1764 (cf. AHU, CV, cx. 28, doc. 50). Dizia ele que os habitantes de São Nicolau «antes querem morrer, que goardar os seus frutos para o fucturo».

<sup>238</sup> Carta do governador Joaquim Salema de Saldanha Lobo, redigida na ilha de Santiago, a 20 de Março de 1773 (cf. AHU, CV, cx. 33, doc. 2).

<sup>239</sup> Cartas de Joaquim Salema de Saldanha Lobo, feitas em Santiago, a 31 de Julho de 1773 e 23 de Fevereiro de 1774 (cf. AHU, CV, cx. 33, docs. 22 e 46) e do ouvidor João Gomes Ferreira, escrita a 15 de Fevereiro de 1774 (cf. AHU, CV, cx. 33, doc. 45).

<sup>240</sup> Carta de Joaquim Salema de Saldanha Lobo, escrita a 27 de Agosto de 1774. Poucos dias depois, a 6 de Setembro, o mesmo oficial escreveu para Lisboa relatando o agravamento da situação e a morte, até à data, de 2.500 pessoas em Santiago, mais de 5.000 em Santo Antão e cerca de 1.000 em São Nicolau (cf. AHU, CV, cx. 33, doc. 54).

A ocorrência desta crise veio acirrar ainda mais as críticas que algumas autoridades do arquipélago faziam à Companhia Geral de Grão-Pará e Maranhão. Esta foi acusada de apenas se preocupar com os rendimentos que podia tirar daquelas ilhas, ignorando as suas necessidades, nomeadamente as suas faltas alimentares; dizia-se que os seus administradores tinham chegado a aproveitar a situação difícil dos habitantes de Cabo Verde, para obter maiores lucros <sup>241</sup>. Porém, a partir de 1774, certamente pressionada pelas autoridades reais, a Companhia organizou uma verdadeira operação de auxílio às populações do arquipélago, com o envio de várias embarcações carregadas de mantimentos. Estas transportavam essencialmente milho, feijão frade e branco, farinha de pau, favas, biscoito preto, bolacha inglesa e portuguesa, azeite, vinagre, manteiga, arroz, toucinho, carne de vaca seca, atum e açúcar. Tratavam-se, essencialmente, de produtos de grande valor energético, uns habituais à dieta dos ilhéus, outros de recurso, de fácil armazenamento e que não se degradavam rapidamente. A operação estendeu-se até meados de 1775, tendo-se registado o envio de 17 embarcações para o arquipélago, todas provenientes de Lisboa, sob a administração da referida Companhia <sup>242</sup>. Destas, seis dirigiram-se a São Nicolau, embora só uma tivesse desembarcado toda a sua carga nesta ilha, como podemos ver no quadro da página seguinte (quadro 6).

Assim, tona-se bem visível que São Nicolau não foi a ilha melhor socorrida, lugar que coube a Santiago, mas também não foi das mais ignoradas, como aconteceu com Santo Antão. Esta realidade terá sido consequência, não só do maior ou menor impacto da carestia em cada ilha, como veremos, mas sobretudo do número de população afectada. Por outro lado, repare-se que, se no início se dirigiu uma embarcação em direitura de Lisboa para São Nicolau, onde deixou toda a sua carga, com o passar dos meses esta ilha passou a ser mais uma das escalas dos navios vindos da capital. Provavelmente, a uma situação de grande calamidade inicial seguiu-se uma melhoria considerável das condições, o que dispensou um apoio tão intenso e permitiu o dispersar dos auxílios por outras ilhas <sup>243</sup>. Diga-se, ainda, que os produtos

<sup>241</sup> Cartas de Joaquim Salema de Saldanha Lobo, feitas na ilha de Santiago, a 19 de Maio e 31 de Julho de 1773 (cf. AHU, CV, cx. 33, docs. 9 e 22).

<sup>242</sup> As informações sobre o movimento de embarcações, destinado ao socorro das ilhas de Cabo Verde, encontram-se nos seguintes documentos, assinados pelo então governador Joaquim Salema de Saldanha Lobo: cartas para Lisboa, de 25 de Agosto e 28 de Dezembro de 1774 (cf. AHU, CV, cx. 33, doc. 54); relação da carga da galera *Nossa Senhora da Conceição*, de 18 de Novembro de 1774 (cf. AHU, CV, cx. 33, doc. 80); mapa de mantimentos vindos de Lisboa no ano de 1774, de 15 de Março de 1775 (cf. AHU, CV, cx. 34, doc. 3); mapa dos mantimentos que vieram de Lisboa entre Dezembro de 1774 e Agosto de 1775 (cf. AHU, CV, cx. 34, doc. 13).

<sup>243</sup> A carta de Saldanha Lobo, de 27 de Agosto de 1774, dá-nos a ideia de que o nível mais alto de mortalidade se deu nos primeiros meses da crise; nesta data já haviam falecido cerca de 1.000 pessoas em São Nicolau (cf. AHU, CV, cx. 33, doc. 54).



Nome da embarcação	Ilhas de destino	Bens transportados (para São Nicolau)	Forma de distribuição (em São Nicolau) <sup>244</sup>
Navio <i>Diamante</i>	S. Nicolau Santiago	Biscoito inglês ?	Ficou quase tudo na primeira ilha
Hiate <i>Nossa Senhora da Boa Nova</i>	S. Nicolau	Milho, feijão frade e branco, arroz e biscoito preto	Venda 3,7% Esmola 16,3%
Corveta <i>Nossa Senhora da Conceição</i>	S. Nicolau, Maio, Santo Antão, Boavista	Milho, feijão branco, biscoito preto, favas, arroz, toucinho, azeite, manteiga e vinagre	Venda 68,4% Esmola 26,8% Outras 4,8%
Galera <i>Nossa Senhora da Conceição</i>	Santiago, Boavista, S. Nicolau	Milho, feijão branco e frade, biscoito preto, favas, arroz, azeite, vinagre, toucinho, manteiga, bolacha e farinha de pau	Venda 78,2% Esmola 16,0% Outras 5,8%
Galera <i>Nossa Senhora da Piedade e Amizade</i>	Santiago, Brava, Fogo, S. Nicolau, Boavista e Maio	Milho	Venda 65,6% Esmola 25,2% Outras 9,2%
Sumaca <i>Nossa Senhora dos Prazeres</i>	Santiago, Brava, Fogo, S. Nicolau e Maio	Carne seca	Venda 71,1% Esmola 28,9%

QUADRO 6 – Embarcações de socorro que fizeram escala na ilha de S. Nicolau

transportados para São Nicolau foram sobretudo o milho, o feijão, o biscoito, o arroz e as favas, ocupando um lugar secundário as gorduras e as carnes. Esta selecção justifica-se, talvez, pelo tipo de dieta alimentar dos seus moradores e pelo grau de destruição das diversas áreas da economia. O milho fornecido destinava-se simultaneamente para alimentação e para sementeira.

Logo nos primeiros meses da crise, o governador Joaquim Salema de Saldanha Lobo enviou cartas para todas as ilhas, as quais continham as regras que deviam presidir à distribuição dos mantimentos. Em São Nicolau, estes deviam ser desembarcados sob a inspecção de oficiais nomeados pelo capitão-mor e logo colocados num bom armazém, bem defendido e vigiado por guardas. Em nenhuma situação os agentes da Companhia Geral de Grão-Pará e Maranhão deveriam interferir neste processo, exclusivamente a cargo das autoridades da ilha. Depois, o capitão faria uma relação da situação económica e social dos moradores, dividindo-os entre os que tinham e os que não tinham capacidade para adquirir os mantimentos; aos primeiros seriam

<sup>244</sup> Percentagens que levam apenas em conta os alqueires de milho, feijão frade, feijão branco e favas distribuídos; uma única excepção para a última embarcação, a sumaca *Nossa Senhora dos Prazeres*, em que se consideraram apenas as arrobas de carne seca.

fornecidos os géneros do socorro através de venda, ao passo que aos segundos seriam dados gratuitamente, como esmola <sup>245</sup>.

O quadro 6 dá-nos, precisamente, a forma como o auxílio alimentar foi prestado às populações da ilha: conclui-se que a grande maioria (65 a 80%) dos produtos foi vendida aos moradores, restando uma percentagem menor (15 a 25%) para a que foi dada como esmola. Estes números revelam, assim, que apenas ¼ dos habitantes de São Nicolau viveriam na mais extrema pobreza, verificando-se como regra geral, casos de indivíduos que subsistiam em situação normal, que tinham rendimentos para adquirir os géneros necessários à sua alimentação mas que, naquela fase de esterilidade agrícola, e impossibilitados de os adquirirem pelo comércio a preços justos, tinham sido flagelados pela fome. Em todo o caso, há notícias de que alguns moradores, certamente não tão abonados como as autoridades reconheciam, se queixaram de que não tinham rendimentos para adquirir os alimentos, pedindo que estes lhes fossem dados como esmola; este requerimento foi, contudo, indeferido <sup>246</sup>.

Outra das situações previstas pelo referido governador era a revenda de bens, que foi completamente proibida, a fim de evitar especulações; o incumprimento desta disposição implicava a prisão durante três meses e a exclusão do sistema de auxílio alimentar. Por outro lado, recusava-se liminarmente a subida dos preços a que eram vendidos os produtos, uma reivindicação da Companhia, negando-se qualquer possibilidade de intervenção no processo por parte dos seus administradores. Por fim, estimulava-se os produtores a retomarem a actividade agrícola, prometendo-se ampla vigia sobre os campos, a fim de evitar os furtos que desencorajavam o trabalho da terra; incentivavam-se, também, os homens que costumavam apanhar urzela nas ilhas desertas a retomar o seu trabalho. Se no que se refere a este último caso não temos quaisquer informações, podemos dizer que, genericamente, aquele oficial ficou satisfeito com a forma como a distribuição foi realizada em São Nicolau, não registando ilegalidades de maior <sup>247</sup>.

<sup>245</sup> Ordens régias enviadas por carta de Martinho de Melo e Castro para Joaquim Salema de Saldanha Lobo, a 21 de Maio de 1774 (cf. AHU, CU, cód. 402, fls. 2-7), depois remetidas pelo governador ao capitão-mor e aos juizes da Câmara da ilha de São Nicolau e aos oficiais que acompanhariam o transporte dos bens de socorro, na ilha de Santiago, a 17 de Junho de 1774 (cf. AHU, CV, cx. 33, doc. 54).

<sup>246</sup> Carta de Joaquim Salema de Saldanha Lobo, elaborada na ilha de Santiago, a 22 de Fevereiro de 1774 (cf. AHU, CV, cx. 34, docs. 5 e 7).

<sup>247</sup> Cartas de Joaquim Salema de Saldanha Lobo, escritas na ilha de Santiago, a 14 de Julho, 16 de Novembro e 11 de Dezembro de 1774 (cf. AHU, CV, cx. 33, doc. 54). O governador caracterizava o papel da Companhia Geral de Grão-Pará e Maranhão desta forma: «não faz na dita distribuição mais figura do que aseitar e receber o producto do que se vender».



Em todo o caso, a demora na execução desta operação de socorro teve consequências dramáticas para os habitantes desta ilha. Desde logo a ocorrência de diversos casos de venda de pessoas livres a mercadores estrangeiros, a troca de mantimentos<sup>248</sup>. O mais emblemático, já referido anteriormente, foi o da aquisição e transporte de 94 negros de São Nicolau para a colônia francesa de Caiena, realizado pelo capitão *Jerondin*, no navio *La Jeune Victoire*. Estes acontecimentos, ocorridos em plena crise alimentar (meados do ano de 1774), tiveram interpretações diferentes por parte das autoridades portuguesa e francesa. A primeira acusou aquele capitão de se aproveitar da situação de carência que se vivia na ilha, para vender mantimentos a preços muito altos, comprar escravos a baixo valor e aliciar, ou obrigar, com a cumplicidade de alguns naturais, indivíduos livres a embarcar para a América<sup>249</sup>. A segunda encarou a venda de mantimentos como «*un secours à une nation aussi amie et alié de la France*», justificando-a com a grave crise que se vivia na ilha; em troca destes géneros, os ilhéus deveriam fornecer escravos. Quanto à ida de pessoas livres para Caiena, o governador francês desculpou-se com a afirmação do capitão *Jerondin*, de que aqueles indivíduos tinham embarcado voluntariamente, para fugir à fome; mal tomara conhecimento do caso, tinha-os logo mandado de volta, requerendo ao governador de Cabo Verde passes dos que eram realmente escravos<sup>250</sup>.

O que é facto é que 73 dos 94 negros embarcados eram indivíduos livres, 44 homens e 29 mulheres, com idades que variavam entre os 8 meses e os 46 anos; a grande maioria eram jovens, destinados ao trabalho nas plantações da América, sendo a idade média do grupo de 23 anos. Diga-se, ainda, que seis destes habitantes de São Nicolau não voltaram à sua terra, uma vez que morreram a bordo ou no armazém onde tinham sido depositados em Caiena. Quanto aos 21 indivíduos que eram realmente escravos, 7 homens e 14 mulheres, ficaram na cidade francesa, a aguardar o veredicto do governador de

<sup>248</sup> Situações referidas nas cartas de Joaquim Salema de Saldanha Lobo, de 22 de Fevereiro de 1775 (cf. AHU, CV, cx. 34, docs. 4 e 6) e de 22 de Julho do mesmo ano (cf. AHU, CV, cx. 34, doc. 36). Já a 8 de Janeiro, o referido governador mandara aos juizes da ilha de São Nicolau instaurar processos contra Manuel Gonçalves e João Soares Rodrigues, acusados de vender dois rapazes livres a indivíduos ingleses, na referida ilha (cf. AHU, CV, cx. 33, doc. 54).

<sup>249</sup> Carta de Joaquim Salema de Saldanha Lobo, escrita na ilha de Santiago, a 22 de Julho de 1775 (cf. AHU, CV, cx. 34, doc. 36). O governador estava convencido que, no que se reportava à venda de escravos, os habitantes de São Nicolau «lhes derão por muito menos do seu justo valor obrigados da grande fome». Tanto nesta questão, como na venda de mantimentos a preços exorbitantes, este oficial recordava que o capitão francês tentara usar os mesmos procedimentos na ilha capital, partindo depois para o Barlavento, porque ele o impedira de fazer como desejava.

<sup>250</sup> Carta do governador de Caiena, de 13 de Janeiro de 1775 (cf. AHU, CV, cx. 34, doc. 36). Este oficial descrevia a situação de São Nicolau nos seguintes termos: «*dans un triste état, occasionné de la grande mortalité d'hommes et de bestiaux [...] à la suite d'une sécheresse extraordinaire qui regnait depuis dixhuit mois*».

Cabo Verde. Finalmente, repita-se que parte dos moradores de São Nicolau, acusados de auxiliar o capitão francês nesta contenda, foram detidos e enviados para o Reino, a fim de lhes ser dado um justo castigo<sup>251</sup>.

Mas os resultados desta crise alimentar, bem como da deflagração de diversas doenças, podem não ser apenas aferidos pela ocorrência destas situações; as relações de habitantes realizadas antes e depois da crise mostram, mais esclarecedoramente, o seu impacto sobre a população do arquipélago<sup>252</sup>:

Ilhas	Fogos (Set. 1774)	Fogos (Fev. 1775)	Habitantes (Set. 1774)	Habitantes (Fev. 1775)	Mortos	
					Número	Porcentagem
Santiago	4.269	2.813	24.358	11.580	12.778	52,5%
Santo Antão	1.998	1.972	10.215	5.668	4.547	44,5%
Fogo	1.026	996	5.728	4.225	1.503	26,2%
S. Nicolau	1.198	1.164	5.000	2.920	2.080	41,6%
Brava	564	558	3.190	2.115	1.075	33,7%
Boavista	207	200	1.440	1.256	184	12,8%
Maio	173	173	708	604	104	14,7%
<b>Total</b>	<b>9.435</b>	<b>7.876</b>	<b>50.639</b>	<b>28.368</b>	<b>22.271</b>	<b>44,0%</b>

QUADRO 7 – Impacto demográfico da crise de 1774-75 em Cabo Verde

Em cerca de cinco meses, Cabo Verde perdeu 44% da sua população, contabilizando-se 22.271 mortes no total das sete ilhas povoadas do arquipélago. São Nicolau foi a terceira ilha mais penalizada, registando-se o falecimento de 2.080 dos seus 5.000 habitantes (41,6%), imediatamente a seguir a Santiago (52,5%) e a Santo Antão (44,5%). Esta realidade leva-nos a concluir que a mortalidade teve maior incidência nas ilhas mais povoadas, registando-se genericamente menos mortes à medida que consideramos as ilhas de menor população; a única excepção regista-se no Fogo, média em termos demográficos, mas com uma taxa de mortalidade inferior à de ilhas menos povoadas. Em termos de fogos, verifica-se que o seu decréscimo em São Nicolau não foi significativo, o que nos leva a pensar que a mortalidade não tenha afectado famílias inteiras, nem destruído percentagem considerável de lares. A única ilha em que isto se verificou foi, aliás, em Santiago,

<sup>251</sup> Carta de Joaquim Salema de Saldanha Lobo, redigida na ilha de Santiago, a 20 de Março de 1776 (cf. AHU, CV, cx. 35, docs. 9 e 13).

<sup>252</sup> Relações enviadas para o rei pelo governador Joaquim Salema de Saldanha Lobo, a 22 de Julho de 1775 (cf. AHU, CV, cx. 34, doc. 37). Veja-se a obra de Christiano José de Senna Barcellos, *Alguns Apontamentos sobre as Fomes em Cabo Verde desde 1719 a 1904*, Lisboa, 1904, pp. 5-10.



onde 34,1% dos fogos desapareceram, já que nas restantes estes não sofrem alterações de maior.

A conclusão acima enunciada foi constatada na época, por um indivíduo chamado a dar a sua opinião acerca da utilidade em enviar-se mais povoadores para Cabo Verde. Este recusou aquela ideia, demonstrando que fora, precisamente, o excesso de população que motivara o drama ocorrido nos anos de 1774-75; depreende-se dos seus registos que, para ele, o arquipélago não tinha recursos ecológicos para sustentar grande número de população, bastando a ocorrência de alguma variação climatérica para desencadear uma fome generalizada. Em seu entender, o destino dos povoadores levados para aquelas ilhas seria a morte, já que os terrenos susceptíveis de serem cultivados estavam todos ocupados, nomeadamente em São Nicolau<sup>253</sup>. De facto, as técnicas agrícolas rudimentares utilizadas nesta ilha não permitiriam, naquela época, uma utilização muito considerável dos seus solos, embora estes fossem dos mais ricos do arquipélago. Porém, tanto o bispo D. Frei Cristóvão na década de 80, como António Pusich, nos primeiros anos do século XIX, consideraram que ainda se podia fazer muito para melhorar a subsistência dos habitantes de São Nicolau, nomeadamente o cultivo mais intensivo e de mais terras agrícolas pelos seus moradores. O bispo não entendia, perante a fertilidade da ilha, que houvesse tantas famílias pobres no Reino, que ali poderiam subsistir e ser úteis ao Estado; o intendente Pusich opinava que «muito boas e férteis terras» estavam abandonadas pela ociosidade dos referidos habitantes<sup>254</sup>.

Em 1776, o governador de Cabo Verde deu por concluída a operação de socorro, considerando, após ouvido o parecer do respectivo capitão-mor e Câmara Municipal, que a ilha de São Nicolau já estava remediada e que as suas hortas e sementeiras já estavam em recuperação<sup>255</sup>. Porém, uma nova crise de carestia foi sentida nos inícios da década de 90, tendo as referidas autoridades locais requerido um novo auxílio por parte da metrópole, a fim de evitar a mortalidade ocorrida na fome anterior. Esta durou entre Julho de

<sup>253</sup> Extracto e algumas reflexões sobre a consulta do Conselho Ultramarino, de 2 de Setembro de 1779 (cf. AHU, CV, cx. 39, doc. 10a). Esta mesma opinião foi subscrita pelo capitão engenheiro António Carlos de Andreis, num ofício elaborado em Belém, a 16 de Abril de 1780 (cf. AHU, CV, cx. 40, doc. 9).

<sup>254</sup> Carta de D. Frei Cristóvão de São Boaventura para Martinho de Melo e Castro, escrita na ilha de São Nicolau, a 29 de Maio de 1786 (cf. AHU, CV, cx. 43, doc. 17) e Ensaio físico e político da ilha de São Nicolau, feito no ano de 1803 (cf. Orlando Ribeiro, «As ilhas de Cabo Verde no princípio do século XIX», in *op. cit.*, p. 629).

<sup>255</sup> Carta de Joaquim Salema de Saldanha Lobo, redigida na ilha de Santiago, a 20 de Março de 1776 (cf. AHU, CV, cx. 35, docs. 9 e 13). Meses antes, a 18 de Novembro de 1775, regozijara-se pelas notícias do capitão-mor de São Nicolau, de que a ilha estava bem semeada de feijão, esperando-se uma boa colheita futura (cf. AHN, SGG, A1/0015, fls. 16v-18).

1790 e Fevereiro do ano seguinte, tendo sido mais uma vez provocada por anormalidades no clima, nomeadamente chuvas fora de tempo, destruidoras de parte das culturas. Contudo, apesar de se terem verificado pontuais situações de fome, a ilha não foi muito afectada, sobretudo por acção do bispo D. Frei Cristóvão de São Boaventura, que aí residia, e pela ajuda do governador Francisco José Teixeira Carneiro<sup>256</sup>; o socorro do Reino acabou, portanto, por ficar sem efeito<sup>257</sup>. Em qualquer dos casos, a fome continuou a marcar o quotidiano da ilha de São Nicolau nas décadas seguintes<sup>258</sup>.

### Comércio e Comunicações

O povoamento inicial do arquipélago de Cabo Verde foi particularmente impulsionado pela sua posição geo-estratégica no centro do Atlântico (desempenhando importante papel como ponto de escala da navegação) e pela proximidade com uma zona da costa africana onde se realizavam importantes resgates (terá funcionado como a «feitoria portuguesa na Guiné»).

O papel da ilha de Santiago como entreposto de negócios fez com que a ela convergissem dois circuitos comerciais, um africano (Santiago – rios da Guiné – Santiago) e outro euro-africano (Portugal/Castela – Santiago – Portugal/Castela). No primeiro trocavam-se essencialmente cavalos, algodão, panos e objectos metálicos variados, por escravos, marfim, milho e outros produtos alimentares, ao passo que no segundo o arquipélago trocava os escravos e o marfim obtidos na Guiné, por bens diversos, destinados a assegurar a reprodução nas ilhas das formas de vida europeias, além das quinilharias que seriam depois levadas para a costa africana. O porto da Ribeira Grande de Santiago desempenhava, também, o papel de escala da navegação no Atlântico e até para a Carreira da Índia, dando assistência alimentar e técnica, com produtos das ilhas, ou importados da Europa propositadamente para esse feito. Porém, além de todos estes tratos, nos quais a participação de produtos de Cabo Verde era limitada aos cavalos e ao algodão do Fogo, o arquipélago comerciava também couros e carne salgada, sobretudo de cabra,

<sup>256</sup> Cartas de D. Frei Cristóvão e Francisco José para Martinho de Melo e Castro, escritas respectivamente nas ilhas de São Nicolau e Santiago, a 22 e 27 de Maio de 1791 (cf. AHU, CV, cx. 47, docs. 15 e 18).

<sup>257</sup> Carta de Francisco José Teixeira Carneiro para Martinho de Melo e Castro, escrita na ilha de Santiago, a 4 de Junho de 1791, na qual se apresentava um memorial enviado pela Câmara Municipal da ilha de São Nicolau (cf. AHU, CV, cx. 47, doc. 20).

<sup>258</sup> Em 1825-26, por exemplo, deu-se a «fome do pai Domingos», uma das que teve efeitos mais nefastos na ilha (cf. António Carreira, «Crises em Cabo Verde nos séculos XVI e XVII», in *op. cit.*, pp. 35-46).



bens que eram levados para o Reino e para diversas partes do Império português<sup>259</sup>. Com o passar dos séculos, os circuitos acima descritos foram-se degradando, seja pela sua saturação, seja pela concorrência estrangeira que, logo no século XVI, se começou a fazer sentir. Para além da manutenção de um considerável tráfico de escravos para a América Espanhola, o arquipélago apostou decisivamente noutros produtos, como a urzela, principal bem de exportação do arquipélago ao longo do século XVIII<sup>260</sup>.

Desta forma, apesar de nunca ter participado dos grandes fluxos do trato Atlântico, a ilha de São Nicolau acabou por beneficiar bastante com a actividade comercial, transaccionando sobretudo os produtos que já vimos terem sido a sua principal base de sustentação económica, o gado e seus derivados, por um lado, a urzela e outros produtos de recollecção, por outro.

Sabemos que ambos foram vendidos em Lisboa pelo conde de Portalegre, ou pelos seus agentes, notando-se que nesta primeira fase o gado tinha um ascendente considerável sobre os produtos de recollecção<sup>261</sup>. Há ainda indícios de que, nesta época, terão sido sobretudo os couros e o sebo os bens transaccionados, pela sua maior rentabilidade e facilidade de preparação; a precariedade das técnicas de conservação da carne terá impedido a sua exportação em grande volume, sendo sobretudo consumida em Cabo Verde, tanto por brancos como por negros, e fornecida às armadas que por aí passavam<sup>262</sup>. Assim, durante o século XVI gerou-se um significativo fluxo de comércio de couros, destinado sobretudo ao Reino e à ilha da Madeira, com normas, agentes e movimentos próprios, totalmente desligado dos demais

<sup>259</sup> Sobre o papel de Cabo Verde no comércio do Atlântico vejam-se os seguintes estudos: Maria Manuel Ferraz Torrão, «Actividade Comercial Externa de Cabo Verde: Organização, Funcionamento, Evolução», in *HGCV*, vol. I, pp. 237-345; Idem, *Tráfico de escravos entre a costa da Guiné e a América Espanhola. Articulação dos Impérios ultramarinos ibéricos no espaço atlântico (1466-1595)*, 2 vols. (dissertação apresentada em provas científicas de acesso à categoria de Investigadora Auxiliar), Lisboa, 2000 (texto policopiado); Artur Teodoro de Matos, «Valor Estratégico das Ilhas de Cabo Verde: a África, o Brasil e a Rota da Índia», in *Oceanos*, n.º 10, Lisboa, 1992; António Carreira, *Cabo Verde, Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*, 3.ª edição, Praia, 2000; T. Bentley Duncan, *op. cit.*, pp. 159-204.

<sup>260</sup> Esta ideia está bem assinalada no trabalho de António Carreira, «Urzela», in *op. cit.*, pp. 9-235.

<sup>261</sup> Título de escravos de São Tomé e de várias mercadorias provenientes das ilhas de Cabo Verde, feito em 1504 (cf. IAN/TT, *Corpo Cronológico*, III-2-35, publicado na *HGCV-CD*, vol. I, doc. 56, pp. 149-51); carta de quitação do feitor da ilha de Santiago, feita a 17 de Dezembro de 1514 (cf. IAN/TT, *Chancelaria D. Manuel*, liv. 11, fl. 69v, publicado na *HGCV-CD*, vol. I, doc. 88, pp. 241-43).

<sup>262</sup> Alberto Vieira, *op. cit.*, faz notar que em toda a documentação deste período aludia-se sempre à tributação dos couros e do sebo e, só muito raramente, à da carne. Maria Manuel Ferraz Torrão (cf. *Dietas Alimentares...*, pp. 39-40) salienta que as referidas dificuldades técnicas, levavam a que os moradores de Santiago consumissem muitíssima carne, facto que originou, aliás, queixas do bispo da diocese, por aquela prática ser contrária à boa doutrina cristã.

tratos do arquipélago, nomeadamente do de escravos e do contrato de Cabo Verde<sup>263</sup>.

Durante o século XVII este comércio desenvolveu-se consideravelmente, sendo de crer que a venda de carne, sobre a forma de chacinas salgadas, tenha ganho importância face às transacções de couros e sebo. Em 1606 dizia-se que o gado «se nauega para diuersas partes»<sup>264</sup>, ao passo que em 1647 registava-se a entrada, na Alfândega da Ribeira Grande, de carne, peles e couros vindos de São Nicolau e São Vicente<sup>265</sup>. Há ainda documentos que comprovam o transporte de carne salgada para diversos pontos do império português, nomeadamente para a Madeira e para o Brasil<sup>266</sup>. Desta forma, se durante os primeiros tempos de colonização este comércio de derivados da pecuária era absolutamente complementar ao grosso do trato do arquipélago, com o agravamento dos problemas económicos da ilha de Santiago, este foi tomando um lugar decisivo na manutenção daquela ilha, como porto de escala da navegação. A Câmara da cidade da Ribeira Grande e o governador-geral do arquipélago fizeram sentir esta mesma dependência ao monarca, dizendo que a venda do gado era fundamental para que os moradores não caíssem numa situação de completa miséria, dado que era o único bem de venda que possuíam; esclareciam também que, se havia poucos animais na capital, eles existiam em abundância nas ilhas do Barlavento<sup>267</sup>.

Paralelamente a este comércio oficial, os moradores da ilha de São Nicolau mantiveram sempre trato ilícito e secreto com mercadores, sobretudo estrangeiros, que a ela se deslocavam. Conhecemos estas situações pelas queixas que as autoridades superiores do arquipélago, para quem não interessava que fossem transaccionados bens sem o pagamento de direitos alfandegários, faziam para a Coroa. A venda dos produtos da ilha por parte dos seus habitantes seria, no entanto, uma importante forma de superar a sua difícil situação económica e a crónica falta de rendimentos<sup>268</sup>. Um dos

<sup>263</sup> Cf. Maria Manuel Ferraz Torrão, «Rotas Comerciais, Agentes Económicos, Meios de Pagamento», in *HGCV*, vol. II, pp. 100-101.

<sup>264</sup> Relação da costa da Guiné & das capitánias & pouoações de portuguezes que nella há, feita 1606 (cf. *MMA*, 2.ª série, vol. IV, Lisboa, 1968, doc. 55, pp. 208-17).

<sup>265</sup> Certidão dos livros de entradas e saídas dos navios da ilha de Santiago, feita em 28 de Fevereiro de 1647 (cf. *AHU*, CV, cx. 3, doc. 80).

<sup>266</sup> Cf. T. Bentley Duncan, *op. cit.*, p. 170. Alguns livros de vereações do Funchal e pareceres do Conselho Ultramarino referentes ao Brasil indicam a venda de carne cabo-verdiana nestas duas regiões.

<sup>267</sup> Carta da Câmara da cidade da Ribeira Grande, feita a 31 de Maio de 1671 (cf. *AHU*, CV, cx. 6, doc. 48) e parecer do Conselho Ultramarino, sobre a missiva do governador Manuel da Costa Pessoa, dado a 3 de Novembro de 1678 (cf. *AHU*, CV, cx. 6A, doc. 135 / *AHU*, CU, cód. 478, fls. 24-24v).

<sup>268</sup> No ponto 27 do regimento do governador de Cabo Verde João Cardoso Piçarro, de 10 de Maio de 1676, o monarca determinava que este oficial procurasse punir a prática dos mora-



exemplos destas queixas veio do bispo de Cabo Verde, que vivia precisamente das taxas cobradas aos habitantes das ilhas: dizia este prelado que os ingleses estavam a comprar todos os produtos de recollecção, bem como «caualgaduras menores», a troco das suas drogas, sem que os ditos moradores lhes impusessem qualquer dificuldade<sup>269</sup>. Uma das faltas de que foi acusado Sebastião de Mendonça e Zuniga foi, precisamente, de não diligenciar no sentido de que os bens saídos das ilhas, onde lhe estava confiada a administração da Fazenda Real, pagassem os direitos alfandegários legais. Porém, neste caso, o capitão-mor defendeu abertamente que estes não deviam ser satisfeitos, porque essa imposição afastaria os navios que ali vendiam produtos necessários aos moradores<sup>270</sup>.

No século XVIII, as exportações da ilha de São Nicolau deixaram de estar tão dependentes da criação de gado, passando a assentar essencialmente na venda de urzela. Também este produto foi objecto de dois tipos de comércio: o legal, dos contratos de arrendamento celebrados pela Coroa, feito nos principais portos, à vista das autoridades da ilha; o ilegal, realizado sobretudo com mercadores ingleses, em áreas onde a escassa vigilância dos oficiais da Coroa não chegava. Temos informações de que, antes da já descrita visita de Costa Ribeiro à ilha, todo o trato deste líquen se fazia à margem da Coroa, por negociantes britânicos e por um valor muito baixo<sup>271</sup>. Depois dela, e quando se começou a contratar a sua exploração, importantes níveis de urzela passaram a circular pela via oficial, embora os problemas com os piratas estrangeiros se pusessem frequentemente.

De todas os desvios acima mencionados se inteirou o desembargador Correia de Matos, logo na sua primeira deslocação a São Nicolau, realizada em 1752. A principal irregularidade verificada foi o deficiente registo dos direitos alfandegários, feito pelos agentes reais da ilha<sup>272</sup>. Para colmatar esta deficiência, aquele oficial promulgou o já mencionado Regimento da Fazenda Real, onde estes foram definidos com pormenor. Assim, no que respeita aos direitos de entrada de mercadorias na ilha, modificou o antigo foral, onde se determinava que todos os mercadores pagariam 10% do seu valor, inde-

dores de algumas das ilhas, de comerciar com estrangeiros sem licença, impondo-lhes o confisco das fazendas ilegalmente transaccionadas (cf. AHN, SGG, A1/0004, fls. 273-301).

<sup>269</sup> Parecer do Conselho Ultramarino, de 20 de Julho de 1679 (cf. AHU, CV, cx. 6A, doc. 142 / AHU, CV, cód. 478, fls. 27v-28).

<sup>270</sup> Carta do ouvidor José da Costa Ribeiro, feita na cidade da Ribeira Grande, a 8 de Junho de 1730 (cf. AHU, CV, cx. 14, doc. 43).

<sup>271</sup> Cartas de José da Costa Ribeiro e do governador Francisco de Oliveira Grans para o rei, escritas na cidade da Ribeira Grande, a 5 de Maio de 1731 e 6 de Abril de 1732 (cf. AHU, CV, cx. 14, doc. 65).

<sup>272</sup> Relatório de Custódio Correia de Matos, redigido na ilha de Santiago, a 15 de Janeiro de 1753 (cf. AHU, CV, cx. 24, doc. 41).

pendentemente da sua nacionalidade; a partir daquela data, ficaram isentos daquela prestação os comerciantes que vinham em direitura do Reino<sup>273</sup>. Por outro lado, corroborava-se uma ordem do tempo de José da Costa Ribeiro, segundo a qual os negociantes estrangeiros não seriam autorizados a permanecer mais de 20 ou 5 dias na ilha, conforme tivessem lá negócios, ou estivessem de passagem; anos depois foi determinado que os navios de outras nações que aportassem em Cabo Verde deviam pagar também direitos de ancoragem<sup>274</sup>.

No sentido inverso, estabelecia-se que os ilhéus pagariam 5% sobre todos os géneros que vendessem, como o algodão em rama, os panos, gado variado, o milho, o feijão, o tabaco e a tinta, quer os compradores fossem portugueses, quer fossem forasteiros; só os perus, as galinhas, os patos, as hortaliças e os frutos, não seriam taxados. Os moradores de São Nicolau tinham restrições de comercialização de dois produtos: o algodão em bruto ou em peça não podia ser vendido a estrangeiros, para proteger os tratos portugueses da Guiné, conforme o alvará de 18 de Outubro de 1721, que repetia disposições anteriores largamente desrespeitadas<sup>275</sup>, e cujo alcance permaneceu limitado<sup>276</sup>; a urzela era um género de trato totalmente proibido, dado que estava sujeita ao regime de contrato monopolista. O Regimento incorporava também o costume da terra, de que o direito de ir vender produtos ao porto fosse distribuído irmanamente por todos os que o quisessem fazer, a fim de que aquele rendimento, verdadeiro refúgio dos moradores contra a extrema pobreza, tocasse a todos. Finalmente diga-se que, tanto na exportação como na importação de produtos, se a transacção fosse feita a troco de moeda, então também o tributo deveria ser satisfeito em numerário; se fosse por troca directa, então os direitos seriam arrecadados em géneros<sup>277</sup>.

<sup>273</sup> Nesta disposição, Correia de Matos não fez mais que consagrar no Regimento as cartas régias de 13 de Março de 1700, 14 de Março de 1702 e 18 de Outubro de 1721 (cf. António Carreira, *Alguns aspectos da administração pública em Cabo Verde...*, pp. 168-91).

<sup>274</sup> «Regimento da Fazenda Real...» (cf. Luiz de Bivar Guerra, «A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos...», in *op. cit.*, pp. 241-44). O direito de ancoragem de 4 patacas, que cada navio estrangeiro deveria pagar, foi criado por decreto de D. Maria I, de 23 de Novembro de 1790, pelo que não constava da fórmula primitiva do Regimento (cf. António Carreira, *Alguns aspectos da administração pública em Cabo Verde...*, pp. 168-91).

<sup>275</sup> Por exemplo o alvará de 6 de Fevereiro de 1687, que proibia a venda a estrangeiros de panos e roupas cabo-verdianas (cf. O trespado no AHN, SGG, A1/0001, fls. 32v-33).

<sup>276</sup> Parece que o defeso desta mercadoria nem sempre terá sido cumprido. Em carta de 24 de Janeiro de 1756, escrita na cidade da Ribeira Grande, o governador Luís António da Cunha d'Eça queixava-se que, para além dos desvios praticados pelo capitão da vila da Praia, os moradores das ilhas de Barlavento estavam constantemente a fornecer este bem aos navios ingleses (cf. AHU, CV, cx. 26, doc. 6).

<sup>277</sup> «Regimento da Fazenda Real...» (cf. Luiz de Bivar Guerra, «A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos...», in *op. cit.*, pp. 244-46). Algumas disposições podem



A venda de bens por parte da feitoria da Fazenda Real da ilha de São Nicolau estava igualmente prevista. O feitor tinha direito a uma quota de  $\frac{1}{3}$  dos bens vendidos, devendo deixar o restante para o trato dos moradores; aconselhava-se a que alienasse sempre os produtos de menor valor, trocando-os por moeda, ou por produtos mais valiosos e resistentes. Quanto às importações da ilha, determinava-se que este oficial escolhesse sempre, de uma lista que o capitão do navio mercante lhe deveria fornecer, os melhores produtos a tributar, recusando sempre os mais perecíveis<sup>278</sup>; esta determinação parece ter sido seguida, pelo menos pontualmente<sup>279</sup>. Diga-se, por fim, que houve várias tentativas, sempre contrariadas, para que as disposições inscritas neste Regimento fossem alteradas. Por exemplo, em 1769, o feitor da Fazenda Real resolveu impor que os habitantes da ilha passassem a pagar 33% de direitos, sobre os mantimentos vendidos aos estrangeiros que a escalavam, ignorando o foral da Alfândega que fixava aquele imposto em apenas 5%. Os moradores responderam com requerimentos para as autoridades centrais do arquipélago, que lhes vieram a dar razão, repondo a taxa anteriormente aplicada<sup>280</sup>.

Uma situação também recorrente no comércio de São Nicolau foi a venda de mantimentos aos navios que cruzavam o Atlântico; ao longo do século XVIII, estes deixaram de ir exclusivamente a Santiago, passando a escalar também estas ilhas periféricas, precisamente porque nelas havia maior quantidade de bens. A situação tornou-se muito problemática em algumas épocas, porquanto os moradores da ilha vendiam os produtos da sua escassa produção agrícola e pecuária, esquecendo-se de guardar para si mantimentos que lhes permitissem suportar os períodos de carestia. As autoridades insulares foram particularmente duras com estas situações, lembrando sempre aos habitantes que deviam reservar parte da sua produção, para os casos em que a adversidade climática determinasse maus anos agrícolas<sup>281</sup>.

já ver-se nos capítulos (13.º a 15.º) outorgados pelo sindicante, de 13 de Novembro de 1752 (cf. AHN, SGG, A1/0001, fl. 124v, publicado em apêndice, doc. 1)

<sup>278</sup> *Ibidem*. Não deveriam aceitar-se panos de lã por se danificarem com a traça, mas antes retroz, panos brancos de linho, sedas, papel, pólvora, vinho e aguardente, géneros de maior consumo nas ilhas.

<sup>279</sup> A lista de bens remetidos para Santiago pelo feitor de São Nicolau Gaspar Gonçalves Afonso, a 13 de Novembro de 1752, resultante dos direitos alfandegários cobrados naquela ilha, incluía efectivamente apenas tecidos de boa qualidade (cf. AHN, SGG, A1/0001, fl. 117v). Note-se, porém, que nesta data se encontrava em São Nicolau o desembargador Correia de Matos, supervisionando todos os aspectos relativos à Fazenda Real.

<sup>280</sup> Carta do governador Joaquim Salema de Saldanha Lobo para Martinho de Melo e Castro, emitida na ilha de Santiago, a 8 de Julho de 1771 (cf. AHU, CV, cx. 32, doc. 38).

<sup>281</sup> Veja-se o caso a que se reporta a carta do governador Bento Gomes Coelho, feita na cidade da Ribeira Grande, a 1 de Março de 1734 (cf. AHU, CV, cx. 15, doc. 43/ AHN, SGG, A1/0002, fls. 236-236v).

Ocorreram casos particularmente graves deste tipo, ao longo da segunda metade do século XVIII, dado que foram feitas vendas de mantimentos imediatamente antes das grandes fomes de 1764<sup>282</sup> e 1774-75<sup>283</sup>.

O Regimento da Fazenda Real citado tinha também em conta a situação dos navios que apenas demandavam os portos de São Nicolau, para obter refrescos e fazer aguada. Também nestes casos os moradores estavam isentos de pagar qualquer direito, se os produtos fossem galinhas, perus ou frutas, bem como os mareantes; mas se dos refrescos constassem outros produtos, então os ilhéus seriam obrigados a pagar 5% e os viajantes 10%, se os comprassem por troca directa (neste caso, havia isenção sempre que a aquisição fosse em numerário)<sup>284</sup>. Assim, dava-se algum benefício aos viajantes que se dirigiam à ilha para fazer uma escala técnica, reduzindo-se-lhes parte das prestações. Para os moradores era irrelevante, dado que o valor dos direitos a pagar era sempre o mesmo, em qualquer das situações.

A Companhia Geral de Grão-Pará e Maranhão, criada a 6 de Junho de 1755 por ordem do marquês de Pombal, passou a deter o exclusivo do comércio de Cabo Verde e rios da Guiné a partir de 1758. Dispomos de uma relação de mercadorias que dá conta do movimento comercial, entre vários pontos de Cabo Verde e a ilha capital, já durante a administração desta instituição. Nessa fonte denota-se que o sistema comercial instalado não sofreu grandes alterações, verificando-se apenas uma mudança nos seus protagonistas; a vila da Praia da ilha de Santiago continuou a ser o receptáculo dos diversos bens produzidos nas restantes ilhas do arquipélago e os valores dos impostos cobrados pelas transacções também se mantiveram os mesmos.

São Nicolau não contribuiu, entre 1758 e 1760, com grandes rendimentos para a actividade comercial da Alfândega da capital, registando-se apenas dois desembarques de navios com mercadorias vindas desta ilha: um de 177 panos de algodão, que pagou 10.620 réis de tributo, e outro de 97 patacas de fazendas, oriundas de direitos cobrados aos seus moradores, totalizando 38.400 réis. Comparativamente, conclui-se que eram valores muito pouco significativos no contexto da capitania: a ilha do Fogo desembarcou, num só ano, 269 panos de algodão (assegurando 16.200 réis de direitos); a entrada de cera, escravos e marfim vindos de Cacheu rendeu 1.051.857 réis para a Fazenda Real; a chegada de um navio com 49 escravos da Serra Leoa

<sup>282</sup> Carta do governador Bartolomeu de Sousa e Brito Tigre, escrita na cidade da Ribeira Grande, a 20 de Dezembro de 1764 (cf. AHU, CV, cx. 28, doc. 50).

<sup>283</sup> Carta de Joaquim Salema de Saldanha Lobo, redigida na ilha de Santiago, a 20 de Março de 1773 (cf. AHU, CV, cx. 33, doc. 2). Neste caso, os moradores e o feitor da ilha foram acusados de vender mantimentos a navios castelhanos vindos das Canárias.

<sup>284</sup> «Regimento da Fazenda Real...» (cf. Luiz de Bivar Guerra, «A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos...», in *op. cit.*, pp. 246-49).



contribuiu com 44.400 réis para a referida Alfândega. Estes são apenas alguns exemplos que nos testemunham a manutenção do estatuto periférico, em termos de comércio oficial, atribuída à ilha de São Nicolau, como às demais do Barlavento; a ilha do Fogo e as praças da Guiné continuavam a dar-lhe lucros muito mais significativos<sup>285</sup>.

O maior controlo exercido pela Companhia, sobre os seus interesses na ilha de São Nicolau, não impediu que situações de contrabando se continuassem a registar. Em 1770, por exemplo, foi apreendida e remetida para a Praia uma escuna inglesa, carregada com urzela e panos de algodão, precisamente os dois mais importantes produtos sujeitos a restrição de venda<sup>286</sup>; em 1775 voltou a ser apanhada uma embarcação repleta destes géneros, trocados naquela ilha por arroz e farinha<sup>287</sup>. Por outro lado, em situações de carestia, verificou-se uma desesperada corrida dos habitantes de São Nicolau para a venda de tudo quanto podiam, de forma a escapar à fome. Esta situação foi aproveitada pelos mercadores estrangeiros para realizar trocas muito vantajosas e até para aliciar alguns moradores a partirem com eles, transformando-os depois em escravos; segundo o governador-geral, a culpa era dos naturais, que tendiam a aproximar-se dos forasteiros «com o engodo de algum pequeno negocio». Para aquele oficial, era nestas ocasiões que os ingleses e os franceses aproveitavam para adquirir urzela e panos de algodão, aproveitando-se assim da fraqueza dos habitantes da ilha<sup>288</sup>.

Uma vez extinta a Companhia, o comércio voltou a ser feito nos moldes anteriores à sua instituição. O breve período de funcionamento da Sociedade Exclusiva do Comércio das ilhas de Cabo Verde e costa da Guiné (1783-1786) também não parece que tenha contribuído de forma significativa para o incremento comercial da ilha de São Nicolau. Antes pelo contrário, foi fortemente criticada por só vender produtos a troco de urzela ou dinheiro; segundo as palavras do bispo da diocese, não fosse a passagem de navios estrangeiros pela ilha e os seus habitantes ficariam privados de bens essenciais. Por outro lado, como os foros das terras continuavam a ser pagos à Fazenda Real em bens agrícolas, aquela ficava grandemente prejudicada pelas escassez de transportes postos à disposição pela Sociedade<sup>289</sup>.

<sup>285</sup> Relação exacta das entradas e saídas e direitos que pagaram na Alfândega desta ilha de Santiago os navios que nela carregaram e descarregaram (cf. AHU, CV, cx. 27, doc. 27).

<sup>286</sup> Cartas do governador Joaquim Salema de Saldanha Lobo, redigidas na ilha de Santiago, a 12 de Março, 1 e 7 de Abril de 1770 (cf. AHU, CV, cx. 31, docs. 33, 35 e 37).

<sup>287</sup> Carta de Joaquim Salema de Saldanha Lobo, escrita na ilha de Santiago, a 2 de Fevereiro de 1775 (cf. AHU, CV, cx. 34, doc. 9).

<sup>288</sup> Cartas de Joaquim Salema de Saldanha Lobo, feitas na ilha de Santiago, a 23 de Fevereiro de 1774 (cf. AHU, CV, cx. 33, doc. 46) e 22 de Fevereiro de 1775 (cf. AHU, CV, cx. 34, docs. 4 e 6).

<sup>289</sup> Carta de D. Frei Francisco de São Simão para Martinho de Melo e Castro, escrita na cidade da Ribeira Grande, a 24 de Abril de 1783 (cf. AHU, CV, cx. 41, doc. 32).

O comércio manteve a mesma importância em São Nicolau nos inícios do século XIX, sobretudo nas suas funções de porto de escala e reabastecimento dos navios estrangeiros que cruzavam o Atlântico<sup>290</sup>. A venda de carne também manteve um peso significativo, levando o governador do arquipélago a requerer que as embarcações vindas do Reino, destinadas à recolha de fazendas da ilha de São Nicolau, trouxessem um tanoeiro e um mestre de salga, a fim de que carnes fossem bem acondicionadas<sup>291</sup>. Tinham também algum relevo as vendas de milho, mantimentos variados, urzela e jumentos, não ficando porém grandes lucros na ilha, já que estes eram trocados por artigos de vestuário<sup>292</sup>. A posição de São Nicolau como escala de navegação tendeu, porém, ao longo do século XIX, por se perder em favor da ilha de São Vicente e do seu Porto Grande.

As deficiências nas vias de comunicação terão sido um dos principais obstáculos ao desenvolvimento económico de São Nicolau; elas também determinaram a morosidade na chegada de informações à ilha e na menor aproximação política desta com a sede do governo-geral. Sendo as ligações marítimas a única forma de contacto com o exterior, detectam-se várias queixas, por parte dos altos responsáveis pela gestão do arquipélago, de incumprimento das suas directivas por dificuldade de transporte. Por exemplo, em 1670, Frei Teodoro de Bruxelas, um missionário que se deslocava para a costa da Guiné, mas cuja embarcação naufragou perto de São Nicolau, ficou mais de um ano retido na ilha, «por no auer embarcacion que nos sacara», uma prova de que esta podia estar absolutamente isolada durante um ano<sup>293</sup>. Em 1677, o bispo expôs ao monarca que tentara prover de párocos São Nicolau, Boavista e Maio, mas que tal fora impossível pela carência de uma embarcação que fizesse a ligação entre a capital e estas adjacentes. O prelado acabou por conseguir faze-la em navio alugado, mas avisou o monarca que seria forçado a abandonar os projectos de evangelização daquelas ilhas, caso

<sup>290</sup> Ofício do capitão engenheiro António Carlos Andreis para Martinho de Melo e Castro, redigido em Belém, a 16 de Abril de 1780 (cf. AHU, CV, cx. 40, doc. 9), Ensaio físico e político da ilha de São Nicolau, feito no ano de 1803, por António Pusich (cf. Orlando Ribeiro, «As ilhas de Cabo Verde no princípio do século XIX», in *op. cit.*, p. 632) e Memória estatística sobre as ilhas de Cabo Verde, de 1807 (cf. BNL, *Reservados*, cód. 1687, fls. 1-28). Segundo esta última fonte, nos portos de São Jorge / Preguiça, Tarrafal e Carriçal «são providos de excelente verdura os navios que vem refrescar».

<sup>291</sup> Ofício de Marcelino António Basto para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, emitido na ilha de Santiago, a 16 de Agosto de 1798 (cf. AHU, CV, cx. 51, doc. 73).

<sup>292</sup> Ensaio físico e político da ilha de São Nicolau, feito no ano de 1803, por António Pusich (cf. Orlando Ribeiro, «As ilhas de Cabo Verde no princípio do século XIX», in *op. cit.*, p. 632).

<sup>293</sup> Carta de Frei Teodoro de Bruxelas para os cardeais da Propaganda, escrita em Sevilha, a 1 de Janeiro de 1670 (cf. APF, *Scrittura Riferiti nelle Congregazioni Generali*, vol. 423, fls. 121-27, publicado na MMA, 2.ª série, vol. IV, Lisboa, 1991, doc. 106, pp. 281-87).



as despesas de frete não fossem custeadas pela Fazenda Real; este requerimento acabou por ter decisão positiva por parte da Coroa <sup>294</sup>.

Já no século XVIII, o Conselho Ultramarino condenou veementemente os rendeiros das ilhas do Barlavento, por se terem escusado a fazer a carreira de regresso destas para a capital, causando danos assinaláveis à Fazenda Real e impedindo a sua comunicação <sup>295</sup>. Em 1730, o governador e o ouvidor-geral foram obrigados a fretar uma balandra, a fim de proceder à arrecadação dos direitos reais de São Nicolau e suas anexas, uma vez que não tinham qualquer meio de transporte ao seu dispor <sup>296</sup>. Anos depois, o governador lastimou-se para Lisboa que a falta de embarcação não lhe permitia dar cumprimento às ordens régias, relativas a uma devassa que deveria ser feita pelos juizes da ilha de São Nicolau, situação que não espantou Costa Ribeiro, já experimentado nestas dificuldades <sup>297</sup>.

O mesmo assunto foi retomado, com particular insistência, pelo desembargador Correia de Matos, em meados do século. Este oficial fez largas exposições para o Reino, procurando persuadir a Corte a enviar um navio para o serviço do governo do arquipélago, evocando inúmeras razões: a necessidade de contacto com as praças da costa da Guiné; a impossibilidade de socorro alimentar de umas ilhas às outras, em momentos de carestia; a limitação na realização de correições, por parte do ouvidor-geral; o atraso constante na substituição dos vigários das ilhas periféricas; a urgência na passagem de ordens para toda a capitania, a partir da capital. Este oficial relatou que, aquando da sua primeira visita a São Nicolau, o tinham acompanhado cerca de 15 pessoas, retidas mais de um ano e meio em Santiago, por não terem meio de transporte; afirmava, também, que as suas próprias diligências estavam sujeitas, ou à passagem fortuita de uma embarcação inglesa, ou ao navio do contrato da urzela <sup>298</sup>.

<sup>294</sup> Carta do bispo D. Frei António de São Dionísio para o rei, feita na ilha de Santiago, a 2 de Junho de 1677 (cf. AHU, CV, cx. 6A, doc. 110). Parecer do Conselho Ultramarino, de 9 de Agosto do mesmo ano (cf. AHU, CV, cx. 6A, doc. 119 / AHU, CU, cód. 478, fl. 17v).

<sup>295</sup> Os géneros referentes aos direitos reais ficaram retidos nas praias destas ilhas sujeitos à degradação pelo tempo, ao passo que alguns religiosos ali ficaram retidos sem embarcação que os trouxesse à capital do arquipélago. Parecer do Conselho Ultramarino, de 27 de Novembro de 1706 (AHU, CU, cód. 478, fls. 156v-157), que se seguiu a uma exposição do assunto feita pela câmara da cidade da Ribeira Grande, de 16 de Fevereiro daquele ano (AHN, SGG, A1/0004, fls. 139v-141v).

<sup>296</sup> Carta do governador Francisco de Oliveira Grans para o rei, redigida na cidade da Ribeira Grande, a 24 de Abril de 1730 (cf. AHU, CV, cx. 14, doc. 43).

<sup>297</sup> Carta do governador João Zuzarte de Santa Maria para o rei e informação do consultor do Conselho Ultramarino José da Costa Ribeiro, escritas a 10 de Junho de 1744 e 4 de Janeiro do ano seguinte (cf. AHU, CV, cx. 20, doc. 51).

<sup>298</sup> Carta de Custódio Correia de Matos, redigida na ilha de Santiago, a 15 de Maio de 1753 (cf. AHU, CV, cx. 24, docs. 50 e 69).

Tanto os apelos de Correia de Matos, que chegou a regozijar-se pela aparente decisão de envio de um iate para o serviço do governo de Cabo Verde <sup>299</sup>, como os que fez posteriormente o governador Cunha d'Eça, apesar de serem sempre bem aceites pelo Conselho Ultramarino, não tiveram aplicação prática. Em alternativa, este organismo sugeria que se fomentasse o comércio entre as ilhas do arquipélago, o qual poderia estimular os seus habitantes a construir uma embarcação para os seus tratos. Esta posição acabou por determinar que o problema das comunicações em Cabo Verde, especialmente entre a capital e o Barlavento, se continuasse a pôr nos anos seguintes <sup>300</sup>. De facto, pouco tempo depois, o bispo do arquipélago queixou-se de que ficara retido nove meses em São Nicolau, por aquela razão, conseguindo apenas passar à de Santo Antão, onde estabelecera a sua residência <sup>301</sup>.

Note-se, porém, que se as comunicações marítimas entre São Nicolau e Santiago se realizavam com dificuldade, sobretudo pela falta de embarcações, o mesmo não se pode dizer quanto às ligações entre esta e as demais do Barlavento, nomeadamente Santa Luzia, São Vicente e Santo Antão. As razões apontadas inicialmente, e que se prendem com a pertença de todas elas à mesma crista submarina, levavam a que esta navegação fosse considerada bastante mais fácil; temos informações de que entre estas circulavam numerosas pequenas lanchas, com uma frequência regular. Além da menor profundidade das águas, recorde-se que as ilhas do Norte do arquipélago estão consideravelmente próximas umas das outras, pelo que seria possível navegar entre elas sempre com a costa à vista. Deste modo, um dos argumentos que foi dado para colocar todas elas sob a jurisdição do capitão-mor de Santo Antão Mendonça e Zuniga foi, precisamente, o facto de serem vizinhas e de haver «lanchas com que se comonicação», situação antagónica à que ocorria com Santiago, a qual «fica distante, e não tem embarçaõins que se comoniquem com ellas» <sup>302</sup>.

<sup>299</sup> Carta não assinada dirigida ao secretário de Estado Diogo Mendonça Corte Real, certamente atribuível a Correia de Matos, de 23 de Março de 1754 (cf. AHN, SGG, A1/0001, fls. 132v-134).

<sup>300</sup> Pareceres do Conselho Ultramarino, dados em Lisboa, a 6 de Novembro de 1753 (cf. AHU, CV, cx. 24, doc. 69), a 13 do mesmo (AHU, CU, cód. 479, fl. 12) e a 4 de Junho de 1754 (cf. AHU, CV, cx. 25, doc. 25) e carta do rei para Correia de Matos, feita em Belém, a 25 de Novembro de 1753 (cf. AHU, CU, cód. 402, fls. 17-18).

<sup>301</sup> Carta do bispo D. Frei Pedro Jacinto Valente, feita na ilha de Santo Antão, a 26 de Julho de 1755 (cf. AHU, CV, cx. 25, docs. 44 e 45). Diga-se que, por carta de 23 de Janeiro de 1756, o ouvidor João António da Silveira Sampaio descreveu acontecimentos semelhantes, passados aquando da sua correição às ilhas do Barlavento (cf. AHU, CV, cx. 26, doc. 4).

<sup>302</sup> Regimento que há de usar o governador da ilha de Santo Antão, Sebastião de Mendonça e Zuniga (cf. AHU, CV, cx. 15, doc. 8).



Pode, pois, concluir-se que o problema da comunicação marítima entre São Nicolau e Santiago era uma questão que afectava todo o arquipélago, e que revelava a dificuldade das autoridades insulares, instaladas na capital, fazerem chegar o seu mando às restantes ilhas. O mesmo não se passava entre as ilhas do Norte, onde as condições geográficas favoreciam uma aproximação a todos os níveis.

Quanto às vias de comunicação dentro de São Nicolau, elas terão sido absolutamente rudimentares até meados do século XVIII. Parece que a população circulava inicialmente pelas ribeiras secas, as quais uniam os principais aglomerados da ilha, localizados precisamente junto dos cursos de água. Com o passar dos tempos, e com o seu uso por homens e animais, estas tenderam para tornar-se «caminhos de pé posto», os quais passaram a ser delimitados por plantas e pedras, numa fase posterior. A construção de vias terá sido muito dificultada pelo relevo abrupto de São Nicolau, o qual terá tornado difícil a ligação de sítios como a vila da Ribeira Brava e o porto do Tarrafal. Esta foi, aliás, a principal razão por que o porto da Preguiça, do qual se caminhava em terreno mais plano para a capital, se tornou a principal porta de entrada na ilha<sup>303</sup>.

A acção de José da Costa Ribeiro também se fez sentir no domínio das vias de comunicação terrestre. Este oficial determinou numa postura, em 1732, que a Câmara Municipal consertasse periodicamente os caminhos arruinados pelas chuvas, convocando os moradores que entendesse para a realização daquela tarefa, conforme era prática comum no Reino<sup>304</sup>. Foi, porém, apenas no tempo do bispo D. Frei Francisco de São Simão que se começou a construir a primeira estrada da ilha de São Nicolau, ligando a Ribeira Brava ao porto da Preguiça<sup>305</sup>. Esta obra só terá sido finalizada por D. Frei Cristóvão de São Boaventura, sucessor daquele prelado, a quem são também atribuídas a abertura de alguns caminhos para a Fajã e para outros lugares da ilha<sup>306</sup>.

<sup>303</sup> Cf. João Lopes Filho, *Ilha de S. Nicolau. Cabo Verde. Formação da Sociedade e Mudança Cultural*, vol. I, s.l., 1996, pp. 221-22. Exemplifique-se com o caso do capitão inglês Roberts que, tendo fundeado inicialmente no Tarrafal, preferiu deslocar-se de seguida para a Preguiça, a fim de poder comunicar melhor com a povoação e de realizar algum comércio (cf. «As Ilhas de Cabo Verde nos anos de 1720. Quatro anos de viagens do Capitão George Roberts», in *Ponto & Vírgula. Revista de Intercâmbio Cultural*, n.º 7, Janeiro-Fevereiro 1984, p. 7).

<sup>304</sup> Cf. João Lopes Filho, *Ilha de S. Nicolau. Cabo Verde. Formação da Sociedade e Mudança Cultural*, vol. I, s.l., 1996, p. 223.

<sup>305</sup> Na carta para Martinho de Melo e Castro, feita na ilha de São Nicolau, a 9 de Junho de 1782, o bispo D. Frei Francisco relatava que mandara «abrir caminho de carro desde o porto da Preguiça ate a Povoação, que he mais de hua legoa de distancia» (cf. AHU, CV, cx. 41, doc. 18).

<sup>306</sup> Cf. Cónego Joaquim da Silva Caetano, «A Ilha de S. Nicolau. Comunicação à Sociedade de Geographia de Lisboa», in *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, Lisboa, 1882, 3.ª série, n.º 6 (pp. 355-56) e José Joaquim Lopes de Lima, *op. cit.*, Livro 1.º, parte II, p. 60-62.

## Peso económico da ilha no arquipélago

Por fim, e embora a tarefa seja difícil, sobretudo para os primeiros séculos aqui tratados, parece-nos interessante traçar o peso da ilha de São Nicolau para a economia do arquipélago de Cabo Verde, analisando comparativamente os seus rendimentos com os das demais. Para o efeito teremos que recorrer a dados quantitativos, mas também a diversas apreciações qualitativas, que muitas vezes transparecem da documentação analisada.

As primeiras avaliações podem apenas fazer-se com base no volume de peles de cabra comercializadas a partir da ilha, já que esta era a sua única produção. Em 1504, um agente do conde de Portalegre, senhor de São Nicolau e São Vicente, pagou 708 peles de dízima, no valor de 53.200 réis, de um total de produção anual de 7.980 unidades<sup>307</sup>. Dez anos depois, registou-se o pagamento à Coroa de 55.550 réis, realizado por agentes do mencionado donatário, referente ao arrendamento da urzela durante um ano<sup>308</sup>. Estes dados denunciam um rendimento ainda incipiente de São Nicolau, no contexto da capitania de Cabo Verde; por volta da mesma data, por exemplo, a Coroa recebia 3.130.999 réis pelo arrendamento das ilhas de Santiago, Fogo e Maio<sup>309</sup>. Aliás, estes valores podem também ser considerados baixos, se a comparação for feita com a vizinha ilha de Santo Antão: em 1504, o donatário desta ilha, João da Fonseca, assistiu ao descarregamento no porto de Lisboa de 12.687 peles produzidas naquele ano, pouco menos do dobro do registado em São Nicolau<sup>310</sup>.

Um século depois a situação ainda não se alterara substancialmente, sendo evidente o papel primordial desempenhado pelas duas ilhas pioneiras no povoamento, na obtenção de receitas pelo arquipélago. Entre 1 de Janeiro de 1606 e 31 de Junho de 1613, as ilhas do Barlavento, no seu conjunto, renderam à Fazenda Real 2.523.005 réis, provenientes dos direitos reais arrecadados aos seus donatários<sup>311</sup>. Para os anos de 1609-10, Bentley Duncan

<sup>307</sup> Título de escravos de São Tomé e de várias mercadorias provenientes das ilhas de Cabo Verde (cf. IAN/TT, *Corpo Cronológico*, III-2-35, publicado na HGCV-CD, vol. I, doc. 56, pp. 149-51).

<sup>308</sup> Carta de quitação a Gonçalo Lopes, almoxarife dos escravos e vintena da Guiné e feitor das ilhas de Cabo Verde entre 1511 e 1513 (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 11, fl. 69v, publicado na HGCV-CD, vol. I, doc. 88, pp. 241-43).

<sup>309</sup> *Ibidem*.

<sup>310</sup> Cf. Artur Teodoro de Matos, «Diversidade e Complementaridade na Formação da Sociedade Colonial Caboverdiana. A Arqueologia da Sociedade de Santo Antão (1504-1732)», in *Em Louvor da Linguagem – Homenagem a Maria Leonor Carvalhão Buescu*, Lisboa, 2003, p. 262.

<sup>311</sup> Auto da devassa mandado fazer pelo governador Francisco Meneses de Sequeira e pelo ouvidor-geral Manuel Rodrigues Pereira, sobre os actos do contratador João Soeiro, feito na ilha de Santiago, a 28 de Julho de 1613 [cf. AHU, CV, cx. 1, doc. 29, publicado por António Carreira,



apresenta-nos os seguintes valores, referentes às receitas geradas em Cabo Verde para o Tesouro Real <sup>312</sup>:

Proveniência	Valor (réis)	Porcentagem
Alfândega de Santiago	10.814.000	81,4%
Dízimos de Santiago	1.220.000	9,2%
Dízimos do Fogo	510.000	3,8%
Tributos de Maio	84.000	0,6%
Tributos de Santo Antão, S. Nicolau e Boavista <sup>313</sup>	672.000	5,0%
<b>Total</b>	<b>13.300.000</b>	<b>100,0%</b>

QUADRO 8 – Rendimentos da Fazenda Real em Cabo Verde (1609-10)

Era sobretudo a Alfândega da cidade da Ribeira Grande, e os direitos arrecadados sobre o comércio que aí se praticava, que asseguravam a viabilidade financeira do arquipélago, ou seja 81,4% das suas receitas. Os demais tributos, cobrados sobre as produções agrícolas e pecuárias das várias ilhas, detinham um papel marginal, mesmo na própria ilha capital, onde não representavam mais que 9,2% do total. Quanto ao conjunto de ilhas onde se integrava São Nicolau, o seu contributo era ainda muito reduzido nesta época, ficando-se pelos 5%; neste valor destacava-se sobretudo o dízimo do algodão pago pelo conde de Santa Cruz, donatário da ilha de Santo Antão.

Nos primeiros seis meses do ano de 1615, o mesmo conjunto de ilhas do Barlavento rendeu 268.137 réis, provenientes dos quartos e dízimos pagos pela graxa e peles de cabra ali produzidas. Nesse mesmo período, a Alfândega da Ribeira Grande lucrou 1.145.681 réis, excluindo os dízimos de Santiago e Fogo, um valor consideravelmente superior, mas que já representava uma maior paridade face à situação anterior <sup>314</sup>. Só voltamos a ter dados deste tipo

*Documentos para a História das Ilhas de Cabo Verde...*, pp. 58-59]. Veja-se o estudo deste autor «Tratos e Resgates dos Portugueses nos Rios de Guiné e Ilhas de Cabo Verde nos começos do Século XVII», in *RHES*, n.º 2, Julho-Dezembro 1978, pp. 91-103.

<sup>312</sup> T. Bentley Duncan, *op. cit.*, p. 204.

<sup>313</sup> Este valor bianual foi calculado pelo autor, com base nos 2.523.005 réis acima referidos, referentes a sete anos e meio (cf. *Ibidem*, p. 204).

<sup>314</sup> Certidão de António Carvalho, escrivão dos Contos do Almojarifado da Ribeira Grande, passada a 7 de Julho de 1615, por ordem do governador Nicolau Castilho (cf. AHU, CV, cx. 1, doc. 35).

para meados do século XVII, através da verificação de contas feita a diversos almoxarifes da Ribeira Grande <sup>315</sup>:

Proveniência	Almojarife Bernardo R. Pereira	Almojarife Simão de Barros	Almojarife António de Sousa
Dízima e redízima dos navios estrangeiros despachados	750.384 réis	665.278 réis	692.216 réis
Quartos e dízimas dos navios vindos da Guiné	4.330.555 réis	2.633.292 réis	1.629.578 réis
Dízimos dos reideiros da ilha de Santiago	2.482.500 réis	340.000 réis	?
Quartos e dízimos das ilhas do Barlavento	3.117.497 réis	822.355 réis	461.101 réis
Cinco navios espanhóis despachados para as Índias	—	—	3.883.000 réis

QUADRO 9 – Rendimentos da Fazenda Real em Cabo Verde (c. 1650)

Nesta data observamos que, apesar de não haver alterações estruturais nas fontes de receita da Fazenda Real, os rendimentos das ilhas do Barlavento conheceram um progresso assinalável. Foram, aliás, a segunda alínea mais lucrativa, se considerarmos os registos dos dois primeiros almoxarifes, ultrapassando mesmo os dízimos pagos pelos reideiros da ilha de Santiago; isto significa que aquelas periféricas, no seu conjunto, já produziam mais que a ilha capital, se excluirmos desta toda a sua actividade comercial. Os tratos realizados pela feitoria da Ribeira Grande continuavam, de longe, a ser a mais valia do arquipélago, destacando-se nestes os realizados com a costa da Guiné. Repare-se que, o rendimento assegurado pelo despacho de apenas cinco embarcações estrangeiras na Alfândega da capital, superava imediatamente todos os demais gerados em Cabo Verde. Em conclusão, podemos dizer que o arquipélago ainda estava muito dependente do comércio com a costa africana e com os mercadores estrangeiros, embora se começasse a esboçar um certo equilíbrio, onde as ilhas do Barlavento tendiam a ganhar peso.

Também em meados do século XVII, elaborou-se um registo de entradas e saídas de navios do porto da Ribeira Grande, apreciado por ocasião da devassa tirada ao governador João Serrão da Cunha <sup>316</sup>. Uma vez que já foram expostas as diferenças de valor entre as várias fontes de receita do

<sup>315</sup> Folhas das receitas e despesas que se carregaram aos almoxarifes de Sua Majestade nas ilhas de Cabo Verde (cf. AHU, CV, cx. 4, doc. 41).

<sup>316</sup> Certidão dos livros das entradas e saídas dos navios da ilha de Santiago, feita a 27 de Janeiro de 1646 (cf. AHU, CV, cx. 3, doc. 80).



arquipélago, interessa-nos sobretudo reter os desembarques de mercadorias provenientes das ilhas do Barlavento, a fim de analisarmos o peso de cada uma delas. As duas séries de navios apurados, bem como o valor das suas cargas, são as seguintes:

Proveniência	Valor (réis)	Proveniência	Valor (réis)
Boavista	311.100	Maio	34.121
Boavista	150.000	<b>S. Nicolau</b>	<b>17.651</b>
<b>S. Nicolau</b>	<b>15.627</b>	Santo Antão	78.381
Maio	16.450	Maio	4.230
Maio	19.600	Boavista	224.415
Maio	73.300	Maio	73.256
Santo Antão	144.915	Santo Antão	74.269
<b>S. Nicolau / S. Vicente</b>	<b>13.325</b>	<b>S. Nicolau / S. Vicente</b>	<b>14.397</b>
Boavista	263.930	Maio	22.865
Maio	46.440	Boavista	260.260
Maio	135.450	Maio	5.838
Maio	22.500	<b>S. Nicolau</b>	<b>2.706</b>
Boavista	33.480	Maio	15.912
Maio	30.625	Boavista	13.264
Maio	99.400	Boavista	246.650
		Santo Antão	79.365
		<b>S. Nicolau</b>	<b>19.206</b>
		Maio	131.965

QUADRO 9 – Navios vindos do Barlavento entrados na Ribeira Grande (c. 1645)

Pela análise destes dados, podemos concluir que a ilha de São Nicolau era a que menos contribuía para a Fazenda Real de Cabo Verde. Se, por um lado, foram muito mais numerosos os desembarques de navios provenientes de outras ilhas, por outro, as cargas transportadas de São Nicolau eram as que tinham menor valor. Chegaram à Ribeira Grande, durante o período considerado, apenas seis embarcações provenientes de São Nicolau, ou desta e de São Vicente, ao passo que da ilha de Maio, por exemplo, registaram-se quinze desembarques. Além disso, a média das cargas transportadas cifrou-se em pouco menos de 14.000 réis, o que contrasta com os valores obtidos na Boavista, onde um navio chegou a carregar mais 300.000 réis, e Santo Antão, em que nunca levavam menos de 75.000 réis, aliás, as duas mais lucrativas. Diga-se que parte deste resultado se explica pelo facto da Coroa cobrar dízi-mos e quartos na generalidade destas ilhas, exigindo apenas o pagamento do

primeiro destes tributos ao donatário das ilhas de São Nicolau e São Vicente, o marquês de Gouveia. Assim, não se pode fazer uma correlação directa entre o valor de comparticipação para a Fazenda Real e a situação económica de cada ilha. Finalmente, acrescente-se que esta fonte revela que, praticamente toda a carga transportada, consistia em peles e carne do gado criado livremente nestas ilhas e sujeito a chacinas periódicas.

Pouco tempo depois, sabemos que os tributos das ilhas do Barlavento perfaziam cerca de 600.000 réis anuais, o que não chegava para as novas despesas, referentes ao pagamento das cóngruas e transporte de párocos permanentes para aquelas ilhas, segundo a opinião do bispo de Cabo Verde<sup>317</sup>. Mesmo não sendo suficientes para satisfazer aquelas obrigações, estes números representavam um novo acréscimo de rendimentos; repare-se que, no início do século, este valor representava os direitos cobrados durante dois anos. Em qualquer dos casos, o bispado de Cabo Verde, sempre tão carenciado de fundos para as suas obras, várias vezes se queixou ao monarca de que aquelas rendas não chegavam para as suas despesas, chegando-se a pedir, com sucesso, que parte das receitas cobradas na ilha da Madeira também lhes fossem consignadas<sup>318</sup>. O arrendamento das ilhas de São Nicolau, suas anexas e Boavista, feito em 1711, por Manuel Lopes Godelho, permitiu a arrecadação de ainda maiores dividendos por parte da Fazenda Real. Esta passou a contar com uma renda fixa de 750.000 réis, por cada ano de vigência daquele contrato, a troco da cedência de exploração daquelas ilhas<sup>319</sup>; a aceitação desta importância, por parte deste negociante, faz-nos sugerir que os seus rendimentos podiam facilmente ultrapassar aquele valor, bastando apenas para isso, que fosse feito um pequeno investimento.

Parece, porém, que a evolução verificada nas ilhas do Norte conheceu uma certa estabilização nas décadas seguintes. Em 1736, José da Costa Ribeiro lamentou que apenas se arrecadassem 600.000 réis anuais de São Nicolau, Boavista e Maio, incidindo estes, essencialmente, sobre os produtos originários da criação de gado<sup>320</sup>. De facto, a agricultura nestas ilhas continuava num estado muito incipiente: em São Nicolau começou praticamente nesta data; nas outras duas permaneceu rudimentar por mais algumas décadas. Ainda assim, através de outras fontes, sabemos que no ano anterior,

<sup>317</sup> Carta de D. Frei António de São Dionísio para o rei, de 3 de Junho de 1677 (cf. *SHCVG*, parte II, cap. II, pp. 66-67).

<sup>318</sup> Parecer do Conselho Ultramarino, dado em resposta a uma carta do bispo de Cabo Verde, a 8 de Novembro de 1683 (cf. *AHU, CV*, cx. 7, doc. 18).

<sup>319</sup> Contrato das rendas das ilhas de São Nicolau, suas anexas e Boavista que se fez no Conselho da Fazenda com Manuel Lopes Godelho (cf. *AHU, CV*, cx. 6, doc. 64).

<sup>320</sup> Carta do desembargador José da Costa Ribeiro, feita na cidade da Ribeira Grande, a 28 de Setembro de 1736 (cf. *AHU, CV*, cx. 16, doc. 39).



tinham entrado na Feitoria da Fazenda Real de Santiago, vindos de São Nicolau, grande quantidade de panos de diversa qualidade, além de algodão em bruto, âmbar e até dinheiro, além das mencionadas peles e sebo, o que nos dá uma ideia de uma economia bem mais diversificada e de uma certa importância que a panaria já detinha<sup>321</sup>. Além disso, repare-se que o valor avançado por Costa Ribeiro não dizia respeito às mesmas três ilhas consideradas inicialmente, pois a de Santo Antão, com bons rendimentos, não era agora contabilizada, mas sim a de Maio, de escasso proveito económico, escondendo desta forma um ligeiro progresso real do conjunto.

Elementos cronologicamente posteriores dão-nos uma nova ideia sobre as diferenças de peso das várias ilhas do Barlavento, excluindo a de Santo Antão, que vivia ainda sob o regime senhorial; estas apreciações são possíveis através da comparação do valor de arrematação dos seus dízimos<sup>322</sup>:

	1754	1755
<b>São Nicolau</b>	<b>180.000 réis</b>	<b>230.000 réis</b>
Boavista	60.000 réis	não se fez arrematação
Maio	60.000 réis	69.000 réis
Brava	60.000 réis	não se fez arrematação

QUADRO 11 – Valor de arrematação dos dízimos nalgumas ilhas de Cabo Verde

Se em meados do século XVII a ilha de São Nicolau era a que menos proventos dava à Fazenda Real, um século depois já era, das ilhas ditas periféricas, a que mais rendia à Coroa, excluindo Santo Antão. Como se sabe, era prática comum no arquipélago, como também no Reino e no resto do Império, o Estado alienar a arrecadação de determinados direitos em favor de privados, a troco de uma renda fixa. Os arrendamentos, apesar de não incidirem sobre os valores reais da receita obtida, tinham em conta o historial de cada uma das unidades a contratualizar, nomeadamente os seus potenciais rendimentos; desta forma, os números acordados para os anos de 1754 e 1755 revelavam a expectativa, certamente baseada na realidade tributária, que a Coroa e o arrendatário tinham em relação às várias ilhas, naquele momento. Assim, no primeiro dos anos referidos, os dízimos de São Nicolau

<sup>321</sup> Certidão dos rendimentos da Fazenda Real das ilhas de Cabo Verde, no ano de 1735 (cf. AHN, SGG, A1/0001, fls. 81-83v e A1/0002, fls. 240v-241v).

<sup>322</sup> Carta do desembargador ouvidor-geral João António da Silveira Sampaio para o rei, escrita na cidade da Ribeira Grande, a 23 de Janeiro de 1756 (cf. AHU, CV, cx. 26, doc. 4). Os dízimos de Santo Antão não foram arrematados, porque pertenciam ao seu donatário, o marquês de Gouveia.

foram arrendados por 180.000 réis, ao passo que os das restantes foram-no por um terço do seu valor, o que indica que o seu nível de contribuição normal para o erário público era substancialmente maior que o das restantes. No ano seguinte, os dízimos de São Nicolau foram arrendados por uma quantia ainda maior, ao passo que os das restantes, ou não foram contratualizados, ou foram-no por um valor semelhante.

Estes dados permitem-nos intuir duas realidades: a ilha de São Nicolau tinha, neste momento, um lugar efectivamente superior às demais consideradas, no que toca à contribuição para as contas públicas do arquipélago; o valor do primeiro arrendamento não estava, de facto, de acordo com a realidade tributária da ilha, levando o seu preço a ser ajustado em alta (crescimento de cerca de 30%), ao contrário do que aconteceu nas restantes (algumas não tiveram sequer candidatos à sua concessão). Refira-se simultaneamente que, segundo informações do desembargador sindicante Custódio Correia de Matos, por estes mesmos anos o total de réditos cobrados em São Nicolau ascendeu a pouco mais de 400.000 réis, ainda assim um valor considerado por este oficial como muito baixo, face ao potencial económico desta ilha<sup>323</sup>. Em todo o caso, este valor representava muito provavelmente uma pequena evolução face aos números apresentados anteriormente, nomeadamente os 600.000 réis anuais referidos por Costa Ribeiro para esta ilha, a Boavista e Maio. Era ainda uma antecipação face a cifras mais altas, atingidas na segunda metade de setecentos.

Neste período pode dizer-se que os dados foram particularmente influenciados pela realidade económica de São Nicolau, a qual foi, como já se disse, bastante diferente da dos séculos de povoamento precedentes. Para este fenómeno concorreram, não só as alterações ao nível das actividades económicas desenvolvidas, como a maior organização do seu sistema tributário, fruto de imposição de nova legislação, com incidência na segunda metade de setecentos. Por outro lado, parte deste período ficou marcado pela administração da Companhia Geral de Grão-Pará e Maranhão sobre o arquipélago. Assim, o volume e a forma de arrecadação de receitas nesta ilha alteraram-se substancialmente, ganhando esta um novo lugar no contexto do arquipélago.

Entre 1753 e 1757, nas vésperas da concessão da exploração da ilha à referida Companhia, São Nicolau rendeu à Provedoria de Santiago 2.426.978 réis, o que perfazia cerca de 485.000 réis por ano, excluindo algumas fazendas contabilizadas em patacas<sup>324</sup>. O facto de não possuímos termo de compa-

<sup>323</sup> Carta não assinada dirigida ao secretário de Estado Diogo Mendonça Corte Real, certamente atribuível a Correia de Matos, de 23 de Março de 1754 (cf. AHN, SGG, A1/0001, fls. 132v-134).

<sup>324</sup> Certidão de Luís Monteiro Godinho, escrivão da Fazenda Real na ilha de São Nicolau, feita na vila da Ribeira Brava, a 20 de Outubro de 1759 (cf. AHU, CV, cx. 26, doc. 80).



ração, impede-nos de avaliar a importância destes valores face às demais ilhas, embora ele consubstancie uma tendência para o aumento de receitas. A análise da importância de cada ilha, durante a administração da Companhia, pode fazer-se através de mapas da década de 70, destinados a demonstrar o seu prejuízo na manutenção do arquipélago de Cabo Verde <sup>325</sup>:

Anos	Santiago	Santo Antão	S. Nicolau	Boavista	Maio	Fogo	Brava
1771	3.734.515	619.215	668.005	89.339	371.655	315.633	154.070
1772	3.187.287	599.325	627.511	272.434	551.170	430.066	231.770
1773	3.083.472	621.555	737.360	245.867	481.975	547.700	304.880
1774	2.275.656	696.146	449.555	171.204	149.250	173.950	204.640
1775	1.497.985	555.955	358.150	207.062	17.450	154.225	142.840

QUADRO 12 – Rendimentos da Fazenda Real em Cabo Verde (1771-1775)

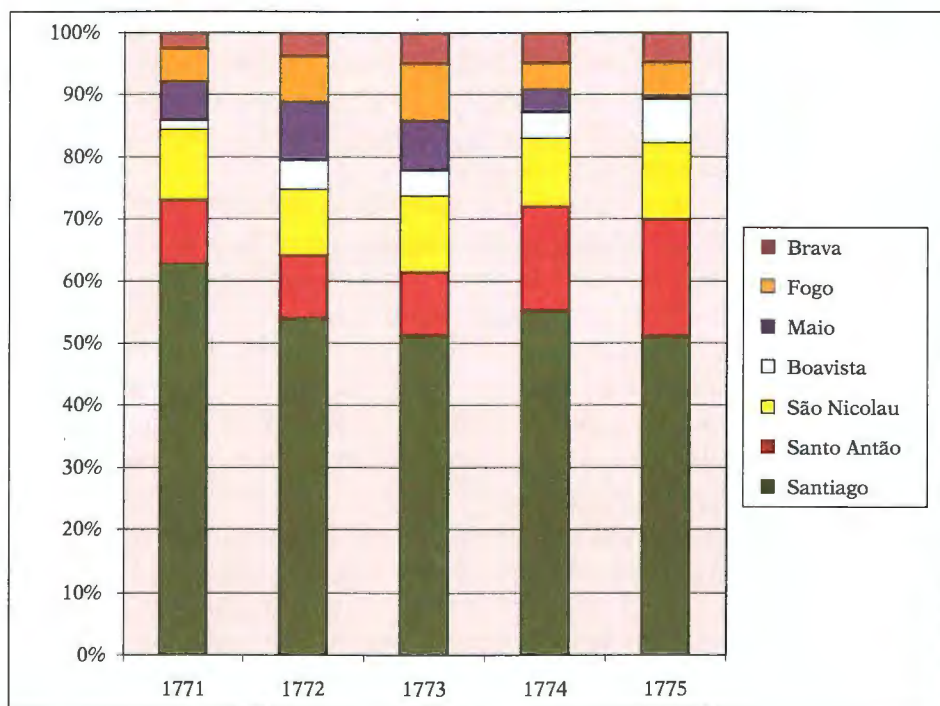


FIGURA 7 – Gráfico dos rendimentos da Fazenda Real em Cabo Verde (1771-1775)

<sup>325</sup> Mapa dos rendimentos da Fazenda Real nas ilhas de Cabo Verde e suas anexas (cf. AHU, CV, cx. 37, docs. 37 e 49; cx. 40, doc. 54). Importâncias apresentadas em réis.

Os valores expostos denunciavam, antes de mais, uma queda geral e sucessiva dos rendimentos das ilhas, ao longo destes cinco anos, sobretudo nos dois últimos considerados. Esta ter-se-á ficado a dever à crise alimentar e epidémica que ocorreu nos anos de 1774-75, que causou grande mortalidade e, sobretudo, desorganizou os sistemas produtivos. Porém, mais do que analisar estes números no seu conjunto, interessa-nos aqui reter os dados relativos a São Nicolau e o seu posicionamento no contexto do arquipélago. Efectivamente, pelo menos nos primeiros anos considerados, que corresponderam à situação normal, a ilha produziu receitas superiores às obtidas no quinquénio 1753-57; nesta data São Nicolau rendera cerca de 485.000 réis, agora registava entre 627.000 e 737.000 réis por ano; mesmo no primeiro ano da crise, a ilha obteve valores semelhantes aos verificados duas décadas antes, baixando deste patamar apenas no ano mais mortífero. Assim, podemos concluir, como fomos fazendo à medida que analisámos as diferentes actividades económicas, que a segunda metade deste século constituiu um período de significativo crescimento económico e aumento da rendibilidade de São Nicolau.

Quando visto o peso desta ilha no âmbito do arquipélago, ao longo destes anos, observam-se dois períodos distintos: nos anos de 1771-73 ocupou a segunda posição, logo atrás da capital; entre 1774-75 perdeu esse posto para Santo Antão, passando a figurar no terceiro lugar. Apesar desta dualidade, a contribuição de São Nicolau para a Fazenda Real de Cabo Verde foi constante nestes cinco anos, oscilando entre os 11% e os 12% do total. Em termos gerais, Santiago continuava a ser o grande sustentáculo financeiro de Cabo Verde, produzindo sempre mais de metade das suas receitas, embora seja apreciável a queda registada nestes anos, certamente fruto da maior incidência da crise nesta ilha, como já foi notado. Santo Antão e São Nicolau detinham o lugar imediatamente a seguir, muito longe da capital, mas também algo distante das demais. O Fogo, outrora segunda classificada em todos os indicadores, passava agora para uma situação híbrida, que a colocava ora juntamente com as duas anteriores (numa posição sempre inferior), ora a aproximava das demais. As restantes ilhas permaneciam no último lugar, embora pontualmente obtivessem rendimentos que as aproximavam das intermédias.

Os mapas referidos continham, além dos valores das receitas obtidas, as despesas anuais realizadas em cada ilha, as quais eram fixas, a fim de estabelecer um balanço da situação da Fazenda Real no arquipélago, calculado para os anos de 1771 a 1775 <sup>326</sup>.

<sup>326</sup> Mapa da despesa anual com a folha eclesiástica, militar e civil das ilhas de Cabo Verde e suas anexas e demonstração do prejuízo que a Companhia de Grão-Pará e Maranhão tem experimentado na manutenção das ilhas de Cabo Verde desde os anos de 1771 até 1775 (cf. AHU, CV, cx. 40, doc. 54).



1771-1775	Receitas	Despesas	Balança
Santiago	13.778.915	62.218.180	- 48.439.265
Santo Antão	3.092.196	1.593.000	+ 1.499.196
<b>São Nicolau</b>	<b>2.841.136</b>	<b>964.625</b>	<b>+ 1.876.511</b>
Boavista	986.146	505.000	+ 481.146
Maio	1.571.500	385.000	+ 1.186.500
Fogo	1.621.574	2.207.500	- 585.926

QUADRO 13 – Balanço da Fazenda Real em Cabo Verde (1771-1775)

No que se refere às despesas, podemos afirmar que eram realizadas essencialmente na ilha de Santiago, onde se localizava toda a estrutura de governo civil, militar e religioso do arquipélago, como o Governo-geral, a Ouvidoria-Geral, a Provedoria da Real Fazenda e a sede do bispado; esta ilha consumia mais de 90% das receitas produzidas em Cabo Verde. A seguir, mas a grande distância, estava a ilha do Fogo que, pelo facto de ter sido a segunda a ser povoada, detinha estruturas de poder superiores às das demais; como se viu, esta posição do Fogo estava já desadequada em relação à sua realidade financeira, dado que agora era apenas a quarta ilha com mais rendimentos. Santo Antão e São Nicolau, as ilhas que rendiam mais a seguir à capital, ocupavam o lugar seguinte, embora a primeira gastasse consideravelmente mais que a segunda. As restantes despendiam metade, ou ainda menos, do que se praticava em São Nicolau.

Assim, as únicas ilhas deficitárias eram Santiago e Fogo, a primeira porque sustentava as instituições centrais de Cabo Verde, a segunda devido ao facto das suas estruturas não estarem dimensionadas para o novo lugar que ocupava no contexto do arquipélago. Todas as restantes apresentavam lucros, contribuindo assim para sustentar as duas anteriores, sobretudo a capital; diga-se que esta realidade não resultava directamente do facto de produzirem grandes receitas, mas antes de terem despesas muito baixas, consentâneas com as frágeis estruturas de poder que possuíam. Acrescente-se a curiosidade de ter sido a ilha de São Nicolau aquela que apresentou o saldo mais positivo durante estes cinco anos. Por fim, diga-se que, apesar de apenas duas ilhas apresentarem saldo negativo, o arquipélago na sua globalidade registou um prejuízo assinalável.

Na década seguinte, cessada a administração da Companhia Geral de Grão-Pará e Maranhão sobre as ilhas, foi realizado um novo orçamento<sup>327</sup>:

1786	Receitas	Despesas	Bbalanço
Santiago	3.025.100	11.965.566	- 8.940.466
Santo Antão	580.000	184.480	+ 395.520
<b>São Nicolau</b>	<b>449.550</b>	<b>122.070</b>	<b>+ 327.480</b>
Boavista	171.200	98.000	+ 73.200
Maio	140.000	68.000	+ 72.000
Fogo	389.066	275.000	+ 114.066

QUADRO 14 – Orçamento de Cabo Verde referente ao ano de 1786

Os valores apresentados não revelam alterações substanciais face aos registados anteriormente. São Nicolau continuou a ser a terceira ilha mais lucrativa do arquipélago, atrás de Santiago e Santo Antão e à frente do Fogo e das restantes; os seus rendimentos conheceram, porém, algum retrocesso, estando abaixo dos valores anuais registados nos inícios da década de 70. No entanto, perante os dados de que dispomos, não nos é possível aferir se este número representou uma tendência geral ou apenas um ano de menores lucros. De facto, logo em 1787, a feitoria da Fazenda Real desta ilha arrecadou 820.132 réis de receitas, quase o dobro do obtido no ano anterior<sup>328</sup>, e cinco anos depois, o feitor António Leite remeteu 650.000 réis para Santiago, como produto dos rendimentos gerais de São Nicolau naquele ano<sup>329</sup>. Em todo o caso, e apesar de alguma falta de diligência no pagamento atempado dos direitos régios, que parece ter permanecido nestas últimas décadas de setecentos<sup>330</sup>, parece que a posição desta ilha no contexto do arquipélago não se alterou grandemente.

<sup>327</sup> Orçamento da receita e despesa anual das ilhas de Cabo Verde, feito na Contadoria Geral da África Ocidental, Baía e suas dependências, por Inácio António Ribeiro, a 14 de Dezembro de 1786 (cf. AHU, CV, cx. 43, doc. 82).

<sup>328</sup> Conta corrente da Fazenda Real da ilha de São Nicolau com o feitor da mesma, Francisco Rodrigues de Brito, no ano de 1787 (cf. AHU, CV, cx. 44, doc. 46).

<sup>329</sup> Balanço geral da receita e despesa da tesouraria das ilhas de Cabo Verde no ano de 1793 (cf. AHU, CV, cx. 48, doc. 17A). Como comparação, diga-se apenas que o balanço das feitorias das ilhas da Boavista e Fogo, naquele ano, permitiu aos seus feitores enviarem respectivamente 373.106 réis e 241.000 réis para Santiago.

<sup>330</sup> Por carta de 16 de Abril de 1799, o governador de Cabo Verde informava D. Rodrigo de Sousa Coutinho que, depois de feitos os exames às contas da ilha de São Nicolau, se detectara que tinham ficado por pagar à Fazenda Real 1.056.326 réis, referentes ao pagamento de foros nos anos precedentes. Segundo aquele oficial a cobrança estava então a fazer-se com rigor, embora com a preocupação de não vexar os foreiros, assegurando-se que as perdas seriam mínimas (cf. AHN, SGG, A1/0514, carta n.º 47).



Em termos de gastos também permaneceram as mesmas posições, estando São Nicolau em quarto, atrás de Santo Antão, Fogo e, sobretudo, de Santiago. O volume de despesas terá, aliás, acompanhado a tendência de diminuição ou aumento de receitas da ilha em cada ano, o que se explica, por exemplo, pelo facto do valor dos ordenados dos oficiais da feitoria ser calculado na base de uma percentagem fixa, sobre as receitas arrecadadas anualmente. Assim, se em 1787 se geraram o dobro dos rendimentos em São Nicolau, também as despesas praticamente duplicaram: de 122.070 réis passou-se para 251.867 réis. Podemos, contudo, dizer que a capital era agora a única ilha deficitária, tendo a do Fogo conseguido recuperar desta posição negativa; Santo Antão e São Nicolau apresentavam os saldos mais positivos do arquipélago.

Globalmente, podemos definir uma trajectória ascendente do peso de São Nicolau nos rendimentos gerais de Cabo Verde. Até ao século XVII, esta ilha, bem como as demais do Barlavento, valeram essencialmente pelos tributos que os seus donatários pagavam à Coroa, verba que constituía, nesta fase, uma renda suplementar para as receitas gerais do arquipélago. Embora em crescimento, o contributo destas ilhas era ainda uma parcela menor, se comparada com os lucros da Alfândega da cidade da Ribeira Grande. O século XVIII marcou definitivamente uma alteração deste panorama, mercê do enfraquecimento do comércio tradicional de Santiago com a Guiné, com o Reino e com os mercadores estrangeiros, levando as ilhas anteriormente periféricas a tomar um lugar primordial. São Nicolau, onde a agricultura conheceu um enorme progresso e as outras actividades foram cuidadosamente legisladas, foi catapultada para um segundo ou terceiro lugar entre as ilhas mais rendosas e onde os balanços de receita e despesa eram mais positivos.

## SOCIEDADE E RELIGIÃO

### Povoamento e demografia

O primeiro tema que nos parece relevante tratar dentro deste capítulo é a dinâmica de povoamento da ilha, desde a sua descoberta, até aos finais do século XVIII. Esta tarefa revela-se particularmente difícil, dado que o primeiro censo da população data de 1731; antes disso as nossas interpretações podem apenas basear-se em apreciações de ordem qualitativa, feitas em diversas alturas, e a propósito de assuntos variados.

Podem registar-se uma série de fontes que parecem indicar a inexistência de habitantes na ilha de São Nicolau, durante os primeiros dois séculos após o descobrimento: em 1498 foi doado o «gaado da ylha de Sam Nicolao» ao conde de Portalegre<sup>1</sup>, expressão que parece indicar a inexistência de quaisquer habitantes, sobre os quais o dito senhor pudesse exercer alguma forma de jurisdição; poucos anos depois, Valentim Fernandes dizia que a ilha «hé pouorada de cabras e nã de gete»<sup>2</sup>; ainda em 1577, o rei D. Sebastião cedeu à condessa D. Filipa da Silva os direitos sobre o gado da ilha de São Nicolau, não falando em habitantes<sup>3</sup>; finalmente em 1606, dizia um eclesiástico que nas ilhas de Santo Antão, São Nicolau e Boavista «não há mais que gado»<sup>4</sup>. Estas fontes têm sido levadas rigorosamente à letra, pelo que se tem

<sup>1</sup> Cartas de D. Manuel I para D. Diogo da Silva Meneses, dadas a 30 de Março de 1498 (cf. *Chancelaria D. Manuel I*, liv. 31, fl. 88-88v; liv. 31, fl. 105). Documentos publicados por: PMA, vol. II, doc. 213, pp. 363-64 e doc. 214, pp. 365-67; HGCV-CD, vol. I, doc. 41, pp. 115-17.

<sup>2</sup> Cf. MMA, 2.ª série, vol. I, Lisboa, 1958, doc. 115, pp. 740-46. Também publicado por A. Fontoura da Costa, *Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes (1506-1508)*, s.l., 1939, p. 51.

<sup>3</sup> Cf. SHCVG, parte I, cap. V, p. 152.

<sup>4</sup> Carta do padre Baltazar Barreira para o padre João Álvares, feita em São Miguel da Serra Leoa, a 1 de Agosto de 1606 (cf. MMA, 2.ª série, vol. IV, Lisboa, 1968, doc. 45, pp. 159-174).



afirmado que a ilha terá permanecido praticamente deserta durante todas estas décadas de domínio senhorial<sup>5</sup>.

Porém, tal como foi observado para Santo Antão<sup>6</sup>, cremos que é difícil acreditar nesta teoria, senão como se compreenderia que, logo em 1504, tenham sido desembarcadas em Lisboa 7.980 peles de gado, das quais se tirara o décimo real na própria ilha<sup>7</sup>. Aquela actividade pressupunha a existência de pelo menos um escasso contingente de escravos, com as funções de caçar o gado que se encontrava espalhado e, depois de abatido, tratá-lo de forma a extrair os seus derivados; é de crer que a salga da carne e o curtimento das peles se fizesse na própria ilha. Desde os primeiros tempos há igualmente referências à presença de flora exógena, o que faz antever, pelo menos, uma rudimentar actividade agrícola<sup>8</sup>. Além disso, como se entenderia o testemunho de Francisco de Andrade (1582), o qual declarava que os moradores de São Nicolau eram confessados anualmente por um padre que ali se deslocava<sup>9</sup>, e as preocupações dos religiosos para que os seus habitantes fossem objecto de assistência religiosa, se não houvesse nela mais do que animais; segundo uma fonte religiosa, em 1595 já «passão de setenta as pessoas do Sacramento»<sup>10</sup>. Recordamos, também, que o trajecto do navio que o conde de Portalegre mandava anualmente às suas ilhas incluía uma longa estadia em São Vicente para «fazer a fazenda», ao passo que apenas previa uma pequena paragem em São Nicolau, para proceder à carga das mercadorias ali produzidas ao longo do ano, pelos seus moradores<sup>11</sup>.

Assim, tudo indica que o povoamento de São Nicolau se tenha iniciado de forma sistemática, nos anos de 1570-80, aliás como aconteceu na vizinha ilha de Santo Antão, constituindo-se ambas como o primeiro grupo de ilhas que se povoaou após as pioneiras Santiago e Fogo<sup>12</sup>. A justificação para este

<sup>5</sup> Cf. João Lopes Filho, *Ilha de S. Nicolau. Cabo Verde. Formação da Sociedade e Mudança Cultural*, vol. I, s.l., 1996, pp. 35-36.

<sup>6</sup> Artur Teodoro de Matos, «Santo Antão de Cabo Verde: Gente, Recursos e Organização do Poder nos Séculos XVI e XVII. Elementos para o seu Estudo», in *op. cit.*, pp. 345-46.

<sup>7</sup> Título de escravos de São Tomé e de várias mercadorias provenientes das ilhas de Cabo Verde, feito em 1504 (cf. IAN/TT, *Corpo Cronológico*, III-2-35, publicado na HGCV-CD, vol. I, doc. 56, pp. 149-51).

<sup>8</sup> Cf. Gaspar Frutuoso, *Livro Primeiro das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, 1966, p. 182.

<sup>9</sup> Relação das ilhas de Cabo Verde, de Francisco de Andrade, feita a 26 de Janeiro de 1582 (cf. AGS, *Guerra Antigua*, maço 122, fls. 180 e ss., publicado MMA, 2.ª série, vol. III, Lisboa, 1964, doc. 42, pp. 97-107).

<sup>10</sup> Vejam-se as seguintes fontes: informação de Fernão Novais de Queiroga, tesoureiro-mor da Sé de Cabo Verde, feita a 7 de Setembro de 1595 (cf. IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 1, fls. 67v-68, publicado na MMA, 2.ª série, vol. III, Lisboa, 1964, doc. 94, pp. 381-82); SHCVG, parte I, cap. V, p. 178.

<sup>11</sup> Instrumento de carta de fretamento e obrigação, feito a 22 de Fevereiro de 1580 (cf. IAN/TT, *Cartório Notarial* 15, cx. 8, liv. 39, fls. 53v-58v).

<sup>12</sup> Vejam-se os trabalhos de Artur Teodoro de Matos, «Diversidade e Complementaridade na Formação da Sociedade Colonial Caboverdiana...» e «Santo Antão de Cabo Verde: Gente,

facto está, por certo, nas suas características geográficas, que as afastavam das demais áridas e planas e as aproximavam da montanhosa e relativamente verdejante ilha capital. O facto destas terem sido excluídas como locais de expansão agrícola, por parte dos habitantes da ilha de Santiago, ter-se-á ficado a dever exclusivamente à distância geográfica que as afastava, beneficiando assim a ilha do Fogo<sup>13</sup>. Quanto à origem destes primeiros povoadores, é praticamente impossível determiná-la, sugerindo uns que a maioria deles tivesse vindo da ilha da Madeira<sup>14</sup>, outros que a principal fonte para o seu povoamento fosse o próprio arquipélago de Cabo Verde, nomeadamente as já habitadas ilhas de Santiago e Fogo<sup>15</sup>.

Poucas informações temos sobre o número de habitantes de São Nicolau durante o século XVII, destacando-se apenas a de Frei Teodoro de Bruxelas, um missionário cuja embarcação naufragou acidentalmente naquela ilha, obrigando-o a viver nela mais de um ano, e a do bispo de Cabo Verde. O primeiro indicava que, por volta de 1670, existiriam entre 900 e 1.000 habitantes na ilha, um número consideravelmente mais baixo que a estimativa que fazia para Santo Antão (4.000), mas bastante superior aos indicados para Boavista (500) e Maio (200)<sup>16</sup>. Quanto ao bispo, em carta de 13 de Julho de 1678, informava que viviam perto de 1.000 indivíduos em São Nicolau, confirmando assim os números do missionário<sup>17</sup>. Bentley Duncan, fazendo eco dos relatos de viagem de William Dampier à ilha, realizada em 1683, descreveu a elite de São Nicolau nos seguintes termos: um feitor, três ou quatro indivíduos bem vestidos e 20 ou 30 homens com roupas de trapos<sup>18</sup>. Esta seria, assim,

Recursos e Organização do Poder nos Séculos XVI e XVII...». João Lopes Filho e João Paulo Aparício (*O Forte do Príncipe Real...*, pp. 32-33) pensam que o povoamento sistemático de São Nicolau ter-se-á começado a fazer na viragem para o século XVII, sendo frequentada, antes disso, por moradores das ilhas vizinhas.

<sup>13</sup> Cf. Ilídio Cabral Baleno, «Povoamento e Formação da Sociedade», in HGCV, vol. I, pp. 146-47 e 180-82.

<sup>14</sup> Cf. Elisa Silva Andrade, *Les îles du Cap-vert de la «Découverte» à l'Indépendance Nationale (1460-1975)*, Paris, 1996, p. 53. Segundo esta autora, brancos madeirenses, acompanhados dos seus escravos negros, estiveram na base da sociedade mestiça que se estabeleceu em São Nicolau, nos primeiros séculos de povoamento.

<sup>15</sup> Maria Manuel Ferraz Torráo, «Rotas Comerciais, Agentes Económicos, Meios de Pagamento», in HGCV, vol. II, pp. 100-101.

<sup>16</sup> Carta de Frei Teodoro de Bruxelas para os cardeais da Propaganda, escrita em Sevilha, a 1 de Janeiro de 1670 (cf. APF, *Scrittura Riferiti nelle Congregazioni Generali*, vol. 423, fls. 121-27, publicado na MMA, 2.ª série, vol. IV, Lisboa, 1991, doc. 106, pp. 281-87).

<sup>17</sup> Parecer do Conselho Ultramarino, dado em Lisboa, a 4 de Novembro de 1678 (cf. AHU, CV, cx. 6A, doc. 133).

<sup>18</sup> Cf. T. Bentley Duncan, *op. cit.*, p. 183. Este autor fez também estimativas sobre a população das várias ilhas de Cabo Verde para alguns anos, não indicando porém as suas fontes e a forma de cálculo destes números (pp. 255-56); este facto, associado à comparação com as fontes acima citadas e com o já mencionado censo de 1731, levam-nos a dar pouco crédito às suas



pouco povoada e constituída essencialmente por homens de baixa condição, comandados por um punhado de dirigentes.

É, pois, apenas através do censo de 1731, que podemos conhecer melhor a população desta ilha, bem como de todas as do arquipélago e terras dependentes na costa da Guiné. Esta contagem foi realizada pelas autoridades eclesiásticas do bispado, provavelmente a instituição com melhor implantação no terreno, a pedido do monarca, tendo decorrido a sua elaboração entre os anos de 1725 e 1730<sup>19</sup>. Nesta data São Nicolau tinha, então, 2.658 habitantes, o que representava 9% da população de Cabo Verde (fig. 8), números que a colocavam em quarto lugar, no quadro das ilhas mais povoadas do arquipélago. À sua frente ficavam apenas Santiago (que tinha mais de metade da população, com 18.234 indivíduos [61%]), Santo Antão (a mais populosa do Barlavento, com 4.302 [14%]) e o Fogo (que perdera o seu tradicional segundo lugar, com 3.766 [12%]). São Nicolau detinha, pois, um nível intermédio de povoamento no contexto insular, integrando-se, embora numa posição inferior, nas duas ilhas de segunda linha, a grande distância tanto da capital, como das restantes habitadas, Brava (587), Boavista (443) e Maio (407). A percepção destes resultados pelas autoridades superiores do arquipélago, antes mesmo deste numeramento ser conhecido, levou a que estas pedissem um regimento para a aplicação da justiça em São Nicolau, dado que «*está já muito povoada*»<sup>20</sup>.

A mesma situação terá inspirado José da Costa Ribeiro a propor ao monarca a criação de concelhos nas ilhas de São Nicolau e Santo Antão, tal como existia no Fogo. O ouvidor-geral ter-se-á apercebido daqueles três níveis de povoamento do arquipélago, preconizando para cada um, uma fórmula de administração própria; neste sentido, a reforma empreendida nas ilhas de Maio e Boavista determinou a existência de uma estrutura burocrática muito mais leve<sup>21</sup>.

propostas. Este indicava para São Nicolau, 140, 300 e 650 habitantes, respectivamente em 1580, 1650 e 1720. Se analisarmos os dados deste autor vemos que aponta 300 habitantes para 1650, ao passo que Frei Teodoro de Bruxelas conta 1.000 para uma data anterior a 1670. Por outro lado, o censo de 1731 registava 2.658 pessoas, ao passo que Duncan indica 650 para 1720; por esta razão, não damos crédito aos dados que apresenta.

<sup>19</sup> Lista do Bispado de Cabo Verde de que é bispo D. Frei José de Santa Maria (cf. AHU, CV, cx. 14, doc. 33). Utilizámos no nosso estudo, e na elaboração de todos os gráficos, a publicação deste censo feita por António Carreira, «O Primeiro «Censo» de População da Capitania das Ilhas de Cabo Verde (1731)», in *RHES*, Janeiro-Junho 1984, pp. 51-66.

<sup>20</sup> Carta do ouvidor-geral Sebastião de Bravo Botelho para o rei, feita na ilha de Santo Antão, a 3 de Agosto de 1727 (cf. AHU, CV, cx. 12, doc. 39).

<sup>21</sup> Carta do ouvidor-geral José da Costa Ribeiro para o rei, feita na cidade da Ribeira Grande, a 16 de Abril de 1731 (cf. AHU, CV, cx. 14, docs. 27 e 28).

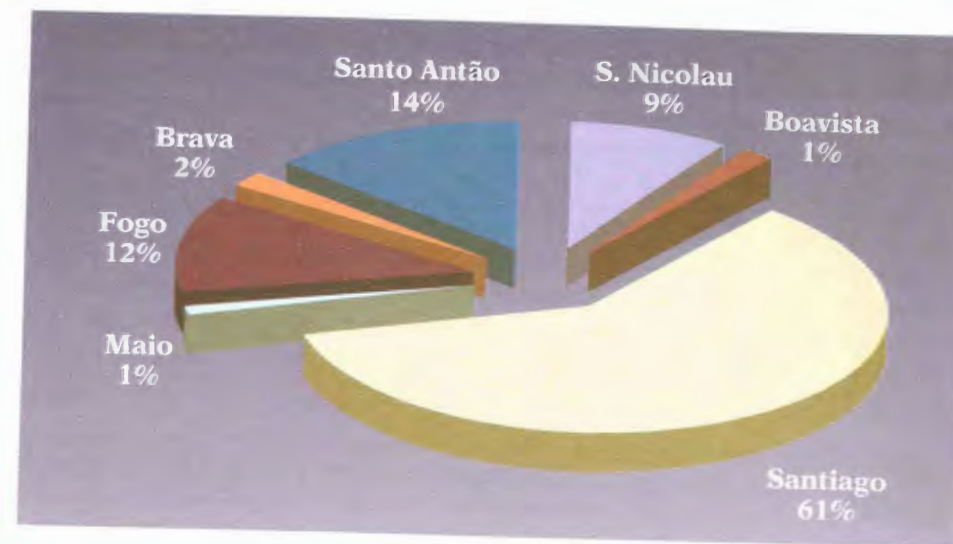


FIGURA 8 – Gráfico das percentagens da distribuição da população do arquipélago por ilhas

O censo de 1731 continha, porém, bastantes mais informações que apenas o número total de habitantes de cada ilha. Nela se fazia a distribuição segundo a situação social, a faixa etária, o estado civil e o sexo.

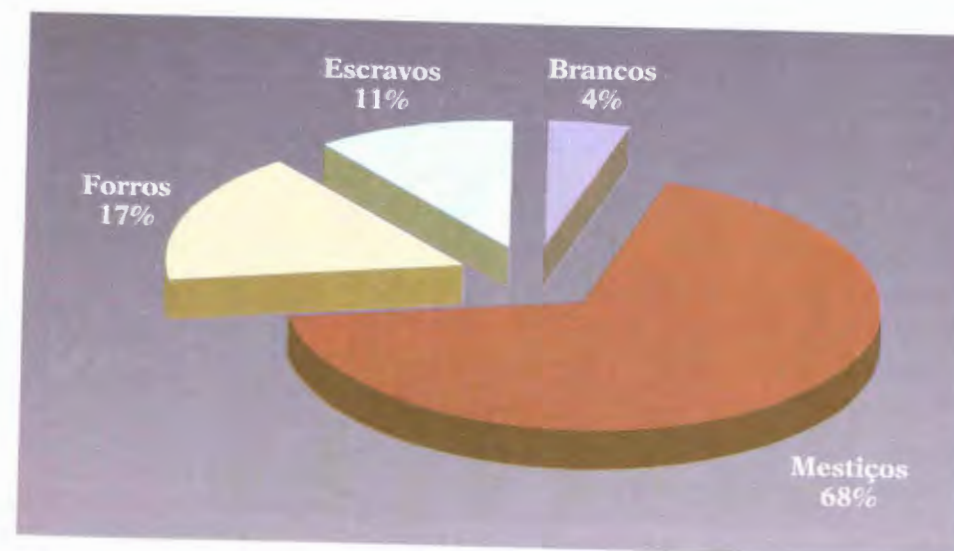


FIGURA 9 – Gráfico das percentagens de cada grupo social na população de São Nicolau

Os autores deste censo dividiram toda a população de Cabo Verde em quatro grupos: brancos, mestiços, forros e escravos. Tratam-se de classificações que têm a ver com a cor da pele e a pureza de sangue, os critérios prin-



	S. Nicolau	Santiago	Fogo	Brava	Maio	Santo Antão	Boavista	Total
<b>Branços</b>	117	394	237	25	2	10		785
<b>Mestiços</b>	1800	2477	2198	370	160	1746	108	8859
<b>Forros</b>	454	12139	401	159	204	1900	264	15521
<b>Escravos</b>	287	3224	930	33	41	646	71	5232
<b>TOTAL</b>	<b>2658</b>	18234	3766	587	407	4302	443	30397

	S. Nicolau	Santiago	Fogo	Brava	Maio	Santo Antão	Boavista	Média
<b>Branços</b>	4%	2%	6%	4%	0%	0%	0%	3%
<b>Mestiços</b>	68%	14%	58%	63%	39%	41%	24%	29%
<b>Forros</b>	17%	67%	11%	27%	50%	44%	60%	51%
<b>Escravos</b>	11%	18%	25%	6%	10%	15%	16%	17%

QUADRO 15 – Números reais e percentagens de cada grupo social em Cabo Verde

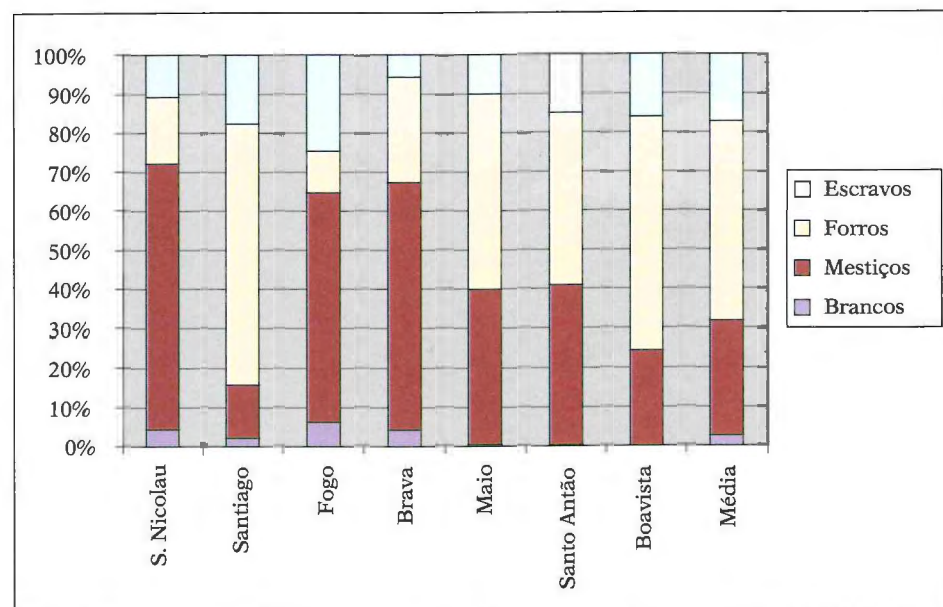


FIGURA 10 – Gráfico das percentagens de cada grupo social na população de Cabo Verde

cipais de estratificação social, segundo os padrões mentais da época. Dentro dos indivíduos pretos, fazia-se ainda uma diferenciação, consoante a sua condição fosse livre (os forros) ou servil (os escravos). Assim, em São Nicolau existiam 117 brancos, 1.800 mestiços, 454 forros e 287 escravos, representando respectivamente 4%, 68%, 17% e 11% da população total da ilha (fig. 9). Era, assim, uma sociedade fortemente dominada pelo elemento mestiço, por indivíduos que resultavam de ligações entre indivíduos brancos (os europeus, muito provavelmente a maioria portugueses) e pretos (os antigos escravos trazidos do continente africano)<sup>22</sup>. Os negros eram outro grupo importante na ilha, embora se possa desde já afirmar que aqui os escravos eram relativamente poucos; a economia, nomeadamente a agricultura e a criação de gado, desenvolviam-se pois com base em população livre, quer fosse mestiça, quer fosse preta<sup>23</sup>. Por fim, diga-se que os brancos eram uma pequeníssima minoria, mas deteriam por certo as posições políticas e económicas mais relevantes na sociedade.

Comparando esta realidade com a do restante arquipélago (fig. 10 e quadro 15), podemos afirmar que a estrutura da população de São Nicolau se assemelhava bastante à do Fogo e da Brava; nestas três ilhas dominava claramente o grupo dos mestiços (58% a 68% da população), os pretos eram um grupo relevante mas sempre minoritário (entre 28% e 36%) e, apesar de muito poucos, os brancos existiam em maior quantidade que em qualquer outra parte de Cabo Verde (4% a 6%). Eram, pois, ilhas onde o fenómeno da miscigenação tinha um grande significado, mas onde continuavam, apesar de tudo, a existir alguns brancos. Por oposição a estas, temos as de Santiago, Maio e Boavista, onde a grande maioria da população era negra (entre 61% e 84%), estes eram sobretudo forros (51% a 66%), os mestiços tinham um lugar relevante mas secundário (14% a 39%) e praticamente não existiam brancos (2% a 0%). Diga-se que Santiago era o exemplo mais acabado desta sociedade, onde os casos de uniões inter-étnicas eram raras e os negros eram a grande maioria, porquanto estes representavam 84% da população, existindo apenas 14% de mestiços; em compensação, dentro deste grupo de ilhas, a capital apresentava uma significativa quantidade de brancos, sobretudo a cidade da

<sup>22</sup> Sobre a origem destes veja-se o estudo de António Carreira, *Cabo Verde – Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata...*, pp. 291-319.

<sup>23</sup> Não podemos estar de acordo com Elisa Silva Andrade (*op. cit.*, pp. 111 e 143), quando afirma que o sistema de produção escravagista foi dominante no arquipélago de Cabo Verde até à abolição do seu tráfico, durante o século XIX, mesmo salientando ela a importância do elemento mestiço em algumas ilhas do Barlavento (não referindo São Nicolau). Parece-nos que os números enunciados negam esta afirmação, pelo menos no que diz respeito à ilha em estudo. Segundo uma carta de D. João V para José da Costa Ribeiro, redigida em Lisboa, a 14 de Julho de 1733, ao contrário do que acontecia em Santo Antão, não existiam quaisquer escravos da Fazenda Real, na ilha de São Nicolau (cf. AHU, CV, cx. 13, doc. 23).



Ribeira Grande, facto que se justifica pela sua condição de centro político do arquipélago. Por fim, acrescente-se que a situação de Santo Antão representava um certo compromisso entre estas duas estruturas demográficas: os brancos eram muito escassos (0%), a população negra era maioritária (59%), mas existia também uma significativa percentagem de mestiços (41%). Afigura-se-nos bastante difícil justificar esta dualidade na composição da população do arquipélago, sendo necessário fazer estudos aprofundados sobre todas as ilhas para obter uma resposta cabal. É-nos difícil compreender porque é que nas ilhas de São Nicolau, Fogo e Brava se formaram tantos mestiços, ao passo que nas restantes esse processo de fusão étnica se deu muito mais lentamente.

Por este censo ficamos, também, a saber a faixa etária, o sexo e o estado civil de cada um dos quatro grupos referidos. Assim, os brancos de São Nicolau eram essencialmente adultos (62%), representando as crianças apenas 38% do seu total; diga-se porém que, em nosso entender, o autor deste levantamento considera as crianças como indivíduos de muito tenra idade, sem a mínima capacidade de trabalho, provavelmente menores de 7 anos. Por outro lado, afigura-se-nos curioso que a maioria dos brancos adultos desta ilha sejam do sexo feminino (47%); tradicionalmente, nos diversos espaços da expansão portuguesa, os indivíduos oriundos do Reino eram homens, eram estes que sozinhos partiam para as terras de além-mar, chegando alguns a desposar mulheres naturais dessas partes; aqui eles não representavam mais que 15%. Tudo indica que o escasso fluxo de europeus que, nesta data ou em épocas anteriores, se deslocava para São Nicolau fosse composto por famílias inteiras. Há ainda a possibilidade de, em diversas ocasiões, terem sido enviadas para a ilha mulheres brancas solteiras, provavelmente de baixa condição, a fim de se matrimoniarem com os mestiços mais importantes,

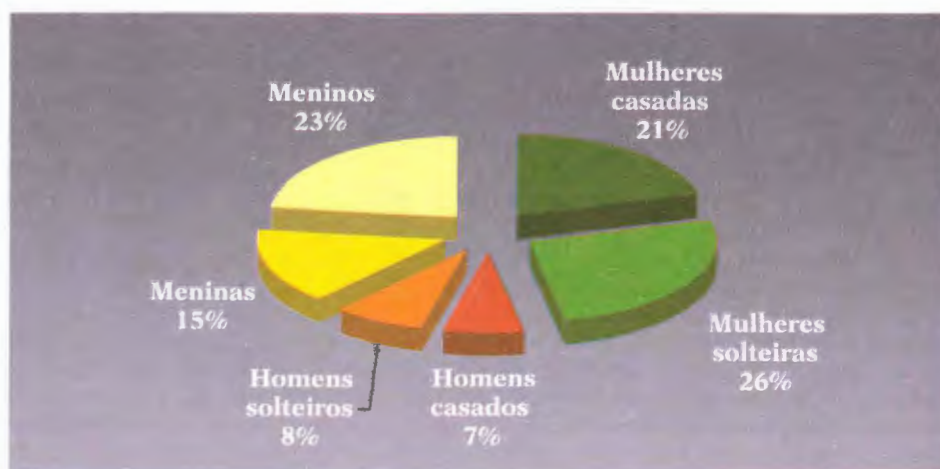


FIGURA 11 – Gráfico da composição dos brancos da ilha de São Nicolau

contribuindo assim para o povoamento do território. Aliás, se analisarmos os dados do estado civil, vemos que os homens casados (7%) não chegavam para as mulheres casadas existentes (21%), o que nos faz supor que muitas delas teriam desposado homens mestiços ou pretos.

Quanto aos mestiços regista-se uma maior igualdade de sexos, dado que as mulheres totalizavam 34% da população adulta, ao passo que os homens representavam 30%. As crianças detinham, neste grupo, uma quota parte muito semelhante à que tinham entre os brancos (36%), o que parece fugir à tendência natural para que as classes trabalhadoras, sobretudo agrícolas, tenham mais filhos; caso este fenómeno tivesse lugar, então a mortalidade também seria superior, hipótese que também não é de rejeitar. Quanto ao estado civil, podemos dizer que aqui se confirma igualmente uma divisão quase equitativa entre adultos casados e solteiros, embora os primeiros sejam sempre menos que os segundos. Por outro lado, e ao contrário do que acontecia com os brancos, os números de mulheres e homens casados combinam na perfeição (14% nos dois casos), o que, quanto a nós, não revela que os mestiços se casavam todos entre si, mas que os homens mestiços casavam com as mulheres brancas e que as mulheres mestiças se matrimoniavam com homens pretos. Esta suposição é, de certa forma, confirmada pela análise da distribuição da população negra forra.

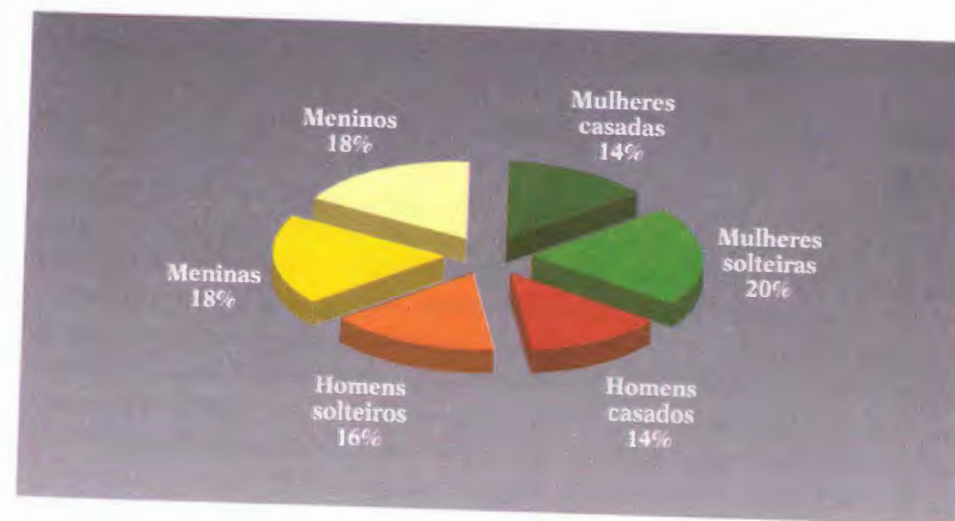


FIGURA 12 – Gráfico da composição dos mestiços da ilha de São Nicolau

Neste grupo a distribuição por sexos já é praticamente equitativa, registando-se 30% de mulheres e 29% de homens; as crianças representam cerca de  $\frac{2}{5}$  do grupo. Quanto ao estado civil, confirma-se a preposição atrás enunciada, dado que há bastante mais homens (13%) que mulheres (9%) casadas;



estes recrutariam talvez as suas esposas no grupo dos mestiços. Verifica-se, pois, a regra de que os homens de São Nicolau procuravam a sua ascensão social através do casamento, diligenciando no sentido de encontrar a sua noiva no grupo imediatamente superior na hierarquia social <sup>24</sup>.

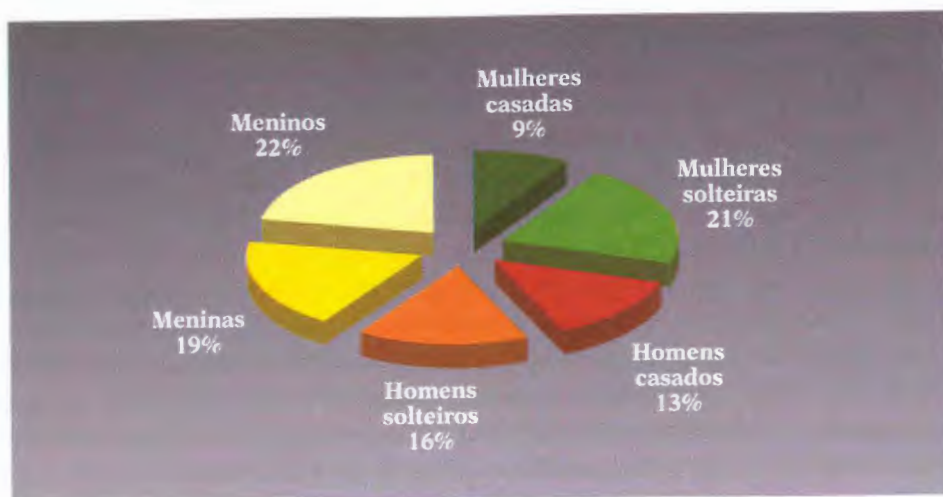


FIGURA 13 – Gráfico da composição dos forros da ilha de São Nicolau

Finalmente veja-se o caso dos escravos, cujos efectivos já vimos serem pouco significativos em todas as ilhas, mas particularmente nesta, onde eles representavam a segunda percentagem mais baixa de todo o arquipélago (11%), bem longe das ilhas pioneiras no povoamento e campeãs neste indicador, o Fogo (25%) e Santiago (18%). Em São Nicolau, estes tinham uma estrutura algo diferente dos restantes grupos sociais da ilha. Por um lado, o número de crianças era consideravelmente mais reduzido (33%), facto que se justificaria pelas condições sociais a que estavam sujeitos e pela maior taxa de mortalidade. Por outro lado, a escravatura era essencialmente feminina (50%), não passando os homens adultos de 21% do total; este facto é, quanto a nós, ainda mais revelador de que estes não constituíam o essencial da mão-de-obra que trabalhava os campos; estas escravas desempenhariam, no entanto, importantes papéis no processo produtivo, executando tarefas menores no trabalho agrícola e artesanal, na criação e tratamento do gado.

<sup>24</sup> Não é, porém, de excluir que alguns forros desta ilha procurassem também as suas esposas entre as mulheres escravas, como parece ter acontecido noutros pontos do arquipélago. Uma carta régia para o ouvidor-geral de Cabo Verde, de 7 de Fevereiro de 1701, determinava que aquele oficial procurasse impedir que os senhores de escravas as retivessem no cativeiro, através de especulação no seu preço, caso algum preto forro quisesse casar com elas e as libertar (cf. AHN, SGG, A1/0004, fls. 97-99).

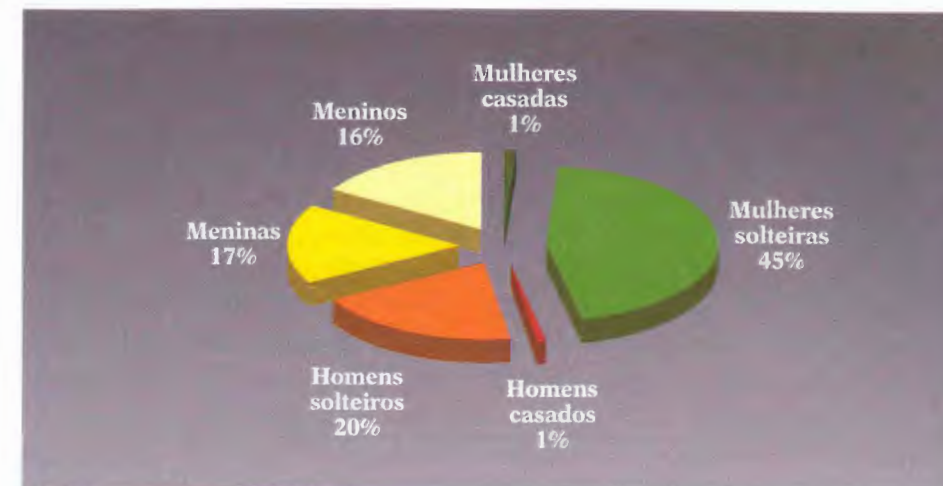


FIGURA 14 – Gráfico da composição dos escravos da ilha de São Nicolau

Finalmente diga-se que o casamento era um fenómeno sem expressão entre este grupo, dado que apenas 2% dos escravos se tinham matrimoniado.

Concluindo, podemos dizer que, em 1731, São Nicolau era uma ilha moderadamente povoada no contexto do arquipélago, integrando o grupo de ilhas de segunda linha, juntamente com o Fogo e Santo Antão. Era largamente dominada por mestiços, como acontecia em apenas mais duas ilhas do arquipélago, fruto de uma longa tradição de miscigenação entre brancos europeus e pretos africanos, um processo que aliás parecia continuar a acentuar-se. Os negros eram um grupo com relativa importância, mas a economia não estava dependente da mão-de-obra servil, já que estes eram pouco numerosos; pelo contrário, o processo de mestiçagem e de casamentos inter-étnicos transformava, cada vez mais, os forros em crioulos. Finalmente, as crianças não representavam mais de  $\frac{2}{5}$  da população e as mulheres eram ligeiramente mais numerosas que os homens. Como já se disse, foi esta realidade populacional que levou o ouvidor José da Costa Ribeiro a propor a criação dum concelho na ilha de São Nicolau: para ele, esta já ascendera a totais muito significativos, pelo que seria urgente criar organismos que as governassem; por outro lado, quando lhe diziam que as gentes da ilha não teriam competência para se administrarem, ele respondia que «ainda que se posa dizer não há homens brancos do Reino, e sim brancos da terra [...] e propriamente sejam mulatos, e muitos pretos, respondo, que segundo a qualidade da gente da terra, assim a governança della» <sup>25</sup>.

<sup>25</sup> Informação de José da Costa Ribeiro para o rei, escrita na cidade da Ribeira Grande, a 16 de Abril de 1731 (cf. AHU, CV, cx. 14, docs. 27 e 28 e AHN, SGG, A1/0001, fls. 72v-74v e 101-103).



Poucas informações temos mais, sobre a evolução da população da ilha na primeira metade do século XVIII. Parece que terá sofrido com a fome que ali ocorreu na década de 40, situação que obrigou alguns dos seus habitantes a migrarem para outras ilhas, menos atingidas pela carestia; temos notícias de que naturais de São Nicolau partiram para a Brava nesta data, sendo porém alvo de perseguições por parte das autoridades locais<sup>26</sup>.

Por meados do século, Correia de Matos deu-nos algumas apreciações sobre a gente de São Nicolau, sobretudo a sua camada dirigente. Procurando um escrívão e um meirinho que o ajudassem na sua visita, porque os que trazia de Lisboa tinham morrido, dizia ele que aquela ilha era «hua terra destituida de sugeitos, em que podesse caber a escolha». Nesta situação, o referido oficial acabou por optar pelo secretário do antigo governador Cunha d'Eça, «que se achaua quazi ao dezamparo naquella Ilha». De facto, nesta como noutras passagens, o desembargador sindicante dá-nos a ideia da inexistência ou escassez de elite letrada, capaz de exercer cargos administrativos. Esse era, segundo a sua opinião, um dos principais motivos para a desorganização da Fazenda Real em São Nicolau; bastaria o regimento deixado por Costa Ribeiro para que aqueles indivíduos se orientassem, «se os officiaes fossem outra casta de gente, sam pretos, e tem facil desculpa na

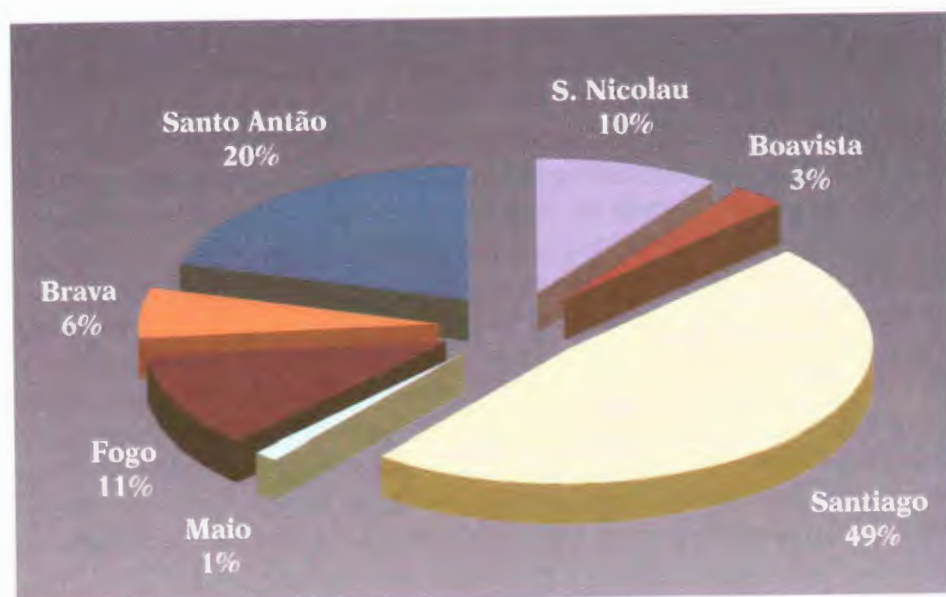


FIGURA 15 – Gráfico das percentagens da distribuição da população de Cabo Verde (1774)

<sup>26</sup> Carta de Caetano de Melo e Albuquerque, capitão e sargento-mor da ilha do Fogo, para o rei, feita na vila de São Filipe, a 20 de Março de 1747 (cf. AHU, CV, cx. 20, doc. 53).

sua ignorancia»<sup>27</sup>. No seu entender, não bastava elaborar regulamentos, era preciso pô-los em prática, para mostrar como se deveria fazer.

Foi feito um novo numeramento da população do arquipélago de Cabo Verde, também pelos párocos das várias freguesias, em Setembro de 1774, antecedendo uma grave crise mortalidade que se fez sentir nos meses seguintes<sup>28</sup>:

Ilhas	Fogos	Habitantes	Lavradores	Fazendeiros	Criadores
Santiago	4.269	24.358	1.611	541	900
Santo Antão	1.998	10.215	558	0	15
Fogo	1.026	5.728	545	287	254
<b>S. Nicolau</b>	<b>1.198</b>	<b>5.000</b> <sup>29</sup>	<b>290</b>	<b>103</b>	<b>87</b>
Brava	564	3.190	438	0	196
Boavista	207	1.440	222	0	808
Maio	173	708	0	119	146
<b>Total</b>	<b>9.435</b>	<b>50.639</b>	<b>3.664</b>	<b>1.050</b>	<b>2.406</b>

QUADRO 16 – Números reais da distribuição da população de Cabo Verde (1774)

Estes números revelam-nos que a população cresceu em todas as ilhas de Cabo Verde entre 1731 e 1774, embora de forma diferenciada em cada uma delas; o seu peso demográfico relativo foi, por isso, alterado. A divisão das ilhas em três grupos, consoante o número da sua população, deixou basicamente de fazer sentido, dada a ocorrência das seguintes mutações: Santiago continuou a deter uma posição cimeira, representando praticamente metade da população total, mas perdeu parte da sua centralidade (passou de 61% para 49%); Santo Antão descolou das restantes duas ilhas classificadas como intermédias, passando a possuir 20% dos habitantes do arquipélago; São Nicolau e o Fogo mantiveram-se sensivelmente nas mesmas posições (10% e 11% respectivamente); a Boavista, mas sobretudo a Brava, tiveram um aumento muito considerável (de 1% para 3% e de 2% para 6% respecti-

<sup>27</sup> Relatório de Custódio Correia de Matos, redigido na ilha de Santiago, a 15 de Janeiro de 1753 (cf. AHU, CV, cx. 24, doc. 41).

<sup>28</sup> Enviado para o rei pelo governador Joaquim Salema de Saldanha Lobo, a 22 de Julho de 1775 (cf. AHU, CV, cx. 34, doc. 37). Uma relação elaborada em 1778, referente à população do arquipélago nesta data, apresenta números algo diferentes (cf. AHU, CV, cx. 37, doc. 48A).

<sup>29</sup> O número exacto eram 5.188 habitantes, segundo o officio do capitão engenheiro António Carlos Andreis dirigido a Martinho de Melo e Castro, feito em Belém, a 16 de Abril de 1780 (cf. AHU, CV, cx. 40, doc. 9).



vamente), ao passo que a de Maio permaneceu praticamente imutável. Pode assim dizer-se que São Nicolau, apesar de ter visto a sua população aumentar de 2.658 para 5.000 indivíduos, manteve praticamente o mesmo peso no seio do arquipélago; a sua população cresceu, mas num nível inferior ao registado noutras ilhas do Barlavento, especialmente Santo Antão. Em todo o caso, este recenseamento demonstrou, definitivamente, um avanço significativo das ilhas ditas periféricas sobre as duas pioneiras no povoamento de Cabo Verde.

Dá-nos, ainda, informações sobre o número de fogos existente em cada uma das ilhas, os quais acompanham genericamente os respectivos efectivos populacionais. A única curiosidade que destacamos é a de que a ilha de São Nicolau, apesar de ter menos gente que a do Fogo, possuía mais fogos, pelo que concluímos que aí a população estaria organizada em famílias de menores dimensões. Aliás, feita a ponderação entre estas duas variáveis, podemos verificar que São Nicolau e Maio eram as ilhas com menor número de pessoas por casa (4), contrastando bem com as de Santo Antão (5,1), Santiago (5,7), Fogo (5,6), Brava (5,6) e, mais ainda, com a Boavista (7).

Depois da esterilidade a que já fizemos referência, ocorrida precisamente nos anos de 1774-75, a população decresceu muito significativamente. Em Fevereiro de 1775 fez-se nova contagem da população, a fim de avaliar os prejuízos causados por aquela catástrofe, registando-se os seguintes números <sup>30</sup>:

Ilhas	Fogos	Habitantes	Homens	Mulheres
Santiago	2.813	11.580	3.608	5.092
Santo Antão	1.972	5.668	2.648	3.020
Fogo	996	4.225	2.044	2.181
<b>S. Nicolau</b>	<b>1.164</b>	<b>2.920</b>	<b>1.380</b>	<b>1.540</b>
Brava	558	2.115	1.033	1.082
Boavista	200	1.256	578	678
Maio	173	604	261	343
<b>Total</b>	<b>7.876</b>	<b>28.368</b>	<b>11.552</b>	<b>13.936</b>

QUADRO 17 – Números reais da distribuição da população de Cabo Verde (1775)

A intensidade da crise e os valores da mortalidade foram diferenciados nas várias ilhas, como já vimos em capítulo anterior, mas esta fez diminuir muito seriamente o número de habitantes de todas elas. No quadro demográfico de Cabo Verde saído da crise destacava-se a perda de peso, ainda

<sup>30</sup> *Ibidem.*

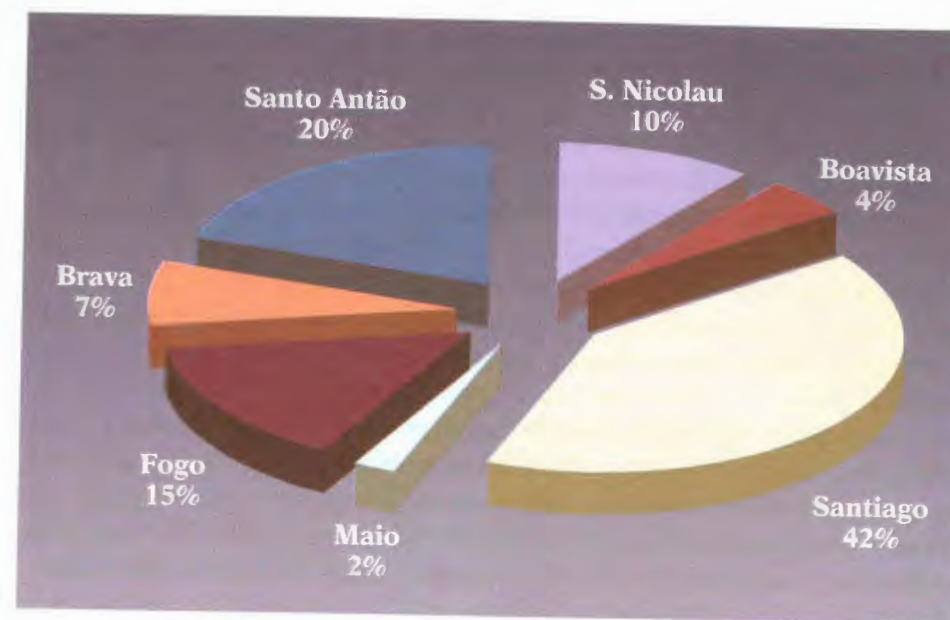


FIGURA 16 – Gráfico das percentagens da distribuição da população de Cabo Verde (1775)

mais intensa, de Santiago face às restantes (de 49% para 42%), o substancial reforço do Fogo (de 11% para 15%) e as subidas ligeiras das restantes ilhas. Pode dizer-se que todas elas viram a sua importância populacional ligeiramente reforçada, em detrimento da capital, onde se fizeram sentir, com maior gravidade, os efeitos da fome e da doença. Neste quadro, São Nicolau, apesar de ter perdido 41.6% dos seus habitantes, passando de 5.000 para 2.920 indivíduos, manteve exactamente a mesma importância no contexto do arquipélago.

Outro aspecto revelado por este recenseamento foi a distribuição da população por sexos. Em São Nicolau, como em todas as outras ilhas, havia mais mulheres que homens, representando as primeiras 53% e os segundos 47% dos seus habitantes. Lembre-se que esta tendência já se verificara no censo de 1731, quando praticamente todos os grupos registavam maior número de membros do sexo feminino; apenas os forros eram constituídos por mais homens que mulheres.

Os levantamentos populacionais de 1774 e 1775 não nos dão quaisquer informações sobre os grupos sociais que existiriam em São Nicolau nesta época. É de crer que não se tenham modificado muito desde 1731, altura em que se verificou um claro predomínio de mestiços, um peso intermédio de negros e uma percentagem muito diminuta de brancos. Porém, algumas informações referentes ao socorro prestado à ilha, durante a crise da década



de 70, revelam-nos uma classificação dos seus habitantes em quatro grupos, feita pelo próprio governador-geral do arquipélago <sup>31</sup>:

- os que tinham rendimentos suficientes para se bastarem a si próprios e às suas famílias, detentores de terras;
- os pequenos comerciantes e artesãos, que pelo seu trabalho conseguiam subsistir economicamente;
- os assalariados, que trabalhavam em terras de outros indivíduos;
- os velhos, os pobres, as viúvas, os órfãos e os incapazes de trabalhar pela idade ou pela doença, que viviam da ajuda dos outros.

Aquando daquela fome, foram vendidos mantimentos aos dois primeiros grupos, ao passo que os dois últimos receberam-nos graciosamente, como esmola. Como dissemos anteriormente, o facto de grande parte dos géneros ter sido vendido, e não dado, aos moradores de São Nicolau, pode indicar-nos que pouca gente viveria numa situação muito desfavorável; porém, foram numerosas as queixas de indivíduos desta ilha, denunciando a impossibilidade de adquirir mantimentos, tão necessários à alimentação naquele contexto de esterilidade, por falta de recursos.

São escassas as informações referentes aos finais do século XVIII, embora seja certo que a tendência geral foi para uma recuperação rápida dos níveis demográficos anteriores à crise. Motivada pela alta natalidade e pela quase insignificante emigração, a população de São Nicolau ultrapassou rapidamente os 4.000 indivíduos <sup>32</sup>, atingindo exactamente os 4.544 habitantes em 1803. Por fim, registe-se que há algumas notícias sobre a presença de estrangeiros, nomeadamente de ingleses, a habitarem na ilha, alguns dos quais atingindo posições de relevo social e político <sup>33</sup>.

<sup>31</sup> Cópia das ordens que fez praticar nas ilhas de Cabo Verde, em nome do rei, o governador Joaquim Salema de Saldanha Lobo, feita na ilha de Santiago, a 17 de Junho de 1774 (cf. AHU, CV, cx. 33, doc. 54).

<sup>32</sup> «Breve noticia da Ilha de S. Nicolau e da facilidade com que para ella se pode mudar a Sé, e o Governo da ilha de S. Tiago» (cf. AHU, CV, cx. 39, doc. 20, publicada em apêndice, doc. 2) e extracto e algumas reflexões sobre a consulta feita no Conselho Ultramarino, a 2 de Setembro de 1779 (cf. AHU, CV, cx. 39, doc. 10A).

<sup>33</sup> Exemplifique-se com o caso da família de Thomas Albert, que abraçou a religião romana após a sua morte. Segundo a certidão de Manuel Gomes Livramento, vigário da igreja paroquial matriz de Nossa Senhora do Rosário, de 20 de Setembro de 1771, a viúva adoptara o nome Margarida Maria do Rosário, casando-se novamente com o português António Leite, ao passo que a filha passou a apelar-se Ana Joaquina Soares (cf. AHU, CV, cx. 42, doc. 43). Cite-se também Estêvão Spencer, que serviu seis anos como feitor da ilha de São Nicolau, por mandado do governador João Zuzarte de Santa Maria (cf. AHU, CU, cód. 486, fls. 407v-408), chegando mais tarde a capitão-mor da ilha, por patente do governador Manuel António de Sousa e Meneses (cf. AHN, SGG, A1/0009, fls. 41-42v).

## Distribuição espacial da população

Quanto à distribuição espacial da população na ilha de São Nicolau, é muito difícil detectar quais terão sido os seus lugares de eleição, embora se possam traçar algumas conjecturas. Geralmente tem-se afirmado que o porto da Lapa, no lado oriental da ilha (Ponta Leste) e um pouco a Oeste do campo da Preguiça, foi o seu primeiro centro de fixação populacional, com particular desenvolvimento no século XVI. Este teria sido abandonado nos inícios da centúria seguinte, quando a pirataria começou a assolar repetidamente aquelas águas, e mesmo as ilhas, do arquipélago; nessa altura, os seus habitantes ter-se-iam refugiado nos vales do interior, como no da Ribeira Brava, onde teriam edificado a povoação principal <sup>34</sup>. Tal tradição foi sustentada arqueologicamente por um religioso que habitou em São Nicolau no séc. XIX. Este relatou que, junto àquele porto, ainda era possível descortinar ruínas de alguns edifícios, dos quais se destacavam uma igreja e uma casa da alfândega; ainda assim, a pequena dimensão daquele templo fazia antever que o lugar tivesse sido escassamente povoado. Para este autor, o qual confessava fazer eco da tradição popular e não de fontes históricas, o abandono da povoação junto ao porto da Lapa ter-se-á dado pela esterilidade dos terrenos envolventes e pela falta de água naquele local (características que de facto se verificam), tendo-se então escolhido um vale bem irrigado, a Ribeira Brava, para fixação da povoação; porém, esta só teria recebido aquela denominação em 1693 <sup>35</sup>.

Desta forma, e apesar de serem escassas e não totalmente conclusivas as fontes que apontam para o pioneirismo do povoamento na Lapa, para mais que não restam ali hoje em dia quaisquer vestígios compatíveis com construções daquele período, temos notícias de que em 1580 era este o ancoradouro utilizado para realizar as cargas e descargas das mercadorias pertencentes ao senhor da ilha, o conde de Portalegre; era nele que estava certamente instalada a única autoridade existente em São Nicolau, o feitor <sup>36</sup>. Nesta época, o resto da ilha seria certamente bastante despovoado, não se registando a formação de qualquer aglomerado populacional distante da costa; a cartografia é um bom indicador para avaliar este estado semi-desértico do interior

<sup>34</sup> Cf. António Correia da Silva, «Espaço, Ecologia e Economia Interna», in HGCv, vol. I, p. 213; José Joaquim Lopes de Lima, *op. cit.*, Livro 1.º, parte II, p. 61.

<sup>35</sup> Cf. Cónego Joaquim da Silva Caetano, «A Ilha de S. Nicolau. Comunicação à Sociedade de Geographia de Lisboa», in *op. cit.*, n.º 5 (pp. 311-19) e n.º 6 (pp. 347-61).

<sup>36</sup> Instrumento de carta de fretamento e obrigação, feito a 22 de Fevereiro de 1580 (cf. IAN/TT, *Cartório Notarial* 15, cx. 8, liv. 39, fls. 53v-58v).



de São Nicolau<sup>37</sup>. A recentragem da população na Ribeira Brava, ocorrida provavelmente nos finais do século XVII, terá então acontecido por razões estratégicas, a mais capaz defesa face aos ataques piratas, e económicas, as melhores condições para a prática da agricultura<sup>38</sup>. Ela coincidiu com importantes transformações na estrutura política, económica e social da ilha, com o fim do regime senhorial, o início da exploração sistemática da terra e o crescimento do número da população. Em todo o caso, parece-nos que a Lapa não terá perdido totalmente a sua função portuária, ao longo do período aqui abordado, porquanto temos notícia da nomeação sucessiva, ao longo da segunda metade de setecentos, de um corpo militar para a sua defesa, como se viu atrás. Ele destinar-se-ia, sobretudo, a dissuadir a acostagem de elementos estranhos à ilha, ligados ao comércio ilegal ou à própria pirataria, mas tal não significa que a Lapa não tenha continuado a servir como porto secundário, utilizando-se a sua pequena mas abrigada baía em caso de impossibilidade da Preguiça.

A verdade é que, com o decorrer do tempo, a Ribeira Brava foi-se tornando o principal núcleo de povoamento. Localizada no interior, situava-se na encruzilhada das várias realidades geográficas de São Nicolau: a Sul estava o campo da Preguiça e, não muito longe, a maior e mais segura baía de acostagem de embarcações, a de São Jorge; a Oriente iniciava-se a Ponta Leste, uma região relativamente árida, mas com potencialidades ao nível da criação de gado; a Norte estavam os terrenos mais ricos, irrigados e húmidos, bem como as maiores elevações da ilha, a zona agrícola por excelência. De facto, a Ribeira Brava acabava por reunir as melhores condições para o estabelecimento da povoação principal, fundamentalmente por duas razões: era um dos cursos de água mais viçosos da ilha, sendo também dos vales mais amplos, onde era possível a prática mais intensiva da agricultura e actividades complementares; tendo estas características, era a ribeira que se encontrava mais próximo e com melhor acesso ao principal porto.

Pouco sabemos sobre a sua vida colectiva e é impossível determinar a sua população. Em 1731, Costa Ribeiro, ao propor a elevação desta povoação a vila e a criação do respectivo concelho, dizia haver nela «mais de 260 vezinhos»<sup>39</sup>; neste caso, estaria certamente a referir-se à pequena elite branca e

<sup>37</sup> Ao mesmo tempo que surge precocemente na cartografia uma abundante toponímia no interior da ilha de Santiago, regista-se uma flagrante pobreza no que se refere às ilhas do Barlavento, nomeadamente a São Nicolau, onde apenas a linha de costa e os portos naturais são registados (cf. António Leão Correia e Silva, «A Sociedade Agrária. Gentes das Águas: senhores, escravos e forros», in *HGCV*, vol. II, p. 284).

<sup>38</sup> Cf. João Lopes Filho e João Paulo Aparício, *O Forte do Príncipe Real...*, pp. 39-40.

<sup>39</sup> Informação de José da Costa Ribeiro para o rei, escrita na cidade da Ribeira Grande, a 16 de Abril de 1731 (cf. AHU, CV, cx. 14, docs. 27 e 28 e AHN, SGG, A1/0001, fls. 72v-74v e 101-103).

mestiça, base das futuras eleições municipais e dos governos camarários. Na década de 70 do século XVIII, a Ribeira Brava era descrita como contendo cerca de 400 casas, mais algumas choupanas, uma suficiente igreja, uma boa casa da vigararia (onde viveram alguns bispos da diocese) e uma cadeia. Dizia-se, também, que lá existira um hospício, fundado pelo desembargador Correia de Matos, que o doara aos frades franciscanos; porém, apesar de habitarem nele dois religiosos, o ouvidor Silveira Sampaio decidira apreender o referido imóvel, transferindo-o para a Fazenda Real<sup>40</sup>.

Grande dinamizador da vida de São Nicolau, o bispo D. Frei Cristóvão de São Boaventura terá desempenhado também um papel importante no urbanismo da vila. Deveu-se a ele, segundo a tradição, o arruamento condigno da principal artéria da Ribeira Brava, bem como a construção da igreja matriz<sup>41</sup>. De facto, a grande maioria das casas da vila estavam dispostas aleatoriamente, sem qualquer organização ou planificação, além de que praticamente nenhuma tinha relevância do ponto de vista arquitectónico; eram construídas maioritariamente com barro e pedra, sendo apenas cobertas de palha<sup>42</sup>. Esta mesma imagem é-nos transmitida por uma gravura, sem data definida, mas que deverá ser dos finais do século XVIII ou inícios da centúria seguinte<sup>43</sup> (ver adiante).

Nela se vislumbra a localização da vila, implantada no vale da ribeira que lhe deu o nome, rodeada por elevações de alguma altitude. O casario estava disposto numa encosta de forma muito aleatória, não se notando quaisquer traços de ortogonalidade das ruas. Observam-se diversos tipos de construções: a igreja, localizada no centro da vila, o edifício que mais se destacava, pela sua arquitectura e dimensão; uma grande casa, em primeiro plano, cercada e rodeada por um extenso quintal, coberto por densa vegetação; algumas habitações de tamanho médio, com dois andares e uma varanda em madeira, de tipo sobrado (tipologia que ainda persiste em algumas vilas do arquipélago nos nossos dias); numerosas casas térreas, com poucas janelas, implantadas sobretudo na periferia. Do lado direito da imagem, vêem-se algumas bananeiras e maior quantidade de vegetação, que certamente acompanharia o curso da Ribeira Brava, como era comum na ilha.

<sup>40</sup> «Breve notícia da Ilha de S. Nicolau e da facilidade com que para ella se pode mudar a Sé, e o Governo da ilha de S. Tiago» (cf. AHU, CV, cx. 39, doc. 20, publicada em apêndice, doc. 2).

<sup>41</sup> Cf. Cónego Joaquim da Silva Caetano, «A Ilha de S. Nicolau. Comunicação à Sociedade de Geographia de Lisboa», in *op. cit.*, n.º 6 (p. 356).

<sup>42</sup> Ensaio físico e político da ilha de São Nicolau, feito no ano de 1803, por António Pusich (cf. Orlando Ribeiro, «As ilhas de Cabo Verde no princípio do século XIX», in *op. cit.*, pp. 628-29).

<sup>43</sup> Publicada por Luís Silveira, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, Lisboa, s.d., vol. II, pp. 132-33.





FIGURA 17 – Vila da Ribeira Brava da ilha de S. Nicolau nos finais do século XVIII

Numa fase de maior crescimento populacional, São Nicolau terá conhecido uma forma de desenvolvimento do seu espaço rural semelhante à que se dera anteriormente em Santiago, com os habitantes a disporem-se essencialmente em torno das principais fontes de água, as ribeiras, e em torno de uma igreja de freguesia<sup>44</sup>. Foi isto mesmo que aconteceu na região Norte da ilha, a zona que era, como já se disse, a de maiores potencialidades agrícolas e, certamente, uma das melhores do arquipélago. Não é de espantar que tenha sido um dos locais mais habitados a seguir à vila principal, embora a forma de povoamento fosse mais disseminada pelo espaço, como é próprio de áreas rurais. Esta região veio a ser contemplada com uma freguesia na década de 60 do século XVIII: de facto, como veremos de seguida, nesta época o bispo determinou que esta área fosse separada da vila da Ribeira Brava e passasse a constituir uma paróquia à parte, sediada na povoação das Queimadas e designada por Nossa Senhora da Lapa<sup>45</sup>. A escolha desta encaixada e profunda ribeira como sede da segunda freguesia deveu-se, certamente, ao facto de ser das com maior potencial agrícola, aquela que se encontrava mais

<sup>44</sup> A conceptualização das ribeiras-freguesias da ilha de Santiago foi-nos sugerida pelo trabalho de António Leão Correia e Silva, «A Sociedade Agrária. Gentes das Águas: senhores, escravos e forros», in *HGCV*, vol. II, pp. 282-285.

<sup>45</sup> Parecer do Conselho Ultramarino, dado a 3 de Outubro de 1765 (cf. AHU, CV, cx. 29, doc. 24).

próxima da povoação principal, à qual era possível aceder percorrendo ribeira acima, até transpor a elevação que lhe serve de nascente e que a separa do vale da Ribeira Brava. Região essencialmente agrícola, terá sido uma das zonas mais afectadas pela crise de 1774-75, relatando-se que ficou reduzida, nessa altura, a não mais de 50 casais<sup>46</sup>. Nos inícios do século XIX, apesar da grande recuperação, continuava a estar numa posição claramente subalterna em relação à capital da ilha, contando apenas com 629 habitantes, face aos 3.915 registados na freguesia de Nossa Senhora do Rosário da vila da Ribeira Brava<sup>47</sup>.

Outro foco de instalação da população foi o porto da Preguiça, que terá ganho importância nos finais do século XVII, quando a povoação principal passou a ser a Ribeira Brava e este o seu ancoradouro mais próximo. Em 1720 já lá havia um bom número de habitantes, tendo-se entretanto construído um caminho para a vila<sup>48</sup>. Como toda a ilha, terá sofrido importantes modificações por acção do bispo D. Frei Cristóvão de São Boaventura: segundo a tradição, foi a ele que se deveu a abertura de um poço de boas águas naquele porto, factor decisivo para o seu desenvolvimento, dado que era imprescindível para o abastecimento dos navios que o escalavam<sup>49</sup>. Além do comércio, também a agricultura terá influído no desenvolvimento desta região, já que à sua volta se localizava um grande campo de razoáveis terras agrícolas, sobretudo para o cultivo de plantas menos exigentes em termos de humidade, o denominado Campo da Preguiça.

Assim, o povoamento da ilha de São Nicolau ao longo destes séculos, depois do abandono parcial do porto da Lapa, ter-se-á centrado essencialmente no eixo Preguiça – Ribeira Brava – Queimadas, regiões que reunindo características ideais como porto, vale agrícola mais amplo e melhor ribeira agrícola, tinham também comunicações relativamente facilitadas, sobretudo se atendermos ao carácter vigoroso do relevo desta ilha (fig. 6). Como foi afirmado atrás, em meados de setecentos, o sindicante Correia de Matos traçou, pela primeira vez, directrizes quanto à forma de expansão do povoamento em São Nicolau, bem como às actividades económicas a desenvolver

<sup>46</sup> Segundo a *Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde* (1784), publicada por António Carreira, Lisboa, 1985, p. 33.

<sup>47</sup> Ensaio físico e político da ilha de São Nicolau, feito no ano de 1803, por António Pusich (cf. Orlando Ribeiro, «As ilhas de Cabo Verde no princípio do século XIX», in *op. cit.*, pp. 628-29).

<sup>48</sup> Cf. João Lopes Filho e João Paulo Aparício, *O Forte do Príncipe Real...*, p. 37. O nome de Preguiça provém, segundo a tradição oral, da ociosidade dos seus moradores, que viviam sobretudo da pesca e se recusavam a fazer trabalhos pesados.

<sup>49</sup> Cf. Cónego Joaquim da Silva Caetano, «A Ilha de S. Nicolau. Comunicação à Sociedade de Geographia de Lisboa», in *op. cit.*, n.º 6 (p. 356) e José Joaquim Lopes de Lima, *op. cit.*, Livro 1.º, parte II, p. 60-62. É este também o testemunho da memória estatística sobre as ilhas de Cabo Verde, realizada em 1807 (cf. BNL, *Reservados*, cód. 1678, fls. 1-28).



em cada uma dessas regiões<sup>50</sup>. Previu, então, a expansão agrícola para zonas como a Fajã e Cenoural, a encosta húmida do Monte Gordo, a fresca terra do Cabeçalinho e a Ribeira da Prata, pondo ainda a hipótese de outros cursos de água nesta vertente serem igualmente aproveitados. Na verdade, o que aquele oficial estipulava era a expansão do povoamento rural na área com melhores condições para o trabalho da terra, mas que se encontrava simultaneamente mais próxima do primitivo núcleo de ocupação da ilha, criando um segundo eixo populacional Fajã – Cachaço (encosta do Monte Gordo) – Cabeçalinho. Este, para além de comunicar com o núcleo primitivo de povoamento através das Queimadas (como ainda hoje segue a estrada) ou da própria subida da Ribeira Brava (um caminho rural que também subsiste), permitia igualmente o estabelecimento de uma ligação ao segundo porto mais importante de São Nicolau, o Tarrafal, para o qual se desce facilmente a partir do Cabeçalinho. Incluída neste eixo, embora de forma um pouco autónoma, era a zona da Portela, que seria reservada para a criação de gado manso da Fazenda Real e que, portanto, não conheceria um povoamento muito intensivo.

Para mais tarde ficava a ocupação de zonas que, beneficiando de potencial agrícola, tinham acesso mais difícil, como sejam a Praia Branca, a Covoad, a Fragata ou Calhaus, áreas que só a bravura dos habitantes de São Nicolau permitiu que fossem, até aos nossos dias, habitadas. Mais ainda no que se refere à árida Ponta Leste, dado que, em meados do século XVIII, ainda se previa que áreas como Juncalinho, Castelhanos, Carriçal ou Figueirinha, ficassem reservadas para a criação de gado bravo, ou seja, permanecessem desocupadas.

### Assistência Religiosa

A forma de assistência religiosa prestada, ao longo dos séculos em estudo, à população da ilha de São Nicolau é outro dos temas que gostaríamos de abordar. Desde muito cedo que as autoridades eclesiásticas do arquipélago se preocuparam com a assistência que davam às ilhas do Barlavento. Estas encontravam-se numa posição muito periférica face à sede de bispado, instalada na cidade da Ribeira Grande da ilha de Santiago. Este facto é, quanto a nós, a principal prova de que, desde o século XVI, para lá foram

<sup>50</sup> As determinações do desembargador Custódio Correia de Matos, expressas nos capítulos (3.º e 4.º) de 13 de Novembro de 1752 e no seu provimento (item 9) de 1 de Outubro de 1753 (cf. AHN, SGG, A1/0001, fls. 120v e 123v, publicado em apêndice, doc. 1) foram copiadas e alargadas na versão conhecida do «Regimento da Fazenda Real...», de 1793 (cf. Luiz de Bivar Guerra, «A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos...», in *op. cit.*, pp. 266-67).

habitar pequenas comunidades de povoadores; se estes não existissem, porque se preocuparia a Igreja em aumentar a sua presença naquelas paragens?

De facto, temos notícias de que em 1582 existiam igrejas em Santo Antão, São Nicolau, Boavista e Maio, «nas quais se confissão e comunhão uma vez no ano todos os moradores delas, pelo padre cura que para isso manda o bispo deste bispado»<sup>51</sup>. Porém, passado pouco tempo, as dignidades da Sé de Cabo Verde queixaram-se ao monarca, afirmando que a assistência religiosa prestada em São Nicolau era muito deficiente; além da falta de uma igreja condigna, registava-se que «passão de setenta as pessoas do Sacramento», as quais chegavam a não se confessar e a esperar pela administração dos ditos sacramentos durante mais de três anos. Desta forma, parecia-lhes que a visita ocasional de um cura à ilha era insuficiente, sendo necessário colocar lá um clérigo permanente; este deveria ser pago através dos dízimos. O rei acabou por aceitar esta proposta, fixando em 40.000 réis anuais o valor da sua cóngrua, aos quais se acrescentaria o vinho e farinha para as hóstias<sup>52</sup>.

Mas esta decisão acabou por não ter grande efeito, já que todas as notícias que temos apontam no sentido de que a assistência espiritual permaneceu a cargo de visitantes, geralmente nomeados pelo bispo entre os membros do cabido, que anualmente se deslocavam a São Nicolau na época pascal, a partir de Santiago, e que auferiam 10.000 réis de ordinária; recorde-se que, nesta altura, já Santo Antão tinha um vigário permanente<sup>53</sup>. A situação prolongou-se ao longo do século XVII, sabendo nós que, em 1652, pagaram-se 28.000 réis ao cónego Francisco Correia de Alvarenga, pela sua visita às ilhas de São Nicolau, Boavista e Maio<sup>54</sup>.

<sup>51</sup> Relação das ilhas de Cabo Verde, de Francisco de Andrade, feita a 26 de Janeiro de 1582 (cf. AGS, *Guerra Antigua*, maço 122, fls. 180 e ss., publicado MMA, 2.ª série, vol. III, Lisboa, 1964, doc. 42, pp. 97-107).

<sup>52</sup> Informação de Fernão Novais de Queiroga, tesoureiro-mor da Sé de Cabo Verde, feita a 7 de Setembro de 1595 (cf. IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. 1, fls. 67v-68, publicado na MMA, 2.ª série, vol. III, Lisboa, 1964, doc. 94, pp. 381-82). Nesta decisão, o monarca afirmava que o clérigo deveria ser pago através dos dízimos, «enquanto não constar ser obrigação de poer cura o donatario da dita Egreija, que hé o Conde de Portalegre». Veja-se sobre este assunto a obra de Nuno da Silva Gonçalves, *Os Jesuítas e a Missão de Cabo Verde (1604-1642)*, Lisboa, 1996, p. 62.

<sup>53</sup> São vários os documentos que registam esta realidade: caderno das ordinárias que se pagam na ilha de Santiago, de 15 de Junho de 1613; certidão de António Carvalho, escrivão dos Contos e Almoxarifado de Cabo Verde, de 6 de Julho de 1615; resposta a carta régia, feita a 11 de Julho de 1619 (cf. AHU, CV, cx. 1, docs. 26, 51 e 102). Veja-se também o artigo de Maria Emília Madeira Santos e Maria João Soares, «Igreja, Missão e Sociedade», in *HGCV*, vol. II, pp. 432-33.

<sup>54</sup> Folha das ordinárias dos eclesiásticos, feita na ilha de Santiago, a 26 de Junho de 1652 (cf. AHU, CV, cx. 4, doc. 39). Nesta altura assistia-se a uma grande concentração de clérigos na cidade da Ribeira Grande, em detrimento das restantes regiões do arquipélago; esta, ainda que pobre, apresentava-se como «o centro eclesial mais organizado e estável» do arquipélago (cf. Nuno da Silva Gonçalves, *op. cit.*, p. 63).



É pela carta de Frei Teodoro de Bruxelas que ficamos a conhecer o estado espiritual da ilha em estudo nesta época: o missionário que ali naufragou e permaneceu mais de um ano, foi recebido com entusiasmo pela população, a qual dizia «*está grandemente destituída de toda consolacion espiritual por viuir y estar siempre en esta Isla sin sacerdote alguno*». O religioso afirmava que o mais grave era que, quando algum dos cerca de 900 moradores morria, não havia um clérigo que o confessasse e lhe administrasse os sacramentos funerários. Por outro lado, descrevia-se uma situação em que os habitantes, apesar de cristãos, desconheciam a doutrina, dado que à medida que Frei Teodoro e os seus companheiros iam exercendo o seu trabalho sacerdotal «*el pueblo quedó tan admirado, como deseoso*». Parece que, de facto, a população de São Nicolau acolheu com carinho os religiosos, convencendo-os a ficar mais um ano, durante o qual lhes foi ensinada alguma doutrina religiosa; segundo o missionário, sempre que se fazia uma festa na igreja, todos ficavam muito contentes. Outro aspecto interessante, salientado por este religioso, era o facto de os visitantes só virem à ilha quando a ela se dirigia o navio que ia buscar os couros. Frei Teodoro criticava, ainda, o curto período de estadia e a má conduta destes prelados, acusados de apenas quererem extorquir dinheiro à população, utilizando-se da sua posição de religiosos, e de estarem sobretudo interessados em fazer comércio <sup>55</sup>.

Em 1677, o bispo de Cabo Verde decidiu finalmente tornar imprescindível o envio de párocos permanentes para as ilhas do Barlavento, nomeadamente para São Nicolau <sup>56</sup>. Estes embarcaram na Páscoa deste ano, acompanhados de um visitante, de tudo o que era necessário para o exercício do sacerdócio (algumas alfaías tinham sido tiradas das igrejas da capital) e de instruções para que os seus moradores lhes pagassem as cóngruas 40.000 réis, porque a Fazenda Real não podia ser sobrecarregada; a esta deveriam caber as despesas de frete das embarcações e os mantimentos. O limite máximo de tempo previsto para a sua permanência nas ilhas era de um ano, pelas dificuldades de residência e pelo isolamento a que seriam votados, ficando todo aquele tempo sem um clérigo a quem se pudessem confessar. Outro dos desígnios do bispo era criar clero nativo que assistisse naquelas ilhas, uma vez que era difícil assegurar voluntários que para elas se quisessem deslocar. Para isso,

<sup>55</sup> Carta de Frei Teodoro de Bruxelas para os cardeais da Propaganda, escrita em Sevilha, a 1 de Janeiro de 1670 (cf. APF, *Scritture Riferiti nelle Congregazioni Generali*, vol. 423, fls. 121-27, publicado na MMA, 2.ª série, vol. IV, Lisboa, 1991, doc. 106, pp. 281-87). Na sequência desta visita, pediam-se sacerdotes para São Nicolau e para as demais ilhas povoadas sem assistência espiritual.

<sup>56</sup> No regimento do governador de Cabo Verde João Cardoso Piçarro, de 10 de Maio do ano anterior, o monarca ordenava a este oficial que verificasse se, no que respeitava à propagação da fé, os donatários das ilhas do Barlavento cumpriam com as suas obrigações (cf. AHN, SGG, A1/0004, fl. 276v).

mandou vir oito jovens, dois por cada ilha de São Nicolau, Maio e Boavista, a fim de aprenderem gramática na capital <sup>57</sup>.

Porém, a situação não estabilizou imediatamente: no mesmo ano, o marquês de Gouveia, através do seu feitor, recusou-se a pagar a cóngrua do pároco de São Nicolau, pelo que o bispo voltou a pedir ajuda ao monarca. Este, apesar dos conselhos contrários do provedor da Fazenda e do Conselho Ultramarino <sup>58</sup>, acabou por não obrigar o donatário a cumprir as suas obrigações, limitando-se a avisar os moradores da ilha de que, se não pagassem aquela importância, ficariam sem assistência espiritual <sup>59</sup>. Assim, parece que em 1684 já não se encontravam, de novo, párocos permanentes naquelas ilhas, dado que o bispo os teve que voltar a prover, com uma verba suplementar atribuída ao bispado <sup>60</sup>. Algumas décadas depois voltava-se ao sistema de visitantes periódicos, os quais deveriam percorrer as ilhas prestando assistência espiritual, punindo os prevaricadores «debaixo da pena de excomunhão» e verificando do estado das estruturas eclesásticas: igrejas, ermidas, capelas, oratórios, pias baptismas e todas as alfaías litúrgicas. Tinham ainda a obrigação de nomear e tomar contas aos mordomos das fábricas das igrejas e superintender todas as confrarias <sup>61</sup>. Quanto à proposta de criação de clero nativo, feita pelo mesmo bispo, não conhecemos o sucesso que teve; o que se sabe é que, anos depois, o seu sucessor D. Frei Vitorino Portuense retomou a ideia, pedindo ao soberano para que fosse criado em Cabo Verde um seminário, projecto que também acabou por ficar esquecido por muitos anos, após a morte deste prelado.

Durante o século XVIII a situação tendeu a estabilizar: para além da passagem ocasional de alguns religiosos capuchinhos <sup>62</sup>, regista-se a presença contínua de um sacerdote na ilha, embora o falecimento de um deles

<sup>57</sup> Carta do bispo D. Frei António de São Dionísio para o rei, feita na ilha de Santiago, a 2 de Junho de 1677 (cf. AHU, CV, cx. 6A, doc. 110) e parecer do Conselho Ultramarino sobre ela, de 4 de Novembro de 1678 (AHU, CU, cód. 478, fls. 24v-25).

<sup>58</sup> Parecer do Conselho Ultramarino, dado em Lisboa, a 4 de Novembro de 1678 (cf. AHU, CV, cx. 6A, doc. 133 / AHU, CU, cód. 478, fls. 24v-25).

<sup>59</sup> Cf. SHCVG, parte II, cap. II, pp. 66-67.

<sup>60</sup> Carta do bispo de Cabo Verde para o rei, de 13 de Julho de 1684 (cf. AHU, CV, cx. 7, doc. 25).

<sup>61</sup> Registo da provisão do bispo D. Frei Francisco de Santo Agostinho, de 6 de Julho de 1715, nomeando o padre João Gomes de Oliveira, vigário da matriz da vila da Praia, como visitante das ilhas do Barlavento (cf. AHN, SGG, A1/0005, fls. 235-235v).

<sup>62</sup> A carta do rei para o provedor da Fazenda de Cabo Verde, de 8 de Janeiro de 1698, dá-nos conta da passagem destes religiosos pela ilha de São Nicolau. Estes tinham regressado a Santiago com um caixão de sabão, procedido das esmolas de umas missas e sufrágios ditos pela alma de um defunto, bem que o provedor queria taxar. Nesta ocasião, o rei determinou que o sabão fosse entendido como uma esmola, pelo que deveria ser livre de direitos (cf. AHU, CU, cód. 489, fl. 138).



acarretasse sempre algum tempo de vacatura dos lugares<sup>63</sup>. Em qualquer dos casos, na década de 30, as directivas de Costa Ribeiro eram claras: além do vigário, São Nicolau deveria ter também um capelão ou coadjutor, dado que era impossível a um sacerdote paroquiar toda a ilha; o ouvidor-geral esclareceu que o provimento de mais um padre não traria custos para a Fazenda Real, porque os dízimos arrecadados chegavam para essa despesa<sup>64</sup>. Contudo, também estas determinações não foram seguidas imediatamente, porque nos anos seguintes o bispo e o cabido daquela diocese queixaram-se que naquela ilha, como nas demais do Barlavento, apenas existia um clérigo, pelo que a população estava sujeita à contingência de ficar sem assistência religiosa, caso este adoecesse ao morresse. Numa delas, alertou-se para o facto das receitas dos dízimos consignados aos ordenados destes religiosos serem insuficientes, dado que os dízimos «dos couros e pelles» não estavam incluídos nesta doação, sendo canalizados para a Alfândega de Santiago<sup>65</sup>. Diga-se que o problema da falta de clérigos não era um exclusivo daquelas ilhas periféricas, uma vez que eles rareavam também nas várias freguesias da ilha de Santiago; contudo, o facto de aí existirem várias paróquias impedia que a população ficasse totalmente desprovida de assistência religiosa.

Anos depois, temos notícia de que o desembargador Custódio Correia de Matos terá mandado erigir um hospício em São Nicolau, confiando a sua administração aos frades franciscanos da Província da Soledade; o objectivo era que, com a vinda destes para a ilha, se colmatasse a mencionada falta de clérigos. Os intentos daquele oficial acabaram por resultar frustrados, apesar de ainda se terem instalado em São Nicolau dois religiosos (Frei António da Macieira e seu companheiro), pois o ouvidor Silveira Sampaio apreendeu, pouco depois, o edifício para a Fazenda Real e deixou os dois homens à sua sorte<sup>66</sup>.

Por meados do século, o principal entrave à existência de um bom governo espiritual na ilha era, sobretudo, a falta de transportes. Esta situação impedia a substituição atempada dos vigários das ilhas do Barlavento<sup>67</sup>

<sup>63</sup> A carta do ouvidor-geral José da Costa Ribeiro para o rei, de 11 de Junho de 1730, dá-nos um exemplo desta situação, ocorrido naquele ano (cf. AHU, CV, cx. 15, doc. 8).

<sup>64</sup> Informação de José da Costa Ribeiro, feita na cidade da Ribeira Grande, a 16 de Abril de 1731 (cf. AHU, CV, cx. 14, docs. 27 e 28 e AHN, SGG, A1/0001, fls. 72v-74v e 101-103).

<sup>65</sup> Parecer do Conselho Ultramarino, de 15 de Maio de 1734 (cf. AHU, CV, cx. 15, doc. 49) e carta do cabido da Sé de Cabo Verde para o rei, feita na cidade da Ribeira Grande, a 5 de Janeiro de 1743 (cf. AHU, CV, cx. 19, doc. 29).

<sup>66</sup> «Breve notícia da Ilha de S. Nicolau e da facilidade com que para ella se pode mudar a Sé, e o Governo da ilha de S. Tiago» (cf. AHU, CV, cx. 39, doc. 20, publicada em apêndice, doc. 2).

<sup>67</sup> Carta de Custódio Correia de Matos, redigida na ilha de Santiago, a 15 de Maio de 1753 (cf. AHU, CV, cx. 24, docs. 50 e 69).

e tornava praticamente inviáveis as visitas do bispo pela sua diocese; numa delas, o prelado ficou retido em São Nicolau nove meses, por não ter meios para dali sair, acabando por ser obrigado a fretar uma balandra inglesa. O bispo queixava-se particularmente dos homens do contrato da urzela, cujos navios eram os únicos a viajar regularmente dentro do arquipélago, por estes se recusarem a levá-lo, pedindo então ao rei que lhe mandasse uma embarcação para o seu serviço<sup>68</sup>. O rei respondeu negativamente a este requerimento, alegando as grandes despesas causadas pelo terramoto de Lisboa (1755), mas ordenou aos contratadores da urzela que pusessem as suas embarcações ao dispor do bispo. Parece, porém, que esta ordem não foi cumprida, dado que estes voltaram a exigir grandes somas para transportar aquele prelado, o que motivou novas queixas<sup>69</sup>. Com a instituição do monopólio comercial da Companhia Geral de Grão-Pará e Maranhão, passou a ser esta a deter o quase exclusivo da navegação em Cabo Verde, pelo que o bispo se viu novamente dependente de uma instituição privada para assegurar as ligações dentro da sua diocese. Como acontecera com os homens do contrato da urzela, também estes foram acusados pelo prelado de obstruírem o bom governo espiritual do arquipélago, cobrando somas elevadíssimas para transportar religiosos de umas ilhas para outras<sup>70</sup>.

A distância do bispo face à capital, motivada pela sua instalação permanente em Santo Antão, acabou por transformá-lo num contra-poder a algumas instituições ali sediadas, nomeadamente ao ouvidor-geral Silveira Sampaio, com quem manteve acesas disputas. Uma das queixas deste oficial contra o prelado era precisamente a sua ausência da sede da diocese, enumerando diversas situações em que a sua presença teria sido necessária; o ouvidor afirmava que o bispo nunca mais voltaria à capital, dado que vendera tudo quanto havia no paço episcopal. Acusava-o, ainda, de praticar inúmeras violências contra os habitantes das ilhas do Barlavento, abusando claramente das suas prerrogativas, fazendo prender todos os elementos da Câmara Municipal que lhe desobedecessem e realizando casamentos forçados entre os moradores<sup>71</sup>. Por oposição, o bispo enviou para Lisboa os resultados

<sup>68</sup> Carta de D. Frei Pedro Jacinto Valente para o rei, escrita na ilha de Santo Antão, a 26 de Julho de 1755 (cf. AHU, CV, cx. 25, docs. 44 e 45).

<sup>69</sup> Parecer do Conselho Ultramarino, dado a 22 de Outubro de 1761 (cf. AHU, CV, cx. 24, doc. 57; cx. 26, doc. 57; cx. 27, doc. 39).

<sup>70</sup> Carta de D. Frei Pedro Jacinto Valente para o rei, redigida na ilha de Santo Antão, a 4 de Junho de 1764 (cf. AHU, CV, cx. 28, doc. 36).

<sup>71</sup> Cartas de João António da Silveira Sampaio, escritas na cidade da Ribeira Grande, a 20 e 29 de Novembro de 1755 (cf. AHU, CV, cx. 25, docs. 54 e 56).



duma pastoral que fizera à ilha de São Nicolau, na qual acusava aquele oficial de abusar de algumas mulheres<sup>72</sup>.

Em qualquer dos casos, esta demorada visita de D. Frei Pedro Jacinto Valente acabou por ser benéfica para as ilhas do Norte do arquipélago. O bispo iniciou esta viagem mal chegou a Cabo Verde e nunca mais regressou à capital, situação que levou, aliás, ao acelerar da decadência da cidade da Ribeira Grande, cujos edifícios religiosos entraram em lenta ruína. De facto, nos primeiros anos de permanência no Barlavento, o bispo mandou reparar as igrejas das ilhas de Santo Antão e São Nicolau que, para além de serem rudimentares do ponto de vista arquitectónico, já apresentavam alguns sinais de destruição<sup>73</sup>. Mandou substituir os seus telhados de palha por outros de telha, edificar altares e colocar imagens no seu interior, nomeadamente na de Nossa Senhora da Conceição da vila da Ribeira Brava<sup>74</sup>. Esta já tinha sido enriquecida, aquando da visita do desembargador Custódio Correia de Matos, com um anel de topázio e diamantes, oferecido à Santa padroeira<sup>75</sup>; além disso, aquele oficial instituíra uma capela na referida igreja, com «aquella decencia com que se fazem em Portugal», a troco de uma verba de 4.000 cruzados, em agradecimento da protecção que esta lhe dera contra os inimigos que criara em Cabo Verde<sup>76</sup>.

Outra acção do bispo D. Frei Pedro Jacinto Valente em São Nicolau foi a erecção de uma segunda paróquia, no lugar das Queimadas, com a evocação de Nossa Senhora da Lapa. Esta abrangeria todo o Noroeste da ilha, uma das zonas mais férteis, nomeadamente o significativo povoamento de cariz rural aí existente, daí que tenha sido sempre designada por freguesia do campo<sup>77</sup>. Com a reforma empreendida por este prelado, passaram a existir 21 freguesias no arquipélago, 11 em Santiago, três no Fogo, duas em São Nicolau e

<sup>72</sup> Termo das devassas feitas nas ilhas de S. Antão, S. Nicolau e Boavista, pelo bispo D. Frei Pedro Jacinto Valente, escrito em Santo Antão, a 20 de Novembro de 1755 (cf. AHU, CV, cx. 25, doc. 56).

<sup>73</sup> Parecer do Conselho Ultramarino, dado a 22 de Outubro de 1761 (cf. AHU, CV, cx. 24, doc. 57; cx. 26, doc. 57; cx. 27, doc. 39). O ouvidor-geral João Vieira de Andrade relatou, em carta datada de 16 de Março de 1762, esta visita ao Barlavento e a ruína em que se encontrava a sede do bispado (cf. AHU, CV, cx. 27, doc. 46).

<sup>74</sup> Parecer do Conselho Ultramarino, dado em Lisboa, a 3 de Outubro de 1765, em resposta a uma carta do bispo de Cabo Verde (cf. AHU, CV, cx. 29, doc. 24).

<sup>75</sup> Carta do padre Manuel Ribeiro do Livramento, capelão da Sé de Santiago, feita na cidade da Ribeira Grande, a 2 de Agosto de 1755 (cf. AHU, CV, cx. 25, doc. 47).

<sup>76</sup> Termo de doação feito por Custódio Correia de Matos, na vila da Ribeira Brava, a 17 de Janeiro de 1754 (cf. AHU, CV, cx. 27, doc. 64). Neste documento, o desembargador oferecia também os seus bens para que fosse construído um convento na ilha, revogando assim parte do testamento que fizera em Lisboa, antes da sua partida.

<sup>77</sup> Como exemplo veja-se o parecer do Conselho Ultramarino, dado a 3 de Outubro de 1765 (cf. AHU, CV, cx. 29, doc. 24).

Boavista e uma em cada uma das restantes ilhas habitadas<sup>78</sup>. Paralelamente, o bispo determinou o aumento do clero em São Nicolau, prevendo a existência de mais um pároco, adstrito à nova freguesia; esta situação não parece ter ficado logo definida, já que em 1779 ainda só era paga cóngrua a um vigário, no valor de 50.000 réis<sup>79</sup>.

Foi só durante o governo do bispo D. Frei Francisco de São Simão, cujo primeiro desembarque em Cabo Verde se deu na ilha de São Nicolau, onde permaneceu de Julho a Dezembro de 1781, que a situação veio a ficar resolvida. Temos notícias de estarem previstos, nesta época, os lugares de vigário, coadjutor (a fazer as vezes do pároco da freguesia da Lapa) e cura da matriz, embora nem todos estes estivessem providos de religiosos; por exemplo, o cargo de coadjutor estava a ser desempenhado por um cónego da Sé de Cabo Verde. Além disso, apenas estava previsto o pagamento de cóngrua ao vigário, pelo que os restantes ganhavam a vida através de esmolas ou de negócios<sup>80</sup>. Nota-se, porém, na acção pastoral deste bispo, um significativo esforço para suprir a falta de clérigos na diocese: quinze dias depois de chegar ao arquipélago, abriu estudos na ilha de São Nicolau, onde começou a leccionar rapazes vindos de várias partes de Cabo Verde; pouco depois ordenou vários presbíteros, que mandou para as ilhas mais necessitadas. Enfim, a demorada passagem do bispo por São Nicolau<sup>81</sup> acabou por ser, mais uma vez, benéfica para a ilha, não só pelo papel central ao nível da instrução, como pelo lançamento do projecto de construção de uma nova igreja, maior e mais bem localizada que a existente, que ameaçava arruinar-se<sup>82</sup>.

<sup>78</sup> Carta do cabido da Sé da cidade da Ribeira Grande para a rainha, de 13 de Agosto de 1777 (cf. AHU, CV, cx. 36, doc. 25) e respectivas respostas do Conselho Ultramarino, de 22 e 26 de Novembro do mesmo ano (cf. AHU, CV, cx. 36, docs. 38 e 39 / AHU, CU, cód. 479, fls. 51-52). O assunto voltou a ser tratado por este organismo, a 16 de Novembro de 1779 (cf. AHU, CV, cx. 39, docs. 27 e 30).

<sup>79</sup> Mapa da despesa anual com a folha eclesiástica, militar e civil das ilhas de Cabo Verde e suas anexas (cf. AHU, CV, cx. 40, doc. 54) e despesa anual dos eclesiásticos e dos seculares das ilhas de Cabo Verde (cf. AHU, CV, cx. 39, doc. 3).

<sup>80</sup> Mapa dos sacerdotes actuais em todo o Bispado de Cabo Verde, feito pelo bispo nomeado D. Frei Francisco de São Simão, em Lisboa, a 13 de Maio de 1780 (cf. AHU, CV, cx. 40, doc. 13). A mesma realidade está expressa na *Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde (1784)*, publicada por António Carreira, Lisboa, 1985, p. 33.

<sup>81</sup> A ilha de São Nicolau foi uma das principais moradas de D. Frei Francisco durante a sua permanência no arquipélago, juntamente com o sítio da Ribeira de Prata da ilha de Santiago, pelo que o bispo centralizou aí a maior parte dos seus bens. Depois da sua morte, verificou-se no seu testamento, que deixara guardado em São Nicolau um saco com dinheiro para os seus familiares (cf. AHU, CV, cx. 42, docs. 4, 10 e 12).

<sup>82</sup> Carta do bispo D. Frei Francisco para Martinho de Melo e Castro, feita na ilha de São Nicolau, a 9 de Junho de 1782 (cf. AHU, CV, cx. 41, doc. 18). Nesta carta o bispo declarava que não se celebrara a Semana Santa em Cabo Verde, por falta de cera, excepto em Santiago, Santo Antão e São Nicolau; nesta última, aquele obstáculo só fora suprido pela sua presença, já que quando lá chegara apenas encontrara luzes de azeite de purga para dizer missa.



O problema da escassez de sacerdotes pôs-se novamente no tempo de D. Frei Cristóvão de São Boaventura, sucessor de D. Frei Francisco, que residiu durante quase todo o seu governo na ilha de São Nicolau<sup>83</sup>. Preocupava-o seriamente a falta de eclesiásticos no arquipélago, essencialmente motivada pela falta de apetência dos seus naturais para a vida religiosa. As ilhas de Santiago, Santo Antão e São Nicolau eram as únicas que forneciam alguns jovens para o sacerdócio, mas os filhos destas duas últimas recusavam-se a sair delas, porque o clima nas restantes era mais nocivo. De facto, no final do século XVIII, registava-se a presença de nove menoristas residentes em São Nicolau, os quais aprendiam as cadeiras de gramática e teologia moral, instituídas por D. Frei Cristóvão, na sequência da implantação dos estudos naquela ilha. Porém, apenas seis deles eram considerados aplicados, dado que os restantes eram classificados como bêbados, mal comportados e ignorantes. Estas reclamações do bispo foram consideradas justas pelas autoridades de Lisboa, pelo que estas prometeram tomar providências tendentes a modificar a situação<sup>84</sup>. De facto, nos finais do século XVIII, já se noticiava a existência de seis eclesiásticos a cumprir funções na ilha de São Nicolau, todos com direito a uma côngrua: um vigário (com 50.000 réis), dois coadjutores (com 100 réis por cada fogo) e um tesoureiro (5.000 réis) na matriz; um vigário (35.000 réis) e um tesoureiro (5.000 réis) nas Queimadas<sup>85</sup>.

A acção de D. Frei Cristóvão tem sido considerada exemplar por toda a historiografia que se tem debruçado sobre este assunto, atribuindo-se-lhe a introdução da «indústria e a civilização compatível com o estado quasi primitivo em que achou aquelle povo»<sup>86</sup>. Os próprios contemporâneos deste prelado elogiaram a sua obra, considerando-o também a primeira grande autoridade «civilizadora» daqueles povos<sup>87</sup>. Para além das obras públicas

<sup>83</sup> Segundo o ofício do governador Marcelino António Basto para o secretário de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho, redigido na ilha de Santiago, a 9 de Dezembro de 1796, aquele bispo mudou a sua residência permanente para aquela ilha do Barlavento, deixando completamente abandonada a sua Sé (cf. AHU, CV, cx. 49, doc. 46). Segundo outro ofício do mesmo governador, de 20 de Junho de 1798, D. Frei Cristóvão faleceu na ilha de São Nicolau, a 29 de Abril de 1798 (cf. AHU, CV, cx. 51, doc. 57).

<sup>84</sup> Carta de D. Frei Cristóvão de São Boaventura, escrita na ilha de São Nicolau, a 30 de Novembro de 1796, e respectiva resposta, enviada de Queluz, a 14 de Dezembro do mesmo ano (cf. AHU, CV, cx. 40, doc. 13).

<sup>85</sup> Mapa do corpo eclesiástico da ilha de Santiago e suas anexas, enviado para Lisboa por Marcelino António Basto, a 14 de Março de 1800 (cf. AHU, CV, cx. 52, doc. 37A).

<sup>86</sup> Cf. José Joaquim Lopes de Lima, *op. cit.*, Livro 1.º, parte II, p. 60-62. De facto, comentando a forma como fora acolhida em São Nicolau, o bispo dizia, a 29 de Maio de 1786: «fui recebido com aquellas demontrações que podião caber na rustica e religiosa simplicidade destes Povos» (cf. AHU, CV, cx. 43, doc. 17).

<sup>87</sup> Ensaio físico e político da ilha de São Nicolau, feito no ano de 1803, por António Pusich (cf. Orlando Ribeiro, «As ilhas de Cabo Verde no princípio do século XIX», in *op. cit.*, pp. 628-30).

civis atrás referidas, foi atribuída a este homem a edificação da residência episcopal e da nova igreja de Nossa Senhora do Rosário da vila da Ribeira Brava, projectada pelo seu antecessor, que substituiu o anterior templo, sem cobertura e praticamente arruinado<sup>88</sup>; além disso, deveu-se-lhe o registo de um novo tombo das terras da ilha, alguns melhoramentos agrícolas e a reordenação na aplicação da justiça<sup>89</sup>. As autoridades civis centrais do arquipélago com que lidou sempre o trataram, aliás, com grande distinção, reconhecendo-lhe o estatuto de voz mais esclarecida na administração dos assuntos correntes das ilhas do Barlavento. Assim aconteceu, por exemplo, no socorro que a ilha de São Nicolau prestou à da Boavista, aquando de uma grande seca que ali ocorreu; foi neste prelado que o governador confiou para encurtar o tempo da operação, esperando que ele fizesse valer a grande influência que aí detinha<sup>90</sup>. Também no suprimento da escassez que em 1791 se abateu sobre todo o arquipélago, a acção de D. Frei Cristóvão foi determinante para evitar a deflagração da fome na ilha de São Nicolau<sup>91</sup>.

Acrescente-se que, para além do domínio económico, São Nicolau também prestou auxílio à ilha de São Vicente ao nível religioso, quando foi iniciado o seu povoamento. Foi dela que partiram o vigário e algumas das suas «ovelhas» que vieram a fixar-se nesta ilha<sup>92</sup>. Diga-se, ainda, que o novo bispo de Cabo Verde, D. Frei Silvestre de Maria Santíssima, chegado ao arquipélago nos primeiros anos do século XIX, também escolheu a ilha de São Nicolau como seu local de residência permanente<sup>93</sup>. Parece, no entanto, segundo opinião de António Pusich, que esta presença assídua dos chefes do bispado na ilha de São Nicolau não impedira que o seu povo vivesse num «espírito livre e quase selvagem», pouco condigno com a religião católica

<sup>88</sup> Na carta para Martinho de Melo e Castro, redigida na ilha de São Nicolau, a 29 de Maio de 1786, D. Frei Cristóvão lamentava que a igreja da vila «não tem mais que hua indigna e pequena cobertura sobre o informe Altar da capella mor, aondo se celebra exposto o sacerdote e o Povo as injurias do tempo» (cf. AHU, CV, cx. 43, doc. 17).

<sup>89</sup> Cf. Cónego Joaquim da Silva Caetano, «A Ilha de S. Nicolau. Comunicação à Sociedade de Geographia de Lisboa», in *op. cit.*, n.º 5 (pp. 314-15) e n.º 6 (p. 356) e José Joaquim Lopes de Lima, *op. cit.*, Livro 1.º, parte II, p. 60-62. A igreja mandada edificar por D. Frei Cristóvão não corresponde àquela que é hoje a matriz daquela ilha, dado que essa obra só foi iniciada em 1804.

<sup>90</sup> Carta do governador António Machado de Faria e Maia para Martinho de Melo e Castro, redigida na ilha de Santiago, a 9 de Maio de 1788 (cf. AHU, CV, cx. 44, docs. 66 e 69).

<sup>91</sup> Segundo a carta de D. Frei Cristóvão para Martinho de Melo e Castro, escrita em São Nicolau, a 22 de Maio de 1791, o bispo contratou com inglês americano o fornecimento de milho para abastecimento da ilha, informando que recomendara o mesmo ao governador do arquipélago (cf. AHU, CV, cx. 47, doc. 15).

<sup>92</sup> Carta do governador de Cabo Verde para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, de 28 de Julho de 1797 (cf. AHU, CV, cx. 50, doc. 36a).

<sup>93</sup> Cf. *Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde (1784)*, publicada por António Carreira, Lisboa, 1985.



e muito próximo da superstição dos gentios da Guiné. Além disso, apesar do esforço escolar empreendido por D. Frei Cristóvão, a língua portuguesa do Reino era pouco falada entre os seus moradores, utilizando-se sobretudo uma forma de crioulo. Outro dos aspectos referidos por este oficial da marinha, respeitante ao quotidiano do povo daquela ilha, era a sua tendência para a ociosidade, nomeadamente o apego à música e ao jogo<sup>94</sup>.

Pode, assim, destrinçar-se claramente duas fases no nível de assistência religiosa prestada à ilha de São Nicolau. Uma primeira, em que se registam inúmeros problemas para conseguir fixar pelo menos uma sacerdote à ilha, e uma segunda, onde a presença assídua, por vezes permanente, do prelado maior da diocese, faz desta o centro religioso do arquipélago. Diga-se, aliás, que esta posição tendeu a cimentar-se no século XIX, com o estabelecimento em São Nicolau do primeiro seminário-liceu de Cabo Verde.

<sup>94</sup> Ensaio físico e político da ilha de São Nicolau, feito no ano de 1803, por António Pusich (cf. Orlando Ribeiro, «As ilhas de Cabo Verde no princípio do século XIX», in *op. cit.*, p. 630).

## CONCLUSÃO

Feita uma análise essencialmente temática da realidade de São Nicolau de Cabo Verde, desde o seu descobrimento até aos finais do século XVIII, cumpre-nos agora, em jeito de conclusão, enunciar as principais etapas cronológicas vividas por esta ilha durante o longo período considerado. Estas decorrem, precisamente, das pequenas propostas que fomos apresentando ao longo do trabalho.

A ilha de São Nicolau, provavelmente descoberta a 6 de Dezembro de 1461, viveu os primeiros 35 anos da sua história sob o mando da Casa de Viseu/Beja, a qual se tornou sua donatária por concessão régia. Com a subida ao trono do duque D. Manuel, a ilha regressou à Coroa, voltando a ser alienada numa Casa senhorial – os condes de Portalegre, depois marqueses de Gouveia – em 1498; estes mantiveram a sua posse até 1696, data em que findou definitivamente o regime senhorial nesta ilha. Durante este longo período, São Nicolau foi praticamente abandonada à sua sorte, não se registando a presença de quaisquer estruturas políticas, económicas e militares; a única autoridade residente era o feitor do donatário. Esta ilha teve, assim, o destino de todas as outras de Cabo Verde, à excepção de Santiago e Fogo: vítima de um modelo de donatário absentista, não conheceu nem grandes incrementos económicos, nem fluxos de povoamento assinaláveis, tornando-se a criação de gado a sua principal actividade económica. Este era lançado à solta na ilha, sendo sujeito a abates periódicos pela reduzida população que a habitava; o seu senhor, interessado em explorar apenas as suas riquezas naturais, nem sequer providenciava directamente a sua recollecção, delegando noutros a execução destas viagens. Por outro lado, só no final deste período é que São Nicolau passou a contar com a assistência permanente de um pároco.



A situação não se alterou significativamente, a nenhum nível, com a passagem da ilha, do regime senhorial, para a administração do Conselho da Fazenda. Este, também pouco interessado na sua gestão directa, mas apostado em garantir alguns dos seus lucros, promoveu o seu arrendamento a privados, que a exploraram da mesma forma que os antigos donatários. Foi só a partir da segunda década do século XVIII, que a Coroa passou a dedicar maior atenção a São Nicolau, nomeadamente através da nomeação de um capitão e da criação do município na Ribeira Brava. Estas reformas ficaram a dever-se, principalmente, ao ouvidor-geral José da Costa Ribeiro, o qual consagrou a separação de poderes entre diversos oficiais: o civil, para a Câmara Municipal; o militar, para o capitão-mor e indivíduos nomeados por este; o económico, para o feitor da Fazenda Real. Foi também Costa Ribeiro quem, pela primeira vez naquela ilha, determinou a distribuição de terras em sesmaria, fomentando a criação de explorações familiares e dando início ao seu desenvolvimento agrícola. Por fim, saliente-se a redescoberta da urzela, já extraída nos tempos do conde de Portalegre, mas que conheceu, nesta época, um notável incremento, transformando-se rapidamente numa das mais sólidas fontes de rendimento de São Nicolau e de todo o arquipélago, nomeadamente através do seu mecanismo de exploração por contrato monopolista.

Esta estrutura complexificou-se bastante com as reformas empreendidas pelo sindicante Custódio Correia de Matos, responsável por um dos mais completos documentos jurídicos produzidos naquele arquipélago. Além de multiplicar os oficiais da Fazenda Real, este desembargador preocupou-se em definir claramente as suas atribuições e esferas de influência, a fim de evitar os habituais conflitos de poder. Foi também extremamente exaustivo na fixação dos direitos devidos à Coroa, acabando por produzir um documento que é um espelho sobre a realidade económica da ilha nesta época. De facto, retracta uma situação na qual a criação de gado bravo ia perdendo peso em favor da agricultura, a qual era agora complementada por uma pastorícia doméstica. Os montados deram lugar às terras de sementeira, expandindo-se sobretudo a cultura do algodão, que se tornou um significativo produto de exportação da ilha. Simultaneamente, note-se que foi sensivelmente a partir desta altura, que o bispo de Cabo Verde, D. Frei Pedro Jacinto Valente, passou a residir nas ilhas do Barlavento, nomeadamente em Santo Antão. Este exemplo, seguido por D. Frei Francisco de São Simão e, sobretudo, por D. Frei Cristóvão de São Boaventura, que habitou permanentemente em São Nicolau, acabou por trazer inegáveis benefícios para a ilha em estudo, não só ao nível da assistência religiosa, como até no domínio das obras públicas e urbanismo.

Quanto à segunda metade do século XVIII, podemos dizer que ficou marcada pela administração de São Nicolau, bem como de todo o arquipé-

lago, pela Companhia Geral de Grão-Pará e Maranhão. Esta, apesar de ter propiciado um aumento considerável dos seus rendimentos, foi objecto de diversas críticas por parte das autoridades centrais e locais de Cabo Verde, sendo ora acusada de não se preocupar com as necessidades das ilhas, mas apenas com os seus lucros, ora de alguns dos seus agentes sonegarem parte dos rendimentos régios e privados. O final deste período ficou assinalado pela ocorrência da maior crise de mortalidade registada na ilha até então, causada por maus anos agrícolas e pela deflagração de diversas doenças. A gravidade da situação obrigou à organização de uma grande operação de socorro, feita através de navios vindos do Reino, carregados de alimentos. Os últimos anos do século ficaram marcados pelo amadurecimento das instituições existentes na ilha, bem como pelo lançamento de alguns programas inovadores: a idealização e construção da primeira fortificação da ilha; a introdução da cultura do café e de outras plantas; o aproveitamento de novas potencialidades naturais, como o sene; o auxílio no povoamento de São Vicente, a futura capital do Barlavento cabo-verdiano.

Pode pois intuir-se, sobretudo para os primeiros séculos de povoamento, que a história de São Nicolau, bem como das suas anexas, fez-se sempre dentro dum grande isolamento, longe dos acontecimentos principais de Cabo Verde e do Reino. Pertenceu àquele grupo de espaços portugueses de além-mar que a Coroa se preocupava em possuir, mas que não desejava nem podia explorar directamente, cumprindo esse objectivo através da sua concessão a privados. Vivendo à margem das autoridades centrais do arquipélago e dos seus principais tratos, São Nicolau desenvolveu a sua especificidade, participando nas redes de comércio de derivados do gado e criando uma sociedade diferente das demais ilhas, assente no predomínio do elemento crioulo, forjando assim uma identidade cultural própria. Integrou-se plenamente no arquipélago, quando o desenvolvimento de todas as suas componentes passou a interessar aos colonizadores.

Apesar do estatuto periférico, o seu estudo revela-se assaz interessante, porque nos permite entender a globalidade da presença lusa em Cabo Verde e ajudar a compreender o fenómeno expansionista português no Atlântico, entre os séculos XV e XVIII.



## APÊNDICE DOCUMENTAL \*

### Documento 1

*Documentos variados do desembargador sindicante Custódio Correa de Matos,  
sobre a Fazenda Real da ilha de São Nicolau, 1752-53*

(AHN, SGG, A1/0001, fls. 118-126v)

Provimento que deu o Dezembargador Sndicante o Doutor Custodio Correa de Matos em vizita da Provedoria

Ao primeiro de Outubro de mil setecentos sincoenta e tres nesta villa da Ribeira Brava, Jlha de Sam Nicullao, nas cazas da Apozentadoria do Dezembargador Sndicante o Doutor Custodio Correa de Matos, aonde eu escrivão ao diante nomeado fuy vindo, e sendo ahy, por elle foy dito: que chegando a esta Jlha para vezitar a sua Feitoria, entre varias desordens que achou foy a da cobrança dos foros estaballecidos na criação da villa na concordata, cuja copia vay tresladada neste Livro a f. 21 na qual se declara que cada hua das terras, que se abrissem ou estivessem abertas não pagarião mais de trezentos reis, nem menoz de sincoenta, para o que se tombarião naquelle Livro que para esse effeito se tinha ordenado, e que todo o foreiro que não pagasse nem assentasse em Livro a sua fazenda não teria direito algum nella e como devoluta se poderia dar a quem pagasse o foro competente.

---

\* Na transcrição dos documentos adoptaram-se os seguintes critérios:

- a) transcrição dos documentos em linha contínua, separando os fólhos por dois traços oblíquos // seguidos do número de fólho que se inicia;
- b) respeito pela ortografia do texto original, mantendo-se as maiúsculas, mas separando as palavras que estiverem no original unidas ou reunindo as sílabas ou letras de uma mesma palavra que se encontrarem separadas;
- c) actualização restritiva da pontuação e abertura de parágrafos, para permitir maior legibilidade do texto;
- d) desenvolvimento de abreviaturas;
- e) colocação entre [ ] de tudo o que tenha sido interpretado por nós.



Nada do que se determinou naquella concordata foy observado pelos Feitores, porque não se acha que naquelle Livro se Tombasse terra alguma, só sem se achao escritos sete ou oito foros, a saber: hum de coatrocentos reis a fl. 20, outro de oitocentos reis de fl. 20v the fl. 21, outro de cento e secenta reis fl. 21v que se tinha feito baldio para criação de gados por cujo respeito caducou o foro, outro a fl. 22 de coatrocentos reis, e outro a fl. 33v de coatrocentos reis, e outro a fl. 34 de duzentos reis, e outro a fl. 35v de trezentos reis, e a fl. 35 se acha outro sem declaração de foro.

Alem desta desordem outra mayor havia a que tinha dado occazião a irregularidade da mesma concordata, porque nella se não determinava preço certo para que se pudessem regullar a quantidade e qualidade das terras que se dessem por aforamento, pois o arbitrio de se dizer que pagarião o foro nem mais de trezentos reis nem meno de sincoenta foy mal entendido pelos Feitores, os quais abuzando daquella generalidade fazião hum rol seu particular, disforme, incurial // [fl. 118v] incurial e viciado descrevendo nelle os nomes dos Foreiroz com tanta desordem que se achavão tres e coatro Foreiroz do mesmo nome e Apelidos muitos delles sem pagarem couza alguma por aquelle respeito e por nao estarem outros isentos no dito rol pelo abuzo introduzido de que cada hum do povo em qualquer terra que lhe parecia punha huas pedras a que chamavão Morossoz com as quais se diziam senhores das ditas terras não consentindo que outros as abrissem e cultivassem, de que resultava hua invencivel confusão e continuos letigios ja nunca finalmente decididos porque ainda que se determinasse por hum Ministro, vindo outro tornava recresser a mesma duvida, por nao haver formalidade de Juizo, nem clareza alguma em cartorioz do que se tinha decidido.

Do que tudo resultava que os Feitores, como senhores despoticoz, davão as terras aos seus amigos e parentes, empondo lhe os foros com tanta desigualdade que os mais poderosos pagavão menos, e os pobres e miseraveis pagavão mais, tendo menos terras do que tinham aquelles. Nem podia constar que estes chamados poderosos pagassem couza alguma, pois não havia clareza em Livro dos que pagavão ou deixavão de pagar, e o que mais he não se dava quitação aos que tinham pago.

De maneja que chegando elle Dezembargador Sjndicante a esta Ilha lhe apresentou o Feitor hum rol com tantas emendas de algarismo sobre os foros que bem se manifestava o vicio e malicia com que se procedia, sendo os mais dos foros de corenta reis (moeda estrangeira a que chamavão real), outros de vinte reis, e outros muitos somente de dez reis.

Daqui nascia que crescendo as fazendas em numero se diminuião os foros no rendimento, de maneira que revolvendo o Livro de receitas vivaz, nele a fl. 5v (que corresponde o anno subsequente do estabelecimento dos foros) achou cobrar o Feitor em hua parcella corenta e hum mil reis em dinheiro e logo mais abaixo em outra doze mil reis. Alem disso, como erão poucas as fazendas, toda a mais terra se ocupava na criação dos gados bravoz, cujas pelles naquelle anno se achão carregadas no mesmo Livro dito fl. 5v em o numero de mil oitocentoz e trinta e oito pelles em hua parcella e logo // [fl. 119] e logo mais abaixo em outra corenta e hua duzias e logo pouco mais abaixo noventa e duas duzias e mais desoito duzias na parcella seguinte. Do que tudo se vê ter o dito Feitor cobrado de foros em dinheiro naquelle anno sincoenta e tres mil reis e em pelles das cabras bravas tres mil seiscentas e sincoenta pelles, que sendo vendidas como podião ser a hum tostão cada pelle, na forma em que se achão rematadas em Cabo Verde no Livro primeiro das Ilhas a fl. 41, claramente consta que

podião estas pelles render para a Fazenda Real trezentos e secenta e sinco mil reis, os quais juntos com os foros das terras podia emportar anualmente o rendimento desta Ilha, entre foros e pelles, mais de coatrocentos mil reis.

Porem como os Feitores sendo partes interessadas nas suas proprias conveniencias e na dos seus amigos e parentez começarão a repartir as terras entre sy, extinguindo os gados bravos na abertura dellas, sem que aquelles foros resarsisem o danno que sentia a Fazenda Real na deminuição das pelles, de tal sorte foy crescendo este insulto que chegou a Real Fazenda em alguns annos a não ter rendimento algum com pretextos frivolos e cavillozos, de que prosedeo o mandado que se ve copeado neste Livro a fl. 22 passado em nome daquelle mesmo Ministro que tinha creado a villa e feito a concordata asima referida.

E devendo os Provedores da Fazenda fazer observar o regimento e procurar os meyo de se augmentar o patrimonio Real, tão necessario para a subsistencia dos filhos da folha e mais despesas que são precisas para a concervação das Ilhas, as quais todas não chegam a render nem ainda para o primeiro quartel [riscado: coartel] daquellas despesas, de tal sorte se esquecerão da sua obrigação os ditos Provedores, que algum dellez se impenhou a destruir a Fazenda Real com os seus inconcideradoz, dispoticos e nullos provimentoz intitullados de correição, nos quais se atropelarão as Leys do Rejno, os regimentos da fazenda e as ordens de El Rey, em forma que ficava sendo totalmente impossivel que elle Dezembargador Sjndicante executasse suas diligencias respetivas a mesma Fazenda sem recejo de motim e sobrelevação tudo por cauza daquelle Ministro que com a mes // [119v] com a mesma nullidade e dispotismo tãobem extinguiu a Camera, onde podia elle Dezembargador Sjndicante propor as materias de sua comissão. E ponderadas ellas ficaria mais facil a execução das ordenz de Sua Magestade, com ajuda e concorrência dos officiaes da mesma camera.

E suposto na forma da concordata fl. 21 e mandado fl. 22 tinham ja os moradores perdido qualquer direito que podião ter nas terras por elles possuhidas, pois tinham faltado as condições debaixo das quais lhe foram dadas, ficando como antes devolutas para se darem a quem as quizesse cumprir, Todavia atendendo que os officiaes da Fazenda e Ministros della tinham sido os mais culpados, ou ja na sua omissão, ou nos seus absolutos procedimentoz tão prejudiciaes a boa arrecadação dos direitos Reaes, querendo elle Dezembargador Sjndicante concervar a todos na forma em que estavam, sem detrimento consideravel da Real Fazenda, mandou publicar os Editaes que se achão copeados a fl. 24, e por vertude delles trouserão os moradores as suas medições que se lançarão neste Livro com toda a clareza e ordem assim na devizão que se fes por cada hua das ruas da Villa, em que moravão, como por cada hua daquellas Ribeiraz, em que estavam situadas as mesmas fazendas. E querendo facilitar o pagamento modificou o rigor da sobredita concordata, uzando da faculdade que Sua Magestade que Deus Guarde foy servido conferir lhe nas suas Reaes ordenz de que fas menção a que se vê a fl. 23, em cuja observancia atendendo a pobreza da terra e miseria dos seus habitantez determinou na maneira seguinte.

1 Item que toda a terra que fosse de regadio e tivesse des lanças pagaria de foro des reis; e que a terra de sementeira, tendo vinte lanças pagaria os mesmos des reis; e que estes mesmos des reis pagaria a terra de algodoejros que tivesse corenta lanças.

2 Item que esta lança constaria de quinze palmoz craveiros, devidida em terças, tendo cada hua das terças sinco palmos. E que o cumprimento das terras se multi-



plicaria pela sua largura, também medida pela mesma lança. E que a este respeito // [120] respeito se importaria geralmente o foro, sem desigualdade, nem queixa justa de pessoa alguma [riscado: de cada hum], de maneira que cada lança de regadio vem a emportar hum real Portugues, e este mesmo real emportão duas lanças de terras de sementeira, e coatro lanças de terra de algodão vem a emportar o mesmo Real Portugues.

3 Item que como os Feitores com o pretexto de que os frutos se danificavam tinham fundamento para desculparem os seus descaminhos, determinou que se recebessem os foros, em vinho daquellas fazendas que o produzião, e que na falta deste genero se recebesse em tabaco e algodão (vide infr. pag. 124, cap. 10), os quais não se costumão corromper com a mesma facilidade com que se afirma que se perde com o gorgulho o milho e feijão; e que só na falta daquelles generos se pode não receber nestes dous, e só daquelles Foreiros que tivessem terras de sementeira e não outra alguma, que produzisse os generos acima referidos, por ser o recebimento em milho e feijão de grande prejuizo a Fazenda Real, como tem mostrado a experiencia [riscado: e so na falta dos outroz se podera receber o foro nestes dous generos].

4 Item para que não houvesse desculpa alguma assim da parte dos Feitores, como dos mesmos Foreiros, determinou que pagando cada hum delles a metade do seu foro em dinheiro, enquanto Sua Magestade não tomasse nova resolução, ficaria relevado do pagamento daquelle anno, como se tivesse satisfeito todo o importe em frutos na forma seguinte (ut infr. pag. 126, ex medio).

5 Item quem posuhir hua orta de regadio com dez lanças satisfará o foro pagando sinco reis em dinheiro, o mesmo pagará quem tiver qualquer orta de sementeira com vinte lanças, e na mesma forma pagará sinco reiz quem tiver corenta lanças de algodoeiros. de sorte que hua lança de regadio paga mejo real em dinheiro, isto mesmo se pagará por duas lanças de sementeira, e por coatro de algodoeiros, ficando por esta forma o pagamento e cobrança com igualdade e com muito major favor do que genericamente se tinha ordenado na dita Concordata a fl. 23.

6 Item que visto os moradores não terem satisfeito as clauzulas da dita Concordata e terem por vertude della perdido o direito das terras, principalmente na falta dos pagamento, querendo elle Dezembargador Sjudicante de alguma sorte resarsir o damno passado, determinou que os Foreiros pagassem inviolata (ut infr. pag. 126 fin.) // [120v] inviolavelmente os tres annos sucessivos, para que de algum modo ficasse purgada a sua rebeldia, e faltando qualquer dellez ao pagamento o Feitor prosederá contra os rebeldes, tirando lhe as terras em cuja penna ja tinham incurrido, e pondo as em pregão as dará a quem se obrigar a satisfação dos foros.

7 Item que passados os tres annos asima referidos, continuarão os ditos Foreiros annualmente os seus pagamentos (ut infr. pag. 126v como se fossem foros Ecclesiasticos, ut in ord. in 4.º tit. 39 § .2.). E supposto no mandado fl. 22 somente se dava o espaço de dous annos para se cahir em comesso e serem tiradas as terras, todavia querendo elle Dezembargador Sjudicante suavizar [riscado: modificar] aquelle rigor determinou que todo o Foreiro que para o tempo futuro faltar com o seu pagamento pelo espaço de tres annos, o Feitor prosedera contra elle, tirando lhe a terra na forma sobredita, sem remissão, por ser isto conforme a direito (da ord. in 4.º tit. 39 in pr. ex § .1.).

8 Item que o Feitor cuidará muito em dar de sesmaria com o encargo daquelle foro (sem se poder por outro mais, ord. in 4.º tit. 43 § .13.), todas as terras que não estiverem cultivadas ou sejam ainda brutas ou daquelas que tirar aos posuhidores rebeldes, e so ao dito Feitor (ou Almojarife, por serem as ditas terras foreiras a El Rej e não izentas d ord. tit. 43 § .5.) pertence tomar conhecimento de todas as duvidas que houver sobre as ditas terras por serem tributarias a Fazenda Real na forma da Ley do Reyno.

9 Item que o dito Feitor por vertude daquelle faculdade não pode dar, nem outro algum Menistro, as terras da Portela (vide infr. pag. 123v cap. 3), onde somente andarão os gados manços da Fazenda Real (vide infr. tit. 125 cap. 14), e muito menoz as terras de João Callinho, Ribeira do Carriçal, e dos Castelhanos (atenta a dita ord. tit. 43 § 10, 12 e 14), por serem muito precisas, não só para a criação dos gados bravos da Fazenda, senão ainda para os mansos nas occasioes em que a necessidade o pedir, principalmente por estar informado que as duas Ribeiras do Carriçal e Castelhanos são portos muito suspeitosos para os contrabandos e descaminhos da Fazenda Real; e havendo nas ditas parages algumas ortas as fará baldios para a criação dos ditos [riscado: referidos] gados, evitando se desta sorte a occasião dos referidos descaminhos [riscado: os grandes prejuizos da Fazenda Real].

9 Item que o Feitor inviolavelmente observará a concordata fl. 21 e mandado fl. 22 em tudo aquillo que não encontrar nos provimentos delle Dezembargador Sjudicante, e que por este declara por nullos todos os que tenham dado os Ouvidores das Ilhas que respeitarem a Fazenda Real, porque nenhum delles tinha legitima faculdade para derogar os Regimentos feitos por aquelles Menistros a quem Sua Magestade que Deus Guarde foj servido conceder aquele poder na forma das Suas Reais Ordens.

Item // [121] Item que o Feitor observara, falecendo algum Foreiro o mesmo que despoem a Ley do Rejno do Livro 4.º tit. 26 § 23, cujas formaes palavras são as seguintes: Os aforamentos perpetuos que algumas pessoas tomão para si e seus herdeiros e sucessores, sempre se hão de partir por estimação entre os filhos ou herdeiros do defuncto, por cuja morte ficarão os bens aforados. E porque os taes bens segundo a natureza dos foros não se hão de partir e hão de andar em hua só pessoa, mandamos que se encabesem em hum dos herdeiros em que se todos ou a mor parte delles concordarem do dia que se o foreiro finir athe seis mezes. E o que assim os houver pagará a estimação aos outros herdeiros, a cada hum seu quinhão, e a pensão ao senhorio, segundo a forma do contrato. E não se acordando sejam obrigados a vender os ditos bens aforados dentro de seis meses requerendo primeiro ao senhorio se os quizer tanto pelo tanto; e o que comprar o dito foro pagará a pensão ao senhorio, e os herdeiros partirão entre si o preço que assim houverem da venda, segundo forem herdeiros. E passados os seis meses, sem encabeçarem em algum delles, ou venderem, mandamos que o foro seja devoluto ao senhorio, se o elle quizer. E por esta forma houve elle dito Dezembargador Sjudicante este provimento por acabado emquanto não der Regimento formal a esta Feitoria, depois de examinar todas as causas donde tem prosedido os continuos descaminhos e o pouco rendimento a que se reduziu esta Ilha nos annos subsequentes depois da criação da Villa, e de tudo para constar mandou faser este termo que assignou eu João Francisco de Castro que o escreveu.



10 Item que o Feitor não consentirá que fallecendo qualquer Foreiro se partão as terras entre os herdeiros pelo grave prejuizo que resulta à Fazenda Real na confusão que havia no Livro dos Tombos, deve somente a partilha fazer se entre elles o valor de cada hua, feita a partilha por estimação observando se no modo posivel a Ley do Reino, Liv. 4 tt. 96 § 23 cujas palavras por não haver o livro das ordenações neste Ilha são os seguintes: // [121v]

A fl. 64 do Livro Segundo que serve dos foros do Terreno da Villa se acha a declaração: Mandou o Dezembargador Sndicante declarar que vindo a esta Ilha vizitar a Feitoria da Fazenda Real, examinando os Livros da sua arrecadação, em nenhum delles achou que a Camera entregasse ao Feitor a terça parte do seu rendimento que devia pagar, não só na forma da Ley do Reino (ord. in 1.º tit. 62 § 67, 68, 69) senão ainda da mesma que se deo na criação da Villa, como consta da certidão. Esta divida pela soma do rendimento annual da Camera emporta em muito mais de duzentos mil reis, os quais se devião satisfazer ou pelos bens do Conselho (dita ord. tit. 62 § 69), ou dos seus officiaes que não satisfizerão, alias pelos dos Provedores da Comarca que não tomarão contas (ut d. § 78 fin.), para que separada a terça fizessem carregar sobre o Feitor, como Provedores da Fazenda Real cujo cargo tambem exercem. E tam longe esteve de cumprir esta obrigação hum daquelles ministros que adiantando se a mais, tambem se arrojou despoticamente a extinguir a Camera e os seus rendimentos applicados na sua criação para diferentes despesas que se devião fazer das duas partes que ficavão Livres à mesma Camera. E como esta tinha sua Donataria da Coroa naquelles bens que se lhe applicarão extrahidos da Feitoria ficarão nella incorporados pela extinção da Camera os ditos bens, como vagos e pertencendo a sua arrecadação ao Feitor da Fazenda Real na forma declarada no termo que se vê no principio deste Livro, onde a fl. 1 tambem se vê por copia a concordata da dita criação, muito mal entendida e menos observada pelos seus executores em cujos termos ficando a arrecadação dos foros das Cazas pertencendo ao Feitor, ou ja como vagos pela extinção da Camera, ou ja como obrigados à satisfação da terça que se deve à Fazenda Real na forma declarada no referido termo, mandou o Dezembargador Sndicante que se medisse o terreno da Villa e que se tombasse neste mesmo Livro com o foro que deve pagar cada casa. E vem a ser que hua lança de quinze palmos craveiros para de foro hum vintem em dinheiro, multiplicando se o cumprimento pela sua largura na forma praticada na medição das terras das outras Ribeiras da Feitoria. E como para a boa arrecadação dos foros das terras se fez divizão entre fructos e dinheiro, pois em hua e outra cousa podem subsistir // [122] aquelles foros cuidarão os officiaes (a quem se tinha encarregado o tombo das cazas) que se devião regular pelo mesmo arbitrio e fizerão a mesma divizão de foros em dinheiro e fructos, o que alias he repugnante a Direito na forma do qual pela nossa Ley do Reino do Liv. 4 tit. 40, he nullo o aforamento que se faz de cazas ou do cham para nelle se fabricarem as ditas cazas constituindo se o foro em fructos; e como nesta Ilha, pelo descuido dos Menistros não há o Livro das ordenações, que pelos bens do Concelho se devião comprar, mandou o Dezembargador Sndicante transcrever as pallavras daquela Ley, que formalmente são as seguintes.

Mandamos que nenhuma pessoa possa dar nem tomar de foro em pessoas, ou em perpetuo, ou por contrato de des annos, ou dahy para cima, cazas nem cham em

que se hajam de fazer por pensão e foro de pam, vinho, azeite, nem de outras couzas semelhantes, somente a dinheiro. Poderão porem pôr no dito foro quaisquer aves que quizerem e fazendo o contrario havemos os taes contratos por nenhuns e de nenhum effeito.

em cuja conformidade tãobem mandou o dito Dezembargador Sndicante que enquanto os foros das cazas estivessem incorporados na Feitoria, cobraria o Feitor em dinheiro o que respetivamente competisse a cada hua dellas; os quais foros vão declarados nos algarismos de fl. 39 the fl. 62, resumidos a fl. 63, sem atenção alguma a devizão dos frutos cujos algarismos mandou o dito Dezembargador que se tirassem riscando se deste livro da Feitoria na forma que dellez se manifesta, ficando desta sorte de nenhum vigor os ditos foros em frutos, porque so devem valler os que se declarão em dinheiro, como determina a dita Ley; e de tudo para constar mandou fazer esta declaração que assignou eu João que o escrevy. // [122v]

Regimento que deve observar o Feitor da Ilha de São Vicente das Neves Cayo, Registrado a fl. 2 do Livro dos Termoz

[não se transcreve por estar já publicado; ver bibliografia]

Capitulos que deve observar o Feitor nesta minha auzencia, emquanto se lhe não dá regimento formal a fl. 30

#### Capitulo 1

Como os muitos cuidados sobre varias materias que me levarão o tempo nesta Ilha me não derão para fazer hum Regimento formal para esta Feitoria se fas preciso instruhir ao Feitor nestes breves apontamentos que deve observar como parte do seu Regimento que se acha em hum dos Livros da Fazenda // [123v] da Fazenda, feito pelo Dezembargador Jose da Costa Ribeiro, que o mesmo Feitor e Escrivão devem continuamente ler para se fazerem cientes no que toca ao officio de cada hum.

#### Capitulo 2

Nenhã pessoa de qualquer coalidade e condição que seja dará corrida, ou volta nas bestas, que andão pastando no prezente mez, de Novembro e Dezembro, sem assistencia do Feitor, ou de quem elle destinar para esse effeito; e fazendo o contrario executará o dito Feitor o que se acha determinado contra elles, tomando por perdas as cabeças que assignarem sem a sua assistencia.

#### Capitulo 3

Nenhum dos moradores poderá lançar os seus gados na Portella, onde andão os de El Rey, excepto os criadores dos mesmos gados de Sua Magestade, porque estes poderão pastar os seus proprios gados com os da Feitoria; e fazendo o contrario mandará o mesmo Feitor ferrar os ditos gados com o ferro da Fazenda tomando os por perdidos.

#### Capitulo 4

Ninguem poderá fazer jornada alem da Praya branca athe a ponta da Ilha sem licença por escrito do Feitor, pelo descaminho que pode haver na Fazenda Real assim nas



sallinas, como nos gados bravos que lhe pertencem; e fazendo o contrario o Feitor fará hum auto e por vertude delle pagara da cadea hum cruzado para a Feitoria alem das pennas estabalecidas no Regimento do Dezembargador Jose da Costa Ribeiro, e nas mesmas pennas incorrerá quem sahir fora do districto da villa com caens e espinhardas sem licença do Feitor, excepto nas funções das vigias.

#### Capitulo 5

Os Pastores dos Gados trarão os seus caens asaimados e só lhes tirarão as aseimas quando necessitarem delles para o beneficio dos mesmos gados, pelo grande danno que cauzão nos dos moradores e ainda nos da Fazenda Real; e fazendo o contrario, não só pagarão a perda que cauzarem, se não tambem por cada ves hum cruzado para a Feitoria.

#### Capitulo 6

Ninguém navegará desta Ilha para as dezertas sem // [124] Licença por escripto do Feitor, pelos roubos que fazem a Fazenda Real, observando se a risca o Regimento que deixey feito ao Feitor da Ilha de São Vicente, que se acha registado neste Livro dos registos e termos que aqui hej por incorporado, como parte destes capitulos (supra pag. 122v).

#### Capitulo 7

O Feitor inviolavelmente observará nos Despachos dos Navios o que se acha disposto no Regimento, e não consentirá que pessoa alguma vá negociar ao Porto, mas antes, asim que chegar algum Navio deitará bando para que ninguém faça genero algum de negocio sem a sua assistencia, lançando elle no Livro dos Despachos os seus nomes com a formalidade que se acha disposta no Despacho que dej no dito Livro a fl. 51v; e fazendo alguém o contrario se tomará a fazenda por perda e pagará um cruzado da cadea, ficando advertido o Feitor que a faculdade de negocio se deve a distinguir em forma que quem negociar em hum Navio não poderá negociar em outro sem primeiro correr a roda a todos os moradores, para que não haja desigualdade nos seus interesses.

#### Capitulo 8

Succedendo faltar o Feitor em seu lugar servirá o Juis Ordinario mais velho e logo avizará ao Provedor da Fazenda e ao Governador das Ilhas com a nomeação de tres sujeitos capazes para que dem a Providencia que for conveniente ao serviço de Sua Magestade; porem o eleito não entrará a servir sem fianças abonadas, faltando a nomeação da Camera.

#### Capitulo 9

Se houver ao mesmo tempo dous Navios, não podendo assistir a amboz o Escrivão da Fazenda, em seu lugar em hum delles escreverá o da Camera debaixo do Juramento do seu officio; e o mesmo succederá faltando por morte o dito Escrivão da Fazenda porque suprirá as suas vezes o Escrivão da dita Camera athe vir o novo Provido; e só na falta de amboz poderá o Feitor nomear novo Escrivão, dando lhe primeiro Juramento por termo no Livro delles.

#### Capitulo 10

Ajudará o Feitor com todo o cuidado os contratadores da urzella concorrendo da sua parte para que não haja descaminho, pois delles rezultará prejuizo ao Real contrato, cujo augmento me tem encarregado Sua Magestade. Hey por muy recomendado ao Feitor a manufactura dos pannos de algodão na forma que consta do termo // [124v] do Termo que assignou com Manoel da Silva Branco, por ser este meyo o mais genuino para que sem prejuizo da Fazenda Real se aumente a terra, sem della se extrahir o dinheiro para pagamento dos foros que deixo estabalecidoz, que promptamente pagarão os moradores nos generos que tiverem da sua cultura; e principiará a cobrallos na primeira novidade das vinhas o mesmo Feitor, que será diligente em averiguar as cabeças de gados que faltão para se lançarem em Livro, executando as pennas dos meus Editaes, que se achão copeados nos ditos Livros, contra os transgressorez.

#### Capitulo 11

O Feitor de tudo que cobrar para a Fazenda terá oito por cento na forma declarada no seu Provimento, ficando por este modo extincto o ordenado antigo pelo grande prejuizo que sentia a Fazenda Real no descuido dos ditos Feitores, porque tendo ordenados certos muitas vezes só rendia a Feitoria para despeza dos officiaes; o Escrivão terá coatro por cento e o Meirinho dous, alem dos prós e precalços que lhe pertencerem por Regimento ou costume.

#### Capitulo 12

Os Guardas da Alfandega vencerão por dia dous vintens em dinheiro cada hum, e sendo em fazenda coatro vintens contando se do dia que chegar o Navio athe o ultimo em que partir excluzive; o Lingoa terá o mesmo que athe gora se costumava; porem se o Feitor vir que he precisa a assistencia do segundo Lingoa, nem por isso levarão mais ao Estrangeiro antes devidirão entre ambos a mesma propina, a qual tambem se dará aos Guardas alem dos dias que vencerem na forma asima declarada; e será a propina de cada hum dos guardas meya pataca em fazenda, ou a metade em dinheiro.

#### Capitulo 13

Deve o Feitor fazer quanto for possivel que os direitos da Alfandega se paguem em dinheiro, porem não o podendo conseguir, tanto que chegar o Navio, pedirá ao capitão hum rol das fazendas que tras e dellaz escolherá o melhor genero para a segurança dos direitoz, sem o que não concederá licença para negociar. Das fazendas que escolher fugirá quanto puder de peitar panno de lam, por ser materia facil de se danificar com a traça, principalmente nestas Ilhas; poderá escolher retroz, pannos brancoz de linho, papel, polvora, vinho e agoardente, por terem estes géneros facil consu // [125] consumo em todas as Ilhas.

#### Capitulo 14

Saberá do capitão o que pertende da terra, e sendo a pertença de alguns generos que tenha a Feitoria, como gados, pelles, vinho e tabaco, venderá a terça parte ficando as duas livres para o negocio do povo (vide infr. pag. 120 v); dos gados venderá os machos que estiverem capados e algumas cabeças femeas que forem inuteis para a



criação, para a qual sempre conservará de cada especie sincoenta cabeças, e tudo o mais na forma sobredita deve hir reduzindo a dinheiro ou a fazendas de qualidade asima declaradas.

#### Capítulo 15

Querendo porem o capitão algum genero que não tenha a Feitoria o pedirá aos moradores por conta dos foros que se han de vencer, dando a todos clarezas do que receber, e lançando com toda a distinção em hum caderno, que deve ter, para que no fim do tempo em que se vence o pagamento (que he pelo São João) posa cobrar o resto e lança llo em cada hum dos Livros a que pertence; e o mesmo observará quando distribuir o algodão para a fabrica dos pannoz, que hey por muy recomendada.

#### Capítulo 16

Como as terras desta Ilha pertencem a Fazenda Real e não entrão nos aforamentos as Figueiras bravas, ninguem as poderá cortar sem licença do Feitor, que dará conforme a necessidade que cada hum tiver, pagando hum vintem por cada vara daquellas que costumão ao depois vender por hum tostão; e a este respeito pagarão mais ou menoz conforme a coalidade da madeira e o preço por que se custuma vender.

São Nicullau, 13 de Novembro de 1752

Doutor Custodio Correa de Mattoz

#### Certidão

Certifico que revendo o Livro das veriações desta villa da Ribeira Brava Ilha de São Nicullau logo do principio da criação da Camera não consta por modo algum que os Feitores fossem propostoz e afiançados pelos officiaes della, excepto Pedro Soares Ramos aos 3 dias do mes de Junho de 1732 na criação que se fez na presença do Dezembargador José da Costa Ribeiro, corregedor que foy desta comarca, como consta do dito Livro fl. 103 do qual passey a presente certidão por mandado do Dezembargador Sjndicante e ao mesmo Livro me reporto em [...] // [125v]

Declaração que mandou fazer o Dezembargador Sjndicante sobre a forma em que se devem regullar os foros na sua cobrança

Mandou o Dezembargador Sjndicante declarar que chegando a esta Ilha para vezitar a Feitoria da Fazenda Real, entre varias desordens que achou foy a da cobrança dos foros estaballecidos na criação da Villa pelo Dezembargador José da Costa Ribeiro, na forma da concordata ao deante copeada, na qual determina que cada hua das terraz que se abrissem ou estivessem abertaz não pagarião menoz de sincoenta reis de foro, nem mais de trezentos, para o que se tombarião no Livro que para esse effeito se tinha ordenado; porem como aquelle Menistro, não teve tempo para executar a sua concordata, de tal sorte abuzarão della os Feitores, que ao mesmo passo que cresião as fazendas, se hião os foros deminhindo, de maneja que os mais delles não chegando a sincoenta reis e muito poucoz passavão de trezentoz, sem que se tivesse lançado em Livro mais do que sete ou oito foros, fazendo os Feitores ao seu

arbitrio hum rol avulso, totalmente diforme, viciado e deminuto, de sorte que os que tinhão mais terraz, as vezes pagavão menos, e outros totalmente nada, pois nem havia noticia das que elles posuhião.

E suposto na forma da mesma concordata tinhão os moradores perdido todo o direito que podião ter nas terras por ellez possuhidaz, pois tinhão faltado as condições debaixo das quais lhe forão dadas, ficando como antez devolutas, para se darem a quem as quizessem cumprir, Todavia attendendo elle Dezembargador Sjndicante que os mais culpadoz tinhão sido os mesmos Menistros e Offeciaes da Fazenda, querendo conservar a todoz os foreiroz na forma em que estavam sem detrimento concideravel da Real Fazenda, mandou publicar os Editaes que se achão no primeiro Livro a fl. 24 e vão adiante copeadoz e por vertude dellez trouserão os moradores as suas medições que se lançarão com toda a clareza e ordem assim na divizão que se fes por cada hua das ruas da Villa em que moravão, como por cada hua daquellas Ribeiras em que estavam situadas as mesmas fazendas; porem como não havia preço certo, pelo qual se pudessem legitimamente regular // [126] regular os foroz, de que rezultava a injustiça e desigualdade com que os mais poderosos ou não pagavão nada ou pagavão menoz do que os mais pobres e miseraveis, o que era contra direito e ainda rezão natural. Depois de bem conciderada esta materia, atendendo a pobreza da terra e as grandes perturbações a que tinha dado cauza hum dos Ouvidores das Ilhas, com os seus inconciderados provimentos chamados de correição, e querendo modificar o rigor da sobredita concordata, uzando da faculdade que Sua Magestade que Deos guarde foy servido conferir lhe nas Suas Reaes ordens de que fas menção a que se ve a fl. 23 do dito Livro, em sua observancia determinou que toda a terra que fosse de regadio pagaria em frutos hum real Portugues por cada lança, que consta de quinze palmos craveiroz (ut supra pag. 119, pag. 120), e a que fosse de sementeira pagasse o mesmo real por duas lanças, e as que fossem para cultura dos algodoejros pagarião tambem hum real por coatro lanças. De maneja que o Foreiro que ocupar des lanças de regadio ha de pagar des reis, o que ocupar vinte lanças de terras de sementeiras ha de pagar os mesmos des reis, e estes mesmoz pagará o que ocupar corenta lanças de terra de algodão.

Porem como os Feitores com o pretexto de que os frutos se danificavão tinhão fundamento para desculparem os seus descaminhos, o que não ser[ia] facil sendo os pagamentoz em dinheiro, e para que não houvesse desculpa algua, assim da parte dos ditos Feitores, como dos mesmos Foreiroz, determinou que quem pagasse a metade em dinheiro (enquanto Sua Magestade não rezolvesse o contrario), ficaria relevado do pagamento em frutos na forma seguinte (ut supra pag. 120, ex medio): quem possuhir hua orta de regadio com des lanças de terra pagará sinco reis em dinheiro, o mesmo pagará quem tiver qualquer orta de sementeira com vinte lanças, e na mesma forma pagará sinco reis quem tiver corenta lanças de algodoejros, vindo desta sorte a ficarem todos iguaes, e com muito mayor favor do que genericamente tinha ordenado o dito Dezembargador Jose da Costa Ribeiro; com declaração porem, que todos os foreiros que não tem satisfeito os annos passadoz devem inviolavelmente pagar os tres annos sucessivos para que de algum modo purguem a sua rebeldia e possão resarsir o danno que tem sentido a Fazenda Real na falta daquelles pagamentos, alias proseda o Feitor contra elles tirando lhes as terras em cuja penna ja tinhão incorrido (ut supra pag. 120 fin.).



E querendo elle Dezembargador Sjndicante modificar o rigor do mandado do dito Dezembargador // [126v] Dezembargador Jose da Costa Ribejro adiante copeado (supra pag. 120v), no qual ordenava que não pagando os Foreiros dous annos ficassem logo perdendo a posse das terras e o senhorio util que nellas tinham, determinou que passados aquelles tres annos asima referido, se depois delles houver algum Foreiro que para o tempo futuro deixe de pagar tres annos contra estez deve proceder o Feitor tirando lhe as terras sem remissão alguma, e pondo as em praça para as dar a quem quizer satisfazer aquellas dividas, por ser isto conforme a direito e o unico mejo que há para se evitarem tão sucessivos descaminhos, como tem havido na Real Fazenda sobre a cobrança dos referidos foros.

de maneira que constando deste mesmo Livro haver tres mil seiscentas e vinte fazendas não consta de nenhum dos que se achavão na Feitoria que se tivesse cobrado hum anno por outro mais de sete ou oito mil reis em bom dinheiro, vindo por esta forma a não pagar cada fazenda nem tres reis em dinheiro, o que tem sido em grave danno da Fazenda Real, faltando os meios para se poder saber se esta falta procedia dos moradores, que não pagavão, ou dos Feitores, que depois de cobrarem não lançavão em Livro, pois não consta que passassem recibo as partes dos foros que satisfazião.

e para evitar todas estas desordens, mandou o Dezembargador Sjndicante resumir neste Livro todas as terras que se achão devidas em varias Ribeiraz Lançando as em cada hum dos moradores que as posuía e o foro de cada hua dellas, para que somados todos se viesse a saber a sua importancia e pudesse o Feitor cobrar executivamente dos devedores, dando quitação a todos de quem cobrasse, e lançando os pagamentos em hum Livro que especialmente se ordenou para este effeito, ficando desta sorte sabendo se não só o recebimento do Feitor, senão também a falta dos que não pagarão, para se proceder contra elles na forma determinada; e porque João Francisco Porto, a quem o Dezembargador Sjndicante tinha encarregado este resumo dos foros, prosedesse nelle com muita impericia na forma das contas, mandando as rever por mim escrevão achej todos aquelles erroz que vão emendados nas folhas seguintes que todas vão escritas pela minha letra, ficando por esta forma aquelles algarismos emendados pelos que forão feitos por mim escrevão nas ditas folhas, nas quais vão postos por ordem todos os nomes dos foreiros que se achão neste resumo.

e de tudo para constar mandou o Dezembargador Sjndicante fazer esta declara // [não constam deste livros os fls. 127 e 127v].

## Documento 2

*Breve noticia da Ilha de S. Nicolau e da facilidade com que para ella se pode mudar a Sé e o Governo da Ilha de S. Tiago*

(AHU, CV, cx. 39, doc. 20)

Está a Ilha de S. Nicolau distante da de S. Tiago vinte legoas ao Este e distante da costa do Leste cento e quarenta e seis. Tem de comprimento onze legoas e de largura seis. He de ares puros e de hum temperamento excellente, e por isso tão

benigna aos Naturaes e aos Estrangeiros, como as melhores situações da Europa, e igual nos ares e temperamento às mais Ilhas que lhe ficão a Este, que são a de Santa Luzia, a de S. Vicente e a de Santo Antão. Da de S. Nicolau à de Santo Antão, que he a mais distante, contão se des legoas e meia, sinco à de Santa Luzia, tres e meia à de S. Vicente, e duas à de Santo Antão. Entre a Ilha de S. Nicolau e a de S. Vicente estão duas Ilhotas ou Ilhaves inhabitaveis, mas de bastante produção de urzela, que se lhe apanha, e são o Ilhavo Branco e o Ilhavo Razo. Estas distancias não são dadas por medição exacta, mas pelo que as contão os Naturaes, e pouco mais ou menos.

Tem esta Ilha de S. Nicolau hum Porto da parte do Sul chamado da Preguiça, junto a outro chamado Porto Velho, e distante da Povoação huma legoa, mas tão benigno que o maior Navio lança do mar ancora em terra. Tem outro da parte do Noroeste chamado do Tarrafal de bom fundo e com sua ribeira, mas distante da Povoação tres legoas. Nesta distancia, pouco mais, lhe fica da parte do Este o Porto da Ilha de S. Vicente o mais excellente de todos os das outras Ilhas, capaz de ancorar duzentas naos ao abrigo de hum pedestal distante do surgidouro hum quarto de legoa, e em que se podem fazer marinhas, e por onde os moradores de S. Nicolau vão buscar a esta de S. Vicente o algodão, que ali se dá sem cultura, que alguns annos tem rendido sincoenta mil reis para a fazenda Real, e muito mais renderia se se cultivasse.

A povoação principal da Ilha de S. Nicolau considera se ter quatrocentas cazas de pedra e barro, alem de alguas // alguas choupanas, e que depois da esterilidade, em que morrerão muitas pessoas, tem ainda mais de quatro mil. Alem da Povoação principal, que tem huma sufficiente Igreja, ha outra no sitio das queimadas com huma freguezia chamada Nossa Senhora da Lapa, e outras mais Povoações pequenas por algumas Fazendas.

Hum dos sitios mais notaveis desta Ilha he a bella planice do campo chamado da Tabua, ou da Tabuga, meia legoa distante do Porto da Preguiça, não cultivado por seco, mas pode se lhe meter agoa e boa e com muito pouco trabalho, e na verdade digno de maior povoação ou de cultura. Há outros sitios de boa situação pelo interior da Ilha, mas havendo quem dá noticia delles pelos ter visto, não lembrão os seus nomes.

A situação da Povoação principal he da Ribeira, e quazi no meio della estão as cazas da Vigairaria no melhor sitio do mesmo povoado com hum pequeno pateo junto à chamada cadea, e nellas esteve nove meses o Bispo D. Frei Pedro Jacinto Valente, fugindo à indispensavel maligna da Ilha de S. Tiago, athe que os moradores da Ilha de Santo Antão o vierão convidar e buscar para a sua Ilha, em que viveo dezanove annos, mais como particular, que como Bispo.

Nesta Povoação de S. Nicolau houve também hum Hospicio, que o Dezembargador Antonio Correa de Mattos mandou fazer e deo aos Padres da Provincia da Soledade, para que ajudassem a administrar os Sacramentos ao povo, que he muito, e sem clerigos, e para que educassem a mocidade da Ilha, mas estando já la dous Religiosos Frei Antonio da Macieira e seu companheiro, o Ouvidor João Antonio da Silveira fes, ou mandou fazer apreensão do dito Hospicio para a fazenda Real, e ficou depois servindo para armazem da Companhia, com evidente damno e prejuizo bem sensivel daquelles miseraveis, qu athe padecerão a violencia de lhe tirarem da boca o pão da doutrina Santa.



He toda a Ilha abundantissima de produções e boas // e boas agoas, e seria de maior interesse se houvesse extracção dos fructos que os habitantes, aliás preguiçosos, tãobem por falta de commercio não procurão, contentando-se com o preciso para passarem o anno. Tem muita urzella e produção de algodão e anil, que os Naturaes não sabem preparar, e só lhes serve para as tintas dos seus panos, de que tem tiare estreitos, como os das mais Ilhas. E supposto não tenha agora tantos tiare como tem a Ilha de S. Tiago, he porque tem menos gente e não por falta de commodidade para os ter, se ahi se estabelecer commercio. E ainda que por falta deste não querem aprender a preparar o anil, ser lhes ha facil o aprender, como aprenderão os da Ilha de Santo Antão, que por preguiça o não querem fazer, ou quando muito fazem huma arroba no anno.

Tãobem esta Ilha de S. Nicolau he apta para as produções de vinho, trigo, milho e feijão, mas os vinhos são pouco generosos pela imperfeição com que os fabricão. O trigo não se semeia e só se vio que algum, que se semeou para experiencia, se creou muito grande. O milho he só o que se semeia em quantidade somente precisa para passar o anno. O feijão da se pelo campo com pouca ou nenhuma cultura. No tempo em que foi para esta Ilha o Bispo D. Frei Pedro Jacinto Valente principiou a haver alguma curiosidade nos moradores della porque os estrangeiros e alguns Ilheos dos Assores ião a ella buscar os fructos, e só com este principio de commercio livre ia principiando a florescer; murchou se logo faltando a curiosidade com a prohibição da liberdade do commercio.

Estas noticias são dadas em segredo por alguns dos membros da Companhia extincta e por hum sacerdote que acompanhou alguns annos ao Bispo defunto, o qual esteve com elle nesta Ilha de S. Nicolau e veio muitas vezes a ella da de Santo Antão, aonde tãobem assistio, e nada he interessado em faltar a verdade.

Sobre estas noticiaes discorre agora o Bispo novamente eleito, que Sua Magestade lhe pode bem deferir as suas supplicas // que lhe tem feito da mudança da Sé e do Governo e da erecção do Seminario sem dispendio da Fazenda Real e com esperanças de esta se ver em breve tempo augmentada em todas as Ilhas, de sorte que com os dizimos se possam acrescentar e fazer de novo congruas aos Parocos.

Tem a Ilha Igreja sufficiente para se darem principio aos exercicios de Cathedral, e assim não he necessario fazer Sé emquanto não houverem nos dizimos sobejos com que se possa fazer. Tem humas cazas de Vigairaria em que pode assistir o Bispo, emquanto se faz a caza da sua residencia, para a qual se achão depositados na mão dos Administradores da Companhia onze contos, quinhentos quarenta e tres mil setecentos e setenta e dous reis, o que já se poz na Real prezença. Quantidade he esta não só bastante para fazer a residencia Episcopal, mas tãobem para fazer casas para Seminario, que o mesmo Bispo supplica, sendo por elle mandado distribuir, pois para as ditas obras não he preciso Architecto, bastão só officiaes que fação o que o dito Bispo mandar, com o que ficará bem diminuida a despeza.

Tãobem há na Ilha de S. Nicolau, e nas propinquas muitas terras sem cultura, das quaes Sua Magestade por isso mesmo não recebe emolumento algum, especialmente o campo da Tabua, e destas se podem assignar algumas para sustentação dos Seminaristas, emquanto se não der outra providencia, ficando a cultura dellas por conta do Bispo ou da Sé. E para os Mestres do Seminario se podem agora applicar os ordenados que se pagão ao Mestre de ler e escrever, ao Mestre da Gramatica, ao

Mestre de moral, e ainda ao Mestre de Canto que há na Ilha de S. Tiago, e se podem obrigar a ler no Seminario, e principiando assim o Seminario a ter tres ou quatro Mestres mais necesarios se poderão para o futuro ajuntar mais, quando os rendimentos das Ilhas forem mais avultados.

Sendo // Sendo desta sorte a mudança da Sé da Ilha de S. Tiago para a de S. Nicolau e nesta a erecção do Seminario couzas muito faceis e sem dispendio, tãobem a mudança do Governo para a mesma Ilha será não só de nenhum dispendio, porque para passar de huma para outra Ilha só se gastarão vinte e quatro horas, e a commodidade das cazas para o Governador e Ouvidor, que forem de novo, em huma e outra Ilha he igual, mas tãobem de muito proveito e augmento para o Estado e para a Fazenda Real, porque os Governadores, Ouvidores e mais Ministros do bem publico, que na Ilha de S. Tiago se escapão da doença da terra, ficão sempre padecendo a malignidade de seus nocivos ares, na de S. Nicolau gozarão melhor saude, sem a qual não podem bem cumprir com os seus deveres; e poderão ahi ter com mais facilidade embarcações promptas para mandarem as ordens precisas a todas as Ilhas, para fazerem povoar e cultivar as dezertas que lhe ficão propinquas e para animarem aos moradores dellas a fazerem sementeiras, pescarias, fabricas de algodão, e de anil, como que se evitará a ociosidade do Povo e se augmentará o commercio livre e com isto a Real Fazenda, assim nas Alfandegas, como nos Dizimos.

A isto só se poderão oppor alguns Conegos naturaes da Ilha de S. Tiago que saberão por si e por seus apaixonados arbitrar e propor algumas razões de inconveniencia, com apparencias politicas, para que se não faça a supplicada mudança, que os privará do bem Patrio, e ao Architecto Antonio Carlos que lá esteve degradado e foi muito tempo hospede delles se lhe poderá mostrar agradecido em os seguir. O Governador que lá está tãobem poderá procurar o não se apartar da Ilha por prisão particular, ainda que nella vive com algumas molestias. Mas o bem publico da Igreja e do Estado tão claramente conhecido e tão evidentemente demonstrado na representação // representação que o Bispo novamente eleito fez a Sua Magestade deve prevalecer contra todas as razões que se conhecerem ser tendentes somente ao bem de individuos particulares, ainda que disfarçadas com a mentiroza face de razões politicas.

[Nesta cota está também a referida súplica do Bispo de Cabo Verde, bem como anotações à margem dos órgãos centrais do Reino, as quais não se transcrevem por terem menos informações sobre a situação da Ilha de São Nicolau].



## BIBLIOGRAFIA

### FONTES MANUSCRITAS

#### Arquivo Histórico Ultramarino

*Cabo Verde*, cx. 1, 3, 4, 5, 6, 6a, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 47, 48, 49, 50, 51 e 52.  
*Conselho Ultramarino*, códices 402, 404, 405, 478, 479, 486 e 489.

#### Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

*Cartório Notarial 15*, cx. 8, liv. 39.  
*Chancelaria D. Manuel I*, liv. 31.  
*Chancelaria D. João III*, liv. 39.  
*Chancelaria D. Filipe I*, liv. 13.  
*Chancelaria D. Filipe II*, liv. 29 e 37.  
*Chancelaria D. João IV*, liv. 5.

#### Biblioteca Nacional, Lisboa

*Reservados*, códice 1678.  
*Reservados*, manuscrito 71, n.º 11.  
*Cartografia*, n.º 28<sup>A</sup> e 127<sup>A</sup>.

#### Biblioteca da Ajuda

Códice 44-XIII-32, n.º 47D.

#### Arquivo Histórico Nacional (Cabo Verde)

*Secretaria Geral do Governo*, A1/0001, A1/0002, A1/0004 a A1/0019, A1/0085 e A1/0514.



## FONTES IMPRESSAS

- BONNAFFOUX, Désiré (trad.) – «As Ilhas de Cabo Verde nos anos de 1720. Quatro anos de viagens do Capitão George Roberts», in *Ponto & Vírgula. Revista de Intercâmbio Cultural*, n.º 7 a 17, Janeiro-Fevereiro de 1984 a Dezembro de 1987.
- CARREIRA, António – *Documentos para a História das Ilhas de Cabo Verde e «Rios da Guiné» (Séculos XVII e XVIII)*, Lisboa, Edição do Autor, 1983.
- FEIJÓ, João da Silva – *Ensaio e Memórias Económicas sobre as Ilhas de Cabo Verde (Século XVIII)*, apresentação e comentários de António Carreira, Lisboa, 1986.
- FRUTUOSO, Gaspar – *Livro Primeiro das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1966.
- História Geral de Cabo Verde – Corpo Documental*, vol. I, coord. Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos, Lisboa / Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical / Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1988.
- Monumenta Missionária Africana*, coligida e anotada pelo padre António Brásio, Lisboa, Agência Geral do Ultramar e Academia Portuguesa de História, v.a.
- Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde*, apresentação, notas e comentários de António Carreira, Lisboa, Instituto Caboverdiano do Livro, 1985.
- Portugaliae Monumenta Africana*, vol. II, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical / Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses / Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.
- RIBEIRO, Orlando – «As ilhas de Cabo Verde no princípio do século XIX (Memórias de António Pusich)», in *Garcia de Orta. Revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar*, Lisboa, Ministério do Ultramar, 1956, vol. 4 (n.º 4), pp. 605-634.

## Obras Gerais, Auxiliares Bibliográficos e Geográficos

- ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, ed. Damião Peres, Porto, Lisboa, Civilização Editora, 1970, vol. III.
- BARBOSA, L. A. Grandvaux – «Subsídios para um dicionário utilitário e glossário dos nomes vernáculos das plantas do arquipélago de Cabo Verde», in *Garcia de Orta. Revista da Junta de Investigações do Ultramar*, Lisboa, 1961, vol. 9 (n.º 1), pp. 37-91.
- BARCELLOS, Christiano José de Senna – *Roteiro do Archipelago de Cabo Verde*, Lisboa, Typographia do Jornal, 1892.
- CHELMICKI, José Conrado Carlos de – *Corografia Cabo-Verdiana ou Descrição Geographico-historica da Provincia das Ilhas de Cabo-Verde e Guiné*, Lisboa, Tipografia L. C. da Cunha, 1841, tomo I.

- DIAS, Luís Fernando de Carvalho – *O Ultramar Português nas Chancelarias Régias*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar (Anais, vol. XI, tomo 2), 1956.
- Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, dir. Luís de Albuquerque, Lisboa, Caminho, 1994, vols. I e II.
- Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d., vols. I a VI.
- DINIZ, A. Castanheira e MATOS, G. Cardoso de – «Carta de Zonagem Agro-Ecológica e da Vegetação de Cabo Verde, VIII – Ilha de São Nicolau», in *Garcia de Orta. Série Botânica*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1999, vol. 14 (n.º 1), pp. 1-54.
- FITZLER, M. A. Hedwig e ENNES, Ernesto – *A Secção Ultramarina da Biblioteca Nacional*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1928.
- História Geral de Cabo Verde*, vol. I, coord. Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos, Lisboa / Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical / Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1991 e vol. II, coord. de Maria Emília Madeira Santos, Lisboa / Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical / Instituto Nacional de Cultura de Cabo Verde, 1995.
- Inventário. Secção XIII – Manuscritos*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1896.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *História de Portugal*, vol. I (*Das Origens às Revoluções Liberais*), Lisboa, Palas Editoras, 1980.
- Nova História da Expansão Portuguesa*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. II, *A Expansão Quatrocentista*, coord. A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, e vol. X, *O Império Africano 1825-1890*, coord. Valentim Alexandre e Jill Dias, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. V (*Portugal, do Renascimento à Crise Dinástica*, coord. João José Alves Dias) e vol. VII (*Portugal, da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, coord. Avelino de Freitas de Meneses), Lisboa, Editorial Presença, 1999-2001.
- NUNES, Mateus – «Perspectivas agrícolas de São Nicolau», in *Garcia de Orta. Revista da Junta de Investigação do Ultramar*, Lisboa, 1961, vol. 9 (n.º 2), pp. 389-392.
- NUNES, Mateus – *Os Solos da Ilha de São Nicolau (arquipélago de Cabo Verde)*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar (Estudos, Ensaios e Documentos, n.º 94), 1962.
- NUNES, Mateus – *Problemas da Ilha de São Nicolau*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar (Estudos, Ensaios e Documentos, n.º 101), 1962.
- SILVEIRA, Luís – *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas no Ultramar*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, s.d., vol. II.



## Estudos Específicos

- AMARO, Clementino e SANTOS, Vítor – «Recuperação do Forte da Preguiça na Ilha de São Nicolau, República de Cabo Verde», in *Pedra & Cal*, n.º 15, Julho-Setembro 2002, pp. 10-12.
- ANDRADE, Elisa Silva – *Les îles du Cap-vert de la «Découverte» à l'Indépendance Nationale (1460-1975)*, Paris, Éditions L'Harmattan, 1996.
- BARCELLOS, Christiano José de Senna – *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, Partes I a III, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1899.
- *Alguns Apontamentos sobre as Fomes em Cabo-Verde desde 1719 a 1904*, Lisboa, Tipografia da Cooperativa Militar, 1904.
- BRITO, Raquel Soeiro de – «Les Îles de L'Atlantique et leur Rôle dans L'Istoire des Découvertes Maritimes», in *Atti del II Convegno Internazionale di Studi Colombiani*, Génova, Civico Instituto Colombiano, 1977.
- CAETANO, Cónego Joaquim da Silva – «A Ilha de S. Nicolau» (Comunicação à Sociedade de Geographia de Lisboa), in *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, Imprensa Nacional, 1882, 3.ª série, n.º 5 (pp. 311-320) e n.º 6 (pp. 347-361).
- CARREIRA, António – «Crises em Cabo Verde nos séculos XVI e XVII», in *Geographica. Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa*, dir. Raquel Soeiro de Brito, Lisboa, ano II, n.º 6, Abril de 1966, pp. 35-46.
- *As Companhias Pombalinas de Navegação, Comércio e Tráfico de Escravos entre a Costa Africana e o Nordeste Brasileiro*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1969.
- *Alguns aspectos da administração pública em Cabo Verde no século XVIII*, sep. do *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, n.º 105 (ano XXVII), Bissau, 1972,2 pp. 123-203.
- «Tratos e Resgates dos Portugueses nos Rios de Guiné e Ilhas de Cabo Verde nos começos do século XVII», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 2, dir. Vitorino Magalhães Godinho, Lisboa, Sá da Costa Editora, Julho-Dezembro 1978, pp. 91-103.
- *Estudos de Economia Caboverdiana*, Maia, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.
- «O Primeiro «Censo» de População da Capitania das Ilhas de Cabo Verde (1731)», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 13, dir. Vitorino Magalhães Godinho, Lisboa, Sá da Costa Editora, Janeiro-Junho 1984, pp. 51-66.
- «Conflitos Sociais em Cabo Verde no Século XVIII», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 16, dir. Vitorino Magalhães Godinho, Lisboa, Sá da Costa Editora, Julho-Dezembro 1985, pp. 63-88.
- «A Capitania das Ilhas de Cabo Verde (Organização civil, eclesiástica e militar, séculos XVI-XIX – Subsídios)», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 19, dir. Vitorino Magalhães Godinho, Lisboa, Sá da Costa Editora, Janeiro-Abril 1987, pp. 33-76.

- *Cabo Verde - Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*, 3.ª edição, Praia, Instituto de Promoção Cultural, 2000.
- COHEN, Zelinda – «Subsídios para a história geral de Cabo Verde. Os contratos de arrendamento para a cobrança das rendas e direitos reais das ilhas de Cabo Verde (1501-1560)», in *Studia*, n.º 53, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1994, pp. 317-364.
- *Controle e Resistência no Quadro do Funcionalismo Régio Insular (Cabo Verde, séculos XV a meados do XVIII)*, Lisboa, 1999 (dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).
- CORREIA, António Mendes – *Ultramar Português*, vol. II (*Ilhas de Cabo Verde*), Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954.
- COSTA, A. Fontoura da – *Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes (1506-1508)*, s.l., Agência Geral das Colónias, 1939.
- DUNCAN, T. Bentley – *Atlantic Islands. Madeira, the Azores and Cape Verdes in Seventeenth Century. Commerce and Navigation*, Chicago/London, University of Chicago Press, 1972.
- GONÇALVES, Nuno da Silva – *Os Jesuítas e a Missão de Cabo Verde (1604-1642)*, Lisboa, Brotéria, 1996.
- GRACIAS, João Baptista Amâncio – *Monografia sobre a Província de Cabo Verde*, Praia, Imprensa Nacional, 1922.
- GUERRA, Luiz de Bivar – «A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos às Ilhas de Cabo Verde em 1753 e o regimento que deixou na ilha de São Nicolau», in *Studia*, n.º 2, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Julho 1958, pp. 165-293.
- LERENO, Álvaro – *Subsídios para a História da Moeda em Cabo Verde (1460-1940)*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1942.
- LIMA, José Joaquim Lopes de – *Ensaio sobre a Statistica das Possessões Portuguezas na Africa Occidental e Oriental na Asia Occidental na China e na Oceania*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844, Livro I (Ensaio sobre Statistica das Ilhas de Cabo-Verde).
- LOPES FILHO, João – *Ilha de S. Nicolau. Cabo Verde. Formação da Sociedade e Mudança Cultural*, s.l., Secretaria Geral do Ministério da Educação, 1996 2 vols..
- «O quotidiano cabo-verdiano a partir de um documento do século XVIII», in *Africana*, n.º 6 especial, Porto, Centro de Estudos Africanos e Orientais da Universidade Portucalense, 2001, pp. 309-324.
- e APARÍCIO, João Paulo – *O Forte do Príncipe Real e a defesa da Ilha de São Nicolau*, Cascais, Patrimónia, 1998.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – «Gaspar Frutuoso e a colonização de Cabo Verde», in *Garcia de Orta. Revista da Junta de Investigações do Ultramar*, Lisboa, 1961, vol. 9 (n.º 1), pp. 27-29.



- MATOS, Artur Teodoro de – «Valor Estratégico das Ilhas de Cabo Verde: a África, o Brasil e a Rota da Índia», in *Oceanos*, n.º 10, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992.
- «Santo Antão de Cabo Verde (1724-1732): da ocupação inglesa à criação do regime municipal. Mutações políticas, recursos económicos e estrutura sociais», in *A Dimensão Atlântica de África*, 4.ª Reunião Internacional de História de África, Rio de Janeiro, 30 de Outubro a 1 de Novembro de 1996, São Paulo, 1997.
- «Santo Antão de Cabo Verde: Gente, Recursos e Organização do Poder nos Séculos XVI e XVII. Elementos para o seu Estudo», in *História das Ilhas Atlânticas (Arte, Comércio, Demografia, Literatura)*, Actas do IV Congresso Internacional de História das Ilhas do Atlântico (Canárias, Gran Canaria e Tenerife, 9-14 de Outubro de 1995), Madeira, Governo Regional, 1997, vol. II, pp. 343-49.
- «Diversidade e Complementaridade na Formação da Sociedade Colonial Cabo-verdiana. A Arqueologia da Sociedade de Santo Antão (1504-1732)», in *Em Louvor da Linguagem – Homenagem a Maria Leonor Carvalhão Buescu*, Lisboa, Edições Colibri, 2003, pp. 259-270.
- MOTA, A. Teixeira da e CARREIRA, António – «O milho zaburro e o milho maçaroca na Guiné e Ilhas de Cabo Verde», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 17, dir. Vitorino Magalhães Godinho, Lisboa, Sá da Costa Editora, Janeiro-Junho 1986, pp. 9-20.
- OLIVEIRA, Luís Filipe e RODRIGUES, Miguel Jasmim – «Um Processo de Reestruturação do Domínio Social da Nobreza. A Titulação na 2.ª Dinastia», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 22, dir. Vitorino Magalhães Godinho, Lisboa, Sá da Costa Editora, Janeiro-Abril 1988, pp. 77-114.
- PELÚCIA, Alexandra Pinheiro – «José da Costa Ribeiro. Um Madeirense ao Serviço da Ouvidoria-Geral das Ilhas de Cabo Verde (1728-1740)», in *Revista Ilzenha*, n.º 21, dir. Nelson Veríssimo, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Julho-Dezembro 1997, pp. 124-44.
- PEREIRA, Daniel A. – *Estudos da História de Cabo Verde*, Praia, Instituto Caboverdiano do Livro, 1986.
- RIBEIRO, Orlando – «Primórdios da Ocupação das Ilhas de Cabo Verde», in *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1955, tomo XXI, 2.ª série, n.º 1, pp. 92-122.
- SILVA, António Correia e – «Subsídios para a história geral de Cabo Verde. As secas e as fomes nos séculos XVII e XVIII», in *Studia*, n.º 53, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1994, pp. 365-382.
- *Espaços Urbanos de Cabo Verde: o tempo das cidades-porto*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.
- SILVÉRIO, Silvina e MARQUES, Marisa Pires – «D. Diogo da Silva de Meneses e a política régia portuguesa», in *Actas do Colóquio Internacional A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, no prelo.

- TORRÃO, Maria Manuel – «Colonização de Cabo Verde: meios e objectivos», in *Portugal no Mundo*, dir. Luís de Albuquerque, vol. 2, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 150-70.
- *Dietas Alimentares. Transferências e Adaptações nas ilhas de Cabo Verde (1460-1540)*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1995.
- *Tráfico de escravos entre a costa da Guiné e a América Espanhola. Articulação dos Impérios ultramarinos ibéricos no espaço atlântico (1466-1595)*, 2 vols. (dissertação apresentada em provas científicas de acesso à categoria de Investigadora Auxiliar), Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000 (texto polycopiado).
- VASCONCELLOS, Ernesto J. de C. – *As Colónias Portuguesas. Geografia Física, Económica e Política*, 3.ª edição, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1921.
- VIEIRA, Alberto – *As ilhas Atlânticas*, Lisboa, CTT Correios de Portugal, 1995.



## ÍNDICE ANALÍTICO

### A

*Açores*, arquipélago – 72, 207.  
*Açúcar* – 124, 129.  
AFONSO V (D.), rei de Portugal – 23.  
AFONSO, Diogo – 23.  
AFONSO, Gaspar Gonçalves, feitor de São Nicolau – 88.  
Água – 17, 101, 125, 145, 175, 176, 207.  
Aguardente – 124, 203.  
Agricultura – 18, 86, 87, 96, 98, 99, 101, 111, 112, 117, 120, 127, 151, 158, 165, 176, 179, 192.  
Alfândega – 71, 73, 79, 82, 84, 85, 87, 91, 137, 140-142, 148, 158, 175, 184, 203, 208.  
Alfandegários, direitos – 35, 78, 80, 87, 88, 90-93, 137, 138, 203.  
Algodão – 62, 89, 93, 115, 116, 122, 123, 126, 135, 139, 141, 142, 148, 152, 192, 197, 202, 203, 205-208.  
Algodoeiro – 87, 116, 197, 198, 205.  
ALMEIDA, Manuel Francisco de, capitão-mor e feitor de São Nicolau – 47.  
Âmbar – 69, 74, 84, 86, 102, 103, 152.  
*América* – 47, 132, 136.  
Anil – 125, 126, 207, 208.  
ARAÚJO, Francisco Xavier de, ouvidor-geral de Cabo Verde – 37, 38, 56, 58, 88, 122.  
Armada das ilhas – 72.  
Atlântico, Oceano – 10, 69, 104, 135, 136, 140, 143.

### B

Baleias – 83, 104, 105.  
*Barlavento*, ilhas – 15, 27, 28, 30-34, 36, 37, 39, 41-44, 51, 54, 59, 63, 64, 70, 72-75, 78, 79, 95, 101, 107-110, 120, 127, 137, 142, 144, 145, 147-152, 158, 162, 172, 180, 182, 184-186, 189, 192, 193.  
*Barril*, porto – 19.  
BASTO, Marcelino António, governador-geral de Cabo Verde – 48, 94, 105.  
BEZERRA, António de Barros, capitão – 51.  
Bispo de Cabo Verde – 28, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 52, 74, 76, 81, 88, 105, 128, 134, 135, 138, 142, 143, 145, 146, 151, 161, 177-179, 181-189, 192, 207-209.  
*Bissau*, ilha – 44, 45.  
*Boavista*, ilha – 15, 23, 29, 30, 31, 32, 34, 52, 59, 64, 67, 74, 75, 78, 88, 89, 96, 100, 105, 107, 111, 119-121, 128, 130, 133, 143, 148, 150-154, 156, 157, 159, 161, 162, 164, 165, 171, 172, 181, 183, 187, 189.  
Bovino, gado – 72, 97, 98, 100.  
*Branco*, ilhéu – 15, 63, 66, 86, 105, 110, 206.  
*Brasil* – 137.  
*Brava*, ilha – 20, 59, 107, 119-121, 124, 128, 130, 133, 152, 154, 162, 164-166, 170-172.  
*Brava*, ribeira – 17, 112, 175, 178-180.  
BRITO, Álvaro Sanches de, coronel da Armada Real – 30.



**C**

*Cabeçalinho*, ribeira – 17; lugar – 18, 117, 180.  
 Cabras – 72, 95, 98, 100, 101, 135, 147, 148, 159, 196.  
*Cachaço*, lugar – 18, 180.  
*Cacheu*, praça – 31, 32, 48, 141.  
 Café – 126, 193.  
*Caiena* (Guiana) – 47, 132.  
*Calhaus*, lugar – 180.  
*Calvo*, monte – 117.  
 Câmara Municipal – 33, 34, 35, 39, 40, 45, 49, 54, 59, 64, 78, 79, 82, 83, 88, 93, 108, 112, 117, 134, 146, 185, 192, 197, 199, 200, 202, 204.  
*Camarões*, ribeira – 17.  
*Canárias*, arquipélago – 50.  
 Capitania-donataria – 25, 49, 69.  
 Capitão ou capitão-mor de São Nicolau – 31, 32, 39, 40, 47, 48, 53-55, 57, 59, 64, 83, 84, 89, 108, 127, 128, 130, 134, 192.  
 Caprino, gado – 94, 97, 100.  
*Caramujo*, lugar – 18.  
 Carestia – 140, 142, 144.  
 Carne – 70, 95, 98, 99, 104, 129, 130, 135-137, 143, 151, 160.  
 CARNEIRO, Francisco José Teixeira, governador geral de Cabo Verde – 135.  
 Carreira da Índia – 71, 135.  
*Carriçal*, porto – 19, 53, 55, 60, 62, 111, 180, 198; ribeira – 119, 198.  
*Castelhanos*, povoação – 16, 180; ribeira – 119, 198.  
 Cavalar, gado – 98, 100.  
 Cavalos – 135.  
*Cenoural*, lugar – 180.  
 COELHO, Bento Gomes, governador-geral de Cabo Verde – 34.  
 Comércio – 44, 54, 59, 63, 87, 89, 90, 93, 96, 106, 112, 131, 135, 137, 138, 140-143, 145, 148, 149, 176, 179, 182, 193, 207, 208.  
 Companhia Geral de Grão-Pará e Maranhão – 43, 45, 62, 66, 89-91, 94, 99, 110, 123, 124, 129-131, 141, 142, 153, 154, 157, 185, 193, 207, 208.  
 Côngrua – 67, 74, 80, 81, 87, 89, 151, 181-183, 187, 188, 208.  
 Conselho da Fazenda – 28, 29, 49, 52, 64, 75, 77, 192.

Conselho Ultramarino – 28, 29, 31, 34, 42, 52, 65, 66, 74, 110, 125, 144, 145, 183.  
 Correição – 31, 34, 35, 37, 40, 44, 46, 48, 49, 59, 79, 144, 197, 204.  
 Couros – 50, 72, 95, 135-137, 182, 184.  
*Covoadá*, ribeira – 180.  
 CUNHA, João Serrão da, governador de Cabo Verde – 149.  
 Cura – 67, 69, 74, 87, 181, 187.

**D**

Devassa – 35, 36, 40, 144.  
 DIOGO (D.), duque de Viseu e Beja – 24.  
 Dízimo – 73-75, 77, 80, 86, 87-93, 97, 98, 101, 147-150, 152, 153, 181, 184, 208.  
 Doenças – 41-44, 66, 80, 127, 133, 193, 208.  
 Donataria – 24, 49, 95, 200.  
 Donatário – 24, 25, 27, 28, 29, 30, 65, 69, 71-74, 96, 102, 109, 112, 113, 147, 148, 151, 158, 183, 191, 192.  
 Dragoeiro – 103, 117.

**E**

EÇA, Luís António da Cunha d', governador-geral de Cabo Verde – 38, 56, 58, 59, 89, 145, 170.  
 Escravos – 35, 47, 132, 135-137, 141, 142, 160, 163-165, 168, 169.  
 Escrivão da matança – 74.  
 Escrivão da feitoria da Fazenda Real da ilha de São Nicolau – 78, 82, 84, 85, 87, 90, 91, 97, 116, 201, 202.  
 Espanhol – 108, 149; embarcação – 50, 51.  
 Estrangeiro – 35, 47, 50, 52, 53, 55, 56, 63, 87, 89, 98, 104, 106, 108, 122, 125, 136-139, 142, 143, 149, 158, 174, 203, 206, 207; navio – 32, 50, 56, 62, 102; comerciante – 46; mercador – 78, 86, 111, 128, 132; país – 101; navegador – 122.

**F**

*Fajã*, ribeira – 17; lugar – 18, 146, 179, 180.  
 Fazenda Real – 31, 32, 36, 38, 40, 43, 45, 53, 57, 60, 65, 66, 73, 76-79, 81-95, 97-100, 103, 104, 109-114, 116, 119, 123, 126, 138, 140-142, 144, 147, 149-152, 154, 155, 157, 170, 177, 180, 182, 184, 192, 196-206, 208.

Feijão – 115, 116, 121, 127, 129, 130, 139, 197, 198, 207.  
 FEIJÓ, João da Silva – 104.  
 Feitor da ilha de São Nicolau – 27, 28, 30, 31, 35, 36, 38, 45, 52, 53, 55, 64, 71-75, 78-80, 82-91, 96, 97, 103, 107, 113, 114, 116, 117, 126, 140, 161, 175, 183, 191, 192, 195, 198-206.  
 FERNANDO (D.), duque de Viseu e Beja – 23.  
 FERREIRA, João Gomes, ouvidor-geral de Cabo Verde – 43, 44, 112.  
*Fidalgo*, porto – 19.  
 Figueiras – 117, 203.  
*Figueirinhas*, lugar – 123, 180.  
 Fogo, ilha – 15, 23, 24, 28, 33, 49, 55, 59, 69, 74, 77, 90, 95, 100, 102, 112, 113, 119-121, 123, 128, 130, 133, 135, 141, 142, 147, 148, 154-158, 160-162, 164-166, 168, 169, 171-173, 186, 191.  
 Fome – 127, 128, 131, 132, 134, 135, 142, 170, 173, 174.  
*Forcado*, baía – 19.  
 Foros – 80, 84, 87, 91, 92, 94, 113-117, 142, 195-200, 202-206.  
 Forros – 163-165, 169, 173.  
 Fortificação – 42, 60, 61.  
*Frade*, monte – 18.  
*Fragata*, ribeira – 17, 180.  
 Francês – 142; capitão – 47, 132, 133; embarcação – 51, 52; inimigo – 62.  
 FRANCO, Inácio, mercador – 29, 51, 75.

**G**

Gado – 25, 29, 32, 40, 42, 69, 70, 74, 80, 83, 84, 86, 87, 90, 94-101, 112, 119, 120, 123, 128, 136-139, 151, 159, 160, 165, 168, 176, 180, 191-193, 195, 196, 198, 199, 201-203.  
 GODELHO, Manuel Lopes – 29, 77, 151.  
 GOMES, Diogo – 23.  
*Goré* (colónia francesa) – 63.  
 GOUVEIA, marquês – 26-29, 34, 64, 65, 74, 109, 151, 183, 191.  
 Governador ou governador-geral de Cabo Verde – 28-32, 34, 35, 39, 41-43, 45-48, 52-55, 59-63, 65, 78, 79, 82, 83, 85, 89, 90, 94, 99, 106, 107, 124-126, 128, 131, 132, 137, 142-145, 170, 174, 202, 208, 209.  
 GRANS, Francisco de Oliveira, governador-geral de Cabo Verde – 30, 32.

Guardas da alfândega da ilha de São Nicolau – 82, 85, 203.  
 Guardas do campo da ilha de São Nicolau – 82, 86, 103.  
*Guiné* – 48, 74, 102, 106, 116, 122, 135, 139, 141, 142, 144, 149, 158, 162, 190.

**H**

Holandesa, embarcação – 51; manufactura – 106.

**I**

*Índias* (de Castela) – 50, 125, 149.  
 Inglês – 56, 107-109, 124, 125, 138, 142, 174; porto – 19, 55, 60; navio – 34; pirata – 53, 55, 109; mercador – 59, 138, 111; inimigo – 62; viajante – 127.  
 Inglesa, Coroa – 51; embarcação – 51, 62, 128, 142, 144, 185; manufacturas – 106.

**J**

JOÃO II (D.), rei de Portugal – 24.  
 JOÃO V (D.), rei de Portugal – 79.  
 Juiz – 33-37, 39, 45, 48, 79, 82, 83, 109, 144, 202.  
*Juncalinho*, lugar – 119, 123, 180, 198.

**L**

Lã – 99.  
*Lapa*, porto – 19, 57, 60, 71, 175, 176, 179.  
 LEITE, António, feitor da Fazenda Real na ilha de São Nicolau – 126, 157.  
 LOBO, Joaquim Salema de Saldanha, governador-geral de Cabo Verde – 130.

**M**

*Madeira*, arquipélago – 24, 124, 136, 137, 151, 161.  
*Maio*, ilha – 23, 59, 71, 72, 74, 96, 100, 105, 120, 121, 130, 133, 143, 147, 150-154, 156, 157, 161, 162, 165, 171, 172, 181, 183.  
 Manteiga – 86, 129, 130.  
 MANUEL (D.), duque de Viseu e Beja – 24, 191; rei de Portugal – 25, 26, 69, 70.  
 Mar – 18, 52, 54, 55, 62, 106, 110, 206.



MARIA SANTÍSSIMA, D. Frei Silvestre de, bispo de Cabo Verde – 189.  
 Matos, Cutódio Correia de, desembargador sindicante – 36, 37, 38, 39, 40, 41, 55, 56, 66, 79-82, 86, 88, 94, 98, 103, 110, 113-117, 122, 138, 144, 145, 153, 170, 177, 179, 184, 186, 192, 195, 203, 207.  
 Meirinho da feitoria da Fazenda Real da ilha de São Nicolau – 82, 85, 87, 90, 91, 97, 116, 202.  
 MENESES, D. Diogo da Silva e, conde de Portalegre – 25, 26, 27, 64, 69.  
 Mestiços – 163-169, 173, 177.  
 Milho – 80, 90, 114-116, 120, 121, 127-130, 135, 139, 143, 197, 198, 207.  
 Montado – 86, 96, 101, 115, 117, 119, 120, 122, 123, 192.  
 Monte Gordo – 15, 16, 18, 117, 180.  
 Monte Matias – 16.  
 Município – 33, 48, 54, 79, 82, 97, 112, 192.

## N

NOLI, António da – 23.

## O

Ouvidor ou ouvidor-geral de Cabo Verde – 29-31, 34, 35, 37-49, 52, 59, 79, 80, 86, 106-108, 122, 144, 162, 169, 177, 184, 185, 199, 204, 207, 208.  
 Ouvino, gado – 97, 98, 101.  
 Ordenanças, companhias – 52-55, 57, 60.

## P

Palha, porto – 60.  
 Palhar, ribeira – 117.  
 Panos – 40, 89, 122, 123, 135, 139, 141, 142, 152, 202, 203, 207.  
 Pároco – 52, 74, 80, 143, 151, 171, 182, 183, 187, 191, 208.  
 Pecuaría – 87, 94, 96, 99-101, 137, 140, 148.  
 Peixe – 67, 86, 104, 105.  
 Peles – 70, 72, 86, 95, 98, 128, 147, 148, 151, 152, 160, 184, 196, 203.  
 Pesca – 104.  
 Pico Martinho – 18.  
 Piratas – 50-53, 55, 60, 62, 63, 138, 176.  
 Ponta da Vermelharia – 16.

Ponta Leste – 16, 18, 175, 176, 180.  
 PORTALEGRE, conde – 25, 26, 27, 50, 64, 65, 69-73, 94, 95, 102, 106, 136, 147, 159, 160, 175, 191, 192.  
 Portela, lugar – 119, 180, 198, 201.  
 Porto Velho – 19, 60, 206.  
 PORTUENSE, D. Frei Vitorino, bispo de Cabo Verde – 76, 77, 183.  
 Praia, vila (Santiago) – 59, 141, 142.  
 Praia Branca – 16, 180, 201.  
 Praia Grande, porto – 19.  
 Prata, ribeira – 17, 117, 180.  
 Preguiça, porto – 17, 19, 38, 43, 55, 57, 60-63, 80, 111, 146, 176, 179, 206, 207; campo – 18, 175, 176, 179.  
 Príncipe Real, forte da ilha de São Nicolau – 61.  
 PUSICH, António, intendente da marinha e governador-geral de Cabo Verde – 44, 49, 61, 63, 67, 101, 105, 134, 189.

## Q

Quartos – 73-77, 148-150.  
 Queimadas, ribeira – 17; freguesia – 178-180, 186, 188, 207.

## R

Raso, ilhéu – 15, 63, 66, 86, 105, 110, 206.  
 Recolecção – 52, 69, 71, 86, 87, 102, 103, 106, 109, 112, 136, 138, 191.  
 Regadio, terra – 115-117, 119, 120, 123, 197, 198, 205.  
 Ribeira Brava, povoação ou vila – 17, 19, 33, 34, 35, 38, 39, 43, 48, 53, 57, 64, 90, 109, 112, 146, 175-179, 186, 189, 192, 195, 204.  
 Ribeira Grande, cidade (Santiago) – 29, 41, 42, 43, 71, 73, 135, 137, 148-150, 158, 165, 180, 186.  
 Ribeira Grande, povoação ou vila (Santo Antão) – 33.  
 RIBEIRO, José da Costa – 34, 36, 49, 54, 59, 64, 65, 78, 79, 94, 97, 103, 107-109, 112-114, 117, 138, 139, 146, 151-153, 170, 176, 201, 204, 205; ouvidor-geral de Cabo Verde – 32, 33, 107, 162, 169, 184, 192; do Conselho Ultramarino – 35.  
 ROBERTS, capitão inglês – 53, 127.

## S

Sal, mineral – 71, 72, 87.  
 Sal, ilha – 15, 23, 62, 63, 66, 86, 87, 93, 96, 103, 105, 111.  
 Salinas – 201.  
 SAMPAIO, João António da Silveira, ouvidor-geral de Cabo Verde – 39, 40, 58, 88, 99, 177, 184, 185, 207.  
 Sangue-de-drago – 69, 103.  
 Santa Luzia, ilha – 15, 23, 32, 63-67, 73, 86, 96, 105, 107, 108, 145, 206.  
 Santiago, ilha – 15, 20, 23-25, 28, 29, 32-35, 37, 38, 41-44, 47-50, 55, 62, 69, 71, 72, 74, 76, 78-80, 82-84, 90, 95, 99, 100, 102, 109, 111-113, 116, 119-124, 126, 128-130, 133, 135, 137, 140, 144-148, 152-158, 160-162, 164, 165, 168, 171-173, 178, 180, 181, 184, 186, 188, 191, 206-208.  
 SANTA MARIA, João Zuzarte de, governador-geral de Cabo Verde – 56, 79.  
 Santo Antão, ilha – 15, 19, 20, 23, 27, 30-36, 41, 49, 51, 53, 59, 64-67, 87, 96, 100, 103, 105, 107-109, 111, 119-121, 123, 124, 126, 128-130, 133, 145, 147, 148, 150, 152, 154-162, 164, 166, 169, 171, 172, 181, 185, 186, 188, 192, 206-208.  
 SÃO BOAVENTURA, D. Frei Cristóvão de, bispo de Cabo Verde – 44, 63, 134, 135, 146, 177, 179, 188, 189, 190, 192.  
 SÃO SIMÃO, D. Frei Francisco de, bispo de Cabo Verde – 42, 105, 146, 187, 188, 192.  
 São Tomé, arquipélago – 124.  
 São Vicente, ilha – 15, 19, 23, 32, 42, 43, 44, 53, 63-66, 70-73, 76, 96, 101, 105, 107, 126, 137, 143, 150, 151, 189, 193, 200, 201, 206.  
 SEBASTIÃO (D.), rei de Portugal – 26, 159.  
 Secas – 17, 77, 121, 127, 145, 189.  
 Sebo – 70, 72, 95, 136, 137, 152.  
 Sementeira, terra – 115-117, 119-121, 130, 134, 192, 197, 198, 205.  
 Sene – 105, 106, 193.

Serra Leoa – 141.  
 SPENCER, António Estêvão, escrivão do judicial da Câmara da ilha de São Nicolau – 47.  
 SPENCER, Estêvão, feitor da ilha de São Nicolau – 79.  
 SILVA, Inocêncio Alves da, ouvidor-geral de Cabo Verde – 79.  
 SILVA, Manuel Tavares da, capitão-mor de São Nicolau – 39.  
 SILVA, Mateus Alves da, capitão-mor do forte de São Jorge da Ilha de São Nicolau – 61.

## T

Tabaco – 116, 139, 197, 203.  
 Tabuga, campo – 43, 207, 208.  
 Tarrafal, porto – 19, 43, 46, 57, 60, 62, 105, 146, 180, 206.  
 Tartarugas – 87, 104.  
 TIGRE, Bartolomeu de Sousa Brito e, governador-geral de Cabo Verde – 45.

## U

Urzela – 32, 35, 53-56, 62, 66, 67, 88, 89, 102, 106-111, 131, 136, 138, 139, 142, 143, 147, 192, 207; contrato – 38, 40, 55, 62, 109-111, 123, 144, 185, 202.

## V

VALENTE, D. Frei Pedro Jacinto, bispo de Cabo Verde – 39, 40, 41, 128, 186, 192, 207.  
 Vigário – 87, 123, 144, 181, 184, 187, 188, 189.  
 Vinha ou vinho – 115, 116, 123, 181, 197, 200, 202, 203, 207.

## Z

ZUNIGA, Sebastião de Mendonça e, capitão-mor – 30-33, 53, 64, 77, 96, 107, 138, 145.



## ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – Arquipélago de Cabo Verde .....	16
FIGURA 2 – Ilha de São Nicolau .....	21
FIGURA 3 – Nomeações de todos os postos militares da ilha de São Nicolau pelo governador Luís António da Cunha d'Eça (Dezembro de 1753 - Janeiro de 1754) .	58
FIGURA 4 – Percorso utilizado pelos navios do conde de Portalegre, na viagem destinada a explorar as riquezas de São Nicolau e São Vicente .....	70
FIGURA 5 – Gráfico das variações dos valores de cada tributo nas receitas da feitoria de São Nicolau .....	92
FIGURA 6 – Actividades económicas em S. Nicolau no século XVIII .....	118
FIGURA 7 – Gráfico dos rendimentos da Fazenda Real em Cabo Verde (1771-1775) .....	154
FIGURA 8 – Gráfico das percentagens da distribuição da população do arquipélago por ilhas .....	163
FIGURA 9 – Gráfico das percentagens de cada grupo social na população de São Nicolau	163
FIGURA 10 – Gráfico das percentagens de cada grupo social na população de Cabo Verde	164
FIGURA 11 – Gráfico da composição dos brancos da ilha de São Nicolau .....	166
FIGURA 12 – Gráfico da composição dos mestiços da ilha de São Nicolau .....	167
FIGURA 13 – Gráfico da composição dos forros da ilha de São Nicolau .....	168
FIGURA 14 – Gráfico da composição dos escravos da ilha de São Nicolau .....	169
FIGURA 15 – Gráfico das percentagens da distribuição da população de Cabo Verde (1774)	170
FIGURA 16 – Gráfico das percentagens da distribuição da população de Cabo Verde (1775)	173
FIGURA 17 – Vila da Ribeira Brava da ilha de S. Nicolau nos finais do século XVIII .....	178



## ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 – Donatários de São Nicolau e São Vicente .....	26
QUADRO 2 – Valores de cada tributo cobrado pela Fazenda Real em S. Nicolau .....	92
QUADRO 3 – Número de cabeças de gado criadas em C. Verde cerca de 1780 .....	100
QUADRO 4 – Aproveitamento da terra em Cabo Verde cerca de 1780 .....	119
QUADRO 5 – Produção anual normal de milho em Cabo Verde cerca de 1780 .....	121
QUADRO 6 – Embarcações de socorro que fizeram escala na ilha de S. Nicolau .....	130
QUADRO 7 – Impacto demográfico da crise de 1774-75 em Cabo Verde .....	133
QUADRO 8 – Rendimentos da Fazenda Real em Cabo Verde (1609-10) .....	148
QUADRO 9 – Rendimentos da Fazenda Real em Cabo Verde (c. 1650) .....	149
QUADRO 10 – Navios vindos do Barlavento entrados na Rib. Grande (c. 1645) .....	150
QUADRO 11 – Valor de arrematação dos dízimos nalgumas ilhas de Cabo Verde .....	152
QUADRO 12 – Rendimentos da Fazenda Real em Cabo Verde (1771-1775) .....	154
QUADRO 13 – Balanço da Fazenda Real em Cabo Verde (1771-1775) .....	156
QUADRO 14 – Orçamento de Cabo Verde referente ao ano de 1786 .....	157
QUADRO 15 – Números reais e percentagens de cada grupo social em Cabo Verde .....	164
QUADRO 16 – Números reais da distribuição da população de Cabo Verde (1774) .....	171
QUADRO 17 – Números reais da distribuição da população de Cabo Verde (1775) .....	172



## ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO [*Artur Teodoro de Matos*]

INTRODUÇÃO .....	9
O MEIO FÍSICO .....	15
ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA .....	23
<b>Descobrimento</b> .....	23
<b>Governo Civil e evolução política</b> .....	23
<b>Governo Militar</b> .....	50
<b>Limites de jurisdição</b> .....	63
ECONOMIA .....	69
<b>Organização Económica</b> .....	69
<b>Criação de gado</b> .....	94
<b>Recolecção. O papel da urzela</b> .....	102
<b>Agricultura</b> .....	111
<b>Secas, fomes e mortandades</b> .....	127
<b>Comércio e Comunicações</b> .....	135
<b>Peso económico da ilha no arquipélago</b> .....	147



SOCIEDADE E RELIGIÃO .....	159
<b>Povoamento e demografia</b> .....	159
<b>Distribuição espacial da população</b> .....	175
<b>Assistência Religiosa</b> .....	180
 CONCLUSÃO .....	 191
 APÊNDICE DOCUMENTAL .....	 195
 BIBLIOGRAFIA .....	 211
<b>Fontes Manuscritas</b> .....	211
<b>Fontes Impressas</b> .....	212
<b>Obras Gerais, Auxiliares Bibliográficos e Geográficos</b> .....	212
<b>Estudos Específicos</b> .....	214
 ÍNDICE ANALÍTICO .....	 219
 ÍNDICE DE QUADROS .....	 225
 ÍNDICE DE FIGURAS .....	 227



Se é certo que existem outras obras sobre esta ilha do barlavento caboverdeano, o certo é que esta vem preencher um vazio historiográfico. É que o volume de fontes inéditas e editadas de que o autor se socorreu, a argúcia com que as interpretou e a metodologia a que foram sujeitas, conferem-lhes um valor e uma singularidade na

história de Cabo Verde dignos de menção. Se o passado deste país fica muito enriquecido com esta obra, também a história atlântica portuguesa dela beneficia. É que o Dr. André Pinto, analisando com pormenor e grande rigor a história local, insere-a na do arquipélago e até numa ou noutra perspectiva da história atlântica.